

Artigos

Melhorando a segurança de sistemas baseados no protocolo SNMP contra ataques de negação de serviço (DOS)

Emanuel Guilherme Barros¹, Jorge Luís Tavares²

¹Universidade São Miguel (USM) Recife – PE – Brasil

²Laboratório de informática Faculdade São Miguel (USM) Recife – PE - Brasil

✉ e.guilherme.barros@outlook.com, jorgeluis14@gmail.com

Palavras-chave:

Snp.
Udp flood.
Pacotes.

Resumo

O atual contexto corporativo contempla inúmeras ameaças à segurança da informação que se tratadas de maneira inapropriada, podem suceder impactos severos, podendo abalar as finanças ou reputação das empresas. Os dados crescem exponencialmente em quantidade e complexidade, organizações tendem a refletir que uma postura reativa não é mais suficiente. Na sociedade contemporânea, as informações são consideradas os principais patrimônios de uma organização, e elas estão também sob constantes riscos. A sua perda ou roubo pode constituir um prejuízo a organização. A informação é um bem que não sofre depreciação. Ela tem uma constante valorização, tanto no desenvolvimento de nossos negócios, como na manutenção dos atuais. Este artigo descreve como um sistema baseado no protocolo SNMP (Nagios) se comporta ao sofrer um ataque de negação de serviço. Todos os processos da rede são monitorados em tempo real, para evitar e prevenir possíveis ataques aos computadores. A técnica utilizada foi o UDP FLOOD. Em seguida, é apresentada a solução para o problema encontrado quando são enviadas grandes quantidades de pacotes para um determinado dispositivo, deixando o fluxo lento ou indisponível. Por fim, acredita-se que existem poucas ferramentas disponíveis para melhorar a segurança de sistemas que monitoram a rede.

Keywords:

Snp.
Udp flood.
Packages.

Abstract

The current corporate context includes information security indices that, if treated inappropriately, can result in severe impacts, which can affect the finances or security of companies. The data grows exponentially in quantity and complexity, possibilities tend to reflect that a reactive posture is no longer sufficient. In contemporary society, information is considered an organization's main assets, and it is also under constant risk. Their loss or theft can be a loss for an organization. Information is an asset that does not suffer depreciation. It has a constant appreciation, both in the development of our business and in the maintenance of current ones. This article tests how a system based on the SNMP protocol (Nagios) behaves when suffering a denial-of-service attack. All network processes are monitored in real time, to prevent and prevent means to computers. The technique used for UDP FLOOD. Then, the solution to the problem is presented when there are large packages of packages for a given device, slow leakage or unavailable. Finally, it is believed that there are tools available to improve the security of systems that monitor the network.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente nas empresas, os riscos vêm aumentando cada vez mais, por conta da grande dependência que temos aos computadores. O Nagios é indicado para empresas que buscam soluções e

eficiências para gerenciar a rede e os equipamentos de hardwares dos hosts. O Nagios estimular a produtividade dos administradores da rede, com os seus mecanismos de verificação. Ele possui agentes, que dão informações em tempo real ao administrador. Por padrão, o Nagios vem com plugins já à disposição para ser usado pelo administrador da rede. Ele também oferece espaço para o administrador desenvolver os seus próprios plugins, sem contar que também pode adicionar outros plugins de acordo com as suas necessidades. Este trabalho, tem por objetivo, mostrar o comportamento do Nagios ao sofrer um ataque, mostrar como ele se comporta ao identificar um ataque de negação de serviço em um dos hosts da rede e mostrar as vulnerabilidades que muitas vezes passam despercebidas pelos administradores de rede.

2 TRABALHOS RELACIONADOS

Existem inúmeros artigos falando sobre sistemas de monitoramento de rede. Mas, não colocaremos todos, devido à limitação de espaço. Foram realizadas pesquisas no *Google Acadêmico*, com o objetivo de relacionar as informações com o que nós estamos propondo. Analisando os artigos, notamos que eles contam com o procedimento, a partir do sistema de monitoramento. Notamos que o ataque pode ser iniciado no sistema de monitoramento, no nosso caso, partindo do Nagios e não em um dos clientes, como é esperado pelos administradores. Partindo deste ponto, finalizamos a tese, afirmando que esta é a principal vulnerabilidade, pois se indisponibilizar o sistema que monitora os ataques, o administrador ficará sem acesso às informações.

3 METODOLOGIA

Utilizamos o VirtualBox para fazer o nosso experimento, colocamos uma máquina que possuía o sistema operacional Centos v7 pois é uma distribuição voltada ao uso corporativo. Foi muito importante a escolha do sistema operacional, pois queríamos simular um ambiente real corporativo. Como sistema de monitoramento, utilizamos o Nagios, já mencionado anteriormente. Neste mesmo ambiente, foi instalado dois hosts: um com o sistema operacional Windows, e o outro com o sistema operacional Kali Linux v 2017.2. A ferramenta que usamos para fazer o ataque de negação de serviço, foi a DDoS-PHP-Script. Esta ferramenta foi instalada em uma das máquinas que estava na rede, no caso, o cliente que possui o sistema operacional Kali Linux. Utilizamos as ferramentas: Iptables, Wireshark, HeartBeat, como solução para o problema que identificamos com os nossos experimentos.

4 DESCRIÇÃO DO PROBLEMA

Notamos que o Nagios por padrão vem com a sua capacidade de monitoramento limitada. Por conta dos poucos plugins que ela oferece para os seus usuários. levando em consideração esta situação, ainda sim, consegue identificar um ataque de negação de serviço, através do estado das máquinas apresentado no sistema. Sendo assim, para o administrador expandir a funcionalidade do sistema, ele deve instalar outros plugins. Percebemos que podemos explorar outros caminhos, para termos um ataque bem sucedido. Com a mesma metodologia usada no cliente, podemos fazer o mesmo com o Nagios deixando o sistema de monitoramento inoperante. De acordo com o ataque bem sucedido feito no Nagios, o administrador fica impossibilitado de monitorar a rede, em seguida, poderá ser feito outros ataques naquela mesma rede. Notamos que o Nagios utiliza muitos protocolos para monitorar a rede, como por exemplo: *HTTP, SSH, FTP, SMTP, SNMP*, entre outros. Entre esses protocolos citados, o *SNMP (Simple Network Management Protocol)* é o protocolo que gerencia os dispositivos da rede. Graças ao *SNMP*, é possível ter a comunicação entre agentes e gerentes. Vale ressaltar, que este protocolo também é usado por outros sistemas de monitoramento de redes. Identificamos, que pode haver dois caminhos para chegar a um ataque preciso na rede: O atacante pode identificar o IP do servidor pelo *NMAP*, e fazer uso da técnica *UDP FLOOD* ou disponibilizar o serviço *SNMP*.

5 RESULTADOS

Com base em nosso experimento, notamos que qualquer rede de computadores, sem o uso de um sistema de monitoramento, torna-se facilmente penetrável. Mas não queremos dizer que o sistema de monitoramento é a solução para todos os problemas na rede. Como já mencionado, nós usamos o Nagios no nosso ambiente de teste, e estamos aqui para provar, que pode sim, haver ataques mesmo com um ótimo sistema de monitoramento que é o Nagios.

5.1 Primeiro teste

O primeiro teste foi atacar um host na rede em que o Nagios estava monitorando, conseguimos identificar o problema, pelo estado do host, que estava sendo apresentado no Nagios. E também havia outros recursos a serem aproveitados pelo administrador da rede, como por exemplo os alertas que o Nagios dispara ao detectar um dispositivo, disparando pacotes contra um host na rede.

5.2 Segundo teste

No segundo teste, resolvemos fazer o mesmo procedimento que fizemos no primeiro. A diferença, é que fizemos no Nagios, pois ele é o sistema que notifica ao administrador, que está ocorrendo um ataque. Com base em artigos científicos, descobrimos que o Nagios faz uso do protocolo SNMP, para gerenciar a rede, como mencionado no tópico 5 deste artigo. Descobrimos que o protocolo SNMP opera na porta 161 por padrão, que é usada pelo agente e a porta 162 que é usada pelo gerente, ambas trabalham com o protocolo de transporte UDP. Feito a pesquisa, em seguida enviamos uma enorme quantidade de pacotes para sobrecarregar a porta 162, para que o gerente não consiga gerenciar a rede, consequentemente, o Nagios para de monitorar a rede.

6 SOLUÇÃO PARA O PROBLEMA

Como apresentado, o Nagios detecta anomalias na rede, com base no funcionamento de alguns protocolos. No primeiro teste, o Nagios identificou o problema através das requisições feitas pelo gerente. Já no segundo teste, o Nagios ficou totalmente inoperante, pois estávamos atacando o protocolo que faz o gerenciamento da rede. Como solução para o primeiro problema, sugerimos a utilização de algum IPS (Sistema de detecção de Intruso) para que quando o atacante inicie um Scanner na rede, ele seja detectado. Já no segundo problema, encontramos soluções eficiente para manter o funcionamento do servidor Nagios. Sugerimos o uso das ferramentas: HeartBeat, para deixar sistema de monitoramento com alta disponibilidade e IPTABLES, para bloquear o uso do protocolo ICMP, evitando os envios de pacotes de clientes ao servidor. No momento que, estávamos realizando os dois ataques, fizemos o uso da ferramenta Wireshark, e facilmente, identificamos o Ip do atacante e o protocolo que ele estava atacando. Concluimos este tópico afirmando que há diversas formas de evitar um ataque na rede, basta fazer o uso das ferramentas corretas.

7 CONCLUSÃO

De acordo com o que foi apresentado no artigo, o Nagios por padrão, é bastante limitado ao fazer o monitoramento da rede. Esta ferramenta, necessita de outros recursos para que haja um bom funcionamento na rede. É de competência do administrador, procurar outros mecanismos de segurança, para deixar a rede funcionando corretamente. No presente artigo, a intenção dos colaboradores é de mostrar que existem mecanismos de Segurança da Informação, para serem usados. Mecanismos estes, que garantem a disponibilidade do serviço de monitoramento feito pelo Nagios, se usados de forma correta. A nossa intenção, de forma alguma é desmerecer a funcionalidade da ferramenta. Gostaríamos de deixar claro, que todos recursos usados para fazer os testes, foram da versão free do Nagios 4.0.7.

Referências

Site do sistema Nagios. Disponível em: <https://www.nagios.org/>. Acessado em abril de 2018.

Site do sistema operacional Kali Linux. Disponível em: <https://www.kali.org/>. Acessado em abril de 2018.

Site com instruções de instalação do Nagios Core. “Como instalar e configurar o Nagios 4.0.7 no CentOS 7”, disponível em: <http://www.rezk.com.br/como-instalar-e-configurar-o-nagios-4-0-7-no-centos-7/>. Acessado em abril de 2018.

Artigos

A influência da televisão na família e sociedade contemporâneas: análise dos aspectos positivos e negativos no contexto da religião

The influence of television in the contemporary family and society: analysis of positive and negative aspects in the context of religion

Erico Tadeu Xavier¹

¹Doutor em teologia e professor na Faculdade Adventista de Teologia, Ivatuba, PR. Especialista em aconselhamento pastoral pela UniBF.

✉ etxacademico@gmail.com

Palavras-chave:

Família.
Televisão.
Mídia.
Princípios bíblicos.

Keywords:

Family.
Television.
Media.
Biblical principles.

Resumo

O presente artigo tem como tema a relação entre as mídias televisivas e o desenvolvimento das famílias e sociedades na contemporaneidade, abrangendo os aspectos positivos e negativos dessa influência no contexto da religião. Vários estudos têm sido feitos com relação a esse tema nas universidades seculares, mas o objetivo deste artigo é analisar a influência da televisão na família e sociedade contemporâneas à luz do ensinamento bíblico. Para isso, foi feita uma revisão bibliográfica das mais recentes pesquisas relacionadas ao tema. Pode-se perceber que a televisão influencia positivamente com conhecimento e pregação do evangelho, mas também influencia negativamente em alguns aspectos como a quebra de valores morais e sendo um empecilho para atividades religiosas. Chegou-se à conclusão de que os chefes de família devem controlar o conteúdo assistido nos lares de acordo com os princípios bíblicos.

Abstract

This article focuses on the relationship between television media and the development of families and societies in contemporary times, covering the positive and negative aspects of this influence in the context of religion. Several studies have been done on this topic in secular universities, but the purpose of this article is to analyze the influence of television on the contemporary family and society in the light of biblical teaching. For this, a bibliographic review of the most recent research related to the topic was carried out. It can be seen that television influences positively with knowledge and preaching the gospel, but it also influences negatively in some aspects such as the breaking of moral values and being an obstacle to religious activities. It was concluded that heads of households should control content watched in homes in accordance with biblical principles.

1 INTRODUÇÃO

Diante do avanço de outros meios de comunicação como a internet, a televisão ainda está presente na maioria das casas brasileiras. Sabendo que ela ocupa grande parte do tempo das pessoas comuns, é importante perguntar sobre a influência da mesma na vida de quem a assiste. E, sabendo que a família

é a célula da sociedade e que tem grande influência naquela, é ainda muito importante saber qual a influência das mídias televisivas nas famílias.

Este trabalho tem como tema a influência da televisão na família contemporânea e tem o objetivo de entender a influência da mídia televisiva nas famílias atuais nos aspectos positivos e negativos. Para isso, trabalharemos exclusivamente com revisão bibliográfica para a definição e proposição de termos no artigo.

A fim de alcançar o objetivo de estudar essas influências, quer positivas, quer negativas, da televisão na família da sociedade contemporânea, dividimos este estudo em quatro partes. A primeira analisará a capacidade que a televisão tem de influenciar seus telespectadores. A segunda tratará das influências positivas da televisão. A terceira parte exporá as influências negativas da televisão na família e sociedade contemporâneas e apresentará algumas opções para amenizar essas influências negativas. A última parte apresentará o conselho bíblico de Ellen G. White sobre o que devemos, ou não, ver e pensar.

Por fim, chegaremos à conclusão de que a televisão tem grande capacidade de influenciar, tanto positiva quanto negativamente e que cabe aos cabeças da família promoverem um controle do conteúdo assistido para amenizar as influências negativas da televisão.

2 A CAPACIDADE DE INFLUÊNCIA DA TELEVISÃO

A televisão é um meio de comunicação que surgiu na década de 30, mas que tomou proporções maiores depois da Segunda Guerra Mundial. Apesar de existirem outros meios de comunicação eficazes, a televisão se tornou um veículo de comunicação muito utilizado para informar, entreter e se estabelecer na cultura mundial e, especificamente, na brasileira.

Porém, surge a pergunta sobre até que ponto a televisão tem influência na vida de seus telespectadores. Alguns teóricos como Zacarias (2005) tendem a minimizar a influência dessa mídia na vida dos que a utilizam. E é interessante analisar como essa discussão se desenrola ao longo dos estudos realizados sobre o assunto.

Zacarias (2005) afirma que duas escolas principais surgiram para estudar a influência da televisão na vida de seus telespectadores. A primeira escola é a de Frankfurt, que chamaremos de alemã. Esta escola vê a televisão como determinista e plenamente transformadora na vida de seus usuários. Desse modo, aquilo que a TV ensina será, exatamente, o que o espectador pensará e fará. Oliveira (2007) concorda com esse tipo de pensamento sobre a mídia.

Do outro lado, temos a escola americana de estudo da influência da televisão. Esta escola tende ao outro oposto. Ela prega que os conteúdos da TV são neutros e que, de maneira nenhuma, ela influencia. De acordo com esta via de pensamento, a televisão apenas informa. Assim, se uma pessoa compra um determinado produto anunciado em uma propaganda na TV, ela não comprou por influência do anúncio, comprou por causa dela mesma ou por outros motivos externos.

Zacarias (2005) critica os dois pontos de vista, comentando que eles se focam apenas no papel da TV sobre a pessoa. É preciso, por outro lado, perceber e estudar a influência das pessoas na televisão.

É inegável, todavia, que a mídia televisiva é de grande influência para os que a assistem. Gomes (2007, p. 140), por exemplo, afirma que “A televisão comunica imagens, apresenta modelos de formas de agir e se inserir no mundo, padrões de comportamento que podem ou não ser aceitos pelos telespectadores”.

Assim, por causa de sua capacidade de misturar sensações (auditiva e visual) a TV tem uma capacidade muito grande de influenciar.

A escola americana afirmava que a televisão era neutra. Mas podemos discordar plenamente desta hipótese por causa da seguinte afirmativa.

Se 'falamos através de textos', se não há textos neutros, certamente pode-se dizer que todo texto busca, na interação com o outro, provocar determinados comportamentos. Então, nesse sentido, é prudente que a mídia, especialmente a televisiva, que adentra os lares com maior facilidade que a imprensa, reconfigure seus significados, pois são formadores de opinião. (CHAMAN, 2014, p. 48).

Não existe comunicação que seja neutra. Agora, por outro lado, não podemos afirmar, como a escola alemã, que ela é totalmente determinista. A televisão se tornou um meio de comunicação para as massas, sendo sinônima de cultura popular. O uso da TV se expandiu e se tornou público, diferentemente de outras artes que permanecem na cultura da elite.

A relação entre o telespectador e a televisão é chamada de autonomia relativa. "Reconhecer a existência da 'autonomia relativa' por parte do receptor frente a televisão é perceber sua condição de sujeito, e também a situação de dominação a que está submetido" (ZACARIAS, 2005, p. 80). Em outras palavras, por um lado não podemos entender que a televisão transforma plenamente o sujeito que a assiste sem nenhuma crítica e barreira por parte deste, mas por outro lado, não podemos estar cegos diante da influência forte que a TV exerce sobre o indivíduo.

A influência da televisão se torna ainda maior nas crianças. Silva (2006, p. 76) afirma que o período de mais ou menos três anos de idade é aquele em que as crianças mais aprendem e é justamente esse período em que são colocadas sob a maior influência das mídias televisivas, pois a televisão apresenta problemas do cotidiano e, logo em seguida, dá a solução para a criança, o que além de lhe influenciar, leva o infante a não desenvolver seu raciocínio para elaborar e provar soluções.

O resultado será a absorção, pela criança, da hipótese de solução sugerida pela televisão em prática, pois essa é a única orientação que lhe foi passada. Isso faz parte da manipulação que a televisão exerce. Tal poder é notável e perceptível quando se estuda o poder da publicidade. Em adultos essa influência já é grande, quanto mais em crianças que não possuem uma base estruturada de orientações, pois a maioria das famílias não está devidamente comprometida com a educação das crianças. (SILVA, 2006, p. 86).

Assim, podemos concordar com Chaman (2014, p. 169) quando adverte que:

O desafio aí está, paradoxo do século XX e que prossegue no século atual, fazendo do *homo televisus* um silencioso e solitário devorador de imagens, mensagens e ideologias. Como desconsiderar o papel deste meio de comunicação? Ele ocupa grande parte do tempo de lazer da maior parte da população brasileira, dia após dia, disseminando valores que penetram fundo no ideário das pessoas. Caso estas não tenham um crivo crítico, se forem telespectadores inertes e passivos, diante dos espetáculos milimetricamente programados, para disseminar o que interessa aos detentores do poder, à classe dominante... já sabemos o que ocorrerá.

O conselho de Chaman consiste em "[...] defendermos o desenvolvimento da *leitura crítica* como instrumento para filtrar as múltiplas linguagens televisivas, já que o texto televisivo se faz com muitas vozes e mentes e gera, assim, múltiplas interpretações". (CHAMAN, 2014, p. 163, destaque da autora).

Esse deve ser o uso da televisão em lares cristãos: pensado e planejado para que as influências negativas não entrem no lar. Silva (2006, p. 108) afirma que a solução para uma família em paz com Deus, mesmo diante da influência da TV não está em retirar definitivamente o aparelho da casa, pois os membros da família podem assistir em outros lugares e serem

influenciados da mesma forma. A grande questão segundo ele é que devemos educar a família a priorizar as coisas de Deus e colocar a televisão em segundo plano.

3 A INFLUÊNCIA POSITIVA DA TELEVISÃO NAS FAMÍLIAS

Como avanço científico e como meio de comunicação, a televisão foi e tem sido um grande beneficiário para a população. Ao estudarmos sobre a televisão, podemos listar muitos benefícios, que passaremos a discutir a seguir.

3.1 Acessibilidade

A televisão começou a ser vendida ao público, mas, quando chegou ao Brasil o custo era muito elevado. Por isso, apenas os ricos podiam obtê-la. Porém, com o passar do tempo, o preço diminuiu e, mesmo quando o preço da TV estava acima das condições da população geral, ela se espalhou de tal forma que hoje é possível encontrar um aparelho em, praticamente, cada casa brasileira (ABREU; MACEDO, 2008, p. 112).

A TV, portanto, se tornou um meio de comunicação acessível às massas, que têm dificuldade para adquirir informações por outros meios. A televisão se tornou um meio de comunicação para as massas, sendo sinônima de cultura popular. O uso da TV se expandiu e se tornou público, diferentemente de outras artes que permanecem na cultura da elite (ZACARIAS, 2005).

O acesso à cultura geral, que era maiormente disponível apenas para a elite, permitiu que o proletariado começasse a assumir posições a favor de si mesmos e de seu país, lutando contra possíveis injustiças geradas por falta de informação. Zacarias (2005) comenta que é possível perceber que a televisão permitiu o aumento da participação popular na política. Em outras palavras, a TV aumentou a democracia ao distribuir conhecimento às classes populares, o que as levou a ter maior participação na sociedade.

3.2 Conhecimento

Intimamente ligado ao primeiro benefício está o segundo: conhecimento. A TV é meio muito útil para adquirir conhecimento. É possível ver professores e estudantes utilizando a televisão para os estudos. Tiburg (2008, p. 48) comenta que “A TV ampliou a mentalidade das pessoas e abriu novos horizontes. Ela pode ser muito educativa, proporcionando amplo campo de conhecimento a pessoas que nunca tiveram a oportunidade para estudar ou viajar”.

O conhecimento divulgado pela mídia televisiva provocou mudanças sociais significativas e benéficas, como a que vimos no item anterior. Uma outra mudança benéfica na sociedade que sofreu uma grande influência do conhecimento proporcionado pela televisão mencionada por Almeida (2001, p. 6) é uma maior autonomia da mulher. Por causa de jornalistas e até histórias de novelas, a mulher brasileira começou a querer mostrar suas capacidades e individualidades, não ficando apenas como sombra do homem. Assim, o desenvolvimento da mulher na sociedade brasileira é devido, em parte, à televisão.

Porém, a pergunta é: será que a televisão tem sido usada prioritariamente com o objetivo de adquirir conhecimento? Chaman (2014, p. 57) fez uma pesquisa com um questionário para entender justamente esta e outras perguntas. O resultado é interessante:

Pelas respostas à questão de número seis: – A televisão é, para você, informação, conhecimento ou apenas entretenimento? – inferimos terem os entrevistados privilegiado a informação ao conhecimento [...] entretanto, necessário se faz que reflitamos um pouco mais. À pergunta de número dois: – Que programas são seus preferidos? – as respostas apontam para a categoria entretenimento, como sendo a privilegiada na escolha dos programas.

Dessa forma, podemos perceber que, embora as pessoas vão à TV com o objetivo de adquirir informação, o que acaba acontecendo é elas se distraírem e passarem a maior parte do tempo apenas com entretenimento.

3.3 Velocidade de informação

Relacionada ao item anterior está a velocidade da informação. Podemos dizer que “Outro bem que a TV tem realizado é a facilidade para em segundos levar o conhecimento de Deus a todos os recantos da Terra de uma só vez.” (TIBURG, 2008, p. 48). A transmissão ao vivo leva informação à pessoa em tempo real: está acontecendo um fato, este fato já está sendo anunciado e as pessoas já ficam conhecendo-o no mesmo segundo. É instantâneo. “A televisão é um dos melhores veículos de comunicação, pois o que está sendo ouvido, pode simultaneamente ser visto, aumentando no telespectador a convicção no que está sendo comunicado” (ABREU; MACEDO, 2008, p. 125).

3.4 Pregação do evangelho

Como mencionado na citação do item anterior, o conhecimento de Deus pode ser levado pela televisão a todos os lugares do mundo. Considerando todos os benefícios anteriores a Igreja Adventista do Sétimo Dia, em específico, tem sido pioneira no uso desse meio de comunicação para a pregação do evangelho. Segundo Abreu e Macedo (2008, p. 125), “O uso da televisão pela Igreja Adventista do Sétimo Dia no Brasil começou na década de 1962 no estado de São Paulo com o programa Fé Para Hoje e foi se fortalecendo no decorrer dos anos, abrindo espaço para outros programas evangélicos, como o Está Escrito”.

Os significados oferecidos e produzidos pelas várias comunicações que inundam nossa vida cotidiana saíram de instituições cada vez mais globais em seu alcance e em suas sensibilidades e insensibilidades. Ela constrange e invade culturas locais, mesmo que não as subjuga. Esta é a razão de utilização deste veículo como meio para transmitir o evangelho através de um programa que estabeleça um contato com a Palavra de Deus. (ABREU; MACEDO, 2008, p. 112-113).

Assim, percebemos que, por causa de seu poder de levar informação rapidamente e alcançar pessoas, esse meio de comunicação tem sido amplamente usado para a pregação do evangelho.

4 A INFLUÊNCIA NEGATIVA DA TELEVISÃO NAS FAMÍLIAS

Apesar de trazer grandes benefícios e poder ser utilizada para o desenvolvimento do ser humano, a televisão também tem muitos malefícios, quando mal usada. A seguir são apresentados e discutidos alguns dos prejuízos que acometem quem não regra seu uso da telinha.

4.1 Consumismo

Chaman (2014, p. 177) faz referência à obsolescência planejada e à obsolescência sensorial. As duas levam o consumidor a não querer mais o produto que tem (e que ainda está funcional) e a adquirir um novo produto com apenas alguns melhoramentos em relação ao antigo. Ela atribui isso especialmente à influência da publicidade na televisão.

Em entrevistas a Chaman (2014, p. 60) algumas pessoas revelaram que a TV, muitas vezes, assume uma postura de apelar ao telespectador em vez de se submeter aos gostos de sua audiência. “Entende-se assim ser a televisão um instrumento de controle do poder político-econômico das camadas dominantes. Desta forma, infere-se que a sociedade passa a se organizar em torno da mídia, no que tange aos temas enfocados pela pauta social” (CHAMAN, 2014, p. 61).

Em especial, com relação aos horários nobres, “Nota-se aqui como novela e Jornal Nacional são pensados como programas que dão poder a uma marca [...]” (ALMEIDA, 2001, p. 91, destaque da autora). Comentando sobre a reclamação que as pessoas fazem da televisão, Almeida (2001, p. 125) afirma que, “Por outro lado, a questão do consumo foi a segunda crítica mais comum – a televisão gera o desejo de comprar em demasia.”. Isso ocorre tanto pela publicidade, nos intervalos comerciais, quanto pelo chamado *merchandising*, que seriam propaganda sutis e internas (às vezes, não tão sutis) que ocorrem dentro dos próprios programas. “A novela efetua assim o papel de uma vitrine, que familiariza o espectador com diversos estilos e modas” (p. 133). Almeida (2001, p. 157-160) mostra como as novelas são estruturadas de maneira semelhante às publicidades: enredo fácil, repetitivo e que se encaixa em padrões já conhecidos pelo telespectador. Isto nos leva a perceber que as novelas, e os programas televisivos, como um todo, querem vender não apenas produtos, mas, principalmente, ideias.

Essa produção de consumismo prejudica até mesmo a alimentação e a saúde das pessoas. “Nos dias atuais, a obesidade pode ser considerada a mais importante desordem nutricional nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, tendo em vista o aumento de sua incidência” (NASCIMENTO, 2006, p. 35). Podemos dizer que “Neste sentido, muitos estudos têm relacionado o hábito de assistir televisão à prevalência de obesidade entre crianças e adolescentes” (NASCIMENTO, 2006, p. 38). Este autor apresenta dois motivos para isso: a pessoa assistindo televisão não gasta muita energia e consome mais alimento devido à publicidade. “Estudos em diversos países [...] têm demonstrado que a maioria dos produtos alimentícios veiculados pela televisão refere-se a alimentos que possuem elevados teores de gorduras, óleos, açúcares e sal” (NASCIMENTO, 2006, p. 40).

4.2 Violência

Sem dúvida, a violência aparece em abundância nas telas da televisão. Scarone (1986, p. 13) apresenta uma pesquisa interessante sobre a violência na TV:

Em maio de 1982, o Instituto Nacional de Saúde dos Estados Unidos preparou um relatório no qual resumiu mais de 2800 estudos realizados no decênio passado, sobre a influência da televisão no comportamento humano. As provas resultantes foram tão desanimadoras que existe consenso de que a violência projetada pela televisão induz a se comportarem de maneira agressiva. Durante dez anos um telespectador terá visto uns 150 mil episódios violentos, e umas 25 mil mortes violentas, o que é muito mais do que aquilo que foi visto por um soldado, de qualquer nação em uma das últimas guerras.

A realidade é que a violência atrai um público muito grande. Dessa forma, há violência na TV porque há muita procura das pessoas por ver esse tipo de conteúdo. Quem não quer ver cenas de violência ou muda de canal ou desliga a televisão (SCARONE, 1986, p. 13).

4.3 Sexo

Outro assunto que aparece muito na televisão é o sexo. A frequência com que ele aparece tende não apenas a vulgarizá-lo como também leva as pessoas a considerar meios não permitidos na Bíblia como aceitáveis e, até mesmo, admiráveis. Numa pesquisa feita por Alves (2000) foram entrevistados alguns adolescentes e apresentadas algumas cenas da novela *Malhação* (feita com o objetivo de alcançar esse público). Ao comentar uma cena sobre virgindade, os adolescentes entrevistados por Almeida (2000, p. 164) “dizem respeitar o outro, mas não separam namoro e sexo”. Assim, sexo antes do casamento é algo normal na televisão e, conseqüentemente tem se tornado normal para os jovens também.

Um estudo realizado mostra que são mais frequentes os casos de gravidez nas jovens que assistem a televisão, do que nas que não assistem; porque as primeiras têm a tendência de depositar maior confiança nas experiências com o sexo oposto, para assemelhar-se assim às suas “heróinas” da televisão que fazem a mesma coisa. (SCARONE, 1986, p. 13).

Podemos perceber, então, que a televisão tem poder de influenciar a atitude das pessoas com relação ao sexo.

4.4 Relacionamento afetados

A televisão tem gerado o que estudiosos chamam de privatização da vida. Nós podemos chamar de individualismo. Esse individualismo gerado pela TV ocorre em dois níveis: o familiar (as famílias se tornam separadas umas das outras) e pessoal (as pessoas dentro de uma mesma família se tornam separadas).

A televisão é emblemática nesse acirramento da privatização da família porque instalando-se nesse espaço, provoca enormes modificações no encaminhamento da sociabilidade familiar. Ela representa boa parte do preenchimento do tempo considerado “livre” dos trabalhadores, por tratar do período em que os indivíduos estão fora do local de trabalho (emprego) e podem se servir, fartamente, do conjunto de entretenimento e informações que ela veicula. (OLIVEIRA, 2007, p. 78).

Desse modo, a televisão pode atrapalhar o relacionamento extra-familiar e, conseqüentemente, os relacionamentos dentro da família também acabam prejudicados. Oliveira (2007, p. 81) comenta que:

Com a gradativa privatização das esferas sociais, especialmente da família, há um arrefecimento dos laços comunitários, afetivos e de mútua relação, aspectos constitutivos da instituição familiar. O (falso) isolamento da família nucleada em relação à sociedade implica, também, distanciamento entre os indivíduos que se constituem de maneira cada vez mais individualizada.

4.5 Quebra de valores morais

Toda influência negativa da TV citada até agora envolve a quebra de valores morais visíveis. Mas existem alguns valores que são menos observáveis no dia a dia, e que influenciam a comunidade a se afastar dos caminhos de Deus. Por exemplo, em sua pesquisa sobre a televisão e os adolescentes, Alves (2000, p. 154) apresentou uma cena de traição na novela *Malhação* e pediu para os entrevistados comentarem. A pesquisadora concluiu que “A outra questão é a da infidelidade; ser fiel ao namorado não é mais regra inquebrantável”. Ainda sobre a mesma cena, Alves (2000, p. 157) percebeu que “A discussão sobre esta cena demonstra que as meninas já se tornaram muito mais ousadas [...]”.

É interessante notar o quanto uma novela pode moldar o pensamento dos telespectadores. Entrevistando um grupo de pessoas ao longo de determinado tempo, Almeida (2001, p. 173, acréscimo e destaque nossos) comenta que “Logo no início, o que se enfatizava não era o prazer de acompanhar as histórias [novelas], mas a crítica de ordem moral que se fazia à novela e à televisão de modo geral. Essa primeira crítica era a mais pervasiva, um senso comum que estava na fala de religiosos [...] e na fala de muita gente que **depois de algum tempo, no entanto, passava mais a criticar o machismo local do que o conteúdo das novelas**”.

A perpetuidade do casamento também tem sido negada pela televisão e influenciado seu público geral. “Mesmo sem os referenciais da novela, a constituição de família e o casamento formal continuam fazendo parte do imaginário de meninos e meninas, apenas **deixaram de ter o caráter de legitimação de posse e de eternidade**” (ALVES, 2000, p. 175, destaque nosso).

Um outro valor que tem sido rejeitado pela mídia televisiva é a autoridade dos pais. Almeida (2001, p. 189, destaque da autora, acréscimo nosso) entrevistou algumas pessoas sobre sua crítica em relação à TV e concluiu que:

A preocupação central do casal era o *mau exemplo* que a novela representava, principalmente quanto à iniciação sexual feminina antes do casamento e ao relacionamento familiar entre pais e

filhos. Aparecida [uma das entrevistadas] destacava o problema da 'falta de respeito' dos jovens pelos adultos que sentia na escola onde lecionava, e que relacionava ao fato de os pais não saberem mais impor limites aos filhos [...].

Dessa forma, a televisão tem influenciado um comportamento rebelde por parte dos filhos. Alves (2000, p. 149) descreve uma cena em que uma adolescente foge de casa e pede que os adolescentes que ela entrevistou comentem a cena. “Existe quase que uma unanimidade ao apresentarem a falta de diálogo e compreensão dos pais como motivo para fugir de casa”.

Por último, com relação ao homossexualismo, concluiu-se que:

Tanto eu como Silva, sentimos que os grupos da escola pública, tanto o masculino quanto o feminino, têm um discurso politicamente correto em relação à homossexualidade, talvez prova de que neste universo específico o preconceito não é tão arraigado. Já na escola particular, existe uma rejeição completa, não contemporiza, negam até o fato de conhecerem alguém que seja homossexual (ALVES, 2000, p. 160).

É interessante notar que os que aceitavam mais facilmente o homossexualismo eram os estudantes de escola pública, enquanto os de escola particular rejeitavam veementemente. Quando lembramos que a TV atinge e alcança mais as classes baixas do que as classes altas, essa conclusão faz sentido: a televisão influenciou as massas à aceitação do homossexualismo como algo natural.

4.6 O mau uso do tempo

A televisão, como meio de comunicação, “[...] **ocupa grande parte do tempo** de lazer da maior parte da população brasileira, dia após dia, disseminando valores que penetram fundo no ideário das pessoas” (CHAMAN, 2014, p. 169, destaque nosso).

Esse mau uso do tempo se reflete na vida espiritual das pessoas. Calixto (2008) pesquisou a influência da televisão na vida devocional dos crentes. Seu estudo demonstrou que pessoas que dispõem muito tempo para alguma mídia em geral, possuem a tendência de estar insatisfeitas com a vida devocional. Por outro lado, pessoas que dedicam mais tempo para o estudo da Bíblia, para a oração, para participar de atividades missionárias, têm maior satisfação com a vida devocional. Isso nos leva à última influência negativa da televisão que iremos mencionar, que é o aspecto religioso.

4.7 Influência negativa na religiosidade

Pesquisando sobre motivos na ausência em cultos de domingo à noite, Castro e Souza (2006, p. 59) afirmam que “Nota-se que 73% das pessoas não apresentaram dificuldades para sua ausência. Esses alegam que não comparecem à igreja aos domingos à noite por causa da televisão, ou por influência dos amigos, ou por não gostarem do estilo do culto; ou ainda porque não sentem necessidade e, confessadamente, por franqueza espiritual”. Quando questionados sobre o que fazem quando não vão à igreja, 45% responderam que assistem televisão (CASTRO; SOUZA, 2006, p. 60).

Desse modo, entendemos que a televisão é um dos principais fatores que atrapalham os cristãos de fazerem coisas básicas da vida cristã como ir aos cultos. Quando analisamos a influência da televisão na religiosidade das crianças, o resultado é ainda mais preocupante.

Podemos perceber que, da mesma maneira que a televisão gera afastamento do elo familiar e desinteresse pela vida acadêmica, ela também destrói com a necessidade individual da criança de atribuir crédito aos valores religiosos. O problema não vai estar na televisão, como já afirmamos, mas sim na falta de pessoas comprometidas com esse desenvolvimento religioso. A família, a exemplo da escola, deixa para a igreja transmitir esses valores e não os reafirma dentro do lar. O objetivo da religião é dar uma direção espiritual à criança. Mas a televisão desvirtua essa necessidade apresentando valores questionáveis que batem de frente com os valores básicos da

religião que deveriam auxiliar a família no desenvolvimento do comportamento moral (SILVA, 2006, p. 108).

Assim, a televisão tira o interesse da criança pelas coisas religiosas.

4.8 Tentativas de amenizar as influências negativas da TV

Já vimos na primeira parte de nosso trabalho que alguns teóricos defendem um uso consciente da televisão, que Chaman (2014) chama de leitura crítica. Segundo Zacarias (2005, p. 141) "[...] a escolha sobre a quais canais ou programas de televisão assistir não é decisão do próprio sujeito-receptor individualmente". Geralmente a família atua como mediadora para definir-se o que é um programa bom e que não é. Ela continua afirmando que "Na relação do sujeito com a televisão, são encontradas todas as contradições que compõem as demais relações sociais. Há dominação e subordinação; conflito e negociação" (ZACARIAS, 2005, p. 141).

Porém, esse controle defendido por Zacarias (2005) acaba não acontecendo na vida real. Almeida (2001, p. 176) comenta que:

No entanto, em muitos casos, parece que a crítica moral acima é uma maneira de começar a conversar sobre o tema, porém não é levada às últimas consequências - ou essas pessoas deixariam de assistir às novelas, ou pelo menos controlariam seus filhos, o que não acontecia na grande maioria das famílias que pesquisei.

Concordamos que a solução seja o controle do conteúdo assistido na televisão, embora, como vimos, isso não tem acontecido. Os pais, como chefes da família, têm que ser sinceros consigo mesmos e analisar o uso que têm feito da televisão em seus lares e tomar as atitudes que diminuirão as influências negativas do mal uso dessa mídia. Lembramos com Silva (2006) que uma boa educação aos filhos, firmada nos princípios bíblicos, além do controle dos programas assistidos, é o melhor meio de amenizar as influências negativas da televisão, não a retirada da mesma.

5 RECOMENDAÇÕES BÍBLICAS E RELIGIOSA DE ELLEN G. WHITE

A atitude que o cristão deve ter a respeito dessas influências está claramente expressa em Filipenses 4.8: "Finalmente, irmãos, tudo o que é verdadeiro, tudo o que é respeitável, tudo o que é justo, tudo o que é puro, tudo o que é amável, tudo o que é de boa fama, se alguma virtude há e se algum louvor existe, seja isso o que ocupe o vosso pensamento". Comentando este texto, Martin (1985, p. 171-172) afirma que o "finalmente" que inicia o verso pode indicar a conclusão da carta inteira. Desse modo, o que Paulo queria dizer é: o mais importante é o que eu vou apresentar a seguir a vocês. Com relação ao "ocupar vosso pensamento", essa expressão é a tradução de um verbo só, no grego. Martin (1985, p. 172, destaque nosso) acredita que ele indique o seguinte pensamento de Paulo: "[...] refleti nestas qualidades de vida e **permiti que as mesmas modelem a vossa conduta [...]**". A pergunta aos cristãos é: que qualidades eles têm permitido que modelem suas vidas? O texto de Paulo ordena que sejam as coisas puras, não as impuras que vemos na televisão.

Outros textos bíblicos concordam com essa posição. Mateus 5.28 apresenta que Jesus condena o pecado de olhar e adular no pensamento. O que vemos tem muita influência sobre o que pensamos. E o que pensamos, de acordo com esse texto, pode ser pecado ou pode ser para a glória de Deus. 1 Coríntios 10.31 confirma que tudo que fazemos deve ser para a glória de Deus. 2 Coríntios 10.5 fala que não devemos cobiçar coisas más. O Salmo 101.3 é bem enfático dizendo que não devemos colocar coisas injustas diante de nossos olhos! O que vemos na televisão deve ser muito bem analisado.

Assim, percebemos que a Bíblia prescreve que guardemos o que vemos e fazemos para que nossos pensamentos permaneçam puros.

Ellen G. White segue a mesma linha de raciocínio. Ela, primeiramente, declara que os meios de comunicação são, de fato, uma bênção quando usados para propagar a mensagem de salvação; porém, segundo ela, o inimigo de nossas almas pode tomar posse desse recurso de tal maneira que ele pode ser, também, uma ferramenta poderosa para desviar a mente humana de assuntos eternos (WHITE, 1977).

O conhecimento existente no mundo pode ser adquirido, pois todos os homens são propriedade de Deus e são usados por Ele para cumprir Sua vontade em determinados aspectos, mesmo que rejeitem o homem Cristo Jesus como seu Salvador. A maneira pela qual Deus usa os homens nem sempre é discernida, mas Ele o faz. Deus dotou os homens de talentos e capacidade inventiva, a fim de que seja efetuada Sua grande obra em nosso mundo. As invenções da mente humana parecem proceder da humanidade, mas Deus está atrás de tudo isso. Ele fez com que fossem inventados os rápidos meios de comunicação para o grande dia de Sua preparação (WHITE, 1980, p. 409).

Porém, o uso que os homens fazem de suas capacidades, usando-as para o mal e abusando dos talentos que Deus lhes deu, confundem o mundo. Eles tiraram a direção de Cristo e seguiram Satanás, o príncipe das trevas. Essa culpa será lançada apenas sobre o homem, porque Deus lhe tem mostrado Seu maravilhoso poder (WHITE, 1977).

Ellen G. White (1980, p. 88) afirma que: “O acúmulo de muitas coisas que promovem a concupiscência e a ambição tem trazido sobre o mundo o juízo de Deus”. Dessa forma podemos entender que ela promove o bom uso do tempo em coisas que elevem a mente a Deus e não a modelem nas coisas deste mundo.

Doukhan (2013, p. 783, destaque nosso), comentando sobre a posição de Ellen G. White sobre o teatro e o drama, afirma que:

Portanto, os princípios morais de sua crítica ao teatro e ao drama ainda se aplicam aos entretenimentos dramáticos hoje, se performados ao vivo no palco ou em muitas produções da indústria de filmes, **televisão**, vídeo, DVD, etc. Onde quer que tais apresentações levam os telespectadores a um prazer sofrível de, ou a uma participação em, **imoralidade sexual, violência, avareza, engano, intemperança, desrespeito aos pais e outras autoridades legítimas, ou a trivialização de coisas sagradas, os princípios morais da Escritura são violados [...]**.¹

Portanto, podemos concluir que, quando nos detemos a assistir a algum desses conteúdos mencionados, estamos quebrando princípios da Palavra de Deus. Podemos observar, contudo, que são justamente estes conteúdos que têm influenciado negativamente as famílias que utilizam a televisão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso trabalho analisou a capacidade de influência da televisão sobre as famílias e, em especial, sobre as famílias cristãs. Percebemos que a televisão, como meio de comunicação, tem um grande poder de influência, especialmente sobre as crianças. Essas influências podem ser tanto positivas quanto negativas.

Entre as influências positivas, temos a facilidade de acesso do aparelho, o conhecimento que a televisão é capaz de divulgar e que ela é, por isso, utilizada até mesmo por professores e alunos para o estudo.

¹Original em inglês: “Therefore, the moral principles of her critique of theater and drama still apply to dramatic entertainment today, whether acted live on stage or in the many productions of the movie industry, television, video, DVD, etc. Whenever such presentations lead viewers into vicarious enjoyment of or participation in sexual immorality, violence, greed, deception, intemperance, disrespect for parents and other legitimate authorities, or the trivializing of sacred things, the moral principles are violated [...]”.

Outra influência positiva da TV é a rapidez da informação, que permitiu um conhecimento instantâneo de fatos e notícias ao redor do mundo. Com essas influências positivas a igreja cristã em geral, e a Adventista do Sétimo Dia, em particular, tem se utilizado muito desse meio para a pregação do evangelho.

Por outro lado, a televisão expõe seus usuários a muitas influências negativas. A ideologia consumista tem sido altamente propagada e este estilo de vida muito prejudicial tem aumentado muito, prejudicando até mesmo a saúde. A violência é muito apresentada na TV e tem influenciado muito os telespectadores. O sexo é apresentado fora dos valores bíblicos, bem como a fidelidade é diminuída e a perpetuidade do casamento também. O respeito aos pais e autoridades também não é valorizado nas telas. Os relacionamentos também têm sofrido por causa do estímulo à individualidade que o uso da televisão proporciona. E, além da perda de tempo, a televisão afeta o relacionamento com Deus, sendo um dos principais responsáveis para a ausência nos cultos e diminuição do momento devocional.

Ao compararmos os conteúdos passados na televisão com a orientação bíblica e religiosa de Ellen G. White sobre o que deve ocupar nossa visão e nosso pensamento, podemos concluir que o cristão deve controlar o que assiste na TV, para que não esteja incorrendo em quebra dos princípios bíblicos.

Por fim, podemos sugerir outros estudos sobre a influência de outras mídias nas famílias cristãs, sabendo que este trabalho, de modo algum, é a palavra final no assunto.

REFERÊNCIAS

ABREU, Peter Cumba de; MACEDO, Rildo da Silva. Um estudo sobre o uso da televisão pela Igreja Adventista no estado de São Paulo: programa fé para hoje. **Kerygma**, v. 4, n. 2, p. 98-127, 2008.

ALMEIDA, Heloisa Buarque. **Muitas mais coisas**: telenovela, consumo e gênero. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2001.

ALVES, Maria Inez Masaro. **O adolescente e a TV**: o caso da telenovela Malhação. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2000.

BARROS, Neimar de. **O livro proibido**. São Paulo: Shalon Livraria, 2004.

BORGES, Michelson. **Nos bastidores da mídia**. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2005.

CALIXTO, José. **A vida devocional sob o impacto da mídia contemporânea**. Tese (Doutorado em Teologia Pastoral) - Seminário Adventista Latino-americano de Teologia, Centro Universitário Adventista de São Paulo, Engenheiro Coelho, SP, 2008.

CASTRO, Ricky; SOUZA, Marcos Aurélio Siqueira de. Bancos vazios: uma pesquisa sobre as razões da baixa frequência aos cultos dominicais adventistas. **Kerygma**, v. 2, n. 2, p. 41-78, 2006.

CHAMAN, Terezinha de Jesus Bellote. **A ideologia dos meios de comunicação social na formação da consciência familiar**. 2014. 323 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", 2014.

DOUKHAN, Lilliane. Drama and theater. In: FORTIN, Denis; MOON, Jerry. **The Ellen G. White Encyclopedia**. Hagerstown: Review and Herald Publishing Association, 2013.

GOMES, Elisa da Silva. **Casos de família**: a conjugalidade nas antenas da TV. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2007.

MARTIN, Ralph P. **Filipenses**: introdução e comentário. São Paulo: Vida Nova, 1985.

MUNIZ, Sodrê. **A máquina de Narciso**. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1990.

NASCIMENTO, Paula Carolina Barboni Dantas. **A influência da televisão nos hábitos alimentares de crianças e adolescentes.** Tese (Doutorado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto / USP, Ribeirão Preto, SP, 2006.

OLIVEIRA, Kaithy das Chagas. **Educação para a modernização e privatização: a família e a televisão.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, 2007.

SCARONE, Daniel. O sedutor de multidões: outro conceito da televisão. **O Ministério Adventista**, v. 55, n. 2, p. 11-14, 1986.

SILVA, Danielson Roaly. **Mídia, família e religião: análise da influência da religião no desenvolvimento religioso da criança.** *Kerygma*, v. 2, n. 1, p. 58-127, 2006.

SILVA, Demóstenes Neves da. **Entretenimento e Mídia.** 2. ed. Cachoeira: CEPLIB, 2008.

TIBURG, João Luis. **Para uma leitura crítica da televisão.** São Paulo: Edições Paulinas, 2010.

WHITE, Ellen G. **Patriarcas e Profetas.** Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 1976.

_____. **O lar adventista.** Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 1977.

_____. **Fundamentos da educação cristã.** Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 1980.

ZACARIAS, Mônica Costa de Oliveira. **Família e TV: mais que dominação e subordinação.** Dissertação (mestrado em ciências sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Natal, RN, 2005.

Artigos

Nuances melancólicas em cartas de Caio Fernando Abreu

Melancholic nuances in letters from Caio Fernando Abreu

Frederico de Lima Silva¹

¹Especializando em Teoria Psicanalítica pela IFBPÓS/UniBF e Mestre em Letras (Língua Portuguesa) pela Universidade Federal da Paraíba

✉ fredlimaufpb@hotmail.com

Palavras-chave:

Gênero epistolar.
Caio Fernando Abreu.
Melancolia.

Keywords:

Epistolary genre.
Caio Fernando Abreu.
Melancholy.

Resumo

Entre os anos de 1973 e 1975, Caio Fernando Abreu escreveu inúmeras cartas para sua amiga Vera Antoun, as quais continham desde a descrição dos lugares por onde viajava, até confidências sentimentais. Utilizando como corpus algumas dessas cartas escritas por Caio Fernando Abreu e endereçadas a Vera Antoun, objetivamos apresentar algumas nuances da melancolia, sob a forma de não-ditos, característica marcante do gênero epistolar e tão explícita nas últimas correspondências do autor gaúcho. Para tanto, utilizaremos postulados de teóricos do gênero carta, bem como os da teoria psicanalítica, no que diz respeito aos sintomas melancólicos presentes na escrita do autor nos últimos anos da sua vida, de modo a compor uma análise teórico-reflexiva acerca de como tal escrita não consegue concluir, nos signos que a compõem, tudo aquilo que o autor gostaria de ter dito.

Abstract

Between 1973 and 1975, Caio Fernando Abreu wrote numerous letters to his friend Vera Antoun, which contained a description of the places he traveled, even sentimental confidences. Using as corpus some of these letters written by Caio Fernando Abreu and addressed to Vera Antoun, we aim to present some nuances of melancholy, in the form of unspoken words, a striking feature of the epistolary genre and so explicit in the last correspondences of the author from Rio Grande do Sul. For that, we will use postulates of letter theorists, as well as those of psychoanalytic theory, with regard to the melancholic symptoms present in the author's writing in the last years of his life, in order to compose a theoretical-reflective analysis about how such writing could not conclude, in the signs that compose it, everything that the author would have liked to have said.

1 INTRODUÇÃO

“Te espero em carta.”

(Caio Fernando Abreu a Vera Antoun)

Caio Fernando Abreu foi jornalista, tradutor, crítico literário, dramaturgo, roteirista de televisão e tantas outras coisas, mas foi no campo da escrita literária que alçou seus maiores voos. Poeta, contista e romancista, CFA¹ escreveu seu nome na literatura nacional graças à capacidade singular de unir, num tom que beira o confessional, inúmeras marcas da vida urbana nas metrópoles brasileiras, fazendo de suas obras fotografias dos mundos externo e interno em que vivia e, graças a isso, é considerado um dos maiores escritores de sua geração.

¹ Dada a numerosa quantidade de inserções do nome do autor, passaremos a nos referir ao mesmo apenas pelas iniciais CFA.

Incluso naquilo que podemos chamar de literatura urbana brasileira, CFA colocou a paisagem da cidade como principal cenário de seus textos, os quais refletiam, assim como os textos de alguns de seus contemporâneos, "o caos urbano, a desumanização, a incomunicabilidade, a individualização solitária e inevitável, (PELLEGRINI, 1996, p. 28), isto é, as experiências de inadequação dos indivíduos aos conflitos próprios desse lugar que lhe é tão familiar e, por isso mesmo, caótico. A cidade, dessa forma, não é apenas plano de fundo, um *background* nas narrativas do escritor gaúcho, e sim uma personagem de si mesma, como o próprio escritor era, em parte, personagem das suas próprias narrativas.

Em seus textos, tanto ele, como a cidade simbolizam "a solidão, a fragmentação, o deslocamento, numa dolorosa consciência de que a vida moderna, que prometia melhores condições de vida, torna-se uma experiência frustrante e sem saída, aprisionando o sujeito" (MAGRI, 2008, p. 110) e não lhe dando condições de fugir.

Aliado a isso, está o fato de que CFA vivenciou, visceralmente, a ditadura militar brasileira, período conturbado no cenário cultural brasileiro. Como dito anteriormente, embora seus textos estejam voltados a uma visão interior do sujeito, possuem relações profundas com a realidade externa, o que fez com que suas obras refletissem o panorama político e social da sua época. Durante boa parte do regime, esteve exilado na Europa. Como resultado, produziu textos que continham inúmeras alusões e alegorias ao momento histórico e aos seus efeitos na sociedade, como, por exemplo, a sua obra *O Ovo Apunhalado*, de 1975, a qual contém várias referências implícitas ao contexto da época.

Apesar de ser reconhecido por seus romances e contos, CFA também foi um profícuo escritor de cartas. Escreveu incontáveis correspondências ao longo da sua vida, em sua maioria, descrevendo os lugares em que viajou e o andamento dos seus escritos. Dentre as muitas epístolas, destacamos aquelas que escreveu à amiga Vera Antoun, as quais comportam uma grande carga afetiva. Por meio da análise de algumas dessas cartas, propomo-nos a tecer algumas considerações acerca do teor melancólico da escrita de CFA, demonstrando como suas vicissitudes incorporam tais escritos e, levando em consideração o gênero carta, como fica evidente os não-ditos, a impossibilidade de dizer tudo o que quer.

2 O QUE DIZEM AS CARTAS?

Gênero bastante singular, a carta, ou epístola, tende a variar muito o seu grau de formalidade dependendo da intencionalidade do seu emissor e, principalmente, daquele a quem a carta é destinada. "Lidas como testemunho verídico e objetivo do tempo presente" (BARBOSA, 2011, p. 331), as cartas possuem – distinguindo-se neste sentido dos demais gêneros – um acentuado poder de expressão das angústias sentidas no tempo em que são escritas, algo que lhe é inato, dadas as características intrínsecas do gênero, que é tido, desde a Antiguidade, como um "diálogo entre ausentes".

Sua origem sempre constituiu um interesse para os historiógrafos, no entanto, os resultados das tentativas de determinação temporal da gênese do gênero epistolar permanecem, ainda hoje, imprecisos. Todavia, sabe-se que a prática epistólica constituiu um dos únicos, quiçá o único meio de comunicação entre pessoas que estavam distantes umas das outras, como foi o caso nas civilizações grega e romana, cuja elite possuía, inclusive, escravos específicos para guardar, levar e trazer as cartas (Gonçalves; Di Mesquita, 2010). Não obstante ao fato de que permanecem sem uma origem específica, é possível afirmar que:

[...] surgiram para que o homem pudesse transmitir aos "outros" suas próprias ideias e pensamentos. Como "fiel intérprete e mensajera entre los hombres" (Vives 1978: 559), a carta surgiu como um meio de comunicação à distância antes da era dos telefones, transmitindo informações essenciais, não apenas pessoais, mas também sociais, relacionadas ao trabalho, ao cotidiano etc. (CASTILLO GÓMEZ, 2006 apud MARINE; BARBOSA, 2012, p. 3)

Dessa forma, as cartas, assim como os demais gêneros textuais, surgem de modo a responder uma necessidade comunicativa do ser humano, vindo a ocorrer a partir de um processo em que o sujeito social se encontra diante dos "processos de textualização na sociedade e na história. Uma espécie de sedimentação das práticas sociais em estruturas discursivas com marcas das formas de produção textual de sentido para fins comunicativos" (MARCUSCHI, 2000 apud SILVA, 2002, p. 12).

Todavia, ao ser entendida como gênero literário — e levando em consideração que a característica essencial do texto literário, para a teoria e para a crítica, é a ficcionalidade — coloca-se em debate como esse "diálogo entre ausentes" se constitui enquanto linguagem, já que, dado o seu entendimento plurissignificativo, torna-se discutível o compromisso com a veracidade do que é dito em suas linhas. A esse respeito, consideramos que o gênero epistolar possui, sim, comprometido com a veracidade dos fatos, embora não descartemos a possibilidade de que o remetente possa, intencionalmente ou não, fantasiar, omitir ou mesmo deturpar fatos durante o processo de escrita.

Embora alguns pesquisadores tentem esboçar critérios para uma possível separação de elementos com vistas a determinar se uma carta deve ser lida como documento histórico ou como literatura, ainda não temos uma teoria das cartas que dê conta dessa tarefa. Particularmente, parece-nos infrutífero esse movimento dicotômico em relação ao gênero, levando-se em consideração que é nessa dualidade, nessa impossibilidade de indeterminação da "veracidade narrativa" que a carta se constitui enquanto manifestação da linguagem e gênero textual.

Numa perspectiva mais intimista, a carta possui uma característica muito singular em relação aos demais gêneros. Nas suas linhas, carrega tanto do sujeito que a escreve, que nem ele mesmo consegue ver/ler, e esse algo que se sobressai nas entrelinhas não necessariamente precisa, assim como dissemos, extrapolar as linhas do texto, mas se encontra, quase sempre, na ordem do não-dito, no âmbito do que nos escapa, pois são coisas de uma dimensão que, mesmo estando a todo instante em cena, não está tão acessível, sem que haja um processo de análise. Referimo-nos, aqui, a um gênero que produz "memórias, que se desdobram em críticas, que desencadeiam cartas, que engendram memórias [...]. E o grande circuito dos discursos, onde se pode observar a inscrição das trajetórias de leitor e autor, de remetente e destinatário" (CARDOSO, 2000, p. 333).

A partir dessas premissas apresentadas, e buscando um norte conceitual para prosseguirmos como nossa pesquisa, podemos definir o gênero epistolar a partir daquilo que nos apresenta Marine e Barbosa (2012), ao afirmarem que:

[...] pode ser definido como um texto escrito, enviado por um remetente a um destinatário, marcado pela interação, ou seja, a comunicação entre o emissor e um receptor, sendo que a sua feitura pode ter diferentes finalidades, entre elas, informativa, afetiva, argumentativa, de discussão, de polêmica, de acusação, etc. Sendo assim, cada carta tem uma motivação própria para ser escrita, porém todas elas possuem, de acordo com Castillo Gómez (2006), uma mesma característica, que define e marca essa modalidade da escrita: a complementaridade entre a ausência e a presença (Castillo Gómez, 2006:29). De acordo com esse autor, no momento em que um indivíduo escreve uma carta, ele pensa em quem será o "outro", o seu destinatário, com quem manterá um diálogo. (MARINE; BARBOSA, 2012, p. 3)

À vista disso, o presente artigo apresentará, a seguir, algumas considerações acerca dos sintomas melancólicos, a fim de que, a posteriori, possa-se perceber sua presença/influência na mistura entre devaneio e escrita nas últimas cartas de Caio Fernando Abreu antes de sua morte, em 1996, assinalando-se como aspecto típico da angustiante "escrita de quase morte" que, por vezes, é verborrágica em sua tessitura, mas, em essência, é sempre faltosa e vice versa.

3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DA MELANCOLIA

Muito se ouve falar que Freud, pai da teoria psicanalítica, não foi um estudioso corajoso em relação às perversões e às psicoses. Todavia, ao nos lançarmos em direção à literatura do autor, veremos que tal afirmação é extremamente questionável e, quiçá, infundada, tendo em vista que foi ele o responsável por assoalhar os mecanismos que levariam aos estudos mais aprofundados sobre essas instâncias do desenvolvimento psíquico; algo possível através dos postulados desenvolvidos em relação a libido, bem como as suas relações com o autoerotismo, o narcisismo e o mecanismo de escolha de objeto.

No que se refere à melancolia, Freud nos apresenta seus primeiros apontamentos cerca de um ano após desenvolver e apresentar o conceito de narcisismo, estado em que o eu se coloca como objeto de si mesmo, e para onde a libido é direcionada. Utilizando-se dos estudos relacionados à libido, à escolha do objeto e ao narcisismo, Freud (1915/1969) vai nos apresentar a melancolia como sendo uma vicissitude entre sujeito e objeto, e que cujas consequências, quando não suportadas, podem levar o indivíduo ao suicídio.

Para se ter um entendimento mais firme acerca da melancolia na teoria psicanalítica freudiana, temos, *a priori*, que lançar um olhar, ao menos panorâmico, sobre como o autor distingue essa instância em relação àquela que ele nomeou como luto. Sabidamente, Freud estabelece tal distinção antes da publicação do escrito Luto e melancolia (1915/1969), por meio do texto conhecido como *Rascunho G* (1895/1969), como fica claro no comentário de Ferrari (2006):

Nessa época, se estabelece um luto como afeto normal, distinto do luto pela perda da libido, forma de caracterizar a melancolia, no “Rascunho G”. São dois lutos, estudados de maneira formalizada, em momentos distintos, mas já marcando a importância do afeto neles implicado. Freud organizou, assim, uma nova forma de diagnóstico onde o afeto, ainda que ocupe papel importantíssimo, é enganador. Se o único afeto que não engana é a angústia, todos os outros o fazem, diz o próprio Freud. Evidenciavam-se os rumos da melancolia como uma psicose. (FERRARI, 2006, p. 107)

Como explica Ferrari (2006), a distinção que nos é apresentada na obra citada não resultaria numa tentativa de elucidação dos mecanismos estruturantes do fenômeno do luto, bem como dos reflexos desse luto no processo de entendimento da melancolia e da depressão, mas o modo como o afeto se constitui como elemento inerente a todo esse itinerário, haja vista que “o afeto correspondente à melancolia é o do luto – ou seja, o desejo de recuperar algo que foi perdido” (FREUD, 1895/1969. p. 276).

Com base na sintomática que já era bastante discutida no período em que desenvolveu seus postulados acerca da melancolia, Freud (1915/1969) vai observar nessa manifestação psíquica uma perda de objeto que foge à consciência do sujeito, algo que “não ocorre no considerado luto normal, já que nele falta a perturbação do sentimento de si – ainda que o paciente apresente algumas das características descritas para a melancolia –, tão típica da melancolia” (p. 287). Dessa forma, o sujeito melancólico se encontra em um estado de recusa em relação à perda do objeto, ao internalizá-lo dentro do seu eu. No entanto, ao passo que realiza tal processo, é suprimido por esse mesmo objeto, pois ele, como nos orienta Lacan (1962-1963/2005), é quem rege a relação entre os dois.

4 VESTÍGIOS MELANCÓLICOS

CFA escreveu, entre os anos de 1973 e 1975, várias cartas à amiga Vera Antoun. As cartas, que em sua maioria descrevem os cenários dos lugares em que o escritor estava, possuem uma intrigante mescla entre ficção e realidade, algo comum nos escritos do autor. Tanto em sua escrita literária tradicional, como em sua epistolográfica, somos apresentados a uma escrita cujos caracteres corpóreo e emocional estão inevitavelmente intrínsecos.

Em suas cartas, CFA nos revela vestígios daquilo que a teoria psicanalítica postula desde suas origens no tocante à linguagem, em suas múltiplas manifestações: quando a palavra é usada, a falha² aparece. Sua escrita criativa, marcada pelo minimalismo na utilização das palavras, pelo intimismo visceral, pelo sofrimento reflexivo-analítico, culmina em uma composição que, além de comunicar e fazer pensar, confia aquilo que ele quer, para um leitor menos atento, e o que ele deixa escapar pelo não-dito, para os leitores mais atentos.

Sabemos, inquestionavelmente, que o escritor, durante o processo de criação, é o primeiro crítico de sua obra, pois ele, antes mesmo de findá-la, escreve e reescreve, lê e relê, revisando o texto até que este esteja dizendo aquilo que o autor, na “inocência” do ato de escrever literatura, almeja comunicar. Schüller (1975), ao discorrer sobre o tema do escritor crítico, pontua algumas características em relação à autocrítica que o autor realiza em relação seus escritos:

A primeira separação que o ato de criticar opera é a separação entre o sujeito e o objeto da crítica. A atitude crítica distancia o crítico da obra criticada. O crítico observa antes de julgar e a observação requer distância. O crítico situa-se diante da escrita como espectador diante do espetáculo. O espectador não pode ser simultaneamente ator. Não há atividade crítica quando o espectador projeta no espetáculo os seus problemas existenciais. A projeção anula a separação e, desfeita a separação, não há crítica. (SCHÜLLER, 1975 p. 31)

Todavia, dificilmente um autor consegue ser um exímio autocrítico, pois ele está para o seu texto, como uma mãe está para seu filho. No caso do CFA (1972), esta relação transparecia com a urgência de um pedido de socorro, como ele mesmo comenta:

Talvez fosse um pedido de socorro envergonhado. O socorro não veio, [...] e fui obrigado a me investigar e afundar em mim mesmo durante todo esse tempo, no começo assim como quem cava um poço no deserto, depois, aos poucos, sentindo a areia mais úmida, uns filetes d'água brotando lentamente, até agora, quando me sinto na iminência de mergulhar o corpo nesse lago (talvez mar) -eu-os outros-cosmos, não sei. (CFA 1972/2002, p. 375)

Notadamente, a escrita de CFA se inscreve num âmbito típico de escritos de cunho tardio, ou seja, aqueles em que o sujeito transfere para sua produção uma convalescença de espírito que prenuncia sua morte, mesmo que não esteja “diante” dela. A escrita das cartas, que marcaram as vésperas da fase em que o escritor se enclausurou diante de sua doença, mostra-se como um resquício da urgência em que ele se encontrava, pois “as escrevia freneticamente”. Para que possamos entender melhor como se caracteriza essa urgência, que, de antemão, assinalamos como uma característica da escrita melancólica, lancemos um olhar sobre outros autores que, assim como CFA, também apresentaram vestígios da urgência de sua escrita, mesmo que estas não tenham sido escritas em cartas.

Autores como Clarice Lispector, que escreveu em seus últimos anos de vida obras como *Um sopro de vida* e *A hora da estrela*, produziram escritos que, hoje, são tidos como extremamente metaforizados em relação à melancolia. Tanto CFA, como Clarice, prestaram-se, mesmo que inconscientemente, a tecer uma escrita que contingenciou as vicissitudes de suas vidas, principalmente naquelas obras que foram compostas em seus últimos anos. Todavia, mesmo que os textos finais de Clarice demonstrassem a urgência de sua escrita, CFA (1972) se sobressai em virtude da sua pungência em relação à dor de ser e existir:

Passei coisas difíceis. Fui demitido da Bloch e estive preso por porte de drogas. Depois disso, voltei para cá e, durante algum tempo, mergulhei numa série de viagens lisérgicas, de onde saí mais confuso do que nunca. Perdi minha identidade, me desconheci. Passei um mês inteiro

² Referimo-nos à falha não no sentido empregado pelo senso comum, mas àquela que a psicanálise utiliza para marcar a fissura, o momento em que o trauma ocorre, ou quando ele é revisitado.

trancado no quarto, sentindo dor. Não exatamente sentindo, mas sendo dor, sem falar com ninguém, sem pensar nada, sem fazer nada. (CFA, 1972/2002, p. 376)

Para a psicanálise freudiana, a dor é uma marca da existência das pulsões em nosso corpo. Para ela, a dor psíquica seria equivalente a dor física, no que se refere à reação do real à perda de um objeto (FREUD, 1926/1969). Aqui, a dor de existir nos faz lançar um olhar sobre o que há de mais contundente na escrita do melancólico, como podemos observar na escrita de CFA e Clarice: a morte. Neles, a morte se torna íntima e sanguínea; e ela, a morte, revela-se como a marca mais contundente da escrita de urgência, pois, para esse tipo de composição, a morte é um personagem que se sobressai ao alegórico, evidenciando, nas entrelinhas, a inevitabilidade do que se aproxima.

Em nossa contemporaneidade, a dor parece não ser mais apenas um sintoma que se manifesta no corpóreo, mas, cada vez mais, torna-se um sintoma que pulsa dentro de nossa alma, por mais poético que pareça. Indo além, percebemos que ela, a dor, adentra num nível sentimental que beira a constatação do terror que é não poder ser o outro, aquele ao qual o sujeito melancólico se recusa inconscientemente a perder, e estar preso ao que se é. Ou seja, a dor adquire o status de ser um agente de resgate daquilo de mais absurdo sobre nossas próprias vidas, como uma forma de resposta caso beiremos o esquecimento daquilo que somos.

O socorro que CFA salienta na primeira citação que fiz em relação à sua carta a Vera Antoun — que o faz silenciando e gritando ao mesmo tempo —, pode ser considerado, nessas condições a que nos propomos a analisar, como o grito do bebê pelo seu objeto amado, aquele que ele chama, mas não vem, assim como ocorre com CFA quando diz que “talvez fosse um pedido de socorro envergonhado. O socorro não veio [...], e fui obrigado a me investigar e afundar em mim mesmo durante todo esse tempo” (ABREU, 1972/2002, p. 375). A partir dessa fala, deparamo-nos com o vazio existencial que faz com que o sujeito se encontre diante da lacuna entre o desejo e o seu objeto amado.

Nesse sentido, utilizando-nos de uma noção de Le Poulichet (1994, p. 20), podemos ponderar que a constatação de um vazio, de uma separação inconciliável entre o sujeito em relação ao seu objeto amado, que no caso do melancólico, está fundido a ele, faz abrir, mesmo que de forma inconsciente, uma cova onde adormecia algo que nunca morrera de fato, ou seja, o local onde reside o objeto. Sendo assim, a partir dessa visão de que no mundo não há algo que, de fato, o sustente, que o sujeito notará que esse algo, na verdade, o habita, mas que se encontra ausente, a falta de algo no fora o faz enxergar aquilo que é ausente dentro de si.

Tal ausência de solução ou abrigo fora de si, faz com que CFA (1972) demonstre em sua escrita epistolar o caos em que se encontra alguém que se depara com a impossibilidade fora, tentando, muitas vezes, desesperadamente, buscar este abrigo dentro de si, mas é justamente dentro de si o ambiente em que o trauma reside, travestido pelo não-dito, propagando os vestígios de que existia nele uma necessidade mortífera de entender algumas coisas sobre ele mesmo, mas que ainda estavam impossíveis de alcançar, como podemos perceber quando ele escreve à amiga:

Eu não ia poder transar bem com você porque estou todo perdido, todo enrolado nos meus “adentros”. E não acredito que você pudesse melhorar a situação. São coisas muito minhas, incomunicáveis. Eu estou vazio, deprimido e amargo [...]. No momento não tenho mesmo nada. Só coisas escuras. Prefiro guardar comigo. (ABREU, 1972/2002, p. 470)

Ao passo que constata sua impossibilidade de compreensão acerca daquilo que ele mesmo sente, da obscuridade das suas coisas mais íntimas, observamos claramente que os traços de uma possível melancolia lhe são claras, principalmente no que se refere à perda objetual, pois a melancolia está

irrevogavelmente relacionada a uma perda de objeto que foi posta distante da consciência do sujeito (FREUD, 1915/1969).

Sem embargo, vale ressaltar que a dor que os sujeitos (escritor e eu lírico) das cartas pesquisadas apresentam não é de uma ordem exclusiva a eles, pois, fazendo aqui uma ponte ao pensamento lacaniano, sabe-se que a dor de existir não é unicamente sentida pelos melancólicos, mas são eles que a vivenciam em seu estado puro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O gênero epistolar, como o conhecemos hoje, pressupõe um inevitável caráter de urgência naquilo que está escrito, bem como na urgência da expectativa de que a mensagem, ao ser enviada, seja entregue, lida e respondida. Porque mesmo que não exista, nela, um pedido de resposta, há uma solicitação silenciosa por parte de quem a escreve, sob pena de que, ao não ser respondida, ela se torne uma verdadeira constatação da “desimportância” do sujeito perante o outro, tendo em vista que representa uma conversa cara a cara que não pôde ser feita, mas que ainda sim se constitui no imaginário do remetente, levando-se em conta, claro, que a presença real de quem escreve só se constitui a partir da construção imaginária de quem a recebe, sendo o silêncio do destinatário um emudecer, muitas vezes, incompreensível, dilacerante, insuportável.

Essa pressa velada nas entrelinhas, como vemos nos trechos das cartas de CFA a Vera Antoun, revela-nos a urgência de uma escrita tardia, permeada por traços típicos do sujeito melancólico freudiano e lacaniano, onde o desabrigo perante o mundo, a culpabilidade inconsciente e a incapacidade de superar o luto perante a perda do objeto amado são características constitutivas.

CFA, ao escrever cartas nos últimos anos de sua vida, mostrou-nos a necessidade constitutiva do sujeito melancólico – companheiro de uma morte que lhe é próxima, mas ainda não sentida conscientemente – de tentar revelar, mesmo que em vão, a sua angústia perante a ineficácia do luto em relação ao objeto amado e, mais ainda, em relação à necessidade de um retorno ao estado primevo, uterino, como vemos nas suas diversas menções a um isolar-se dentro de si que, mesmo não tendo sido o caso deste escritor, faz com que exista, no melancólico, certa inclinação à identificação com o objeto caído, o que o leva, não raramente, ao suicídio.

REFERÊNCIAS

ABREU, C. F. **Cartas**. Organização de Ítalo Moriconi. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.

BARBOSA, S. de F. P. A escrita epistolar como prosa de ficção: as cartas do jornalista Miguel Lopes do Sacramento Gama. In: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo** - v. 7 - n. 2 - p. 331-344 - jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.upf.br/seer/index.php/rd/article/viewFile/2406/1559> Acesso em 05 de janeiro de 2019.

CARDOSO, M. R. (2000). Carta do leitor. Reflexões a partir de uma seção de arquivo. In: GALVÃO, W. N.; GOTLIB, N. B. (2001) (orgs.) In: **Prezado Senhor, Prezada Senhora**. Estudo sobre cartas. São Paulo: Companhia das Letras, p. 333-339.

FERRARI, I. F. Melancolia: de Freud a Lacan, a dor de existir. In: **Latin-American Journal of Fundamental Psychopathology on Line**. Ano VI, n. 1, maio/2006, 105-115.

FREUD, S. (1895). Rascunho G. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Vol. I. Trad. sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1969, p. 275-282.

_____. (1915). Luto e Melancolia. In: _____. Vol. XIV. Trad. sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1969, p.275-291.

_____. (1926). Inibição, sintoma e angústia. In: _____. Vol. XX. Trad. sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1969, p. 95-201.

GONÇALVES, A. T. M.; DI MESQUITA, F. D. G. Atividade epistolar no mundo antigo: relendo as cartas consolatórias de Sêneca. In: **História Revista**: Revista da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, v. 2, n. 1, p. 31- 53, jan./jun. 2010.

LACAN, J. (1962-1963). **O Seminário, livro 10**: a angústia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

LE POULICHET, S. **O tempo na psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

MAGRI, M. M. Sujeito, cidade e experiência urbana em Caio Fernando Abreu. In: **Terra roxa e outras terras** – Revista de Estudos Literários, vol. 12, jun. 2008, p. 100-111. Disponível em: http://www.uel.br/pos/letras/terra-roxa/g_pdf/vol12/TRvol12i.pdf Acesso em 10 de novembro de 2018.

MARINE, T. de C.; BARBOSA, J. B. Estudos variacionistas pautados em cartas: reflexões teórico-metodológicas. In: **Linguística**. Vol. 27, n. 1, p. 221-240, 2012.

PELLEGRINI, T. **Vazio cultural?** Gavetas vazias - ficção e política nos anos 70. São Carlos: Editora da UFSCar/ Porto Alegre: Mercado de Letras, 1996.

SCHÜLER; D. Escrita - Leitura. In: **Letras Hoje**. Vol. 10. N. 4, p. 25-40, 1975. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/19263/12278> Acesso em 2 de julho de 2018.

SILVA, J. Q. G. **Um estudo sobre o gênero carta pessoal**: das práticas comunicativas aos indícios de interatividade na escrita dos textos. [Tese de doutorado]. Faculdade de Letras da UFMG: Belo Horizonte, 2002, 209 p.

Artigos

Gestão das organizações públicas e privadas

Paulo Ricardo Manoel Fernandes

✉ fernandespoa46@gmail.com

Palavras-chave:

Gestão.
Organizações Públicas.
Organizações Privadas.

Resumo

O presente artigo teve como objetivo realizar um estudo sobre a Gestão da Produção e Gestão de Pessoas nas Empresas mediante estudo de caso descritivo. A gestão possibilita que às organizações públicas e privadas possam coordenar de forma eficaz as atividades diárias do ambiente de trabalho, assim como promover a visualização da estrutura e das relações hierárquica e a função de cada competência dos colaboradores, além da divisão dos afazeres e o do poder.

1 INTRODUÇÃO

Os desafios atribuídos aos gestores nas organizações, como a pressão dos administrados por resultados e soluções satisfatórias das atividades governamentais e dos órgãos fiscalizadores na observância da legislação que dispõem sobre a responsabilidade administrativa, fazem com que tais gestores tendem a aprimorar sua estrutura no ambiente de trabalho, deste modo aumentar os seus resultados. Essa estrutura deve ter a capacidade de analisar a execução das atividades que são específicas da administração pública e, por essa razão, dever ser sempre revisado e atualizado e, se necessário alterado (DI PIETRO, 2012).

A gestão possibilita que às organizações públicas e privadas possam coordenar de forma eficaz as atividades diárias do ambiente de trabalho, assim como promover a visualização da estrutura e das relações hierárquica e a função de cada competência dos colaboradores, além da divisão dos afazeres e o do poder. Com relação à estruturação organizacional, Cury (2010) aponta que ela agrupa os elementos que compõe uma organização e como acontece à integração entre eles, sua importância é identificada à medida que possibilita o atendimento das metas organizacionais, regulamenta e tende a diminuir a influência das variações individuais sobre a organização.

O presente artigo teve como objetivo realizar um estudo sobre a Gestão da Produção e Gestão de Pessoas nas Empresas mediante estudo de caso descritivo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Gestão na organização pública

Esse modelo é empregado na gestão de organizações e instituições públicas e governamentais, tendo ligação direta com o Estado. A administração pública tem como objetivo principal o bem comum, descrito na Constituição Federal, alinhando-se aos projetos e às políticas governamentais. Deste modo, seu orçamento e a destinação de seus investimentos seguem os objetivos e metas do Estado, passando pelo gestor público. É importante destacar, que os conhecimentos estabelecidos para a atuação na área

podem ser alcançados através de um curso de Gestão Pública, de curto prazo do que uma graduação em Administração (KLERING,2014).

A legislação divide a administração pública em direta e indireta, sendo que a direta é composta pela União, Estados, Distrito Federal e municípios e a indireta abrange as autarquias, as sociedades de economia mista, as fundações públicas e as empresas públicas (CURY,2010).

2.2 Gestão na organização privada

Os princípios da administração privada são utilizados na gestão de empresas privadas. Os seus objetivos são mais particulares, visando o desenvolvimento das organizações e o benefício das partes interessadas, como gestores e os colaboradores. Algumas das principais finalidades da administração privada são a rentabilidade, a competitividade e a integração (DI PIETRO,2012).

A gestão privada necessita da atuação de profissionais devidamente capacitados para lidar e solucionar as dificuldades e exigências do ambiente organizacional. Nesta situação, o cliente surge como um fator essencial ao alcance de suas finalidades. Entre os conceitos relacionados à administração privada podemos citar (CURY,2010):

- Planejamento estratégico;
- Marketing de vendas;
- Gestão do relacionamento com o cliente;
- Logística;
- Consumidor.

3 METODOLOGIA

O capítulo da metodologia tratou sobre quais métodos e procedimentos foram utilizados com o objetivo de apresentar o estudo da Gestão nas Organizações Públicas e Privadas.

3.1 Tipos de estudo

Esta pesquisa irá se desenvolver através do estudo de caso descritivo, partindo da compreensão geral do assunto buscando descrever os fatos ou situações e proporcionar conhecimento acerca do fenômeno estudado e comprovar ou contrastar relações evidenciadas no caso. Este tipo de estudo tem como finalidade explicar o conteúdo das premissas. De acordo com Gil (2008):

“O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados.”

3.2 Tipos de pesquisa

Este projeto de pesquisa será realizado pela tipologia não experimental, pois não haverá influência ou manipulação de dados pelo pesquisador, onde as variáveis de interesse do estudo serão observadas ou mensuradas.

De acordo com Coelho (2018). A pesquisa não experimental consiste no estudo de fenômenos sem a intervenção sistemática do pesquisador.

Quanto ao tipo de pesquisa será do tipo descritiva pois o objetivo é descrever as características do objeto em estudo, apenas descrevendo a realidade já existente.

Segundo Moretti (2017), o pesquisador necessita de inúmeras informações sobre o que deseja pesquisar. Neste tipo de estudo descreve os fatos e acontecimentos de uma realidade.

3.3 Tipos de pesquisa referente ao instrumento de coleta de dados

A pesquisa quanto instrumento de coleta de dados será bibliográfica. Uma vez que o uso da pesquisa do tipo bibliográfica está relacionado ao fato do estudo utilizar muitas bibliografias de diversos autores para evidenciar a importância deste projeto de pesquisa.

“A pesquisa bibliográfica é a base de qualquer trabalho científico. Essa etapa serve para reunir o conhecimento teórico já disponível. A partir daí, pode-se analisar ou explicar o objeto de estudo.”. (RAYMUNDO, 2018).

3.4 Plano amostral

O levantamento do estudo será Amostragem não-probabilística. Coelho (2018) define este tipo de amostragem como:

A escolha dos elementos da amostra é feita de forma não-aleatória, justificadamente ou não. A escolha é intencional ou por conveniência, considerando as características particulares do grupo em estudo ou ainda o conhecimento que o pesquisador tem daquilo que está investigando.

3.5 Tipos de análise dos dados

Será utilizado, para análise de dados, nesta pesquisa será a análise de verificação.

De acordo com Moraes (2009), A análise de verificação faz a análise de documentos e literaturas especializadas tendo como objetivo a hipótese de verificação, sabendo-se o que se busca para atingir um determinado objetivo.

4. RESULTADOS

Para compreender melhor como funciona a gestão atualmente é necessário entender as diferenças entre os dois formatos atuais: a gestão pública e a gestão privada.

A Gestão Pública consiste em um modo de gestão que empregado em organizações e instituições públicas e governamentais, em geral se caracteriza por algumas diferenças fundamentais com relação ao modelo de gestão privada. A principal diferença está relacionada com a adequação de praticamente das políticas governamentais em vigência e aos projetos de governo, fazendo com que seu orçamento, investimentos e sua área atuação estejam perfeitamente alinhados com o que o governo pretende.

Além disto, tem a interferência política, que tem forte presença de lideranças políticas nas decisões de empresas públicas. Já a gestão privada não tem interferência de políticos e não leva em consideração planos e projetos de governo, tendo mais independência neste sentido do que a gestão pública. Entretanto, dependendo do porte da empresa, é possível que problemas com relação aos gestores, que em empresas pequenas tende a está relacionada aos fundadores.

Em empresas maiores, os problemas enfrentados pela gestão privada têm mais a ver com a falta de profissionais qualificados para atuarem na função de gestores do negócio.

Em suma, a gestão privada diferente do que ocorre na gestão pública, quase sempre deve ser realizada pelos profissionais devidamente capacitados, o que nem sempre acontece em algumas situações, devido falta de profissionais qualificados

5 CONCLUSÃO

Por fim, constata-se a importância da organização administrativa como sendo o ponto chave para uma gestão eficiente permite visualizar todos os processos das atividades das organizações, além das relações hierárquicas entre vários níveis da organização e sendo utilizada como ferramenta consultiva para a adoção de novas estratégias.

A principal diferença entre a Gestão Pública e a administração privada está no próprio objetivo de cada uma delas, sendo na Gestão Pública focada no bem comum e a gestão privada voltada para o lucro ou para o consumo

REFERÊNCIAS

COELHO, Alessandra M. **Métodos e técnicas de pesquisa**. Disponível em: http://www.riopomba.ifsudes-temg.edu.br/dcc/dcc/materiais/610228303_aula%2023out2013.pdf. Acesso em: 10 nov..2018.

CURY, A. **Organização e métodos: uma visão holística**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito administrativo**. 25 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GIL, A. C. **Método e técnicas de pesquisa social**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2008, p.80-99.

KLERING, L. R.; PORSE, M. C. S. **Em direção a uma administração pública brasileira contemporânea com enfoque sistêmico**. Desenvolvimento em Questão, v. 12, n. 25, p. 41- 80, 2014.

MORAES, Roque. **Análise de Conteúdo (1999)**. Disponível em: http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html . Acesso em: 26 jun.2018.

MORETTI, Isabella. **Metodologia de Pesquisa do TCC: conheça os tipos e veja como definir (2017)**. Disponível em: <https://viacarreira.com/metodologia-de-pesquisa-do-tcc-143440/> . Acesso em: 10 nov.2018.

RAYMUNDO, Rafael T. **Entenda o que é pesquisa explicativa e veja exemplos**. Disponível em: <https://viacarreira.com/pesquisa-explicativa-221358/>. Acesso em: 26 jun.2018.

_____. **Pesquisa Bibliográfica: tudo o que você precisa saber para fazer a sua**. Disponível em: <https://viacarreira.com/pesquisa-bibliografica-204626/> . Acesso em: 26 jun.2018.

Artigos

Transmissão vertical do novo coronavírus: uma revisão de literatura

The new coronavirus vertical transmission: a scope review

Transmisión vertical del nuevo coronavirus: una revisión de la literatura

Roberta Aquino, Jacicleide Alves, Jessica Carvalho

✉ roberta.lfaquino@gmail.com, jacicleidealves2015@gmail.com, jessica.taina.upe@gmail.com

Palavras-chave:

Coronavírus.
Recém-nascido.
Transmissão Vertical
de Doença Infecciosa.

Keywords:

Coronavirus.
Newborn.
Infectious Disease
Transmission
Vertical.

Resumo

Introdução: O coronavírus 2 (CoV-2), vírus causador da COVID-19, foi descoberto em dezembro de 2019, em um surto na cidade de Wuhan, na China. O vírus é o sétimo coronavírus, tem um alto poder de transmissibilidade e tornou-se emergência de saúde pública global. Desde então, pesquisas sobre modo de transmissão, prevenção e tratamento foram iniciadas em busca do controle da doença. **Objetivo:** Investigar possíveis casos da transmissão vertical do novo coronavírus em recém-nascidos. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão de escopo, realizada no período de 10 a 25 de abril de 2020 através da Biblioteca Virtual de Saúde. **Resultados:** Cinco artigos foram incluídos para a revisão de escopo. Todos foram publicados no ano de 2020, sendo três desenvolvidos na China, um na Suécia e um nos Estados Unidos. Todos os artigos apresentaram resultados negativos para a transmissão vertical baseados em testes do ácido nucleico e da reação em cadeia da polimerase, utilizando-se amostras de líquido amniótico, sangue do cordão umbilical, leite materno, tecido placentário, além do suco gástrico, urina, fezes, swab faríngeo e retal dos neonatos. **Conclusões:** Apesar dos casos confirmados da infecção pelo novo coronavírus em recém-nascidos e da possibilidade da transmissão vertical, atualmente não há evidências suficientes para que se possa comprovar tal hipótese.

Abstract

Introduction: Coronavirus 2 (CoV-2), the virus that causes COVID-19, was discovered in December 2019 in an outbreak in the city of Wuhan, China. The virus is the seventh coronavirus, has a high transmissible power and has become a global public health emergency. Since then, research on the mode of transmission, prevention and treatment has started in search of disease control. **Objective:** To investigate possible cases of vertical transmission of the new coronavirus in newborns. **Methodology:** This is a scope review, carried out from April 10 to 25, 2020 throughout the Virtual Health Library. **Results:** Five articles were included for the scope review. All of them were published in 2020, three were developed in China, one in Sweden and one in the United States. All the articles showed negative results for vertical transmission based on nucleic acid tests and the reverse-transcriptase polymerase chain reaction test, using samples of amniotic fluid, umbilical cord blood, breast milk, placental tissue, in addition to gastric juice, urine, feces, pharyngeal and rectal swab of neonates. **Conclusions:** Despite of the confirmed cases of the infection caused by the new coronavirus in newborns and the possibility of vertical transmission, there is currently insufficient evidence to prove this hypothesis.

Resumen

Palabra-chave:
Descritores.
Coronavirus.
Recién Nacido.
Transmisión
Vertical de Enfermedad
Infecciosa.

Introducción: el coronavirus 2 (CoV-2), el virus que causa COVID-19, fue descubierto en diciembre de 2019 en un brote en la ciudad de Wuhan, China. El virus es el séptimo coronavirus, tiene un alto poder transmisible y se ha convertido en una emergencia mundial de salud pública. Desde entonces, la investigación sobre el modo de transmisión, prevención y tratamiento ha comenzado en busca del control de la enfermedad. Objetivo: investigar posibles casos de transmisión vertical del nuevo coronavirus en recién nacidos. Metodología: Esta es una revisión del alcance, realizada del 10 al 25 de abril de 2020 a través de la Biblioteca Virtual en Salud. Resultados: se incluyeron cinco artículos para la revisión del alcance. Todos fueron publicados en 2020, tres se desarrollaron en China, uno en Suecia y uno en los Estados Unidos. Todos los artículos mostraron resultados negativos para la transmisión vertical basados en pruebas de ácido nucleico y pruebas de la reacción en cadena de la polimerasa, utilizando muestras de líquido amniótico, sangre del cordón umbilical, leche materna, tejido placentario, además de jugo gástrico, orina, heces, torunda faríngea y rectal de recién nacidos. Conclusiones: a pesar de los casos confirmados de la infección del nuevo coronavirus en recién nacidos y la posibilidad de transmisión vertical, actualmente no hay pruebas suficientes para probar esta hipótesis

INTRODUÇÃO

O coronavírus 2 (CoV-2), vírus causador da COVID-19, foi descoberto em dezembro de 2019, em um surto na cidade de Wuhan, na China. O vírus é o sétimo coronavírus, tem um alto poder de transmissibilidade e tornou-se emergência de saúde pública global, classificada como pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020, após a confirmação de mais de dois milhões de casos no mundo (LUDVIGSSON, 2020). Desde então, pesquisas sobre modo de transmissão, prevenção e tratamento foram iniciadas em busca do controle da doença.

O período médio de incubação da COVID-19 é de aproximadamente cinco dias e a maioria dos casos se configuram como leves (HUANG et al., 2020). Alterações em exames de rotina, como hemograma, também são encontradas – leucopenia, linfopenia e trombocitopenia são comuns. Embora animais sejam considerados reservatórios do vírus, especialmente morcegos, o novo coronavírus comprovadamente é transmitido de humano para humano, através de contato próximo, por gotículas respiratórias eliminadas na tosse ou espirro, inalação de aerossóis, objetos contaminados e pela via fecal-oral (RASMUSSEN et al., 2020).

Os sintomas comumente observados são febre, tosse seca, mialgia, cefaléia e diarreia (RASMUSSEN et al., 2020). Nos casos mais graves, a dispneia pode aparecer – em média oito dias após o início dos sintomas – e em geral, os pacientes apresentam pneumonia diagnosticada através da tomografia computadorizada de tórax (TC de tórax) onde os pulmões apresentam aspecto de opacidade em vidro fosco (HUANG et al., 2020).

Das complicações, a mais comum, especialmente em pacientes admitidos em unidade de terapia intensiva (UTI), é a síndrome respiratória aguda grave por Cov-2 (SARS-CoV-2), com alta taxa de mortalidade. A confirmação laboratorial se dá por meio do RT-PCR (transcrição reversa seguida da reação em cadeia da polimerase) para CoV-2, através de amostras do trato respiratório (swab faríngeo). Nenhum tratamento efetivo para CoV-2 foi descoberto até o momento (HUANG et al., 2020).

Em relação ao comportamento da doença em crianças, o quadro é mais leve e muitas vezes elas são assintomáticas, apresentando um melhor prognóstico e raros casos de óbitos, se comparados aos adultos (LUDVIGSSON, 2020). Em neonatos, baseado em pesquisa realizada com dezenove recém-nascidos

de mães positivas para o Cov-2 na China, na busca de respostas sobre possível transmissão vertical, nenhum deles apresentou evidência clínica, radiológica, hematológica ou bioquímica que confirmasse a COVID-19. Vale salientar que todos eles, imediatamente após o nascimento, foram isolados e não tiveram nenhum contato materno (LIU et al., 2020). Em alguns casos foram observadas complicações gestacionais tais como: ruptura prematura de membrana (RPM), parto prematuro e sofrimento fetal (RASMUSSEN et al., 2020).

A possibilidade da transmissão vertical (TV) do novo coronavírus foi considerada, entretanto atualmente, não existem comprovações científicas de transmissão intraútero. Dado o exposto, o presente estudo tem como objetivo investigar possíveis casos da transmissão vertical do novo coronavírus em recém-nascidos (RN). Além disso, considera-se que avaliar possíveis infecções do Cov-2 por via vertical, lança luz a perspectiva da prevenção e da melhoria da assistência à gestante durante a gestação e parto, além de propor um manejo clínico adequado ao RN de mães positivadas com possível risco de transmissão vertical.

Método

Tipo de estudo

Trata-se de uma revisão de escopo, que dispõe como principais objetivos determinar o valor da realização de uma revisão sistemática, avaliar a variedade, extensão e natureza das pesquisas, resumir e disseminar os achados dos estudos e desta forma, conseguir identificar as lacunas que há na literatura.

Coleta de dados

A revisão de escopo foi realizada no período de 10 a 25 de abril de 2020, através da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), na qual foram selecionadas as bases de dados *Publisher Medline (Pubmed)* e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs). Para a busca dos artigos, foram utilizados os seguintes descritores em português: Coronavírus, Recém-nascido e Transmissão Vertical de Doença Infecciosa; em inglês: Coronavirus, Newborn e Infectious Disease Transmission, Vertical e espanhol: Coronavirus; Recién Nacido; Transmisión Vertical de Enfermedad Infecciosa, os quais foram combinados através do operador booleano AND.

Critérios de Inclusão

Foram selecionados os artigos publicados nos últimos 5 anos, nos idiomas português, inglês ou espanhol e que abordassem sobre a transmissão vertical do novo coronavírus.

Critérios de Exclusão

Foram excluídos os artigos incompletos, publicados há mais de 5 anos e que não apresentassem especificidade com o objeto de estudo através da leitura dos títulos e resumos.

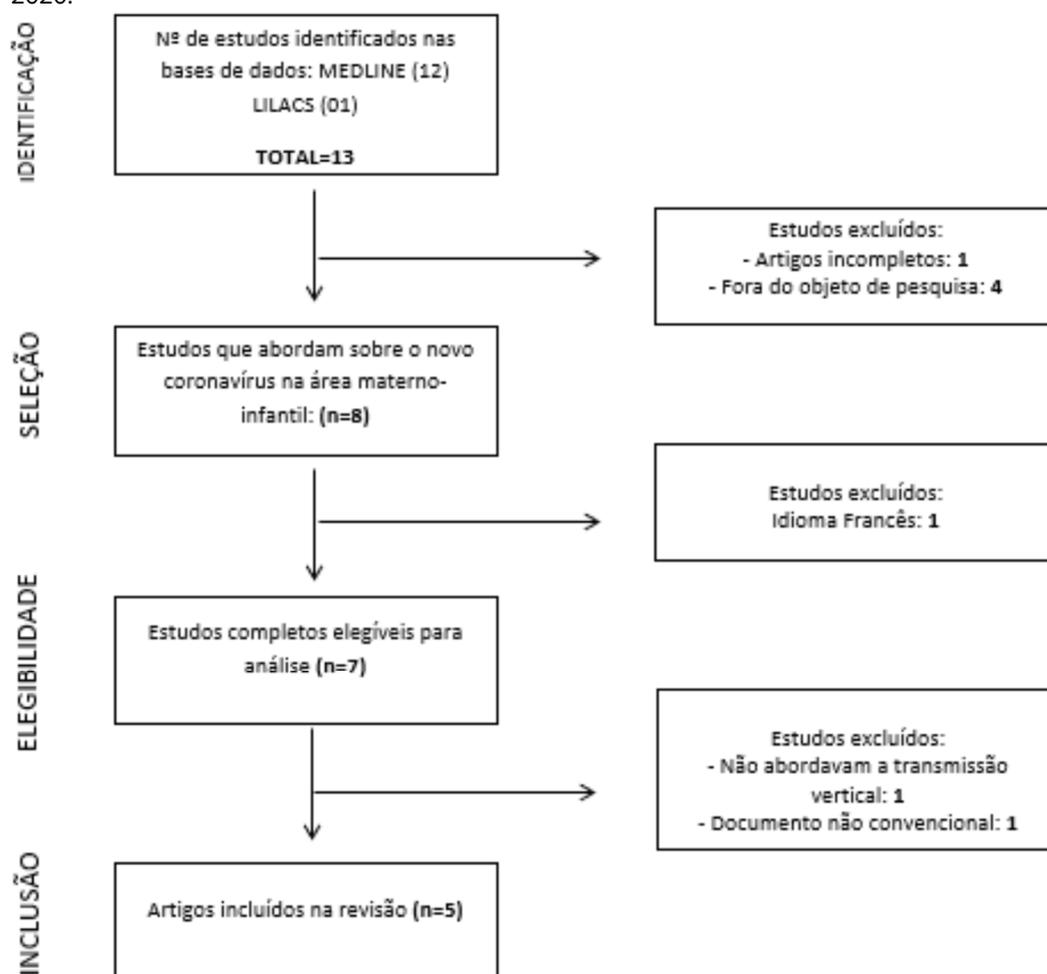
Análise dos dados

Os dados foram analisados com o auxílio do programa Microsoft Excel 2010® e o Microsoft Word 2010®.

Resultados

Na fase de identificação, através das buscas na literatura, foi possível identificar 13 estudos nas bases de dados elencadas. Deste quantitativo, 5 foram excluídos: 1 por ser artigo incompleto e 4 por não se enquadrarem no objeto de pesquisa desta revisão. Na seleção, mais 1 estudo foi excluído por ter sido redigido em francês. Dos 7 estudos elegíveis para análise, 1 não abordava sobre a transmissão vertical e outro apresentava formato não convencional, sendo desta forma excluídos. Por fim, 5 artigos foram incluídos para a revisão de escopo por se enquadrarem em todos os critérios metodológicos (Figura 1).

Figura 1- Fluxograma com o processo e as etapas de seleção dos estudos incluídos na revisão de escopo. São Paulo, 2020.



Em relação às características dos estudos selecionados, todos foram publicados no ano de 2020. Três foram desenvolvidos na China, um na Suécia e um nos Estados Unidos. Nenhum estudo brasileiro foi encontrado. Em relação à metodologia, dois optaram pelo estudo retrospectivo, um pela análise prospectiva e dois tiveram como base as revisões de literatura (sistemática e de especialistas). Todos os artigos apresentaram resultados negativos para a transmissão vertical do SARS-CoV-2 baseados em testes do ácido nucleico (NAT) e RT-PCR, utilizando-se amostras de líquido amniótico, sangue do cordão umbilical, leite materno, tecido placentário, além do suco gástrico, urina, fezes, *swab* faríngeo e retal dos neonatos. Os autores concluem que apesar dos casos confirmados da COVID-19 em recém-nascidos e da possibilidade da transmissão vertical do SARS-CoV-2, atualmente não há evidências suficientes para que se possa comprovar tal hipótese.

Tabela 1- Características dos estudos incluídos na revisão de escopo. São Paulo, 2020.

Autor e Ano	País	Metodologia	Amostra	Resultados	Conclusão
Wei L, Jing W, Wenbin L, Zhaoxian Z, Siying L, Zhihui R, 2020.	China	Análise prospectiva	19 neonatos filhos de mãe com COVID-19	Foi realizado o RT-PCR para pesquisa de SARS-CoV-2 em amostras de swab faríngeo, suco gástrico, urina e fezes dos neonatos, os quais deram negativos, exceto em 1 que positivou na amostra do swab faríngeo, porém realizou-se um novo teste, o qual deu falso positivo. Além disso, não se detectou o vírus no líquido amniótico e nem no sangue do cordão umbilical.	A taxa de infecção zero neste estudo pode ter relação com a falta de evidências que dão suporte a transmissão vertical do SARS-CoV-2 e o manejo durante o pré-parto, parto e pós-parto.
Huijun C, Juanjuan G, Chen , Fan L, Xuechen Y, Wei Z, et al, 2020.	China	Estudo retrospectivo	9 gestantes com COVID-19	Testou-se a presença do SARS-CoV-2 em amostras do líquido amniótico, sangue do cordão umbilical, swab faríngeo dos neonatos e leite materno de 6 puérperas. O vírus não foi detectado em nenhuma das amostras por meio do RT-PCR.	Não há evidências de que a infecção pelo SARS-CoV-2 no 3º trimestre de gestação possa trazer algum resultado adverso aos neonatos e nem há confirmação de transmissão vertical do vírus.
Jonas FL, 2020.	Suécia	Revisão sistemática	45 artigos científicos	De acordo com a Comissão Nacional de Saúde da China, até 20 de fevereiro, 3 casos de infecções neonatais foram registrados. O que foi diagnosticado com 30 horas de vida nasceu de mãe com COVID-19 e apresentou apenas desconforto respiratório. Em uma revisão feita por Schwartz, de 39 recém-nascidos, 30 foram testados para COVID-19 e apresentaram resultados negativos.	Apesar dos relatos de neonatos com COVID-19, a transmissão vertical parece ser pouco provável. Testes feitos em amostras de sangue do cordão umbilical e do tecido placentário têm apresentado resultados negativos.
Sonja AR, John CS, John AL, Tony SW, Denise JJ, 2020.	Estados Unidos	Revisão de especialistas	Não informada	Alguns relatos têm aparecido na mídia sobre a infecção pelo SRAS-CoV-2 em um neonato com 30 horas de vida, sugerindo a possibilidade de transmissão vertical. Porém, há dados insuficientes que comprovem os modos de transmissão perinatal e pós-natal. Um estudo recente com 18 gestante infectadas no 3º trimestre, publicado por Chen et al e Zhu et al, mostram que não houve evidências laboratoriais da transmissão vertical do vírus em amostras do líquido amniótico, sangue do cordão umbilical e swab faríngeo de 6 neonatos. A transmissão pelo leite materno também se mostrou negativa em 6 amostras coletadas no estudo feito por Chen et al.	Devido a falta de informação concreta, parece razoável assumir a possibilidade da transmissão intraútero ou perinatal do SARS-CoV-2 e por isto, o neonato deve ficar em isolamento para evitar a exposição dos demais.

Discussão

Diante do cenário atual da COVID-19, as manifestações clínicas da doença em gestantes mostram-se habituais aos achados mundiais, como febre e sintomas relacionados a afecções do trato respiratório superior e inferior. No entanto, as complicações da infecção nessas mulheres podem ocasionar hipoxemia fetal/neonatal, na qual aumenta os riscos de eventos adversos perinatais, que por sua vez, pode se relacionar a maiores probabilidades de TV (ZHU et al. e YOUNG et al., 2020).

Essas intercorrências perinatais é uma das principais evidências na probabilidade de TV, visto que os neonatos de mães infectadas pelo vírus, apresentaram como evolução predominante o sofrimento fetal, seguido da dificuldade respiratória, com quadro mais leve quando comparados a adultos, num período de manifestação que variou entre 30 horas a 5 dias, até o diagnóstico confirmado de COVID-19 (ZHANG et al., 2020).

Em estudo realizado na China, através de dados da Comissão Nacional de Saúde da China, referente aos RNs de mães positivas para a doença, um bebê apresentou sintomas da COVID-19 após 30h de nascido e teve a confirmação da doença por volta das 6h seguintes, o que sugere a possibilidade de infecção via intrauterina (LIU et al. e CHEN et al., 2020).

Apesar da escassez de estudos sobre o assunto, as evidências das pesquisas apontam para uma improvável possibilidade de transmissão vertical, uma vez que foram testadas amostras de líquido amniótico, sangue do cordão umbilical e leite materno, e todas foram negativas, além de esfregaço da garganta dos RN, sendo esse último, em bebês de gestantes no último trimestre da gestação (CHEN et al. e ZHANG et al., 2020).

Além disso, em outros estudos o sequenciamento do RNA vem sendo uma maneira de explorar mais especificamente o comportamento da doença, na qual foram constatadas algumas semelhanças do COVID-19 quando comparadas com o ZIKA Vírus (que pode ser transmitida verticalmente), dentre elas, uma alta expressão de algumas células materno-fetais precoces com seu receptor específico, que é amplamente expresso no ZIKA-V, explicando sua capacidade de transmissão vertical nos primeiros trimestres da gravidez (HENG et al., 2020).

Devido à realização das pesquisas apenas em gestantes no terceiro trimestre de gravidez - o que fragiliza o estudo, uma vez que é sabido que algumas doenças com alto poder de transmissão no início da gestação, como por exemplo o ZIKA-V e rubéola, a transmissão vertical precisa ser analisada com atenção e novos estudos precisam ser realizados. Desta forma, as medidas de precaução devem ser instituídas até que novos estudos relacionados à TV em qualquer período da gestação sejam validados (CHEN et al. e SCHWARTZ et al., 2020).

Limitações do Estudo

Existem algumas limitações para o estudo. Primeiro, embora haja estudos sobre a possibilidade de transmissão vertical do novo coronavírus, há uma escassez de artigos publicados, o que impossibilita uma análise mais ampla para confirmação ou descarte da infecção intrauterina. Segundo a seleção incompleta para identificar recém-nascidos de mães positivas para a doença e analisá-los, é possível, afinal, a quantidade de bebês somados em toda revisão, não ultrapassa uma marca de 35 crianças. Terceiro, alguns estudos não testaram amostras de tecido intrauterino; outros, testaram apenas bebês sintomáticos. Com isso, uma grande quantidade assintomática pode ter sido excluída da análise. Quarto, o tempo mínimo para um recém-nascido testado, em todos os estudos, foi de 30 horas, o que alerta, mas impossibilita uma confirmação de transmissão vertical, pois nenhum estudo especificou sobre a realização dos

testes diagnósticos ainda na sala de parto. Esse também é o motivo pelo qual não se pode excluir tal hipótese. Dado o exposto, a fragilidade da revisão se dá pela falta da amplitude de pesquisas de campo relacionadas à transmissão vertical do novo coronavírus.

Contribuições do Estudo para a Prática

O presente estudo proporciona subsídios para melhoria na assistência materno-infantil, apontando para cuidados necessários à gestante e ao recém-nascido de mãe infectada com o CoV-2; agrega informações sobre o manejo clínico, epidemiológico e laboratorial dos neonatos com risco de infecção para a COVID-19; alerta para a possibilidade de transmissão vertical, confirmando a necessidade de mais estudos que propiciem maior visibilidade ao tema. O artigo contribui cientificamente no que diz respeito ao conhecimento do comportamento do novo coronavírus em gestantes e bebês, propondo uma direção tanto no caráter preventivo quanto assistencial.

Considerações finais

Apesar de não poder descartar a hipótese da transmissão vertical do novo coronavírus, atualmente não há evidências científicas que corroboram tal possibilidade. A necessidade da realização de novas pesquisas com metodologias diferentes, instiga pesquisadores a desenvolverem estudos que possam sanar as dúvidas existentes acerca deste tema, que auxiliem na determinação de condutas adequadas para a assistência perinatal, trazendo bons resultados nos índices de morbidade e conseqüentemente, promovendo a recuperação e manutenção da saúde das gestantes e sobretudo, dos neonatos.

Referências

CHEN, H. et al. Clinical characteristics and intrauterine vertical transmission potential of COVID-19 infection in nine pregnant women: a retrospective review of medical records [Internet]. *The Lancet* 2020. [citado 23 abr 2020] v. 395, n. 10226, p. 809-815. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/mdl-32151335>

HENG, Q.L.; DUAN, T., JIN, L.P. Perfil de expressão de RNA de célula única de ACE2 e AXL na interface materno-fetal humana [Internet]. 2020. [citado 25 abr 2020]; 4: 7-10. Disponível em: <http://www.repde-vmed.org/text.asp?2020/4/1/7/278679>

HUANG, C. et al. Clinical features of patients infected with 2019 novel coronavirus in Wuhan, China [internet]. 2020. [citado 22 abr 2020] 395:497-506. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0140673620301835>

LIU, W. et al. Clinical characteristics of 19 neonates born to mothers with COVID-19 [Internet]. *Frontiers of Medicine*. [citado 22 abr 2020] p. 1. 2020. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/mdl-32285380>

LUDVIGSSON, J. F. Systematic review of COVID-19 in children show milder cases and a better prognosis than adults. *Acta Paediatrica* [internet]. 2020 [citado 22 abr 2020] Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/apa.15270>

RASMUSSEN, S. A. et al. Coronavirus Disease 2019 (COVID-19) and Pregnancy: What obstetricians need to know [Internet]. *American journal of obstetrics and gynecology*. 2020. [citado 23 abr 2020] Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/mdl-32105680>

SCHWARTZ, D. A.; GRAHAM, A. L. Potential maternal and infant outcomes from (Wuhan) coronavirus 2019-nCoV infecting pregnant women: lessons from SARS, MERS, and other human coronavirus infections [Internet]. *Viruses*, v. 12, n. 2, p. 194, 2020. [citado 25 abr 2020] Disponível em: <https://www.mdpi.com/1999-4915/12/2/194>

YOUNG, B. E. et al. Singapore Novel Coronavirus Outbreak Research T. Epidemiologic Features and Clinical Course of Patients Infected With SARS-CoV-2 in Singapore [Internet]. *Jama*, v. 10, 2020. [citado 25 abr 2020] Disponível em: <https://jamanetwork.com/journals/jama/fullarticle/2762688>

ZHANG, Z. J. et al. Novel Coronavirus Infection in Newborn Babies Under 28 Days in China [Internet]. *European Respiratory Journal*, 2020. [citado 24 abr 2020] Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/mdl-32269087>

ZHU, H. et al. Clinical analysis of 10 neonates born to mothers with 2019-nCoV pneumonia [Internet]. 2020. [citado 25 abr 2020] 9(1), 51-60. doi:10.21037/tp.2020.02.06 Disponível em: <http://tp.amegroups.com/article/view/35919/28274>

Artigos

A visão do funcionário sobre sua atuação como impacto para o crescimento da empresa

Patrícia Cristina Gama da Costa¹, Mariana Silva Viana², Paula Vanessa Alecrins Silva³

¹Profª Drª do curso de Psicologia da Universidade do Distrito Federal (UDF)

²Graduanda do curso de Psicologia da UDF

³Graduanda do curso de Psicologia da UDF

✉ marianavianapsic@gmail.com

Palavras-chave:

Psicologia organizacional.

Motivação do funcionário.

Visão do funcionário.

Resumo

Trata-se de uma pesquisa quantitativa feita através da aplicação de um questionário online, realizada com os colaboradores de uma empresa privada, onde objetiva-se identificar qual a visão do funcionário sobre sua atuação como impacto para o crescimento da empresa assim como sua opinião sobre outros aspectos que influenciam em seu comprometimento. Para tanto, o trabalho conta com contribuições de alguns estudos de modo conceitual. Portanto, com esse levantamento intenciona-se trazer algumas considerações que respondam à questão levantada em seu objetivo.

Abstract

This is a quantitative research carried out through the application of an online questionnaire, carried out with the employees of a private company, where the objective is to identify what is the employee's view of his performance as an impact for the company's growth as his opinion about other aspects that influence your commitment. Therefore, the work contains contributions from some studies in a conceptual way. Therefore, with this intentional survey, some considerations will be answered to the question raised in its objective.

Keywords:

Organizational psychology.

Employee motivation.

Employee's view.

1 INTRODUÇÃO

Para as empresas é de grande importância o comprometimento dos colaboradores. É esperado que eles se adequem e alinhem seus valores aos da organização, assim como trabalhem para alcançar as metas e objetivos propostos. Em contrapartida, as instituições precisam investir em uma gestão de pessoas que objetive valorizar e incentivar os trabalhadores de forma integral e não somente no âmbito das técnicas profissionais, pois essa é a forma de se alcançar um comprometimento mais efetivo (BASTOS e AGUIAR, 2015).

Segundo Tamayo (2005) O vínculo do indivíduo com o seu trabalho é caracterizado pela complexidade e a multidimensionalidade. Ele abrange não somente a relação com o trabalho em si, mas também com o emprego, com a equipe de trabalho, com a carreira ou ocupação, com o sindicato e com a organização na qual trabalha. Há evidências, ainda, segundo Filenga e Siqueira (2008), que a percepção de justiça que os trabalhadores têm das decisões tomadas pela empresa afetam diretamente o nível de comprometimento.

Para Bastos, Brandão e Pinho (1997) comprometimento organizacional é, sem dúvida, o segredo do sucesso de qualquer instituição, isso porque o maior ativo de uma empresa são as pessoas, são os

colaboradores que estão por trás das conquistas, dos lucros e dos resultados. Profissionais comprometidos e engajados com a organização se empenham e se dedicam mais e conseqüentemente produzem com maior qualidade.

De acordo com Fischer et. alii, 2009 *apud* Simon e Coltre 2012

Do comprometimento derivam uma série de atitudes e comportamentos desejáveis: elevado grau de assiduidade e pontualidade, baixas taxas de rotatividade, atitudes positivas diante da mudança, alto desempenho individual, comportamento de cidadania, entre outros. Os diversos resultados proporcionados pelo alto grau de comprometimento conferem à temática relevância estratégica nos dias atuais.

Diante desse ambiente competitivo e em função da complexidade dessa relação, a análise sobre o vínculo entre o indivíduo e a organização tem-se aprofundado nessas últimas décadas, intensificando-se, entre outros, os estudos sobre comprometimento organizacional, o qual pode ser definido como o vínculo estabelecido entre o indivíduo e a organização. (CANCADO, MORAIS E SILVA, 2006)

Esse construto é um dos mais estudados no comportamento das organizações. Inúmeras formas de percebê-lo no trabalho têm sido investigadas, considerando-se os diferentes focos: organização, carreira, trabalho, profissão, objetivos, entre outros, e as diferentes bases: afetiva, instrumental, calculativa, normativa, etc. (BASTOS e AGUIAR, 2015).

Segundo Bastos, Brandão e Pinho (1997, v.1, p. 20-24) “A multiplicidade de noções associadas ao conceito de comprometimento organizacional fortalece o seu entendimento como construto disposicional e, mais concretamente, como disposição aberta.” Uma empresa que visa crescimento, ganho e reconhecimento de mercado e do público atendido, precisa primeiramente investir no bem-estar e qualidade do seu primeiro e principal público: o interno. Este é composto pelos colaboradores que formam o time que oferece e entrega o trabalho da empresa ao público externo. Pressões externas aliadas a processos de trabalhos que combinam exigência de qualidade, crescente produtividade e interação efetivas entre pessoas tornam mais visível a necessidade de que o gestor possua uma adequada compreensão dos fatores que geram ou não comprometimento das pessoas. (BRITO e BASTOS, 2001).

Esta pesquisa pretende mostrar a visão dos funcionários sobre como sua atuação gera impacto para o crescimento e o desenvolvimento da empresa, assim como sua percepção da equipe como um todo e a contribuição que a instituição dá para a melhora do nível de comprometimento de seus integrantes. Vale destacar que os estudos sobre comprometimento têm se concentrado no foco organizacional e na base afetiva, tanto no Brasil quanto no exterior. (DEMO, 2003).

De modo específico, visou verificar quão satisfeitos e engajados esses colaboradores estão, além de evidenciar se afinal sentem-se ou não parte essencial dos resultados alcançados. Para isso, buscou-se identificar o conhecimento, por parte do grupo, dos objetivos que a instituição almeja atingir; o quanto esses trabalhadores estão dispostos a cooperar para que isso venha a ser concretizado; como eles enxergam sua participação e responsabilidade individuais sobre a qualidade do serviço oferecido ao público e o quanto eles se sentem “donos da empresa”, que é um dos slogans da organização. Também foi importante entender como eles enxergam sua equipe de trabalho, seus líderes e a contrapartida dada pela organização para que os servidores possam realmente se comprometer com ela.

A pesquisa conta com a contribuição de estudos teóricos de modo conceitual e ao final propõe considerações que respondam às questões levantadas em seu objetivo.

A ideia de se produzir esse levantamento originou-se em um serviço gratuito de consultoria na área de Psicologia Organizacional prestado por estagiárias do curso de Psicologia. Nesse contexto, seriam

atendidas demandas apresentadas pela empresa ou levantadas pelas estudantes. A intenção era colaborar com a qualidade de vida no trabalho dos empregados, assim como viabilizar melhoras em seus desempenhos e contribuir, conseqüentemente, com o crescimento da instituição.

2 MATERIAL E MÉTODO

A pesquisa se baseou no delineamento de entrevista semiestruturada que se trata de um roteiro de perguntas previamente elaborado com maior flexibilidade nas respostas, para que se obtenha um número maior de dados quantitativos em relação ao tema do estudo. Após a criação do questionário na plataforma online *Survio*, foi multiplicado um link disparado via e-mail e grupos da rede social *WhatsApp* aos funcionários de uma empresa privada do ramo de Medicina Diagnóstica em Brasília – DF, com a supervisão da coordenadora imediata que acompanha o desenvolvimento do trabalho, visando a coleta dos dados que mensuram os resultados da pesquisa na empresa.

Os materiais e equipamentos utilizados para realização deste trabalho foram:

- Celular ou *Smartphone*.
- Celular Samsung Galaxy J2 Prime.
- Folhas de resma A4 e caneta BIC preta.
- Notebook Intel Core I3. 4 GB de memória RAM.
- Artigos da internet sobre Comprometimento Organizacional.
- Ferramenta de formulário *Survio* do site: <https://my.survio.com/I6H3L4C8Z3E6U7Q9N5T1/designer>
- Questionário de 24 questões elaborado pelas estagiárias.
- Internet.

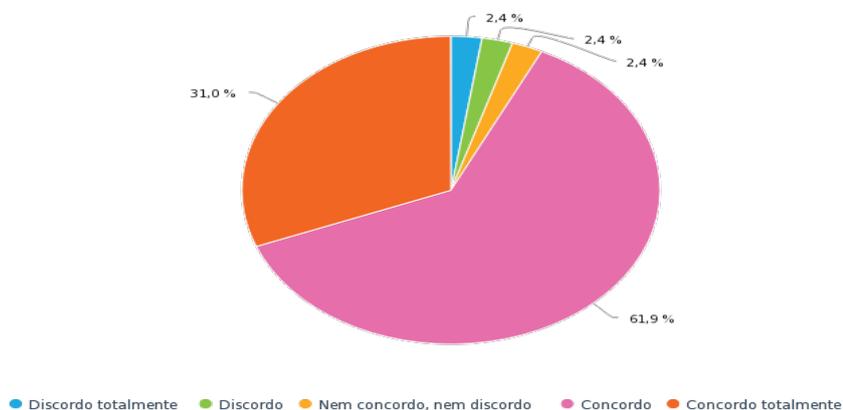
3 RESULTADOS

Por meio da aplicação do questionário a 42 colaboradores da empresa, foi obtido um maior número de respostas entre os colaboradores do sexo feminino, 81,0 % e 19,0% do sexo masculino. O questionário é composto por 24 questões que visavam verificar a visão dos funcionários sobre sua atuação como impacto para o crescimento da empresa, assim como seu nível de comprometimento, sua opinião sobre a equipe de trabalho e a contribuição da organização com todo esse processo. Os respondentes puderam escolher uma resposta para cada item levantado, sendo a variância entre discordância total e concordância total. Abaixo as variações de cada pergunta:

61,9% dos colaboradores estão alinhados com a visão e cultura, apresentaram alto nível de comprometimento com a empresa, 31,0% médio superior, 2,4% médio inferior e por fim 2,4% tem nível baixo de comprometimento de acordo, com a escala Likert de 5 pontos utilizada.

Figura 1: Gráfico representando o resultado da afirmação; “Você se considera um funcionário alinhado com a visão e cultura da empresa.” Respostas: 61,9% concordo pouco, 31,0% concordo totalmente, 2,4% discordo pouco, 2,4% discordo totalmente e 2,4% nem concorda, nem discorda.

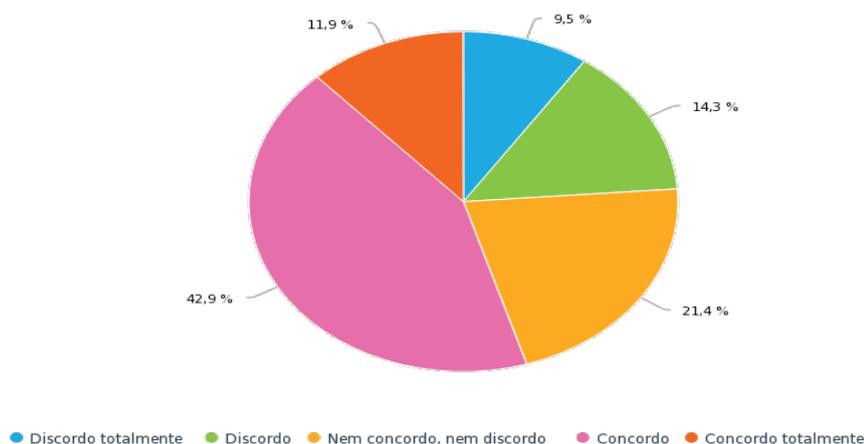
Você se considera um funcionário alinhado com a visão e cultura da empresa?



Fonte: <https://my.surveio.com/I6H3L4C8Z3E6U7O9N5T1/data/index>

Figura 2: Gráfico representando o resultado da afirmação; “Você se sente valorizado ao ser reconhecido como um membro da empresa.” Respostas: 42,9% concordo pouco, 11,9% concordo totalmente, 14,3% discordo pouco, 9,5% discordo totalmente e 21,4% nem concorda, nem discorda.

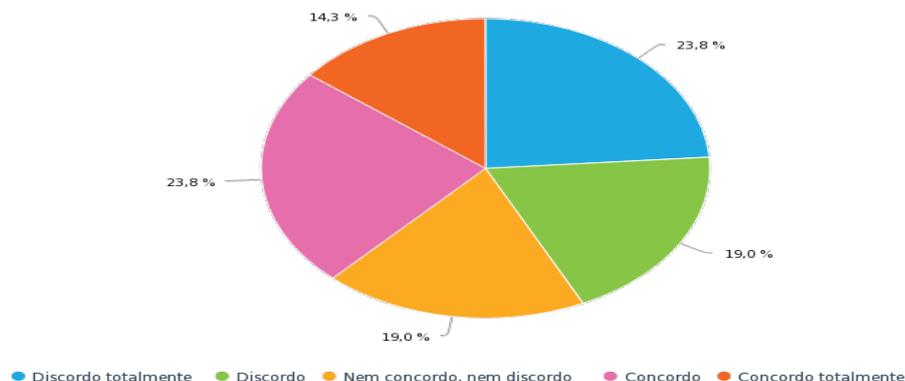
Você se sente valorizado ao ser reconhecido como um membro desta empresa?



Fonte: <https://my.surveio.com/I6H3L4C8Z3E6U7O9N5T1/data/index>

Figura 3: Gráfico representando o resultado da afirmação; “A empresa trata com igualdade todos os funcionários.” Respostas: 23,8% concordo pouco, 14,3% concordo totalmente, 19,0% discordo pouco, 23,8% discordo totalmente e 19,0% nem concorda, nem discorda.

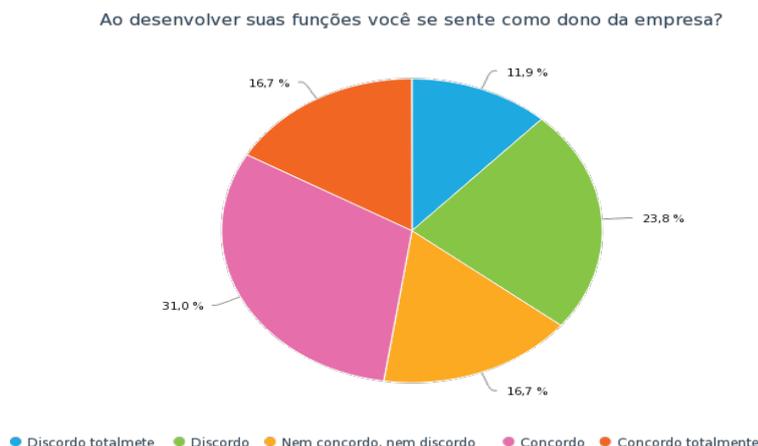
A empresa trata com igualdade todos os funcionários?



Fonte: <https://my.surveio.com/I6H3L4C8Z3E6U7O9N5T1/data/index>

Dentre as repostas encontradas, algumas merecem destaque, como por exemplo respostas sobre desenvolver as funções e se sentir como dono da empresa. Nesse ponto, é fato que apenas 16,7% dos participantes dizem concordar totalmente, o maior nível obtido foi de 31,0% entre os que concordam pouco, 23,8% discordaram e não se sentem como donos, porém, apenas 11,9% dos funcionários discorda totalmente de sentir-se como dono da empresa.

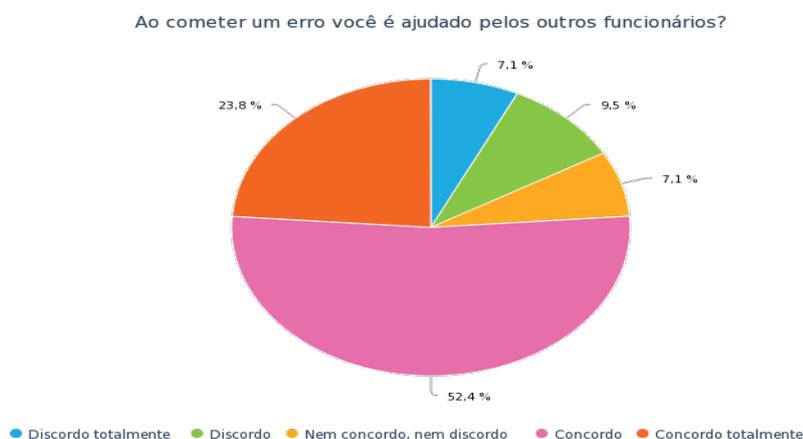
Figura 4: Gráfico representando o resultado da afirmação; “Ao desenvolver suas funções você se sente como dono da empresa.” Respostas: 31,0% concordo pouco, 16,7% concordo totalmente, 23,8% discordo pouco, 11,9% discordo totalmente e 16,7% nem concorda, nem discorda.



Fonte: <https://my.surveio.com/I6H3L4C8Z3E6U7Q9N5T1/data/index>

No que se refere ao relacionamento entre os funcionários da empresa, sobre ser ajudado ao cometer um erro 52,4% concordam pouco sendo o maior número, e 9,5% discordam pouco, apenas 23,8% dos funcionários afirmam totalmente em receber ajuda ao cometer erros, sobre conhecer os objetivos que a empresa deseja alcançar os números entre os que concordam totalmente e os que discordam pouco foram iguais a 9,5% e 59,5% concordaram pouco em conhecer os objetivos da empresa, para a pergunta sobre trabalharem unidos para que a empresa alcance seus objetivos, 38,1% concordaram totalmente, 9,5% são os que concordam pouco, e também dos que não se manifestaram positiva ou negativamente, 7,1% discordam muito em trabalhar unidos para que a empresa alcance seus objetivos. Em relação aos funcionários demonstrarem compromisso e lealdade com a organização, mesmo recebendo pouco retorno 42,9% concordaram muito, 19% nem concordaram, nem discordaram totalmente e 9,5% discordaram totalmente.

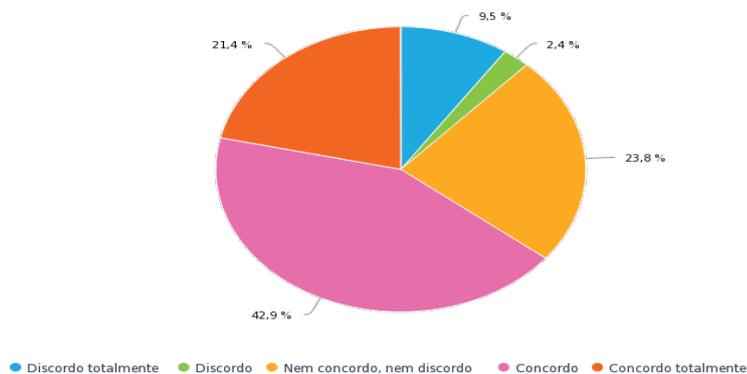
Figura 5: Gráfico representando o resultado da afirmação: “Ao cometer um erro você é ajudado pelos outros funcionários.” Respostas: 52,4% concordo pouco, 23,8% concordo totalmente, 9,5% discordo pouco, 7,1% discordo totalmente e 7,1% nem concorda, nem discorda.



Fonte: <https://my.surveio.com/I6H3L4C8Z3E6U7Q9N5T1/data/index>

Figura 6: Gráfico representando o resultado da afirmação; “Nesta empresa, os colegas auxiliam os novos funcionários e suas dificuldades.” Respostas: 42,9% concordo pouco, 21,4% concordo totalmente, 2,4% discordo pouco, 9,5% discordo totalmente e 28,3% nem concorda, nem discorda.

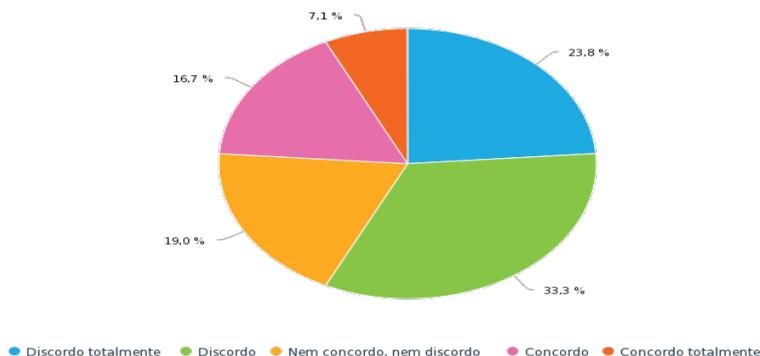
Nesta empresa, os colegas auxiliam os novos funcionários em suas dificuldades?



Fonte: <https://my.surveio.com/I6H3L4C8Z3E6U7Q9N5T1/data/index>

Figura 7: Gráfico representando o resultado da afirmação; “Nesta empresa os funcionários alteram a forma de realizar as funções com intenção de prejudicar os colegas de trabalho e a própria organização.” Respostas: 16,7% concordo pouco, 7,1% concordo totalmente, 33,3% discordo pouco, 23,8% discordo totalmente e 19,0% nem concorda, nem discorda.

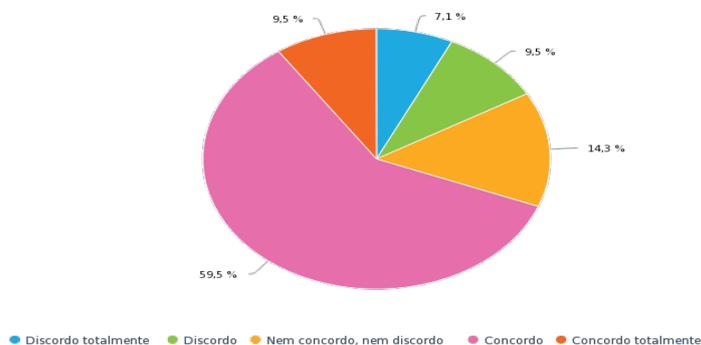
Nesta empresa os funcionários alteram a forma de realizar as funções com intenção de prejudicar os colegas de trabalho e a própria organização?



Fonte: <https://my.surveio.com/I6H3L4C8Z3E6U7Q9N5T1/data/index>

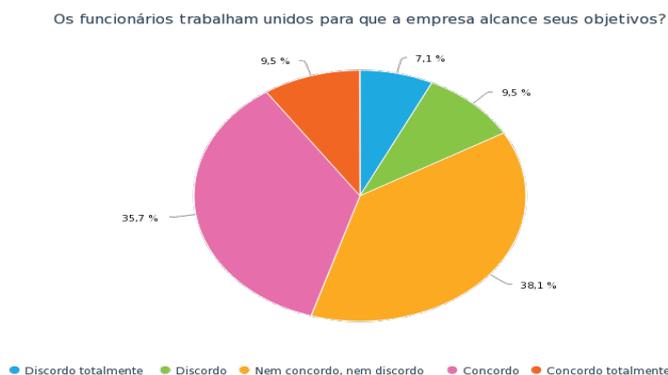
Figura 8: Gráfico representando o resultado da afirmação; “Os funcionários conhecem os objetivos que a empresa pretende alcançar.” Respostas: 59,5% concordo pouco, 9,5% concordo totalmente, 9,5% discordo pouco, 7,1% discordo totalmente e 14,3% nem concorda, nem discorda.

Os funcionários conhecem os objetivos que a empresa pretende alcançar?



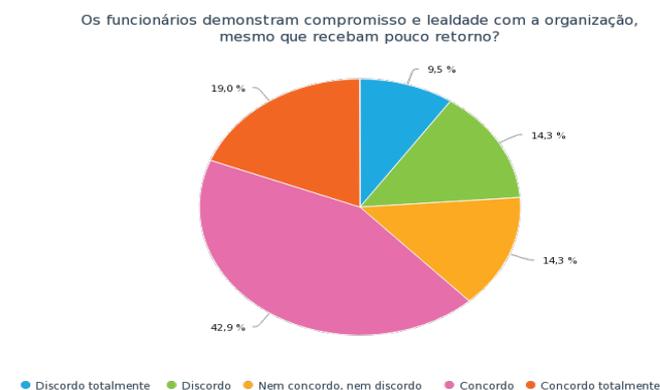
Fonte: <https://my.surveio.com/I6H3L4C8Z3E6U7Q9N5T1/data/index>

Figura 9: Gráfico representando o resultado da afirmação; “Os funcionários trabalham unidos para que a empresa alcance seus objetivos.” Respostas: 35,7 concordo pouco, 38,1% concordo totalmente, 9,5% discordo pouco, 7,1% discordo totalmente e 9,5% nem concorda, nem discorda.



Fonte: <https://my.surveio.com/I6H3L4C8Z3E6U7Q9N5T1/data/index>

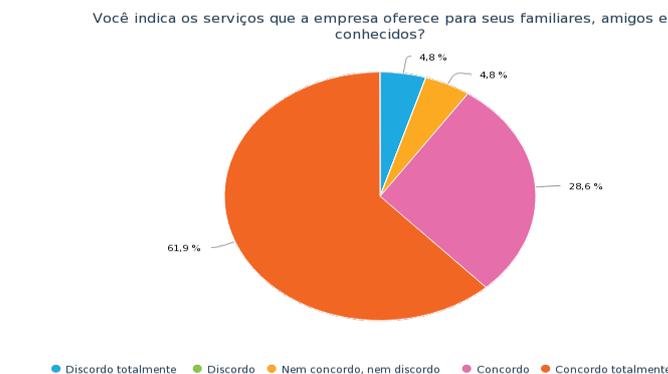
Figura 10: Gráfico representando o resultado da afirmação; “Os funcionários demonstram compromisso e lealdade com a organização, mesmo que recebam pouco retorno.” Respostas: 42,9% concordo pouco, 19,0% concordo totalmente, 14,3% discordo pouco, 9,5% discordo totalmente e 14,3% nem concorda, nem discorda.



Fonte: <https://my.surveio.com/I6H3L4C8Z3E6U7Q9N5T1/data/index>

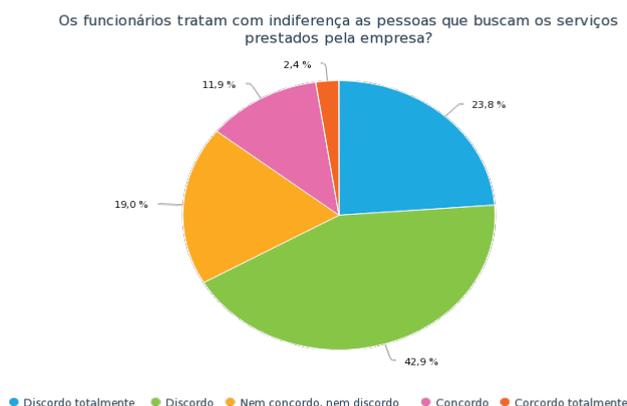
Uma equipe de trabalho comprometida é um indicador consistente relacionado diretamente aos resultados desejáveis da organização e a atuação do funcionário é um fator importante para o crescimento de qualquer organização. Na pesquisa realizada, pode-se observar que 61,9% dos colaboradores indicariam os serviços dessa organização para familiares, amigos e conhecidos sendo que apenas 4,8% não indicariam de forma alguma.

Figura 11: Gráfico representando o resultado da afirmação; “Você indica os serviços que a empresa oferece para seus familiares, amigos e conhecidos.” Respostas: 28,6% concordo pouco, 61,9% concordo totalmente, 0% discordo pouco, 4,8% discordo totalmente e 4,8% nem concorda, nem discorda.



Fonte: <https://my.surveio.com/I6H3L4C8Z3E6U7Q9N5T1/data/index>

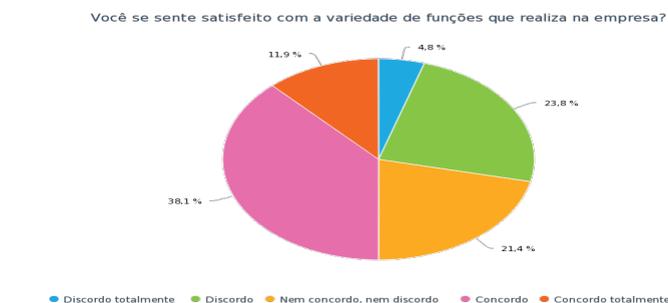
Figura 12: Gráfico representando o resultado da afirmação; “Os funcionários tratam com indiferença as pessoas que buscam os serviços prestados pela empresa.” Respostas: 11,9% concordo pouco, 2,4% concordo totalmente, 42,9% discordo pouco, 23,8% discordo totalmente e 19,0% nem concorda, nem discorda.



Fonte: <https://my.surveio.com/l6H3L4C8Z3E6U7Q9N5T1/data/index>

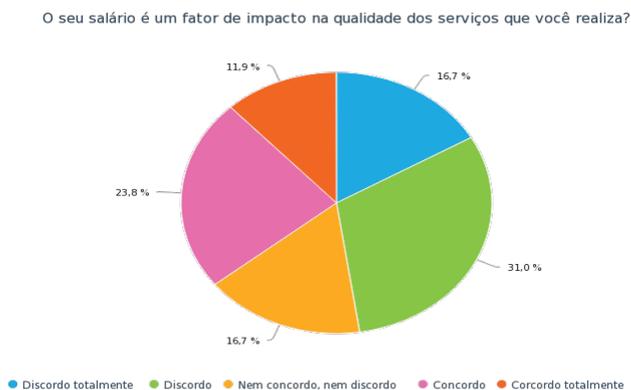
Quando perguntado sobre a satisfação da variedade de funções realizadas 31,8% concordaram pouco, porém, só 4,8% discordaram totalmente. Comparada com a pergunta sobre o salário ser um fator de impacto na qualidade dos serviços realizados vimos que apenas 23,8% concordaram pouco, sendo essa a mesma porcentagem dos que discordaram pouco em “está satisfeito com a variedade de funções que realiza na empresa”. Pode-se assim inferir que são semelhantes e têm o mesmo objetivo. Dados mostram 31,0% sentem-se insatisfeitos com o salário, 35,7% aceitam as críticas construtivas quanto ao seu desempenho no trabalho o que pode sugerir que esses colaboradores se inspiram a dar seu melhor em prol daquilo que acreditam ser o melhor para si, para seus clientes e para própria organização.

Figura 13: Gráfico representando o resultado da afirmação; “Você se sente satisfeito com a variedade de funções que realiza na empresa.” Respostas: 38,1% concordo pouco, 11,9% concordo totalmente, 23,8% discordo pouco, 4,8% discordo totalmente e 21,4% nem concorda, nem discorda.



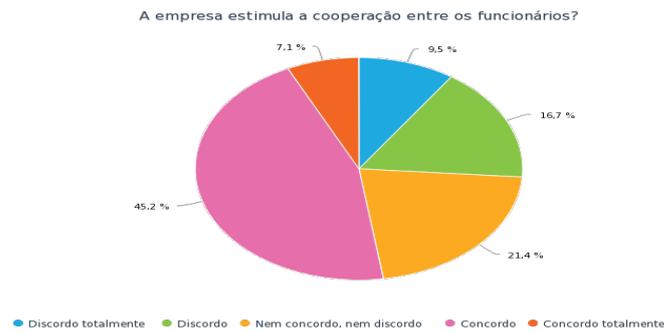
Fonte: <https://my.surveio.com/l6H3L4C8Z3E6U7Q9N5T1/data/index>

Figura 14: Gráfico representando o resultado da afirmação; “O seu salário é um fator de impacto na qualidade dos serviços que você realiza.” Respostas: 23,8% concordo pouco, 11,9% concordo totalmente, 31,0% discordo pouco, 16,7% discordo totalmente e 16,7% nem concorda, nem discorda.



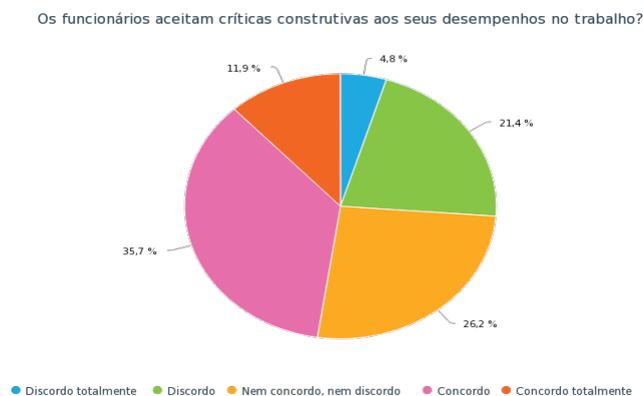
Fonte: <https://my.surveio.com/l6H3L4C8Z3E6U7Q9N5T1/data/index>

Figura 15: Gráfico representando o resultado da afirmação; “A empresa estimula a cooperação entre os funcionários.” Respostas: 45,2% concordo pouco, 7,1% concordo totalmente, 16,7% discordo pouco, 9,5% discordo totalmente e 21,4% nem concorda, nem discorda.



Fonte: <https://my.surveio.com/I6H3L4C8Z3E6U7Q9N5T1/data/index>

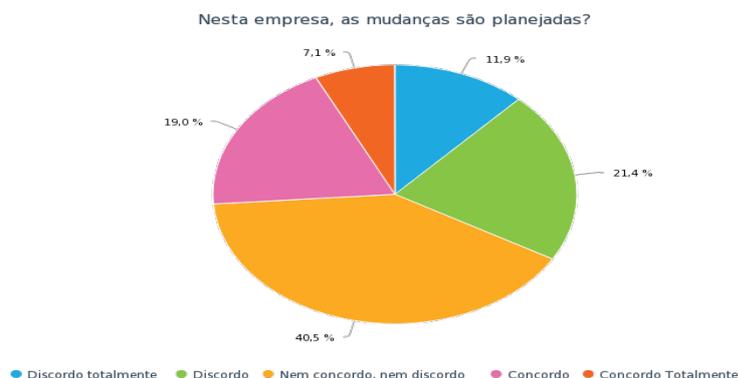
Figura 16: Gráfico representando o resultado da afirmação; “Os funcionários aceitam críticas construtivas aos seus desempenhos no trabalho.” Respostas: 35,7% concordo pouco, 11,9% concordo totalmente, 21,4% discordo pouco, 4,8% discordo totalmente e 26,2% nem concorda, nem discorda.



Fonte: <https://my.surveio.com/I6H3L4C8Z3E6U7Q9N5T1/data/index>

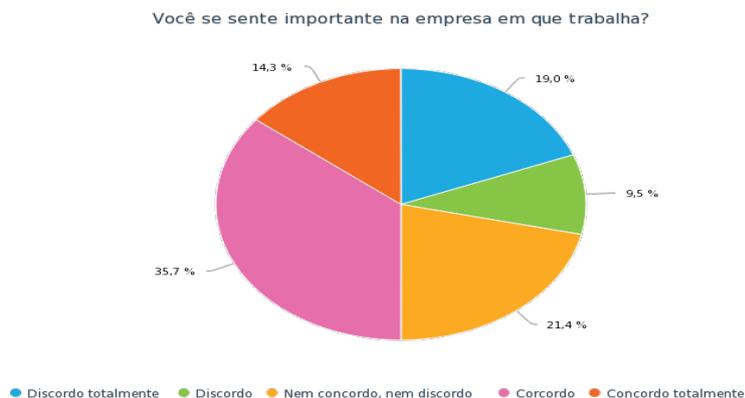
A pesquisa mostra que há uma identificação muito grande entre os colaboradores e a organização, mas que as normas impostas pela organização talvez sejam o fator com que não estão satisfeitos, já que 40,5% alegam não concordar e nem discordar que as mudanças na empresa não são planejadas.

Figura 17: Gráfico representando o resultado da afirmação; “Nesta empresa as mudanças são planejadas.” Respostas: 19,0% concordo pouco, 7,1% concordo totalmente, 21,4% discordo pouco, 11,9% discordo totalmente e 40,5% nem concorda, nem discorda.



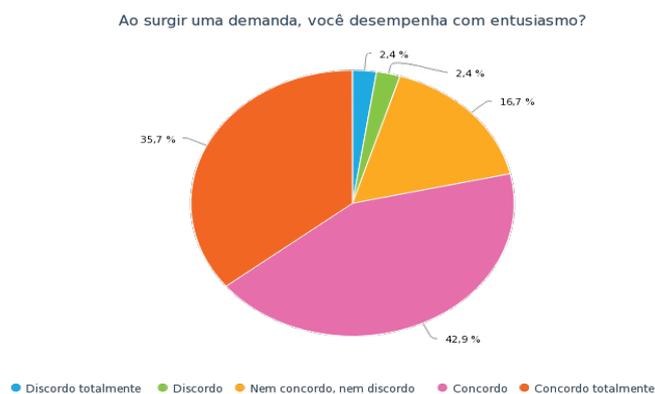
Fonte: <https://my.surveio.com/I6H3L4C8Z3E6U7Q9N5T1/data/index>

Figura 18: Gráfico representando o resultado da afirmação; “Você se sente importante na empresa em que trabalha.” Respostas: 35,7% concordo pouco, 14,3% concordo totalmente, 9,5% discordo pouco, 19,0% discordo totalmente e 21,4% nem concorda, nem discorda. **Fonte:** <https://my.surveio.com/I6H3L4C8Z3E6U7Q9N5T1/data/index>



Ainda assim há um comprometimento de 42,9% dos colaboradores concordam que as surgir uma demanda desempenham com entusiasmo.

Figura 19: Gráfico representando o resultado da afirmação; “Ao surgir uma demanda você desempenha com entusiasmo.” Respostas: 42,9% concordo pouco, 35,7% concordo totalmente, 16,7% discordo pouco, 2,4% discordo totalmente e 2,4% nem concorda, nem discorda.



Fonte: <https://my.surveio.com/I6H3L4C8Z3E6U7Q9N5T1/data/index>

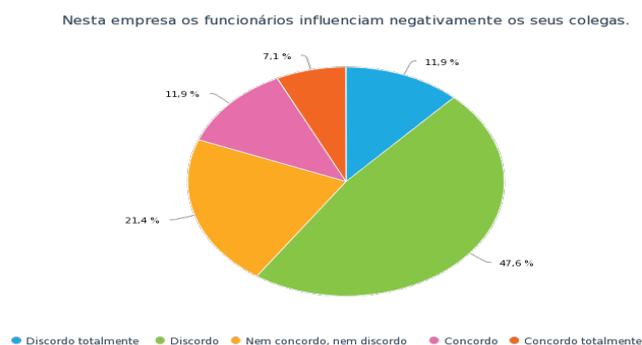
Sabe-se que a estrutura organizacional reflete diretamente no grau de satisfação e comprometimento do colaborador, quando perguntado se os funcionários fingem estar ocupados para não realizarem determinadas funções, 28,6% concordo pouco, 33,3% concordo totalmente, 21,4% discordo pouco, 4,8% discordo totalmente e 11,9% nem concorda, nem discorda.

Figura 20: Gráfico representando o resultado da afirmação; “Nesta empresa os funcionários fingem estar ocupado para não realizar determinadas funções.” Respostas: 28,6% concordo pouco, 33,3% concordo totalmente, 21,4% discordo pouco, 4,8% discordo totalmente e 11,9% nem concorda, nem discorda.



Fonte: <https://my.surveio.com/I6H3L4C8Z3E6U7Q9N5T1/data/index>

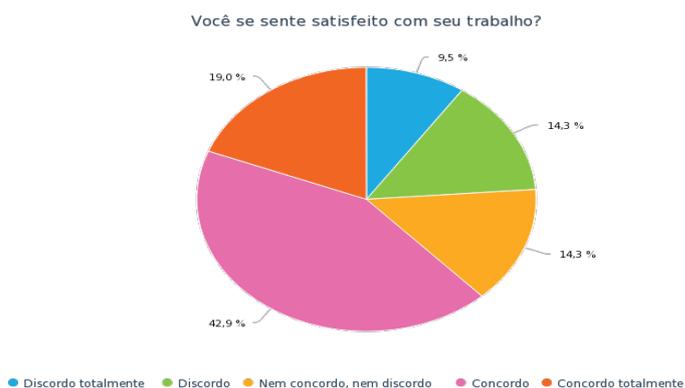
Figura 21: Gráfico representando o resultado da afirmação; “Nesta empresa os funcionários influenciam negativamente os seus colegas.” Respostas: 11,9% concordo pouco, 7,1% concordo totalmente, 47,6% discordo pouco, 11,9% discordo totalmente e 21,4% nem concorda, nem discorda.



Fonte: <https://my.surveio.com/I6H3L4C8Z3E6U7Q9N5T1/data/index>

Diante dos dados analisados na pesquisa pode-se concluir que: quase 100% dos colaboradores da empresa cooperam positivamente com o crescimento da organização, vendo seu trabalho como um fator de impacto positivo, já 31,0% dos funcionários que participaram da pesquisa se sentem e agem como donos da empresa ao desenvolverem suas funções, e apenas 2,4% discordam totalmente em desempenhar suas funções com entusiasmo.

Figura 22: Gráfico representando o resultado da afirmação; “Você se sente satisfeito com seu trabalho.” Respostas: 42,9% concordo pouco, 19,0% concordo totalmente, 14,3% discordo pouco, 9,5% discordo totalmente e 14,3% nem concorda, nem discorda.



Fonte: <https://my.surveio.com/I6H3L4C8Z3E6U7Q9N5T1/data/index>

Figura 23: Gráfico representando o resultado da afirmação; “Você se sente motivado ao realizar suas funções.” Respostas: 42,9% concordo pouco, 19,0% concordo totalmente, 11,9% discordo pouco, 4,8% discordo totalmente e 21,4% nem concorda, nem discorda.



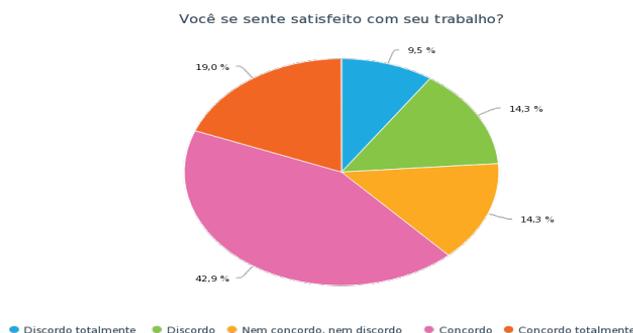
Fonte: <https://my.surveio.com/I6H3L4C8Z3E6U7Q9N5T1/data/index>

4 DISCUSSÃO

Diante dos resultados obtidos, alguns merecem destaque para embasar a conclusão em relação ao objetivo proposto: levantar dados que mostrem quão satisfeitos e comprometidos os colaboradores estão para oferecer um trabalho que impacte positivamente no crescimento da empresa, conhecendo os objetivos que ela almeja alcançar e cooperando positivamente para isso, como:

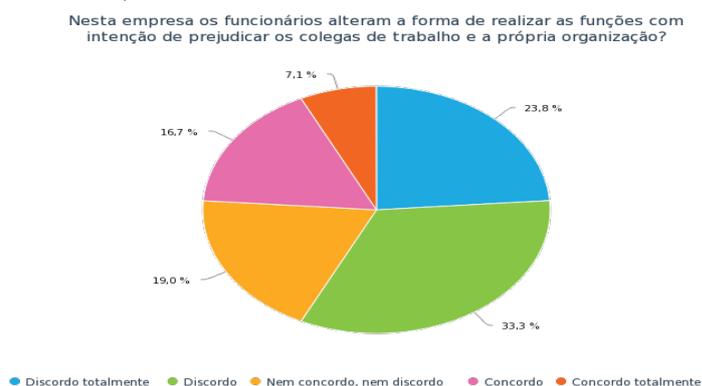
Observando-se uma das questões cujo quesito principal era a satisfação pessoal com o trabalho, pode-se entender que os colaboradores estão satisfeitos, o que contribui para um melhor desempenho profissional. Pode-se também fazer uma ligação com o respondido nas questões sobre entusiasmo, qualidade do serviço e lealdade para com a organização

Figura 22: Gráfico representando o resultado da afirmação; “Você se sente satisfeito com seu trabalho.” Respostas: 42,9% concordo pouco, 19,0% concordo totalmente, 14,3% discordo pouco, 9,5% discordo totalmente e 14,3% nem concorda, nem discorda.



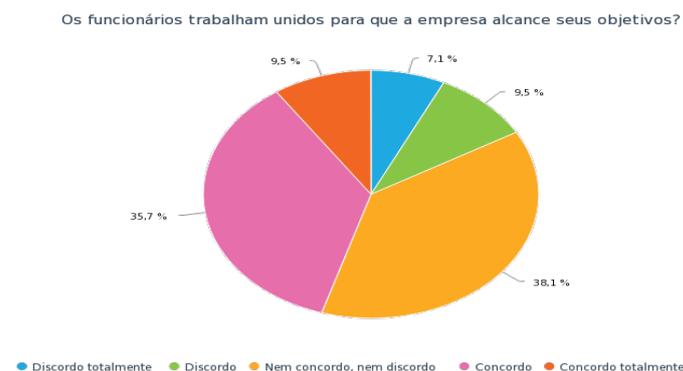
É possível identificar também uma visão positiva sobre si e o resto da equipe, quando novamente a maioria dos funcionários afirma que não se tem a intenção de prejudicar os colegas e tampouco a própria empresa através de suas atitudes, podendo-se de novo entender o motivo pelo qual um expressivo número de trabalhadores indicaria os serviços prestados à amigos e familiares, sinal esse de confiança no trabalho oferecido.

Figura 23: Gráfico representando o resultado da afirmação; “Nesta empresa os funcionários alteram a forma de realizar as funções com intenção de prejudicar os colegas de trabalho e a própria organização.” Respostas: 16,7% concordo pouco, 7,1% concordo totalmente, 33,3% discordo pouco, 23,8% discordo totalmente e 19,0% nem concorda, nem discorda.



No que diz respeito ao alcance dos objetivos da instituição, mais de 73% dos entrevistados afirmam que todos na empresa visam o seu cumprimento. Vale também lembrar as afirmativas positivas a respeito do conhecimento dessas metas, do sentimento de se adequar à cultura da organização e de se trabalhar sentindo-se como dono da mesma.

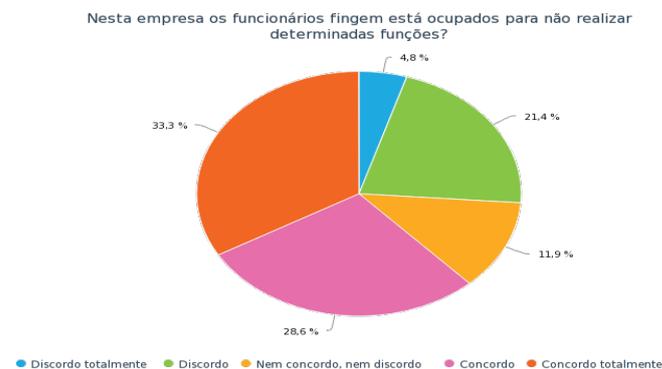
Figura 24: Gráfico representando o resultado da afirmação; “Os funcionários trabalham unidos para que a empresa alcance seus objetivos.” Respostas: 35,7 concordo pouco, 38,1% concordo totalmente, 9,5% discordo pouco, 7,1% discordo totalmente e 9,5% nem concorda, nem discorda.



Fonte: <https://my.surveio.com/I6H3L4C8Z3E6U7Q9N5T1/data/index>

Contudo, embora majoritariamente os outros gráficos demonstrem sentimentos positivos por parte da maioria dos empregados com relação ao seu pertencimento, satisfação, lealdade, comprometimento e trabalho em equipe, é importante ressaltar a afirmativa de 61% dos respondentes, em que dizem fingir estar ocupados para não realizar determinadas funções. Fato é que, essa atitude pode vir a comprometer os resultados da empresa, tendo em vista que o cumprimento das tarefas pode levar um tempo maior que o desejado por toda a equipe, minando o desempenho da organização como um todo.

Figura 25: Gráfico representando o resultado da afirmação; “Nesta empresa os funcionários fingem estar ocupados para não realizar determinadas funções.” Respostas: 28,6% concordo pouco, 33,3% concordo totalmente, 21,4% discordo pouco, 4,8% discordo totalmente e 11,9% nem concorda, nem discorda.



Fonte: <https://my.surveio.com/I6H3L4C8Z3E6U7Q9N5T1/data/index>

5 CONCLUSÃO

Diante dos dados analisados na pesquisa pode-se concluir que é válido que: quase 100% dos colaboradores da empresa cooperam positivamente com o crescimento da organização, vendo seu trabalho como um fator de impacto positivo, já 31,0% dos funcionários que participaram da pesquisa se sentem e agem como donos da empresa ao desenvolverem suas funções, e apenas 2,4% discordam totalmente em desempenhar suas funções com entusiasmo, embora algumas de suas atitudes, mesmo que inconscientes, possam prejudicar o crescimento geral da organização.

Faz-se preciso recomendar a empresa que, se necessário, diante de suas demandas replique o instrumento reformulando ou reavaliando as perguntas que compuseram a pesquisa, uma vez que é uma instituição que busca se desenvolver e, como visto em seu histórico e dados validados, cresce constantemente, chegando mais perto de alcançar seu sonho, suas metas e objetivos. Com isso, é necessário

que à medida em que repagina e aumenta o número de colaboradores, venha a determinar prazos para reavaliar os resultados deste levantamento ou de outros de mesma similaridade.

REFERÊNCIAS

BRITO, Ana Paula Moreno Pinho; Bastos, Antonio Virgílio Bittencourt. **O Schema de Trabalhador Comprometido e Gestão do Comprometimento: um Estudo entre Gestores de uma Organização Petroquímica**. Organ. Soc., Salvador, v. 8, n. 22, p. 1-24, Dezembro de 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302001000300011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 de Junho 2019.

CANCADO, Vera L.; MORAES, Lúcio Flávio Renault de; SILVA, Edson Moura da. **Comprometimento Organizacional e Práticas de Gestão de Recursos Humanos: O caso da Empresa XSA**. RAM, Rev. Adm. Mackenzie, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 11-37, Setembro, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712006000300011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 de Junho de 2019.

DEMO, Gisela.. **Comprometimento no trabalho: uma síntese do estado da arte e uma revisão da produção nacional**. Rev. Psicol., Organ. Trab., Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 185-213, dez. 2003 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572003000200008&lng=pt&nrm=iso Acesso em 16 de Junho 2019.

FILENGA, Douglas; SIQUEIRA, Mirlene M. M. **O impacto de percepções de justiça entre três bases de comprometimento organizacional**. Revista de Administração da USP, v. 41, n. 4, p. 431-441, 2008. Disponível em: [Vista do O impacto de percepções de justiça em três bases de comprometimento organizacional \(usp.br\)](http://www.usp.br/ra/verbois/verbois.asp?verb=verbois&verbos=1&verbos=1&verbos=1). Acesso em 17 de dezembro de 2020.

SIMON, Juliane; COLTRE, Sandra M. **Comprometimento organizacional afetivo, instrumental e normativo: um estudo de caso de uma empresa familiar**. Qualit@s Revista Eletrônica, v. 13, n. 1, p. 4-21, 2012. Disponível em: [O COMPROMETIMENTO ORGANIZACIONAL AFETIVO, INSTRUMENTAL E NORMATIVO: estudo de caso de uma empresa familiar. | Simon | Qualitas Revista Eletrônica \(uepb.edu.br\)](http://www.uepb.edu.br/qualitas/qualitas.asp?verb=verbois&verbos=1&verbos=1&verbos=1) Acesso em: 17 de Dezembro de 2020.

TAMAYO, Álvaro. **Valores Organizacionais e Comprometimento Afetivo**. RAM. Revista de Administração Mackenzie, São Paulo, vol. 6, n. 3, p. 192-213, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=195416195009>. Acesso em: 18 de Junho 2019.

Artigos

Mana-Chica do Caboio: a história da dança popular do município de Campos dos Goytacazes – RJ

Mana-Chica do Caboio: the history of the people's dance in the municipality of Campos dos Goytacazes – RJ

Priscilla Gonçalves de Azevedo¹

¹Doutoranda e mestre em Cognição e Linguagem na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF); Pós-graduação Lato-sensu em Docência no Ensino de Dança pela União Brasileira de Faculdades (UniBF).

✉ prigoncalves78@gmail.com

Palavras-chave:

Mana-Chica do Caboio.
Dança.
Campos dos Goytacazes.

Keywords:

Mana-Chica do Caboio.
Dance.
Campos dos Goytacazes.

Resumo

O presente trabalho tem como principal objetivo formalizar, por meio de autores que relatam sobre as diferentes manifestações culturais, a história da dança campista, bem como a expressão da linguagem corporal da “Mana-Chica do Caboio”. Para o desenvolvimento metodológico utilizaremos como estratégia a revisão de literatura por meio de referenciais teóricos para uma abordagem no conceito de cultura, com a finalidade de promover o registro e a valorização dessa dança como manifestação cultural da região Norte Fluminense, surgida na região do Caboio, no município de Campos dos Goytacazes - RJ. A Mana-Chica do Caboio foi supostamente inventada por uma senhora “dançadeira” e “amiga da folia” que poderia ser uma das “Franciscas”. Para isso, apresentamos sua interface aos seus principais elementos musicais: a viola portuguesa, o chocalho indígena e o pandeiro africano. Nesse sentido, manifestamos por meio da dança e da música, a história de uma determinada época, retratada pela vida do povo do interior, bem como suas características corporais, especialmente representadas por meio da Mana-Chica do Caboio.

Abstract

The main objective of this work is to formalize, through authors who report on the different cultural manifestations, the history of the camper dance, as well as the expression of the body language of “Mana-Chica do Caboio”. For the methodological development we will use as a strategy the literature review through theoretical references for an approach in the concept of culture, with the purpose of promoting the registration and the valorization of this dance as a cultural manifestation of the North Fluminense region, which arose in the Caboio region, in the municipality of Campos dos Goytacazes - RJ. The Mana-Chica do Caboio was supposedly invented by a “dançadeira” and “amiga da folia” lady who could be one of the “Franciscas”. For this, we present its interface to its main musical elements: the portuguese guitar, the indigenous rattle and the african tambourine. In this sense, through dance and music, we manifest the story of a certain time, portrayed by the life of the people of the interior, as well as their bodily characteristics, especially represented through the Mana-Chica do Caboio.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho fundamenta-se originalmente na dissertação da autora, intitulada “A Dança como linguagem corporal e musical e sua interface com o folclore do Norte do estado do Rio de Janeiro: Mana-Chica do Caboio”, apresentada em março de 2019. Notadamente este artigo tem como principal objetivo formalizar a história e o desenvolvimento da manifestação cultural típica da região Norte Fluminense: a “Mana-Chica do Caboio”, surgida na região do Caboio, entre as localidades de Lagoa Feia e Mussurepe, no distrito de Santo Amaro, no município de Campos dos Goytacazes – RJ.

A Mana-Chica do Caboio, a “única dança campista” (CASCUDO, 2012), foi supostamente inventada por uma senhora “dançadeira” e “amiga da folia” que poderia ser uma entre três senhoras, chamada de “Francisca”. Para isso, apresentamos sua interface aos seus principais elementos musicais: a viola portuguesa, o chocalho indígena e o pandeiro africano (LAMEGO FILHO, 1996).

De acordo com Ribeiro (1977), a Mana-Chica do Caboio não é apenas uma dança, é um folguedo seguido de cantos, ou seja, uma festa de caráter popular e tradicional que traz os costumes ou hábitos de um povo. Sua música possui variações. A Mana-chica também se dançava em Santa Rita, na localidade de Lagoa de Cima. Uma variação coreográfica da Mana-Chica é chamada de Mana-Joana, “uma dança típica do município de Campos dos Goytacazes-RJ, considerada uma espécie de quadrilha francesa” (CASCUDO, 2012).

Para o desenvolvimento metodológico utilizamos como estratégia a revisão de literatura por meio de referenciais teóricos para uma abordagem inserida no conceito de cultura, expondo também três principais autores que se referem especificamente sobre a “Mana-Chica do Caboio”, com a finalidade de explicar sua história, promovendo a formalização do registro e a valorização dessa dança como manifestação cultural da região Norte Fluminense, característica e peculiar do município de Campos dos Goytacazes – RJ, surgida na região do Caboio.

A Mana-Chica do Caboio compõe parte do patrimônio histórico cultural e imaterial de Campos dos Goytacazes – RJ pelo COPPAM – Conselho de Preservação do Patrimônio Arquitetônico Municipal. É considerada uma das manifestações de raiz de grande expressão cultural e histórica. Foi reconhecida como patrimônio por meio da resolução nº 001/2011, art. 3º da Lei nº 7.527/2003 (LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2014).

2 A HISTÓRIA

Em 2011, a Mana-Chica do Caboio torna-se patrimônio histórico cultural imaterial do município de Campos dos Goytacazes – RJ (LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ, 2014). Sua história e memória são registradas por meio dos livros “A Planície do Solar de da Senzala”, de Alberto Lamego Filho (1996), “Muata Calombo”, de Orávio de Campos Soares (2004) e “Folclore do açúcar” de Joaquim Ribeiro (1977). É denominada a mais popular das danças regionais campistas, tendo sua origem no século XVIII.

Suas primeiras aparições ocorreram por volta de 1780, na localidade do Caboio, localizado na estrada do Cabo de São Thomé, entre a Lagoa Feia e Mussurepe, em torno do distrito de Santo Amaro, espalhando-se por outras localidades próximas, surgindo assim uma manifestação folclórica considerada regional e específica do município de Campos dos Goytacazes – RJ.

A principal hipótese citada por Lamego Filho (1996) era que uma moradora do local (Caboio) seria uma das “Franciscas”, nomeando uma entre três proprietárias de terra, que poderia ser chamada de Mariana

Francisca, Inácia Francisca ou Francisca Maria, uma dessas senhoras seria a famosa inventora da dança, apelidada de Mana-Chica, considerada uma “dançadeira” e “amiga da folia”. Nesse sentido, há uma valorização da figura feminina por meio da dança, pois quem dançava a Mana-Chica era considerada uma mulher que possuía graça e elegância, incluindo as características regionais dos movimentos coreografados. Eliminava-se, assim, uma visão de preconceito, discriminação e estereótipo a mulheres que dançavam.

Referindo-se a Alberto Ribeiro Lamego, Soares (2004, p. 82) conta que a Mana-Chica do Caboio é uma modinha criada entre os canaviais e lagoas da Planície. Sua tradição foi trazida pela oralidade e afirma que essa dança surgiu e foi desenvolvida na baixada campista, especificamente na região do Caboio.

A influência negra predominava entre os batuques africanos. Os costumes eram tupinambás e também tinha a presença da influência musical do fado, um ritmo semelhante aos velhos folguedos portugueses, com uma coreografia caracterizada por meio de palmas e grandes círculos. Na coreografia da Mana-Chica do Caboio há uma grande semelhança com as figuras das danças africanas e da quadrilha, resumindo-se em três ou quatro figuras coreográficas – numa delas, por exemplo, os pares ficam frente a frente (IDEM).

No livro de Joaquim Ribeiro, intitulado “Folclore do Açúcar” (1977), a Mana-Chica é mostrada como “dança e cantos vindos de uma derivação do Fado, uma canção popular portuguesa com característica de lamento”. Para o autor, trata-se de uma fina mistura da quadrilha feita por uma mulher chamada Francisca, proprietária de terra ou não, com grande atuação e requinte, dando o seu próprio nome à “sua” criação.

Para Lamego Filho (1996), sua música tem um ritmo parecido com os versos de cantadores repentistas, por meio de violas portuguesas, chocalhos indígenas e adufe africano (uma espécie de pandeiro quadrado que em seu interior são colocadas sementes ou pequenas soalhas – pequenos objetos de metal – a fim de enriquecer a sonoridade).

Ribeiro (1977), afirma que em determinadas circunstâncias os grupos sociais criavam sua própria cultura. No século XVIII, uma nova roupagem do minueto francês perderia suas características originais e se transformaria em uma espécie de quadrilha frenética refletindo a questão local da época, o sofrimento dos escravos, a dominação dos senhores, a sensualidade feminina e as lembranças de suas origens, tornando-se a Mana-Chica. Os negros criaram a coreografia a partir de movimentos parecidos com os que eles assistiam nas festas dos nobres fazendeiros. Ela é uma releitura dos grandes minuetos franceses.

O autor supracitado menciona que há três hipóteses sobre o nome Mana-Chica, e contesta Lamego Filho (1996). Sua primeira hipótese baseia-se num habitualismo semântico comum a muitos povos. Trata-se de uma metáfora verbal, uma espécie de apelido, com os nomes de danças populares ligados a nomes de animais. No Brasil, o nome “Chico” seria sinônimo de porco, nomeado como Chico de ronda, uma espécie de fandango; Chico puxado, um baile campestre; e a Mana-Chica, um folguedo. Seria o significado por meio da linguagem para a palavra “Chico” em diferentes manifestações culturais. A segunda, acreditava ser o nome de origem negro-africana, em que “Chica” seria conhecido como uma dança “lasciva”, como o lundu, ou fandango dos negros, sendo Chica uma palavra africana que batizava várias danças brasileiras. E a terceira hipótese e, ao nosso ver, mais convincente, seria aquela defendida por Frei Domingos Vieira (1873 *apud* RIBEIRO, 1977) afirma que “Chica” é uma palavra negro-africana e por meio do habitualismo explica “Mana-Chica” como uma dança da região, como um fenômeno de convergência entre este nome e a produção de aguardente, onde “Chica” faria referência à bebida alcoólica, afirmando que os negros que vieram trabalhar na lavoura canvieira de Campos dos Goytacazes

introduziram o vocábulo para designar a coreografia popular. Supõe-se que essa dança surgiu numa região onde a aguardente dominava e a fonte negro-africana, juntamente com o habitualismo, explica a origem do nome Mana-Chica.

Soares (2004) afirma que a primeira hipótese seria a verdadeira história da Mana-Chica. De acordo com o autor, por meio de pesquisas de campo realizadas na baixada campista, confirma-se o texto de Lamego Filho (1996) sobre Francisca ter sido a inventora da dança.

No romance “A enchente”, o autor Tavares Franco (1937), diz que Mana-Chica do Caboio é uma caricatura mal traçada do Vira português. Consiste em uma dança originária lusitana, entretanto os índios e os negros a copiaram à sua maneira, produzindo uma nova identidade cultural de acordo com seus ritmos. O autor cita os termos “asselvajaram” e “embruteceram” para definir a coreografia. Uma dança como “lembrança dos Goytacazes”, quando se refere aos índios que viviam na planície, mas que revivem os costumes dos descendentes. Porém, diz que, ao final da dança, há um “duelo” entre os homens como uma disputa, completando com um drama representado como uma exigência da tradição dos brigões.

“Finaliza, por isso, quase sem exceção, em tragédia, mas uma tragédia gostosa, indispensável mesmo como “chave de ouro” dos folguedos. Daí, porém, não perdura nenhuma malquerença entre os brigões. É a tradição que o exige” (FRANCO, 1937, p. 143-4).

3 A CULTURA POPULAR

Ao falarmos sobre cultura, podemos subdividir o termo em três categorias: cultura de massa, cultura erudita e cultura popular. Nesta pesquisa, iremos apresentar esses conceitos e fornecer uma abordagem particular à cultura popular.

Cultura de massa é todo produto da indústria cultural com objetivo meramente comercial, seguindo a lógica do capitalismo industrial e financeiro, buscando padronizar e homogeneizar os produtos apenas para o consumo, visando lucros. A cultura erudita é, na maioria das vezes, apreciada e contemplada por uma elite social, ressaltada nas artes plásticas, música e literatura. Na música, por exemplo, temos a característica de complexidade na execução musical por meio de alguns nomes como Beethoven e Mozart. A cultura popular é desenvolvida a partir de manifestações criadas e passadas por um grupo de pessoas de geração em geração. A grande maioria das manifestações são transmitidas oralmente, dos mais velhos para os mais novos, por meio das tradições culturais. Surge a partir de um intercâmbio contínuo de pessoas de regiões diferentes e ao mesmo tempo com a necessidade de se enquadrar e se identificar para se incluir numa comunidade. Sua influência principal surge por meio de crenças do povo e é produzida pelo contato direto entre as pessoas, envolvendo gastronomia, vestimentas, religião, dança, música, hábitos e costumes (IKEDA, 2013).

Nesse sentido, a importância desses conhecimentos populares vai além da história, pois são reconhecidos como manifestações culturais desde o século XIX. Mesmo com hábitos e costumes acontecidos antes dessa época serem colhidos e criados, em alguns países da Europa, em meados do século XIX, surge a proposta da criação do termo: folk-lore, na Inglaterra, em 1846, referindo-se ao “saber tradicional do povo” ou à “sabedoria popular”. O autor da proposta, William John Thoms, solicitava na ocasião - apoio para a realização de um levantamento sobre “[...] usos, costumes, cerimônias, crenças, romances, rifões, superstições etc., dos tempos antigos” (DELLA, 1976, p. 15 *apud* IKEDA, 2013, p. 174), que estariam, então, “inteiramente perdidos” e se preocupava com o quanto “se poderia ainda salvar”, diante da modernização.

Os folcloristas fazem muitas tentativas em definir a cultura popular tradicional e tentam mostrar resultados, porém eles nem sempre se apresentam facilmente, por envolverem saberes e fazeres variados. A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) é uma referência importante para os países que refletem sobre o termo cultura. Em um documento de 1989, define-se:

A cultura tradicional e popular é o conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural fundada na tradição, expressadas por um grupo ou por indivíduos e que reconhecidamente respondem às expectativas da comunidade enquanto expressão de sua identidade cultural e social; as normas e os valores se transmitem oralmente, por imitação ou de outras maneiras. Suas formas compreendem, entre outras, a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os ritos, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes (IPHAN, 1989, p. 02).

Em 2003, a mesma organização constituiu outro conceito relacionado ao anterior, o de “patrimônio imaterial”, definido como: “[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural” (IPHAN, 2017). São peculiaridades que costumam ser destacadas quando se busca identificar os saberes da cultura popular tradicional.

No final da década de 1980, houve um resgate de interesses pelas manifestações e expressões culturais de tradição oral no Brasil, podendo ser identificadas também como cultura popular, cultura tradicional, cultura popular de tradição oral, cultura de raiz, tradições populares, conhecimentos tradicionais e, ainda, folclore, expressão mais consagrada historicamente. No entanto, essa terminologia tem sido evitada por muitos pesquisadores nos últimos tempos devido ao seu desgaste semântico (IKEDA, 2013).

Os fatos passaram a ser categorizados também como patrimônio imaterial, conforme aparece na Constituição Federal de 1988, que inclui como Patrimônio Cultural Brasileiro “os bens de natureza material”. Essas designações são formas de entregar aos saberes populares alguma característica ou distinção, procurando singularizá-las, distinguindo de outras culturas. Contudo, as culturas populares são muito diversificadas e diferenciadas com algumas variações em muitas delas, até mesmo podem ter diversas formas de papéis, funções e significados em regiões e/ou grupos distintos (IDEM).

A cultura é caracterizada pelo regionalismo, sendo possível identificar as variações regionais entre dança, música, gastronomia, modos de vestir, etc. Há dois aspectos relacionados à cultura de forma geral: os tangíveis (objetos ou símbolos que fazem parte do seu contexto) e os intangíveis (ideias, normas que regulam o comportamento, formas de religiosidade). Por meio deles se constrói a realidade social entre aqueles que a integram (SOUZA; LIMA, 2019).

O termo cultura possui duas denotações básicas: uma mais antiga, vinda da tradição grega, que apresenta a formação do homem enquanto atuante no mundo, como o único à procura do autoconhecimento e em estreita relação com as artes, ofícios e expressões sociais. Atualmente, esse termo significa um conjunto de tradições, técnicas, instituições e procedimentos que caracterizam um grupo humano: a cultura é compreendida e adquirida pelo indivíduo no meio social. Dessa forma, a cultura é uma palavra que se aplica tanto a uma comunidade desenvolvida do ponto de vista técnico ou econômico, como às formas de vida social mais rústicas e primitivas (RODRIGUES, 2017).

Segundo Geertz (1989), a cultura é pensada como sistema simbólico, claramente possível pelo isolamento histórico de grupos humanos, expressa as relações próprias da comunidade, passando por gerações, até se caracterizar por um sistema integrado de ações conjuntas, identificadas por sua ideologia, crenças, expressões, formas de ser e estar. Já Bourdieu (1989) sustenta a construção coletiva totalmente influenciada pela representação explícita e da expressão verbal (ALMEIDA; GUTIERREZ, 2004).

A cultura é um direito social do cidadão. Abrange o conhecimento, as artes, as crenças, a lei, a moral, os costumes, todos os hábitos e aptidões adquiridos pelo ser humano. Na cultura brasileira, temos várias manifestações distintas. Uma delas é o folclore regional (LARAIA, 2001).

Segundo Canclini (2015), há um argumento sobre o peso do tradicional no estudo das culturas populares, oferecendo pouco lugar às culturas populares urbanas, às modificações causadas pelas migrações, aos processos simbólicos, às massas de desempregados e subempregados que compõem o mercado informal. Além disso, destaca o debate para progredir na análise do hibridismo cultural, a mistura entre cultura erudita e cultura popular, de duas formas: a primeira, debatendo a noção contida nas ciências sociais, não podendo classificar ou rotular o culto e o popular; e a segunda, por meio de processos que podem esclarecer sobre esse hibridismo, rompendo as mesclas das coleções dos sistemas culturais, as conexões dos processos simbólicos e a expansão dos gêneros impuros.

Ainda se referindo a Canclini (2015), todas as culturas possuem formas próprias de organização e características que lhes são intrínsecas, devendo ser respeitadas. Na América Latina há a concepção de acabar com a dualidade formada a partir de campos de disciplinas segmentadas para atingir um processo único, abolindo as fronteiras entre massivo, popular e erudito. A combinação destes elementos o autor denomina “culturas híbridas”. Seria o rompimento e posterior mistura das diversas expressões que compõem originalmente os sistemas culturais, não sendo mais papel do erudito ou do massivo produzir algumas culturas, porém, envolver o que se produz atualmente no processo de globalização.

Nessa perspectiva, a cultura não diferencia classes sociais. As possibilidades das diversas misturas aumentam o processo de hibridação, fazendo surgir novas formas de identidade social. Sendo assim, Canclini (2015) procura explicar que para o processo de hibridação cultural acontecer, necessita-se de três razões: a queda dos grandes centros disseminadores de cultura, por meio de uma pluralidade de culturas, anulando o padrão antigo da sociedade; a disseminação de gêneros impuros tomando como exemplo os ritmos musicais, podemos perceber que diversos ritmos se misturaram com o tempo e se espalharam, criando novos ritmos; e a desterritorialização, que seria uma “saída” do “território”, ou seja, um processo que requer “naturalmente” uma reterritorialização, isto é, a “criação” de um outro novo território. Canclini (2015) diz que a desterritorialização foi um processo fundamental para que acontecesse o processo de globalização das culturas, pois, a partir daí elas se misturariam e ganhariam características, umas das outras, transformando-as em novas identidades culturais.

4 A MODERNIDADE E A REPRESENTAÇÃO DA DANÇA

Segundo a professora e escritora Arlete Sendra (2017), com as pesquisas do professor e escritor Orávio de Campos Soares (2004), surge o Núcleo Arte e Cultura de Campos (Cia. Gente de Teatro), fundado em dezembro de 1998 com apoio da Faculdade de Filosofia de Campos, antiga FAFIC, hoje UNIFLU, Universidade Fluminense. Hoje, conta com a direção da pedagoga e estudante de licenciatura em Teatro Neu-simar da Hora. O grupo exhibe diversos espetáculos que representam o folclore e as tradições afro-brasileiras, bem como a representação da Mana-Chica do Caboio.

A maioria dos integrantes do grupo são as mulheres da família “da Hora”, mantendo viva essa manifestação desde 1984, por meio da peça teatral “O auto do lavrador na volta do êxodo”, escrita pelo professor Orávio de Campos Soares, reproduzindo a história e a exploração canavieira. O texto “Mana-Chica do Caboio – Cantares à planície Goytacá” expressa essa dança e sua história típica da zona rural e da baixada campista.

Contendo passos característicos de uma quadrilha e com toques musicais vindos do Fado, essa dança tem um ritmo frenético e acelerado, com bater de palmas, sacudir de saias, círculos e giros, como nos velhos folguedos portugueses misturados as figuras e representações das danças africanas.

A sede do grupo fica no bairro Parque Leopoldina, no município de Campos dos Goytacazes - RJ, onde toda a família se reúne para ensaios e reuniões. As manifestações apresentadas pelo grupo são preservadas e passam de geração em geração como são transmitidas as tradições culturais, especialmente através da oralidade. Os movimentos das danças, bem como os textos e as músicas são assimilados durante os ensaios que acontecem na própria rua, de forma natural e lúdica, com adultas, adolescentes e crianças. Particularmente as crianças entram e saem dos ensaios como uma brincadeira, e copiam as falas e gestos das meninas maiores e mulheres do grupo, assimilando e aprendendo até poderem participar das apresentações junto com todo o grupo.

Por meio de pesquisas feitas por Soares (2004), Hora e Soares (2017) revelam que redescobriram as raízes da família da Hora que hoje é a única multiplicadora da representação simbólica da dança Mana-Chica do Caboio no município de Campos dos Goytacazes - RJ. Assim sendo, Hora e Soares (2017) afirmam que esta performance não deve deixar de existir, e torcem para que outras pessoas valorizem essa manifestação cultural que faz parte da cultura local e que deve ser preservada, principalmente sua representação característica por meio da dança (HORA; SOARES, 2017).

5 CONCLUSÃO

Após considerar os conceitos de cultura, mostrando as características da dança enquanto manifestação folclórica do município de Campos dos Goytacazes - RJ, a Mana-Chica do Caboio está diretamente ligada a valores sociais e históricos, instalando uma sociedade como algo que se constitui pelo reconhecimento às diversidades. As manifestações folclóricas estão inteiramente associadas as expressões orais, transmitidas através dos tempos, de geração em geração, revelando suas particularidades regionais.

Nesse sentido, a cultura popular nos proporciona uma imagem positiva em relação à dança da Mana-chica baseada nos laços da família, na história, na civilização e na origem dos povos, particularmente incluindo as etnias europeias, indígenas e africanas, reconhecendo-as e considerando-as como principais constituintes da cultura brasileira.

A cultura é algo que está em permanente processo de construção ao longo do tempo e envolve interações, percepções e avaliações de seus participantes e colaboradores. Assim, permitem que o folclore se eternize. Os estudos podem abrir fronteiras e responder a questões dos elementos de valores, crenças, hábitos e até mesmo como as pessoas se vestem em determinada manifestação.

Isto posto, firmamos assim a história de uma determinada época, por meio da manifestação de música e de dança, retratando a vida do povo do interior e suas especificidades, bem como suas características corporais, especialmente retratadas por meio da Mana-Chica do Caboio.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. B.; GUTIERREZ, G. L. Subsídios teóricos do conceito cultura para entender o lazer e suas Políticas Públicas. **Faculdade de Educação Física/UNICAMP**. 2004. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8637910/5601>. Acesso em: 22 maio 2020.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrant Brasil, 1989.

CANCLINI, N. G. Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: **EDUSP**, p. 283-350: Culturas híbridas, poderes oblíquos. 2015. Disponível em: <http://www.cdrom.ufrgs.br/garcia/garcia.pdf>. Acesso em: 20 maio 2020.

CASCUDO, C. **Dicionário do folclore brasileiro**. 12 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2012.

FRANCO, T. **A enchente**. São Paulo: Schmidt, 1937.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, Guanabara.1989.

HORA, N.; SOARES, O. C. **Debate sobre o Jongo e a Mana-Chica do Caboio**. Mediação: Simone Teixeira. Festival Doces Palavras. EMUGLE, Campos dos Goytacazes, 22 set. 2017.

IPHAN – **INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL**. **Patrimônio Imaterial**. Bens registrados. 2017. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>. Acesso em: 22 maio 2020.

_____. **Recomendação Paris**. Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular. Conferência geral da UNESCO: Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. 25ª reunião. 15 nov.1989. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%201989.pdf> Acesso em: 22 maio 2020.

IKEDA, A. T. Culturas populares no presente: fomento, salvaguarda e devoração. São Paulo: **Unesp**. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v27n79/v27n79a13.pdf>. Acesso em: 20 maio 2020.

LAMEGO FILHO, A. **A Planície do Solar e da Senzala**. 2 ed. Rio de Janeiro: Arquivo público do estado do Rio de Janeiro/Imprensa oficial do estado do Rio de Janeiro. 1996.

LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**. 14.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES. **Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes**, RJ. 2014. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-campos-dos-goytacazes-rj>. Acesso em: 02 jun. 2020.

RIBEIRO, J. **Folclore do açúcar**. Rio de Janeiro, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 227 p. il., mús. Bibliografia. 1977.

RODRIGUES, L. O. **Cultura. Sociologia**. 2017. Disponível em: <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/sociologia/conceito-cultura.htm>. Acesso em: 25 maio 2020.

SENDRA, A. **Entrevista concedida à Priscilla Gonçalves de Azevedo**. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF. Campos dos Goytacazes. 05 jun. 2017.

SOARES, O. C. **Muata Calombo: Consciência e destruição**. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro. Editora FAFIC. 2004.

SOUSA, J. L.; LIMA, L. N. M. Regionalismo e variação linguística: uma reflexão sobre a linguagem caipira nos causos de Geraldinho. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 72, p. 63-82, abr. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rieb/n72/2316-901X-rieb-72-63.pdf> Acesso em: 02 jun. 2020.

Artigos

Acesso sem controle a internet: Uma abordagem com engenharia social através de wireless fidelity (wifi)

Emanoel Guilherme Barros¹

¹União Brasileira De Faculdades – UniBF. Pós-Graduando Cybercrime e Cybersecurity: Prevenção e Investigação de Crimes Digitais

✉ e.guilherme.barros@outlook.com

Palavras-chave:

Wireless.
Internet.
Segurança.

Keywords:

Wireless.
Internet.
Security.

Resumo

O atual contexto aborda aspectos teóricos e práticos que norteiam características e vulnerabilidades perigosas encontradas ao conectar em dispositivos na rede de computadores pública, ou seja, Wi-Fi grátis, que tem papel fundamental de transmitir o sinal para qualquer dispositivo e assim como mostrar o perigo de passar informações a quais são dados sensíveis. As pesquisas foram feitas em locais como bar, restaurantes, shoppings e ônibus, onde ofertam Wireless grátis. Para identificação desses aspectos foram utilizadas ferramentas computacionais, pesquisa de campo e bibliográficas. A análise dos dados obtidas, através de criação de redes Wi-Fi pública com Access Point falsa (FAKE AP). Com base em resultados obtidos sobre a pesquisa, os usuários submetidos a pesquisa, não desconfiaram que conectaram a uma rede falsa acessando com suas credenciais de uma rede social. O intuito da pesquisa foi mostrar aos leitores com quais tipos de perigos correm sem ao menos ter ideia do que pode acontecer com os seus dados, bem como alertá-los sobre a possibilidade de vazamento de seus dados na rede mundial de internet. Assim possibilitando também segurança a quem for ofertar internet grátis através de redes WiFi. Por fim acreditasse que existem poucas ferramentas eficaz, disponíveis e capazes de melhorar a segurança na rede de computadores.

Abstract

The current context addresses theoretical and practical aspects that guide dangerous characteristics and vulnerabilities found when connecting to devices on the public computer network, that is, free Wi-Fi, which has the fundamental role of transmitting the signal to any device and as well as showing the danger to pass information to which is sensitive data. The surveys were carried out in places such as bars, restaurants, shopping malls and buses, where they offer free wireless. To identify these aspects, computational tools, field research and bibliographic tools were used. The analysis of the data obtained, through the creation of public Wi-Fi networks with false Access Point (FAKE AP). Based on results obtained on the survey, users submitted to the survey did not suspect that they connected to a fake network by accessing with their credentials from a social network. The aim of the research was to show readers what types of dangers they are in without even having an idea of what could happen to their data, as well as alerting them about the possibility of their data being leaked on the world wide web. Thus also enabling security to those who are going to offer free internet through WiFi networks. Finally, believe that there are few effective tools available and capable of improving security on the computer network.

1 INTRODUÇÃO

O Wireless Fidelity é o termo usado para descrever conexão sem fio em alta velocidade entre dispositivos móveis como laptops e a Internet. As redes Wi-Fi funcionam por meio de ondas de rádio. Elas são transmitidas por meio de um adaptador, o chamado “roteador”, que recebe os sinais, decodifica e os emite a partir de uma antena. Para que um computador ou dispositivo tenha acesso a esses sinais, é preciso que ele esteja dentro um determinado raio de ação, conhecido como hotspot. A ideia principal se refere ao uso de dispositivos móveis, seus serviços e recursos, que são capazes de descobrir nos ambientes outros dispositivos móveis, seus serviços e recursos e se conectar a eles.

No entanto, um dos grandes problemas de segurança acontece por não existirem cem por cento de segurança na interconexão de dispositivos nas redes. Por exemplo, os ataques de natureza externa são gerados de fora da rede, enquanto os ataques de natureza interna partem de dentro da rede e, por isto, são de mais difíceis prevenções. Analisando o cenário das empresas que fornecem redes Wi-Fi liberadas é possível afirmar que um usuário curioso com baixo conhecimento em segurança da informação ou até aqueles que não prestaram atenção ao que está fazendo assim podendo ser facilmente hackeado através de técnicas utilizadas por atacantes com intuito de obter informações de dados sensíveis, para realização de possíveis outros ataques com engenharia social e conseguir privilégios as quais não deveria ter do usuário que foi afetado.

O objetivo desse trabalho está relacionado ao seguinte tópico: Evitar o máximo possível que um invasor tenha sucesso ao tentar capturar seus dados através de acesso não autorizado utilizando engenharia social, deixando a rede vulnerável. De maneira que venha ter soluções simples e eficazes, tornando a rede mais segura. A solução será utilizar métodos para dificultar a ação maliciosa partindo de um atacante, algumas medidas podem ser tomadas, como não acessar qualquer rede disponível, não colocar as credenciais em qualquer local que for acessar internet e outros.

Por fim, apresentar algumas considerações sobre WiFi na tecnologia e sua insegurança tecnológica. Apresenta também um elo importante para nos aproximar das técnicas utilizadas por invasores, evidenciando as relações entre educação com a tecnologia. Discutir insegurança da tecnológica não apenas como preparação para preencher as necessidades do usuário, colocando o conceito de tecnologia segura, com base nestas considerações, numa nova perspectiva que passa pela análise de em tráfego de rede e o perigo alheio. Existem maneiras de evitar tais acontecimentos, dependendo da tecnologia a ser implantada por profissionais da área de segurança capazes de gerenciar políticas e regras de segurança. Atualmente com o avanço e crescimento da tecnologia e com a facilidade de acesso por qualquer tipo de usuário, isso se torna um grande risco.

2 ENGENHARIA SOCIAL

É o termo utilizado para descrever o método de ataque, onde o invasor faz uso da persuasão, muitas vezes abusando da ingenuidade ou confiança do usuário, para obter informações que podem ser utilizadas para ter acesso não autorizado a computadores, dispositivos ou informações privilegiadas.

O hacker norte-americano Kevin Mitnick ficou famoso na década de 60, por conseguir informações secretas de grandes empresas dos Estados Unidos apenas telefonando para alguns funcionários e, após conquistar a confiança deles, fazendo algumas perguntas, assim obteve com êxito a invasão de sistemas e locais sem permissão ou autorização alguma. Kevin Mitnick defende, em seu livro, A Arte de Enganar (2003), que concluiu ser mais fácil descobrir a senha do usuário simplesmente perguntando, ao invés de utilizar-se de artifícios tecnológicos elaborados.

Figura 1



Imagem retirada do site de busca www.google.com (autor desconhecido)

Em tempos como hoje, é inegável o uso das tecnologias para execução das mais variadas tarefas. Este ambiente digital, além de trazer benefícios, trás também muitos riscos para as corporações (MACIANO, 2006).

E se naquela já era possível conseguir informações dos próprios usuários a fornecerem informações como, nome, setor ou até senha de acesso por telefone, hoje, com as redes sociais é ainda mais fácil enganar as pessoas e conseguir dados valiosos.

3 WIRELESS FIDELITY

Wi-Fi é a abreviação dada para a palavra Wireless Fidelity(), ou seja, termo usado para descrever conexão sem fio de alta velocidade em distância curta, entre dispositivos para acesso a rede de computadores como, smartphones, notebooks smartTVs e outros.

Figura 2



Imagem retirada do site de busca www.google.com (autor desconhecido)

Esse tipo de conexão normalmente é ofertado por roteadores, ou seja, a peça fundamental para que seja liberado o sinal do Wi-Fi com limite a uma determinada área de distância assim conectando vários dispositivos ao mesmo tempo de uma única vez.

Figura 3



Imagem retirada do site de busca www.google.com (autor desconhecido)

4 METODOLOGIA

Acesso as informações através de Acesso Point falso (Fake AP). Atualmente é comum encontrar ferramentas e sites com tutorias, ensinado utilizar, de modo geral, para qualquer tipo de usuário que deseje aprender a manusear a ferramenta Wifiphisher para coletas de dados.

Para esse tipo de coleta foi utilizado a implementação de um Honeypot (pote de mel) que consiste em sistema operacionais (S.O.) Linux como por exemplo, utilização do Kali Linux na versão 2020.1 com objetivo de utilizar algumas de suas ferramentas na criação de sondagem passiva e ativa, tentativas de desautenticação de clientes e autenticação, assim como na rede falsa através da ferramenta Wifiphisher ou outra qualquer que seja capaz de obter o mesmo resultado.

Figura 4

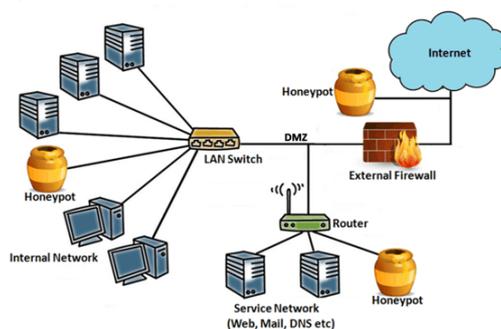


Imagem retirada do site de busca www.google.com (autor desconhecido)

No site <https://osintbrasil.blogspot.com/2018/10/wifiphisher.html> qualquer usuário encontrará o passo a passo da utilização da ferramenta Wifiphisher para captura de login e senha de acesso a página como Facebook, vale lembrar que para tal processo o usuário deve ter algum conhecimento sobre redes de computadores.

5 RESULTADOS

Ao levantar o serviço da rede falsa para captura de informações em locais públicos com o mesmo nome da rede original é surpreendente o número de usuários que dão seus dados (chegam a conectar ao ponto de acesso não confiável) só para ter acesso a internet a qual eles não imaginam que estão sendo monitorado em tempo real por um invasor para utilização e intenção de fazer o mal após a coleta de dados sensíveis.

Para um mal-intencionado na rede, a coleta será em tempo de segundos, por ter facilidade de se conectar na rede verdadeira fazer a desautenticação dos usuários a rede verdadeira e ao levantar a rede falsa pegar dos usuários informações para acesso como senha sendo seu login e senha de redes sociais.

6 CONCLUSÃO

Assim podemos concluir que, em determinados locais será de inteira responsabilidade dos usuários fornecer informações para acesso à internet em redes públicas. Vale ressaltar que o perigo é real e impercebível para o usuário ao ingressar a rede sem fio. Sempre desconfie do acesso grátis, lembrando que você será prejudicado e muitas vezes irreversível a perda dos dados com graves lesões como, por exemplo, fraudes em seu nome, difamação, conteúdo inapropriado será publicado em suas redes sociais sem suas permissões, danos morais, danos financeiros e outros. Para comprovar e recuperar suas informações muitas vezes não é tão simples, pois sem comprovação do que houve a dificuldade é maior para provar que você não fez ou não é culpado por um ato o qual você que está sendo acusado. Por fim uma

das melhores maneiras de se conectar a uma rede em locais públicos é através de dados móveis, podendo ser comprado nas operadoras ou compartilhado por amigos que estão no mesmo local o qual o usuário deseja acessar a internet e lembrando que ao compartilhar deve-se colocar um nome à rede e uma senha personalizada fazendo uma mistura com caracteres especiais como símbolos, letras maiúsculas e minúsculas e números.

REFERÊNCIAS

Disponível em: <https://cio.com.br/conheca-seis-das-tecnicas-de-engenharia-social-muito-eficazes/> Acessado em 10/07/2020.

Disponível em: <https://osintbrasil.blogspot.com/2018/10/wifiphisher.html> Acessado em 12/07/2020.

Disponível em: <https://www.kali.org/>, acessado em 16/07/2020.

MARCIANO, João Luiz Pereira. **Segurança da Informação – uma abordagem social**. 2006. Monografia. Disponível em <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1943/1/Jo%C3%A3o%20Luiz%20Pereira%20Marciano.pdf>

MITNICK, Kevin D; Simon, William L. **A Arte de Enganar**. São Paulo: Blucher, 2003. p. 25.

Artigos

Percepções alusivas a tutoria educacional no Brasil

Perceptions about educational tutoring in Brazil

Percepciones sobre tutoría educativa en Brasil

Reginaldo Bitencourt de Oliveira¹

¹Graduado em Letras com Inglês e Português (FESP/UPE); Especialista em Programação do Ensino de Português (UPE); Mestre em Educação (UDE)

✉ regibiten@gmail.com

Palavras-chave:

EAD.
Tutoria online.
Tutoria presencial.
TDIC.

Keywords:

EAD.
Online Tutoring.
Face-to-Face.
Tutoring.
TDIC.

Resumo

Este artigo é parte de pesquisa bibliográfica em que investigamos contribuições acadêmicas e percepções concernentes ao trabalho da tutoria educacional à distância e também presencial. Aqui discutimos, além das nuances próprias do trabalho do tutor e suas implicações, as possibilidades didáticas da educação conectada, inovações tecnológicas digitais em prol do ensino e, como contraponto, os desafios interpostos aos usuários do sistema de tutoria e questões de acessibilidade digital por alunos e profissionais de educação em estudos sob tutoria. Entre os achados, fica evidente a relevância da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e, mais tarde, da Universidade Aberta do Brasil (UAB), como dois importantes reforços no arcabouço educacional brasileiro. Somado a isso, discutimos aqui a inegável importância do tutor na humanização de processos educativos, especialmente na criação de um ambiente de empatia, incentivo à interação e motivação entre os atores envolvidos; no trato com a multimídia, as ocorrências das tecnologias digitais da informação e da comunicação (TDIC), tão imprescindíveis ao trabalho da tutoria. Trata também da problemática de caráter técnico, administrativo ou didático e supõe a necessidade de intervenções equânimes para o perfeito andamento das atividades de forma remota ou presencial. Nesse estudo, então, fica inevitável trazer à discussão algumas questões da educação à distância (EAD), seus ambientes de aprendizagem (AVA) e, por conseguinte, alguns de seus desdobramentos no atual paradigma educativo brasileiro.

Abstract

This article is part of a bibliographical research in which we investigate academic contributions and perceptions concerning the work of distance and face-to-face educational tutoring. Here we discuss, in addition to the nuances of the tutor's work and its implications, the didactic possibilities of connected education, digital technological innovations in favor of teaching and, as a counterpoint, the challenges posed to users of the tutoring system and digital accessibility issues by students and education professionals in tutoring studies. Among the findings, it is evident the relevance of the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDB) and, later, of the Open University of Brazil (UAB), as two important reinforcements in the Brazilian educational framework. In addition, we discuss here the undeniable importance of the tutor in the humanization of educational processes, especially in the creation of an environment of empathy, encouraging interaction and motivation among the actors involved; in dealing with multimedia, the occurrences of digital information and communication technologies (TDIC), so indispensable to the work of tutoring. It also deals with the technical, administrative or didactic problem and assumes the need for equitable interventions for the perfect progress of activities remotely or in person. In this study, then, it is inevitable to bring to the discussion some issues of distance education (EAD), its learning environments (AVA) and, therefore, some of its consequences in the current Brazilian educational paradigm.

1 INTRODUÇÃO

Partamos do pressuposto de que a Educação à Distância (EAD) é uma atividade sem fronteiras. Não é recente que ela vem tomando proporções cada vez maiores na sociedade brasileira e mundial, quebrando paradigmas não somente em relação à educação presencial, mas sobretudo em relação a relações interpessoais e de produção do conhecimento mesmo. Nesse processo histórico, professores, instituições de ensino, estudantes da modalidade à distância ou semi-presencial, e, como é nosso foco aqui, tutores, certamente precisam se adaptar a novas formas de ensinar, gerir procedimentos, ferramentas e aprender a aprender. Isso incluir um novo pensar, sentir, planejar, agir, relacionar e compartilhar conhecimentos.

No bojo dos nossos estudos, trazem-se também à luz, as incontestáveis contribuições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, e um pouco mais recente, em 2005, da Universidade Aberta do Brasil (UAB), como dois importantes reforços no arcabouço educacional brasileiro com a missão de construir um ensino público, gratuito, de qualidade com caráter de universalidade para a diversidade geográfica e populacional do país. De fato, a LDB em seu artigo 80, já estabelecia e fomentava a implementação de “Programas de Educação à Distância”, não somente no ensino superior, mas em outros níveis e modalidades. Essa lei maior do sistema educativo brasileiro propõe o uso das tecnologias digitais na educação, tanto digitais quanto analógicas. Mas, em se tratando de ensino à distância e para nos atermos ao campo específico da tutoria, vamos focar neste texto mais às estratégias e ferramentas de cunho digital, nos moldes das tecnologias digitais da informação e da comunicação, as chamadas TDIC.

Segundo Sobral (2008), “os tutores sabem que não são professores, mas eles podem estimular a produção do conhecimento, dar incentivo, proporcionar a interação e motivação dos alunos.” (p.6). Ainda de acordo com essa autora, em outras palavras, é a tutoria que deve promover a geração do conhecimento coletivo pelos envolvidos e também manejar com poderação e competência as ferramentas de suporte em multimídia em prol do trabalho educativo. Nisso concordamos e defendemos que entre esas ferramentas estão indubitavelmente as tecnologias digitais da informação e da comunicação.

2 ALGUMAS PALAVRAS SOBRE ABORDAGENS PELAS TDIC

Torna-se “lugar-comum” afirmar que o professor e, por extensão, o tutor, deve buscar qualificações no lastro das tecnologias digitais da informação e da comunicação. E obviamente isso não está restrito à utilização de instrumentos, demanda uma gama de recursos já disponíveis, mas também a sua autoformação. Estando ciente de que o trabalho do professor do componente curricular impacta a atuação do tutor e, de efeito, o deste impacta o daquele, buscamos uma assertiva de Almeida e Silva (2011) de que “a disseminação e uso de tecnologias digitais, (...) favoreceu o desenvolvimento de uma cultura de uso das mídias e, por conseguinte, de uma configuração social pautada num modelo digital de pensar, criar, produzir, comunicar, aprender – viver” (p.4). É indiscutível, portanto, que a presença das TDIC reconfigura as conexões entre modos de ser, pensar coletivos e individuais, alimentados pelos hipertextos, imagens digitalizadas, vídeos, áudios etc. Advogamos como imprescindível que o professor se aproprie dos saberes tecnológicos trazidos pelas TDIC e sistematize-os em sua prática pedagógica, em parceria com os tutores dos cursos.

3 PERCEPÇÕES ALUSIVAS À TUTORIA EDUCACIONAL NO BRASIL

Como já frisamos, a LDB, já preconizava em 1996 a implementação de “Programas de Educação à Distância”, em todos os níveis e modalidades do sistema brasileiro e propunha o uso sistemático das

tecnologias digitais no ensino, tanto digitais quanto analógicas. Mas, em se tratando de ensino à distância e para nos atermos ao campo específico da tutoria que tratamos aqui, vamos discutir neste texto mais detidamente acerca das estratégias e ferramentas de cunho digital, nos moldes das tecnologias da informação e da comunicação (TIC).

Creemos porém, que no campo das políticas públicas voltadas às metodologias ativas, a propositura mais robusta foi a criação, em 2005, do Sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Essa iniciativa propôs de forma pioneira e arrojada a articulação de importantes e consolidadas universidades públicas, possibilitando o Ensino Superior público de qualidade aos rincões deste país. Com a UAB nasceu a ideia de redes de relacionamento educacional à distância em caráter institucional e nacional. Kohn & Moraes (2007), afirma em outras palavras, e nós pactuamos, que este *pool* de instituições públicas de educação superior, aliado a polos municipais e estaduais de apoio presencial, configura-se como uma ousada iniciativa do Ministério da Educação (MEC). Isso possibilitou consolidar as bases para uma universidade aberta e à distância, atuando preferencialmente na formação inicial e continuada de professores da Educação Básica. O Sistema UAB não propõe a criação de uma nova instituição de ensino, mas sim, a articulação das já existentes, numa proposição de formação de redes de relacionamento educacional acadêmico de educação à distância. E sobre o uso de recursos digitais em prol do ensino, estratégia fundamental da modalidade de EAD, Moré et al (2010) afirma que “por ser um processo proativo, (...) exige constante comunicação entre os agentes envolvidos, além de uma constante motivação dos mesmos para a utilização dos recursos corretos e de forma efetiva.” (p.105).

Já sabemos, então, a essa altura que o estudo no formato da EAD está focado na autonomia do aluno e na flexibilidade de seus estudos, ou, como se convencionou denominar, são as “metodologias ativas” que devem reger esse “novo” comportamento estudantil, ou seja, fazer com que o aluno seja sujeito de sua própria aprendizagem. Isso requer, além da autonomia, autodeterminação, disciplina, foco nos objetivos, manejo das ferramentas *online*, *off-line*, de *software* e às vezes até de *hardware*. Nesse formato de estudo não presencial, ou em alguns casos, semipresencial, a ‘aprendizagem ativa’ ocorre quando o estudante aprende de forma processual com teoria, prática e reflexão, com autonomia, planejamento, automotivação, administração do tempo, comunicação, organização, flexibilidade e trabalho colaborativo. Ainda segundo Moré et al (2010), o tutor é a pessoa que melhor precisa se familiarizar com os procedimentos de um curso, incluindo suas normas e avaliação, bem como com os conteúdos desenvolvidos pelos docentes e estudantes.

Nessa mesma linha, para Belloni (2003), ao tratar de suporte em educação à distância, alude para “as inovações educacionais decorrentes da utilização dos mais avançados recursos técnicos para a educação (...), mas também as técnicas de planejamento inspiradas nas teorias de sistemas, por exemplo” (p.118). Nisso vemos uma concepção bastante irrepreensível no que tange ao ensino à distância e ao trabalho do tutor. Assim como acatamos que é preciso uma “transposição do mundo real, para o mundo tecnológico” porque isso “minimiza as dificuldades iniciais dos alunos mais despreparados e diminui as evasões, uma das grandes preocupações em EAD, (MARTINS et al., 2001, p. 101).

A tutoria educacional atua como uma orientação acadêmica para estimular o aluno a ir um pouco mais à frente em seus estudos e não sucumbir diante de eventuais obstáculos em relação ao uso de ferramentas digitais, conectividade etc. O tutor deve sugerir a melhor forma de organização das atividades acadêmicas, repositórios, arquivos de mídias, disciplinamento de tempo de estudo, sempre buscando a autoaprendizagem do estudante, com base na construção da forma mais adequada e individual do binômio tempo/espaço de aprender. Essas atribuições são válidas também para o tutor presencial. Esses imprescindíveis profissionais da educação à distância têm o desafio de criar um diálogo personalizado com cada estudante. Num país gigantesco como o nosso, é essencialmente pelo trabalho do tutor que se torna possível a pessoas comuns, o acesso à educação superior pública e de qualidade. Isso é um

importante fator de redução das desigualdades socioeducacionais que separam muitos estudantes do sucesso em suas carreiras. Por conseguinte, já se pode consentir que no trabalho de suporte ao aluno, é importante empregar, além dos elementos de empatia, as tecnologias educacionais em vigor. Essas percepções se coadunam com algumas ideias de Moran (2013), quando afirma que:

A aprendizagem é mais significativa quando motivamos os alunos intimamente, quando eles acham sentido nas atividades que propomos, quando consultamos suas motivações profundas, quando se engajam em projetos em que trazem contribuições, quando há diálogo sobre as atividades e a forma de realizá-las. (p.1).

Este autor ainda disserta que “a aprendizagem se constrói (...) entre três movimentos principais: a individual; a grupal e a orientada, (...), com um especialista um professor” (p. 3), seja face a face com o aluno ou de forma remota. Aí nós acrescentamos o “movimento” do tutor. Endossamos que as chamadas “metodologias ativas” implicam mudanças na estrutura do processo educacional dito “tradicional” e para compô-la são requeridos investimentos não somente público em instalações, equipamentos, sinal de internet e *softwares*, ou aparato tecnológico nos moldes dos já obsoletos laboratórios de informática, mas também será exigido de professores, tutores, monitores e estudantes uma nova abordagem diante da gama de possibilidades para a produção e propagação do conhecimento por meio de aulas remotas. De acordo com a “taxonomia de Bloom”, citada por (FERRAZ; BELHOT, 2010), em se tratando do domínio cognitivo, ações relacionadas aos objetivos de aprendizagem se tornam mais evidentes com a EAD. São elas: lembrar, entender, aplicar, analisar, sintetizar e criar. Além disso, ainda segundo Oliveira (2019), não se pode “esquecer de que o uso intencional pedagógico das TIC pode fomentar o desenvolvimento e a aplicação de metodologias ativas mais enriquecidas do que aquelas facilmente aplicáveis à educação presencial. (p. 6). Isso inclui, de forma inevitável, as atividades de tutoria educacional.

Para agregar respaldo a essas proposições sobre a EAD como “ferramenta de trabalho” (grifo nosso) do tutor, buscamos uma contribuição de (EMERENCIANO; SOUZA; FREITAS, 2009), quando afirmam que os envolvidos nos processos de tutoria educacional “precisam aprender a aprender, isto é, buscar sempre novos conhecimentos e propor melhorias aos processos de suporte ao aluno. Dessa forma promovem o “*empowerment*”, que significa delegar a participação, a autonomia e o poder de decisão às pessoas. (p. 69).

É notório que as pessoas mais afeitas a comunidades de aprendizagem terão mais familiaridade às mudanças nas formas de estudo contemporâneas, com maior autonomia, inclusa aí a EAD. Isso vale também, obviamente, para o mercado de trabalho, cada vez mais competitivo no tocante às novas tecnologias digitais. Especialmente nos cursos à distância, percebe-se que virtudes como motivação e autonomia constituem fatores imprescindíveis, pois propiciam mais flexibilidade para aquisição, interpretação e aplicação de conhecimentos. Por conseguinte, os alunos que terão maior aproveitamento dos conteúdos disponibilizados nas plataformas de aprendizagens serão os que dispuserem de mais tempo, concentração e disciplina para cumprir o calendário de estudos propostos.

3.1 A “presença” do tutor à distância

Nos nossos estudos sobre Tutoria Educacional. Atendimento presencial e *online* tivemos mais uma vez o diálogo com estratégias de ensino à distância como a *blended learning*, que combina atividades *online* com o apoio de ambientes virtuais de aprendizagem em atividades presenciais. Este recurso já está há alguns anos em plena execução e expansão no Brasil, o que nos faz refletir que não são as metodologias ativas si não dão conta de todos os problemas de aprendizagem que enfrentamos. Cremos que ainda será por tempo indeterminado, necessária uma “presença” com ação intencional do docente ou, nesse caso, um tutor, que possa selecionar e aplicar corretamente a metodologia ativa, dando sentido

pedagógico ou “andragógico” (grifo nosso), perfeitamente conectada a uma tecnologia educacional segura, acessível e comum aos usuários.

De acordo com Valente (2014) as dificuldades postas inicialmente no ensino em EAD “têm sido superadas à medida que as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) estão sendo utilizadas na educação e passam a fazer parte das atividades de sala de aula. (p. 82). Segundo este autor, essas tecnologias, ao alterarem a dinâmica da escola e das aulas, especialmente em relação a tempo, espaço “e recursos” (grifo nosso), reconfiguram as “relações entre o aprendiz e a informação, as interações entre alunos, e entre alunos e professor” (p.82). A *blended learning* (ensino híbrido), defendida por Valente (2014), sem dúvida favorece à *flipped classroom* (sala de aula invertida), termo também usado por este autor, como uma das possibilidades já em expansão no Brasil, inclusive na educação básica atualmente, em razão da pandemia do novo coronavírus.

Por estas e outras razões aqui expostas, vislumbramos que na EAD a interação entre professor e estudantes ocorre de forma indireta e precisa ser implementada por profissional capaz de conduzir uma combinação de mídias e tecnologias, num viés de certa dependência discente em relação à mediação educativa maior que nos estudos presenciais. Nesse ponto adquirem relevância as atribuições e o papel do tutor à distância, colocando-o como protagonista dentro do paradigma da educação à distância em franca expansão. É o tutor *online* que, de um espaço diferente em que o aluno se encontra, com domínio do conteúdo e em parceria com o tutor presencial, dará o suporte pedagógico e didático ao docente da disciplina em questão, aos estudantes para que o curso aconteça pacificamente. Sua comunicação pode ser impressa ou online. Este profissional, em um espaço diferente daquele em que o aluno se encontra, com um bom domínio do conteúdo, deve atuar em três frentes: junto ao aluno, ao coordenador da disciplina ou do polo de apoio e aos seus colegas tutores presenciais. Sua comunicação pode ser impressa ou *online*. Segundo Belloni (2003) o professor tutor “orienta o aluno em seus estudos relativos à disciplina pela qual é responsável, esclarece dúvidas e explica questões relativas aos conteúdos da disciplina; em geral participa das atividades de avaliação” (p.83).

Em outra vertente da mesma linha de investigação que adotamos, Neder (2000) discute a tutoria como uma orientação acadêmica e ressalta que durante o processo de acompanhamento o tutor precisa estimular e motivar o aluno, além de contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de autoaprendizagem. Em seu texto, esta autora afirma que:

“O processo dialógico que se estabelece entre aluno e orientador deve ser único, porque num tempo/espaço de cada um dos alunos em particular, de maneira diferente do que acontece na relação educacional tradicional, em que o tempo e espaço são objetivados, descarnados da subjetividade do sujeito.” (NEDER, 2000).

3.2 O Tête-à-tête do tutor presencial

Especificamente em relação ao tutor presencial, podemos depreender dos presentes estudos desta Especialização em Formação de Tutores da UNIBF, que a essência da atuação deste imprescindível profissional é mesmo o contato face a face com estudantes, docentes e coordenadores de curso. Nisso certamente está presente a questão da afetividade, ética, empatia e domínio de conteúdo. O tutor presencial tem como objetivo auxiliar o estudante a buscarem uma atitude mais ativa em seus estudos, daí se falar em “metodologias ativas” em relação à aprendizagem. Motivar esse aluno se adaptar às novas tecnologias educacionais como um recurso familiar, buscando mais interação e autonomia para aprender. É o tutor que vai ofertar apoio didático ao aluno, incentivando-o a ele mesmo, solucionar algumas de suas dúvidas, de forma individualizada, mas sempre procurando construir uma cultura de trabalho colaborativo com colegas e outros professores. Tem que haver, óbvio, compromisso do aluno em relação a prazos, qualidade das atividades e avaliações.

Obviamente é imprescindível o contato pessoal face a face, numa abordagem deveras de âmbito afetivo, envolvendo atitudes e emoções que dão suporte aos estudos à distância. A tutoria presencial tem como objetivo ajudar o estudante proveniente da educação presencial em que geralmente assume uma postura mais passiva em relação à aprendizagem, a se adaptar a uma modalidade distanciada. Essa modalidade, como vimos enfatizando, exige maior iniciativa e autonomia do estudante no processo de aprendizagem. O tutor presencial deve também ofertar apoio didático ao aluno em suas dúvidas, procurando um atendimento mais personalizado, avaliando o compromisso individual, fomentando a socialização dos educandos.

Segundo Moré (2010), os tutores presenciais também atuam diretamente com os estudantes nas atividades administrativas do curso, tais como o planejamento e acompanhamento dos seminários temáticos, que são atividades presenciais realizadas nos polos de ensino, e envio e recebimento de materiais voltados ao curso. Em razão do contato presencial com os estudantes, possuem papel fundamental na motivação destes acadêmicos. Os tutores presenciais devem construir pontes midiáticas entre os estudantes e o tutor à distância para encaminhamento e solução de possíveis problemas.

A percepção e reflexão intuitiva do tutor presencial com relação a sua prática profissional levam-no a pensar, do ponto de vista teórico e prático, sobre a mediação pedagógica, numa perspectiva interacionista, que fundamente a atividade de tutoria em polo de apoio presencial de EAD.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossa pesquisa, fica evidente que não somente o tutor, mas todas as pessoas que trabalham com atividades de EAD, sejam institucionais de grande porte ou em pequenas redes escolares, também precisam aprender a aprender nesse não tão novo jeito de estudar. É mister buscar sempre novos conhecimentos e propor melhorias nos processos de suporte a estudantes e profissionais envolvidos. A isso se pode agregar o chamado *empowerment*, que em outras palavras é fomentar a participação, mas sobretudo provocar o poder de decisão às pessoas envolvidas, buscando de forma colaborativa resolver os problemas técnicos ou conceituais que surgem no ensino à distância. Para isso é importante a capacidade de liderança dos atores da gestão educacional, das plataformas digitais de aprendizagem, dos polos de apoio presenciais dos cursos *online* e de quem possui o poder legítimo de tomar decisões que impactam o fazer pedagógico e didático dos estudos.

Em outro aspecto concernente à educação à distância e inevitavelmente ao trabalho do tutor, vimos que a relevância da chamada *blended learning*, ou ensino “híbrido”, defendida por Valente (2014), como uma alternativa possível à demanda crescente por EAD no Brasil, inclusa aí a educação básica mesmo, em razão do contexto social pandêmico de saúde pública, a reconfigurar de forma impositiva e por tempo indeterminado o novo *modo vivendi* e *modus operandi* da educação. E como ferramentas disponíveis e imprescindíveis a esse paradigma, estão as TDIC a moldar os novos jeitos de planejar o ensino, o uso mais intenso dos hipertextos, da multimídia, em suma das tecnologias digitais da informação e da comunicação. Cabe, então ao professor e, nesse nosso caso, ao tutor, se apropriarem desses saberes tecnológicos, sistematizando-os em sua prática pedagógica.

Finalmente, em nossas discussões mostrou-se patente que uma característica inerente do tutor presencial ou à distância, mesmo estes não sendo professores, é de mediador da aprendizagem, humanizando processos, metodologias e atitudes e proporcionando oportunidades de interação entre os atores da EAD, localmente. Certamente, o tutor precisa ter garantidas em sua formação algumas condições imprescindíveis, quais sejam: competências de conhecimento técnico e científico específico de sua área de atuação (isso inclui a adequada utilização de multimídia); compreensão de problemas de aprendiza-

gem; aplicação de métodos socialmente construídos e aceitos pelo público com quem trabalha; análise e síntese de fenômenos sociais presentes e, finalmente, condições de avaliação de processos e resultados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Elisabeth B. de; SILVA, Maria das Graças Moreira da. **Currículo, tecnologia e cultura digital: espaços e tempos de web currículo**, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/viewFile/5676/4002>. Acesso em 19 ago. 2017.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância**. 3ed. Campinas, SP, Autores Associados, 2003.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -LDB**. 9394/1996. São Paulo, Saraiva, 1996. Disponível em: http://www.nead.ufmt.br/documentos/A_orientacao_Academica_Lucia_06.doc. Acesso em 16 ago. 2020.

EMERECIANO et al. **Ser presença como educador, professor, tutor**. (in CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO. FUNDAMENTOS E PRÁTICAS NA EAD. Professores, Tutores e Alunos de Educação à Distância. MEC, 2009. Disponível em: http://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/eixo_amb_saude_seguranca/tec_seguranca/educ_dist/291012_edu_dist_a06.pdf. Acesso em 25 ago. 2020.

FERRAZ APCM, BELHOT RV. **Taxonomia de Bloom: revisão teórica e apresentação das adequações do instrumento para definição de objetivos instrucionais**. Gest Prod. 2010; 17(2):421-31.

MARTINS et al. **O suporte em Educação a Distância**, Revista Cobenga, 2001.

KOHN, Karen; MORAES, Cláudia Herte de. **O impacto das novas tecnologias na sociedade: conceitos e características da Sociedade da Informação e da Sociedade Digital**. UFSM/CesnorsIntercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Santos – 29 de agosto a 2 de setembro de 2007.

MORAN, José Manuel. **Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda**, 2013. Disponível em <https://goo.gl/EDXk1K>. Acesso em 18 ago. 2020.

MORÉ et al. **MODELO DE GESTÃO PARA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: O SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO AO ESTUDANTE – SAE RAI** – Revista de Administração e Inovação, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 104-125, abr./jun. 2010.

NEDER, Maria Lúcia Cavalli. **A orientação acadêmica na educação a distância: a perspectiva de (re)significação do processo educacional**, 2000.

OLIVEIRA, Edison Trombeta de. **INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – EAD**, Tese de doutorado em Educação, USP, 2019.

SOBRAL, Maristela. **TUTORIA PRESENCIAL DE PÓLO DE APOIO EM EAD: UM DIFERENCIAL PARA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA**. CORTINHAS – UNOPAR, 2008

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/uab/o-que-e-uab> Acesso em: 15 ago. 2020.

VALENTE, José Armando. **Blended learning e as mudanças no ensino superior: a proposta da sala de aula invertida**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 4/2014, p. 79-97. Editora UFPR. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/er/nspe4/0101-4358-er-esp-04-00079.pdf>. Acesso em 25 ago. 2020.

Artigos

Cuidados de enfermagem como promoção do aleitamento materno: uma revisão sistemática

Beatriz Soares Monteiro¹; Heloísa Simões Silva²; Isys Nascimento Souza Ramos³; Michelle Leandro das Doreas Silva²; Naira Araújo Batista da Silva⁴; Nataly Lins Sodré⁵; Roberta Larissa Farias de Aquino³

¹ Enfermeira formada pela Universidade de Pernambuco. Pós-graduanda em UTI e em Saúde Coletiva - UniBF.

² Enfermeira formada pela Universidade de Pernambuco.

³ Enfermeira formada pela Universidade de Pernambuco. Pós-graduanda em Ginecologia e Obstetrícia, Auditoria em Saúde e Saúde Pública com ênfase em Saúde da Família - UniBF.

⁴ Enfermeira formada pela Universidade de Pernambuco. Pós-graduanda em Centro Cirúrgico e em Saúde Coletiva - UniBF.

⁵ Acadêmica de Enfermagem da Universidade de Pernambuco.

✉ bia-soares081@gmail.com, helo.s.simoess@gmail.com, isysnsr@gmail.com, michelleleandro.s@gmail.com, n.araujo128@gmail.com, nataly-linsodre@gmail.com, roberta.lfaquino@gmail.com

Palavras-chave:

Aleitamento Materno.
Cuidados de Enfermagem.
Enfermagem.

Resumo

O aleitamento materno é uma prática importante e que vai muito além de nutrir a criança. Nesse contexto, o enfermeiro é fundamental, tendo em vista que acompanha o binômio mãe-bebê desde o pré-natal, durante a assistência ao parto e puerpério. O objetivo do presente estudo é de evidenciar na literatura a importância dos cuidados de enfermagem na promoção do aleitamento materno, identificando as principais contribuições dos enfermeiros neste sentido. Trata-se de um estudo do tipo revisão sistemática, onde foi feita uma revisão de literatura para levantamento de material publicado no Portal da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). Foram inseridos no presente estudo 6 artigos, publicados entre os anos de 2017 a 2019. A principal limitação durante a realização da presente revisão integrativa foi a escassez de artigos a partir dos parâmetros definidos. No entanto, a partir da análise dos estudos inseridos, ficou evidente a importância do enfermeiro no contexto assistencial e de educação em saúde.

Keywords:

Breastfeeding.
Nursing care.
Nursing.

Abstract

Breastfeeding is an important practice that goes far beyond nourishing the child. In this context, the nurse is essential, considering that she accompanies the mother-baby binomial since prenatal care, during childbirth and puerperium care. The objective of this study is to highlight in the literature the importance of nursing care in promoting breastfeeding, identifying the main contributions of nurses in this regard. This is a systematic review type study, where a literature review was carried out to survey material published on the Virtual Health Library (VHL) Portal. Six articles were inserted in the present study, published between the years 2017 to 2019. The main limitation during the conduct of this integrative review was the scarcity of articles from the defined parameters. However, from the analysis of the inserted studies, it became evident the importance of nurses in the context of care and health education.

1 INTRODUÇÃO

O aleitamento materno é uma prática importante e que vai muito além de nutrir a criança (GONZÁLEZ, 2018). O mesmo é um processo que envolve interação profunda entre mãe e filho e traz benefícios para

o estado nutricional e imunológico do bebê e para o seu desenvolvimento cognitivo e emocional, além de influenciar na saúde física e psíquica da mãe (FERREIRA et al., 2018).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) preconiza que a amamentação deve ser exclusiva até os seis meses de vida (WHO, 2008). No Brasil, a promoção e incentivo a esta prática acontece desde a década de 1980 e nos dias atuais conta com estratégias como a Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC) e a Iniciativa Unidade Básica Amiga da Amamentação (IUBAAM) (SAMPAIO; BOUSQUAT; BARROS, 2016).

Com base nessas iniciativas e a partir de uma revisão sistemática sobre o tema, foi preconizado nos serviços de saúde dos diversos níveis de atenção os "Dez Passos para o Sucesso da Amamentação" (LIMA et al., 2020). A partir desta estratégia, foi possível notar maior adesão e duração do aleitamento materno, pois as orientações e acompanhamentos são prestadas desde a gestação (SILVA et al., 2017).

Nesse contexto, o enfermeiro é fundamental, tendo em vista que acompanha o binômio mãe-bebê desde o pré-natal, durante a assistência ao parto e puerpério (COSTA et al., 2018). Os cuidados de enfermagem, nos diversos contextos em que o profissional está presente, influenciam diretamente no sucesso da amamentação e permitem o empoderamento da mulher e da sua rede de apoio (SOUZA et al., 2018).

Com isso, o objetivo do presente estudo é de evidenciar na literatura a importância dos cuidados de enfermagem na promoção do aleitamento materno, identificando as principais contribuições dos enfermeiros neste sentido.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo do tipo revisão sistemática que tem como objetivo realizar uma síntese acerca da temática proposta com achados da literatura atual. A presente pesquisa seguiu os seis passos propostos por Mendes, Silveira e Galvão (2008), sendo estes: a) Formulação de hipótese ou questão de pesquisa e definição de um problema para elaboração da revisão; b) Seleção de critérios para inclusão e exclusão de estudos ou amostras científicas; c) Definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados durante a coleta de dados; d) Análise crítica dos estudos resultantes das pesquisas; e) Comparação e interpretação das amostras para discussão dos resultados; e f) Apresentação da revisão de maneira detalhada e de fácil compreensão.

Foi feita uma revisão de literatura para levantamento de material publicado no Portal da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). Para busca foi utilizado o vocabulário estruturado de Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), sendo os seguintes operadores de busca: Aleitamento materno AND Cuidados de Enfermagem OR Enfermagem. Também foram utilizados filtros durante a busca: texto completo, assunto principal, periódicos nacionais em língua portuguesa, tipo de documento em formato de artigo, limite cronológico dos últimos cinco anos (2016-2020).

Inicialmente, com o cruzamento dos descritores, foram encontrados 404 artigos. Foram aplicados os filtros e restaram 24 artigos. Desses artigos, foram excluídas as duplicações e realizada leitura dos títulos. Após este processo, foram elegidos 11 artigos para serem lidos integralmente. Por fim, foram inseridos no presente estudo 6 artigos, publicados entre os anos de 2017 a 2019.

3 RESULTADOS

O Quadro 1 permite a visualização das características dos artigos que compuseram esta revisão sistemática.

Quadro 1. (continua) Características dos estudos inseridos.

AUTOR/ANO	OBJETIVO	MÉTODO	SÍNTESE DOS RESULTADOS
CHERUBIM et al., 2018.	Descrever o cuidado de Enfermagem, desenvolvido pelos profissionais no cotidiano assistencial da Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) para a manutenção da lactação.	Estudo descritivo de abordagem qualitativa, constituído por dez profissionais de Enfermagem, no período de fevereiro de 2013 e analisados por meio de categorias temáticas.	O cuidado para a manutenção da lactação vai além do recém-nascido internado, sendo necessária a inclusão da mãe e de seus familiares nessa atenção, por meio de grupos de apoio entre mães, família e profissionais para o sucesso do aleitamento materno. As vivências e as experiências dos profissionais de Enfermagem mostraram-se influenciadoras no cuidado e na promoção da oferta do leite materno ao recém-nascido pré termo.
DE ARAÚJO LUCENA et al., 2018.	Descrever as ações de enfermeiros da Estratégia Saúde da Família acerca da Primeira Semana Saúde Integral no cuidado ao recém-nascido.	Pesquisa descritiva, exploratória com abordagem qualitativa realizada de outubro de 2014 a fevereiro de 2015, por meio de entrevista semiestruturada, com nove enfermeiros da Estratégia Saúde da Família de João Pessoa-PB.	As ações identificadas na primeira visita ao bebê se baseiam nas orientações maternas acerca dos cuidados básicos ao recém-nascido, aleitamento materno, testes de triagem neonatal, imunização e puericultura, bem como avaliação da puérpera, no entanto, por vezes eram realizadas fora do período recomendado e com orientações incompletas e desatualizadas. Embora haja potencialidades nas ações dos enfermeiros, as fragilidades comprometem a assistência ao neonato e à puérpera, sendo necessário sensibilizar esses profissionais acerca da importância e eficácia das orientações em tempo oportuno.
DE OLIVIERA BELEZA et al., 2019.	Analisar o perfil de coortes recém-nascidos de risco atendidos por enfermeiros em Ambulatório de Seguimento Multidisciplinar, com destaque ao tipo de alimentação e ao ganho ponderal, após a alta hospitalar.	Coorte retrospectivo de população composta por recém-nascidos de risco atendidos em período de 4 anos, dados procedentes de prontuário e relatório de atendimento.	As frequências do aleitamento materno exclusivo e do ganho ponderal foram aumentando com o passar das consultas. Verificou-se a importância do acompanhamento ambulatorial de recém-nascidos de risco pelo enfermeiro, especialmente na promoção do aleitamento materno e do crescimento saudável.
MARINHO DA SILVA et al., 2018.	Identificar os empecilhos apresentados pelas primíparas das Unidades Básicas de Saúde, em relação à amamentação exclusiva dos filhos nos primeiros 6 meses de vida.	Estudo quantitativo, de campo, exploratório e descritivo, por meio da aplicação de um questionário semiestruturado com 30 participantes.	Apresentaram-se como principais empecilhos: os ambientes, as crenças, o leite materno dito fraco, o trabalho ou a ocupação da mulher, a falta de tempo, as mamas endurecidas, a pega incorreta e o bebê agitado.

Quadro 1. (continuação) Características dos estudos inseridos.

MERCADO et al., 2017.	Verificar as orientações prestadas pelo enfermeiro à puérpera em Alojamento Conjunto (AC).	Estudo quantitativo, descritivo e transversal, realizado com 30 puérperas. Na coleta de dados, foi utilizado um formulário.	A maioria das puérperas relatou que o atendimento do enfermeiro foi ótimo, sentia-se preparada para prestar os cuidados necessários ao recém-nascido em casa, recebeu orientações quanto ao aleitamento materno, cuidado com as mamas e pega correta, banho e banho de sol do recém-nascido. A assistência de enfermagem às puérperas no Alojamento Conjunto está voltada às orientações quanto ao autocuidado e cuidados com o recém-nascido.
TEIXEIRA et al., 2017.	Propor um modelo de cuidado às famílias que vivenciam o aleitamento materno no cotidiano familiar; identificar o significado do aleitamento materno para as famílias que vivenciam o processo de amamentação; averiguar as necessidades de cuidados das famílias e implementar o cuidado.	Estudo qualitativo, intervencionista, a partir da Pesquisa Convergente Assistencial utilizando como técnica de coleta de dados a entrevista guiada pelos instrumentos: Roteiro semiestruturado, Genograma, Eco-mapa e Círculo de Thower.	Os significados da amamentação para as mães-nutrizes se encontram centrados nos benefícios do leite materno para a saúde da criança, nas dificuldades para aleitar, resolvidas por elas e seus familiares. O modelo de cuidar em enfermagem às famílias que vivenciavam a amamentação foi viável, ao proporcionar cuidados individualizados e congruentes.

4 DISCUSSÃO

A principal limitação durante a realização da presente revisão sistemática foi a escassez de artigos a partir dos parâmetros definidos. No entanto, a partir da análise dos estudos inseridos, ficou evidente a importância do enfermeiro no contexto assistencial e de educação em saúde. Também foi possível observar a diversidade de contextos, que variam desde a Unidade Básica de Saúde (UBS) até uma Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN), em que este profissional desempenha importante papel para promoção do aleitamento materno.

Especificamente no contexto de uma UBS, o enfermeiro está presente desde o planejamento familiar, pré-natal e acompanhamento puerperal (NASCIMENTO et al., 2019). As ações desenvolvidas neste cenário, tanto no ambiente das unidades de saúde quanto no domicílio (visitas domiciliares), reforçam que a proteção a amamentação está diretamente relacionada com uma melhor qualidade de vida da criança (SILVA; GOETZ; SANTOS, 2017).

Alguns dos estudos incluídos trazem essa perspectiva e demonstram que o envolvimento do enfermeiro desde o pré-natal é um fator essencial para construção e fortalecimento de um vínculo com o profissional, o que é primordial na defesa do aleitamento materno exclusivo (DE ARAÚJO LUCENA et al., 2018; TEIXEIRA et al., 2017).

O estudo de Marinho da Silva et al (2018) mostra os principais empecilhos relacionados à amamentação referidos pelas usuárias da UBS. A identificação desses fatores precocemente pelo enfermeiro é

fundamental na elaboração de um planejamento de enfermagem e execução de cuidados pautados na individualidade de cada binômio (FERREIRA; GOMES; FRACOLLI, 2018).

Teixeira et al (2017) ainda reforça a importância da inclusão da família como rede de apoio durante o processo de amamentação, sendo os membros colaboradores desse momento. Tal fator é essencial para que o aleitamento materno aconteça de forma exclusiva e satisfatória, sendo responsabilidade da enfermagem promover essa assistência de maneira holística, oferecendo apoio assistencial e emocional e, principalmente, autoconfiança para a mulher (WAGNER et al., 2020).

Já no ambiente hospitalar, a pesquisa de Cherubim et al (2018) reforça a importância do empoderamento da mulher e da presença da família também neste nível de atenção. O cuidado de enfermagem na UTIN é fundamental para garantir a promoção da oferta do leite materno ao recém-nascido pré termo (RNPT), o que traz enormes benefícios para a criança (PEREIRA; GARCIA; GRANDIM, 2017). A partir da amamentação, o RNPT terá suporte nutricional garantindo, reduzindo a possibilidade de agravos e até mesmo o tempo de internação (SILVA; SILVA, 2019).

A importância do acompanhamento pelo enfermeiro também está após a alta do RNPT, como demonstra o estudo de De Oliveira Beleza et al (2019), realizado no contexto de ambulatório multiprofissional. Mais uma vez, o profissional está intimamente relacionado com a promoção do aleitamento materno e o crescimento saudável das crianças.

De forma geral, a capacitação do enfermeiro sobre a temática é extremamente necessária, tendo em vista que uma das causas para descontinuidade da amamentação exclusiva pode ser a desinformação dos profissionais de saúde (DUTRA; DE CARVALHO FLAUSINO; SILVA, 2016). Os serviços de saúde devem investir na formação de profissionais que atendam com qualidade as demandas da população, garantindo o princípio da integralidade (SIQUEIRA et al., 2017).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da presente revisão sistemática foi possível corroborar com os achados nos artigos inseridos de que os enfermeiros têm papel fundamental na promoção e manutenção do aleitamento materno exclusivo. Os cuidados de enfermagem pautados na singularidade de cada família e realizado de maneira holística, deve acontecer durante todo processo do cuidar através de ações educativas e assistenciais.

REFERÊNCIAS

CHERUBIM, Daiani Oliveira et al. Representações do cuidado de enfermagem às mães para a manutenção da lactação na unidade de terapia intensiva neonatal. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental**, p. 900-905, 2018.

COSTA, Evelyn Farias Gomes da et al. Atuação do enfermeiro no manejo clínico da amamentação: estratégias para o aleitamento materno. **Rev. pesqui. cuid. fundam. (Online)**, p. 217-223, 2018.

DE ARAÚJO LUCENA, Daniele Beltrão et al. Primeira semana saúde integral do recém-nascido: ações de enfermeiros da Estratégia Saúde da Família. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 39, 2018.

DE OLIVIERA BELEZA, Ludmylla et al. Perfil de recém-nascidos de risco atendidos por enfermeiros em seguimento ambulatorial: estudo de coorte retrospectiva. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, v. 27, p. e3113, 2019.

DUTRA, Ana Karla Rosa; DE CARVALHO FLAUSINO, Brunna Lorrany; SILVA, Dayane Camelo. Capacitação humanizada de enfermagem frente aos cuidados neonatais no vínculo binômio mãe-filho. **Revista Eletrônica de Ciências Humanas, Saúde e Tecnologia**, v. 5, n. 1, p. 55-81, 2016.

FERREIRA, Hellen Livia Oliveira Catunda et al. Fatores Associados à adesão ao aleitamento materno exclusivo. **Ciência & saúde coletiva**, v. 23, p. 683-690, 2018.

FERREIRA, Maria Gabriela Cabrera; GOMES, Maria Fernanda Pereira; FRACOLLI, Lisaine Aparecida. Aleitamento materno: orientações recebidas por gestantes acompanhadas pela estratégia saúde da família. **Revista de Atenção à Saúde**, v. 16, n. 55, p. 36-41, 2018.

GONZÁLEZ, Carlos. **Manual prático de aleitamento materno**. Timo/Uniqua Editora e Estudio de Design LTDA-ME, 2018.

LIMA, Simone Pedrosa et al. PROTEÇÃO, PROMOÇÃO E APOIO A AMAMENTAÇÃO: FORTALECENDO A INICIATIVA HOSPITAL AMIGO DA CRIANÇA. **EXTRAMUROS-Revista de Extensão da Univasf**, v. 8, n. 1, p. 155-165, 2020.

MARINHO DA SILVA, Amanda et al. EXCLUSIVE BREASTFEEDING: OBSTACLES PRESENTED BY PRIMIPAROUS WOMEN. **Journal of Nursing UFPE/Revista de Enfermagem UFPE**, v. 12, n. 12, 2018.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & Contexto Enferm* [serial on the internet]. 2008 Oct [cited 2011 July 26]; 17 (4): 758-64. 2018.

MERCADO, Nayara Caselato et al. Cuidados e orientações de enfermagem às puérperas no alojamento conjunto. **Rev. enferm. UFPE on line**, p. 3508-3515, 2017.

NASCIMENTO, Ana Maria Resende et al. Atuação do enfermeiro da estratégia saúde da família no incentivo ao aleitamento materno durante o período pré-natal. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 21, p. e667-e667, 2019.

PEREIRA, Crislayne Brito; GARCIA, Estefânia Santos Gonçalves Félix; GRANDIM, Clícia Valim Côrtes. Aleitamento materno em prematuros em uma UTI neonatal. -, 2017.

SAMPAIO, Ádila Roberta Rocha; BOUSQUAT, Aylene; BARROS, Claudia. Contato pele a pele ao nascer: um desafio para a promoção do aleitamento materno em maternidade pública no Nordeste brasileiro com o título de Hospital Amigo da Criança. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 25, p. 281-290, 2016.

SILVA, Cristianny Miranda et al. Práticas educativas segundo os “Dez passos para o sucesso do aleitamento materno” em um Banco de Leite Humano. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 1661-1671, 2017.

SILVA, Eliclecia Barbosa da; SILVA, Mércia Santana da. Dificuldades enfrentadas pelas mães na amamentação do recém-nascido pré-termo em UTI's neo. 2019.

SILVA, Karolyne Magno dos Santos; GOETZ, Everley Rosane; SANTOS, Margarete Veronica Jesse dos. Aleitamento materno: conhecimento das gestantes sobre a importância da amamentação na Estratégia de Saúde da Família. **Rev. bras. ciênc. saúde**, p. 111-118, 2017.

SIQUEIRA, Fernanda Paula Cerântola et al. A capacitação dos profissionais de saúde que atuam na área do aleitamento materno. **Investigación en Enfermería: Imagen y Desarrollo**, v. 19, n. 1, p. 171-186, 2017.

SOUZA, Cristiane Oliveira Nascimento de et al. Escala interativa de amamentação: proposição baseada na teoria de médio alcance de enfermagem. **Escola Anna Nery**, v. 22, n. 3, 2018.

TEIXEIRA, Marizete Argolo et al. Cuidar em enfermagem às famílias que vivenciam a amamentação. **Rev. enferm. UFPE on line**, p. 3190-3197, 2017.

WAGNER, Lúvia Perissé Baroni et al. Fortalecedores e fragilizadores da amamentação na ótica da nutriz e de sua família. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 54, 2020.

World Health Organization (WHO). Dept. of Child and Adolescent Health and Development. **Indicators for assessing infant and young child feeding practices: conclusions of a consensus meeting held 6-8 November 2007 in Washington D.C., USA**. Geneva: WHO; 2008.

Artigos

Segurança pública em crise: aumento dos gastos e recuo dos resultados

Rodrigo Pereira dos Santos¹, Adival José Reinert Junior²

¹ Pós-Graduando da UNIBF

² Professor Orientador do Curso de Pós-Graduação da UNIBF

✉ rodrigogm2326@gmail.com

Palavras-chave:

Segurança Pública.
Gastos Públicos.
Inteligência.

Resumo

O presente artigo busca trazer luz ao tema Segurança Pública fazendo um paralelo entre os gastos públicos e os resultados obtidos a partir desse gasto. Busca também apresentar as principais propostas de solução promovidas pelos teóricos que labutam nesse segmento do conhecimento.

1 INTRODUÇÃO

Com os números da violência em ascensão ano após ano, com a especialização das organizações criminosas, e atualmente com a incorporação de novas tecnologias, tornou-se urgente a adoção de medidas que possam mitigar o fenômeno da criminalidade.

O Estado como garantidor da Segurança Pública, pressionado pelo clamor social que cobra por resultados, tem encontrado enormes dificuldades para promovê-la. Nesse contexto, ao redor do mundo tem surgido diversos estudos que buscam diagnosticar o motivo por trás dos maus índices. Dentre eles, Marcos Rolim sintetiza um fenômeno que ele chama de “Síndrome da Rainha Vermelha” a fim de expor a fragilidade, por ele identificada no atual sistema de segurança pública. Tais estudos também visam trazer à luz reformas institucionais, em especial, nos organismos policiais.

Como resultado desses estudos são apontados novos modelos tais como: implantação do modelo de policiamento voltado para a solução de problemas; e o policiamento comunitário. Há também aqueles que defendem um ganho qualitativo através de recursos em inteligência policial.

Sem a pretensão de ser um manual para resolver problema tão complexo, este artigo busca, tão somente, apontar algumas discussões sobre a temática, as quais sugerem melhorias para a Segurança Pública.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Gastos em segurança pública x homicídios

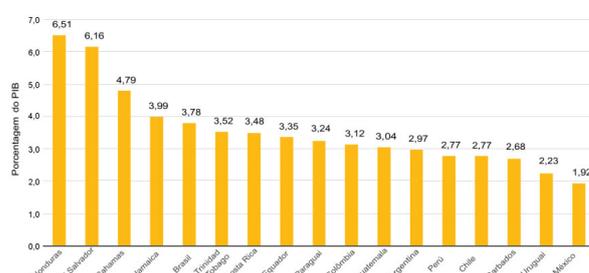
Do ano de 2016 até 2020, a Segurança Pública experimenta sucessivos aumentos em sua previsão orçamentária. Sendo que do orçamento total previsto, do ano de 2016 até 2019 não foram gastos todos os valores. No entanto, ainda que não tenha sido gasto o valor total previsto, impressionam as cifras

empreendidas, especialmente quando se observa uma tendência de aumento no decorrer do tempo. (<http://www.portaltransparencia.gov.br/funcoes/06-seguranca-publica?ano=2016>).

Do orçamento de R\$10,36 bi em 2016, foram utilizados R\$8,42 bi. Em 2017 foram utilizados R\$9,13 bi, dos R\$11,55 bi disponíveis. Em 2018 R\$8,82 bi de um total disponível de R\$12,85 bi. Já em 2019 foram R\$9,02 bi de R\$11,62 bi. De modo geral, as quantias vultuosas podem ser explicadas tendo como base a dimensão continental do Brasil, e sua grande população.

Contudo, um estudo técnico divulgado por Eduardo Granzotto em 2018, em que se verifica o percentual do Produto Interno Bruto empregado na Segurança Pública nos países da América Latina e Caribe no ano de 2014, mostra que o Brasil ocupou a quinta posição entre 17 países, comprometendo 3,78% do PIB. (https://camaranet.camara.leg.br/documents/384295/11534105/custo_seguranca_granzotto.pdf).

Figura 1 – Custo do crime em relação ao PIB (2014)



Fonte: GRANZOTTO, 2018, p.5¹

Já em relação aos números de homicídios, no intervalo de 2011 até 2018, pode-se observar que houve um salto em quantidade, partindo de 47.215 (quarenta e sete mil duzentas e quinze) ocorrências, chegando até 57.358 (cinquenta e sete mil trezentas e cinquenta e oito) no ano de 2018.

Figura 2 – Série histórica das mortes violentas intencionais no Brasil

Brasil, Regiões e Unidades da Federação	Mortes Violentas Intencionais - MVI							
	Ns. Absolutos							
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Brasil	47.215	54.694	55.847	59.730	58.459	61.597	64.078	57.358

Fonte: Anuário brasileiro de Segurança Pública 2019²

Desses dois dados, pode-se perceber que ainda que haja um aumento na quantia de recursos aportados em Segurança Pública, apenas o simples acréscimo financeiro não é suficiente para produzir bons resultados em segurança, reduzir a criminalidade e promover o bem-estar social.

2.2 A síndrome da rainha vermelha

As operações policiais são rotineiramente retratadas nos telejornais, nos quais, em seguida, muitos apresentam opiniões de comentaristas ditos especialistas. Esses, ao tecerem seus comentários apontam erros, falhas, pontos a melhorar e fatores de sucesso ou mesmo definem como um serviço exemplar.

A temática Segurança Pública sempre ganha destaque por afetar toda a sociedade, especialmente por ser capaz de influenciar a vida tanto do rico, quanto do pobre. É expressiva a ponto de ser fator de decisão

1 Disponível em: <https://camaranet.camara.leg.br/documents/384295/11534105/custo_seguranca_granzotto.pdf>. Acesso em 25 set. 2020.

2 Disponível em: <https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf>. Acesso em 13 ago. 2020.

entre a implantação ou não de indústrias, comércios, investimentos, etc., isto é, toda a vida social beneficia-se com o sucesso, ou sofre as consequências do fracasso da Segurança Pública.

Pela importância do tema é que sempre aparecem estudos ou propostas para demonstrar as deficiências e/ou indicar as possíveis soluções. No campo do estudo, interessante trabalho pode ser visualizado na obra de Marcos Rolim, que oferece uma perspectiva criativa para ilustrar, com perícia, um quadro vivenciado pela Segurança Pública brasileira. Quadro esse que ele denomina como: A Síndrome da Rainha Vermelha.

No livro *A Síndrome da Rainha Vermelha*, o autor Marcos Rolim, descreve uma condição a qual ele acredita ser a realidade vivenciada pela Segurança Pública brasileira. O modelo reativo de policiamento opera o aparato policial de modo a coibir infrações já cometidas. Desse modo, embora sejam empregados máximos esforços policiais, não se obtém, na mesma medida, resultados significativos que resultem em maior segurança, qualidade de vida e redução dos índices de criminalidade.(ROLIM, 2006, p.37-38).

Para Marcos Rolim, há uma correlação entre o episódio do encontro entre Alice e a Rainha Vermelha no livro *Através do Espelho* de Lewis Carroll. Na história, Alice e a Rainha Vermelha correm bastante, sem contudo saírem do lugar. Segundo essa perspectiva, no mundo do espelho é necessário um grande esforço para não sair do lugar.

Marcos Rolim, aponta que nas corporações policiais, ainda que se exerça um grande esforço, não se obtém respectivos resultados. Não por causa do esforço em si, mas sim por causa do modelo adotado, o do policiamento reativo. (ROLIM, 2006, p.38).

Jack R. Greene assim define o policiamento reativo:

significa que o policial é encaminhado para a cena do crime por meio de uma reclamação de um cidadão, seja ele uma vítima, uma testemunha ou um segurança. Tendo obtido a evidência para tal queixa – do denunciante e de outras testemunhas – o policial começa então a ação que, espera-se, irá resultar no aprisionamento do culpado.(GREENE, 2007, p. 45).

Se por um lado Marcos Rolim atribui ao policiamento reativo a baixa produtividade e ineficiência das polícias, por outro Jack R. Greene sustenta que o modelo reativo é responsável por mais de 90% das prisões, especialmente por não depender de uma primeira ação por parte dos policiais, mas em grande parte dos cidadãos, enquanto vítimas ou testemunhas.

Ocorre que, essa forma de pensar não, reflete totalmente a realidade, uma vez que o policiamento orientado para a solução de problemas, bem como o policiamento comunitário tem na sua espinha dorsal justamente a prevenção. Dessa forma, a comparação torna-se extremamente prejudicada neste sentido específico, devido a grande diferença no foco de atuação.

Avançando nas considerações de Marcos Rolim acerca do tema, percebe-se uma proposta de mudança no atual modelo, passando do modelo reativo para concepções consideradas mais modernas e promissoras como o policiamento comunitário (PC) e o policiamento orientado para a solução de problemas (POSP).

2.3 Policiamento orientado para a solução de problemas

Na busca por soluções para melhoria da qualidade do trabalho policial, comumente se verifica a apresentação do policiamento orientado para a solução de problemas. Trata-se de um enfoque de policiamento voltado não apenas para o atendimento superficial das ocorrências, mas sim de um

tratamento que tenha como enfoque analisar as infrações de modo a identificar a sua origem e buscar atuar para evitar que ele ocorra.

O policiamento orientado para a solução de problemas foi proposto originalmente por pelo pesquisador Herman Goldstein a partir de observações conduzidas em OSPs entre 1950 a 1980.(BRASIL, 2020, p.51).

Atuar com um novo enfoque, isto é, para a resolução dos conflitos parece, sem dúvida, muito promissor, ao mesmo tempo que se aproveita com mais racionalidade os recursos humanos envolvidos.

No entanto, não se trata de deixar o objetivo central como afirma Bayley, para o qual:

No policiamento orientado para a solução de problemas, o objetivo não muda: continua sendo melhorar a ordem e a segurança do público. O que muda é que os recursos policiais são aplicados onde podem fazer a diferença. Isso implica, por sua vez, que as forças policiais tenham de desenvolver organizações que possam acomodar a flexibilidade, adaptar-se às situações surgidas das necessidades, e supervisionar a responsabilidade dos diferentes usos dos recursos.(BAYLEY, 2006, p.37).

O uso aprimorado dos recursos humanos para se ter um enfoque voltado para o cerne dos problemas que são origem de infrações penais, a fim de resolvê-lo pode significar ganho de eficiência e consequente diminuição do aparato policial envolvido, uma vez que o enfoque não estará mais na busca pela onipresença policial. Trata-se de um menor número de agentes e viaturas envolvidas e consequentemente numa economia para os cofres públicos.

2.4 Policiamento comunitário

Busca-se, em muitos países ao redor do mundo, um modelo de policiamento que seja mais eficiente, e como já mencionado, o policiamento comunitário é, sem dúvidas, um dos mais citados, para não dizer o mais promissor.

Há contudo, muita dificuldade em se definir o que seja o policiamento comunitário. Como desenvolvê-lo, como aplicá-lo por isso BAYLEY e SKOLNICK argumentam que:

Se alguém for a um departamento policial e disser “mostre-me um policiamento comunitário” em lugares diferentes será apresentado diferentes atividades. Esta falta de clareza do que é um programa de policiamento comunitário causa preocupação. Devido ao fato de, no policiamento moderno, o “policiamento comunitário ser tão popular – tão vago -, muitos vão concluir que se trata de um movimento somente retórico”.(BAYLEY; SKOLNICK, 2006, p.17).

Não obstante tamanha imprecisão que o tema envolve, resta pontuar que as observações sobre implantações desse modelo nos EUA, Canadá, Irlanda do Norte, Noruega, Suécia, Dinamarca, Finlândia, Austrália, entre outros, demonstraram significativos avanços.

Ainda que muito se fale sobre essa modalidade de policiamento, das buscas na literatura, pouco se consegue extrair de uma definição direta, simples e clara a respeito do que é o policiamento comunitário. Talvez até por isso que diversas iniciativas ao redor do mundo tem recebido o nome de policiamento comunitário.

Embora haja múltiplas iniciativas e não haja uma definição concisa, demonstrar o que o policiamento comunitário representa mostra-se mais fácil do que conceituá-lo, e nesse sentido BAYLEY E SKOLNICK, defendem que:

A premissa central do policiamento comunitário é que o público deve exercer um papel mais ativo e coordenado na obtenção da segurança. A polícia não consegue arcar sozinha com a responsabilidade, e, sozinho, nem mesmo o sistema de justiça criminal pode fazer isso. Numa expressão bastante adequada o público deve ser visto como “co-produtor” da segurança e da ordem juntamente com a polícia. Desse modo, o policiamento comunitário impõe uma responsabilidade nova para a polícia, ou seja, criar maneiras apropriadas de associar o público ao policiamento e a manutenção da lei e da ordem. (BAYLEY; SKOLNICK, 2006, p. 18).

Seguindo essa filosofia, pode-se inferir que parte do sucesso do modelo se dá pelo fato de que a segurança e a ordem já não são responsabilidades exclusivas dos órgãos policiais, mas sim uma responsabilidade e um desejo compartilhado, de tal modo que com o tempo este desejo seja parte da vida local, e que por meio da parceria se estabeleça uma cultura de paz.

2.5 Inteligência policial como fator de eficiência

Na esteira do pensamento ligado à eficiência da atividade policial, não se pode deixar de pensar no trabalho e no resultado produzido pela inteligência policial. É impossível pensar em como melhorar a qualidade do serviço sem que tal melhora passe pelo trabalho de inteligência, uma vez que ele propõe aprimorar os resultados ao mesmo tempo que despender o mínimo de recursos.

Com o avanço, especialização e incorporação de novas tecnologias por parte das organizações criminosas, torna-se indispensável a maturação de iniciativas compartilhadas de estratégias e conhecimentos e informações, bem como a bancos de dados para fazer frente a criminalidade.(CASTRO; RONDON FILHO, 2009, p.69).

Parece muito natural que se alie o trabalho de policiamento comunitário com o trabalho de inteligência em si, isso porque o policiamento quando utilizado em conjunto com as atividades de inteligência permite resolver mais facilmente problemas relacionados com segurança. Nesse prisma, o serviço de inteligência se utiliza de diversas possibilidades de atuação, as quais no policiamento comunitário são mais uma ferramenta à disposição para consecução do seu objetivo de coletar dados, tratá-lo e produzir informação qualificada.

3 METODOLOGIA

Este trabalho emprega como metodologia a pesquisa bibliográfica, a fim de se verificar o posicionamento teórico de autores que discorrem a respeito do tema. Também se baseia na realização de consultas em bancos de dados públicos que apontam os números da violência, homicídios e a quantidade de recursos financeiros gastos em segurança pública.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da fundamentação apresentada nota-se um esforço para contribuir com a Segurança Pública no sentido de se apresentar um modelo, ou uma reforma sistêmica, de modo a implementar uma cultura de paz social. Tais propostas já foram amplamente discutidas ao longo de muitos anos. Entretanto, destacam-se duas propostas que recorrentemente tem aparecido na literatura como tendência de implementação, especialmente pelo fato de que obtiveram resultados de melhorias substanciais nos locais onde foram implantados.

Na obra de Marcos Rolim, A Síndrome da Rainha Vermelha, o autor aponta para um quadro de ineficiência estatal, em particular na área de atuação da Segurança Pública, isto é, na prestação do serviço de policiamento. O autor destaca que a partir do atual modelo de policiamento adotado no Brasil, quer seja,

o policiamento reativo, ainda que a polícia empreenda máximo esforço, não é possível que se obtenha um resultado que efetivamente promova uma cultura de paz, que permaneça.

Nesse sentido, para Marcos Rolim, a causa central da ineficiência está no modelo empregado. Marcos Rolim, contudo, busca apresentar dois modelos, os quais para ele, são mais promissores em se tratando de promover uma mudança cultural de violência para uma cultura de paz. Rolim aponta como ideal, o Policiamento Orientado para a Solução de Problemas, ou ainda o Policiamento Comunitário como medidas ou modelos que possam substituir o Policiamento Reativo.

Noutro giro, a fundamentação de Jack R. Greene assinala para o fato de que o policiamento reativo, e, portanto, o modelo predominante é responsável por uma parcela de prisões que supera os 90%. Não obstante tal apontamento, observa-se que por óbvio o modelo reativo deve mesmo propiciar números de prisões superiores, uma vez que os modelos de policiamento comunitário, bem como o policiamento orientado para a solução de problemas tem justamente o condão de oferecer alternativas que minimizem a repressão em favor da prevenção e resolução de problemas. O que conseqüentemente irá ensejar em números totais de prisões menores que os observados no modelo de policiamento reativo.

Observando-se também o aumento dos gastos públicos no que concerne à Segurança Pública, percebe-se que os números da violência não acompanham inversamente o aporte financeiro empregado. O que se espera é que conforme os gastos sejam majorados, a criminalidade e a violência sejam minorados. O que não é o reflexo da realidade.

Quando se fala em eficiência em Segurança Pública, fala-se em agir com inteligência a fim de se poupar energia e recursos. Com a evolução e aprimoramento de organizações criminosas, que cada vez mais se especializam no cometimento de ilícitos penais, torna-se necessária a devida adaptação dos mecanismos estatais em Segurança Pública para obter os resultados desejados pela sociedade.

Coaduna-se a esse prisma a obra de CASTRO; RONDON FILHO, os para os quais o aprimoramento do aparato estatal é medido indispensável para o alcance dos resultados propostos em Segurança Pública.

5 CONCLUSÃO

Como se pode observar, o fenômeno da criminalidade e da violência ganham proporções cada vez maiores, e nesse contexto países como o Brasil tem buscado formas de resolver os problemas desses altos números. Com isso, tem-se aumentado ano após ano as cifras dos gastos com Segurança Pública.

Entretanto, ainda que os gastos tenham aumentado, os números de crimes, em especial, os violentos com destaque para o crime de homicídio também aumentaram, o que demonstra que apenas aumentar os recursos financeiros não são suficientes para a resolução desse problema.

Conforme os estudos têm apontado, é necessário promover uma reforma paulatina e gradual no modelo de policiamento, cabendo especial destaque para o Policiamento Comunitário, o qual é o modelo que mais aproxima a sociedade para as suas responsabilidades constitucionais para com a segurança como responsabilidade de todos.

Junto a tais mudanças, não se pode esquecer de haver um investimento contínuo em novas tecnologias e inteligência policial. Tais transformações, entretanto, mostram-se muito grandes e demandam tempo para ocorrer paulatina e gradualmente. Desse modo, espera-se conseguir reduzir os indicadores de violência, bem como volume gigantesco de recursos públicos gastos com a Segurança Pública.

REFERÊNCIAS

BAYLEY, David H.; SKOLNICK, Jerome H. **Policamento Comunitário**: Questões e Práticas Através do Mundo. Tradução Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=GUEXA-otYHwC&pg=PA39&dq=policamento+orientado&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwi5xZrgy4rrAhXolbkGHSWnA0cQ6AEwAXoECAMQAg#v=onepage&q=policamento%20orientado&f=false> . Acesso em 08 ago. 2020.

BRASIL, **Portal da Transparência**. Disponível em <http://www.portaltransparencia.gov.br/funcoes/06-seguranca-publica?ano=2016> . Acesso em 12 ago. 2020.

CASTRO, Clarindo Alves de Castro (Coord.); RONDON Filho, Edson Benedito (Coord.). **Inteligência de Segurança Pública**: Um Xequê – Mate na Criminalidade. Curitiba: Juruá, 2009.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019**. Disponível em: https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf . Acesso em 12 ago. 2020.

GRANZOTTO, Eduardo. **Custos com Segurança Pública no Brasil e em outros Países**. Disponível em https://camaranet.camara.leg.br/documents/384295/11534105/custo_seguranca_granzotto.pdf . Acesso em 12 ago. 2020.

GREENE, Jack R. (Org.). **Administração do Trabalho Policial**: Questões e Análises. São Paulo: Tradução Ana Luísa Amêndola Pinheiro. Editora da Universidade de São Paulo, 2007. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=ziAVnD33AUOC&pg=PA45&dq=policamento+reativo&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwi-OtjPo4rrAhUDFLkGHSmADLkQ6AEwAhoECAMQAg#v=onepage&q=policamento%20reativo&f=false> . Acesso em 07 ago. 2020.

ROLIM, Marcos. **A Síndrome da Rainha Vermelha**: policiamento e segurança pública no Século XXI. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=ER6EUzCFNWMC&printsec=frontcover&dq=s%C3%ADndrome+da+rainha+vermelha&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwjUx6rr8lbrAhWTHbkGHadhCuAQ6wEwAHoECAEQAO#v=twopage&q=reativo&f=true> . Acesso em 07 ago. 2020.

Artigos

Responsabilidade municipal na segurança pública

Rodrigo Pereira dos Santos¹, Adival José Reinert Junior²

¹ Pós-Graduando da UNIBF

² Professor Orientador do Curso de Pós-Graduação da UNIBF

✉ rodrigom2326@gmail.com

Palavras-chave:

Segurança Pública.
Município.
Guardas Municipais.

Resumo

O presente artigo busca trazer luz à temática referente a ação dos municípios, em especial quanto a atuação das Guardas Municipais, no âmbito da Segurança Pública através de uma revisão da literatura, da legislação pertinente e da Constituição da República de 1988.

1 INTRODUÇÃO

Com o aumento nos índices de criminalidade, cada vez mais a sociedade tem buscado alternativas que contribuam para reduzir não só a criminalidade em si, mas também a sensação de insegurança. Com isso, muitos municípios se utilizam da prerrogativa constitucional contida no artigo 144 §8º, para criarem suas Guardas Municipais.

O ingresso municipal na Segurança Pública levanta muitos questionamentos quanto a legalidade, e/ou sua possibilidade; bem como sobre quais competências estariam adequadas à atuação municipal em Segurança Pública. Na busca pelas respostas a tais questionamentos é natural que se verifique o que dispõe a Constituição da República e as leis infraconstitucionais sobre o assunto.

Mais recentemente, com a entrada em vigor da lei 13.022/2014 (Estatuto Geral das Guardas Municipais) acendeu-se, novamente, questionamentos referentes à atuação municipal na Segurança Pública, mais precisamente, pela ação das Guardas Municipais. Com o advento da Lei 13.675/2018 que institui o Sistema Único de Segurança Pública – SUSP um novo capítulo foi alcançado e a responsabilidade municipal pela Segurança Pública adquiriu novos contornos.

Afinal é ou não é competência municipal promover ações em Segurança Pública? Este trabalho visa trazer um pouco de luz ao assunto, entretanto sem a pretensão de esgotar as possibilidades de discussão ou entendimento acerca do tema.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Autonomia municipal na Constituição de 1988

Na experiência de divisão geopolítica brasileira, todos os cidadãos moram em primeiro lugar num município, e a partir dessa definição moram, em segundo plano, num estado. Tal concepção destaca a importância do município para a formulação de políticas públicas, bem como as tomadas de decisões acerca

de assuntos que interessam toda a sociedade. Noutras palavras, a vida em comunidade acontece localmente, nas cidades.

A federação brasileira é a união indissolúvel dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios, os quais, de acordo com o texto constitucional, possuem competências e delimitações estabelecidas pelo constituinte de 1988, a fim de que sejam efetivados os direitos fundamentais e o bem-estar social. (CORRALO, 2006, p.15).

Por esse motivo, CORRALO assevera que:

O município, erigido à condição de ente federado, é a célula estatal que mais próximo se encontra dos anseios e reivindicações da população e que possui a árdua tarefa de executar políticas sociais básicas da maior relevância para o resgate da cidadania. (CORRALO, 2006, p.15).

Se uma decisão interessa ao Brasil, certamente interessa aos estados federados e, por sua vez, interessa aos municípios que em última análise, acaba por interessar aos munícipes, os quais são os principais destinatários das políticas públicas e tomadas de decisões.

A Constituição Federal de 1988 elevou o município a um novo patamar até então nunca visto em outras experiências federativas. Nesse sentido Paulo Bonavides aponta que:

“não conhecemos uma única forma de união federativa contemporânea onde o princípio da autonomia municipal tenha alcançado grau de caracterização política e jurídica tão alto e expressivo quanto aquele que consta da definição constitucional do novo modelo implantado no País com a Carta de 1988”. (BONAVIDES, 1996, p. 314 *apud* MORAES, 2010, p. 283).

Nessa mesma esteira de pensamento, Alexandre de Moraes concorda com Paulo Bonavides e entende que o interesse local é resguardado como superior ao interesse geral, isso porque o interesse geral é a exceção e o interesse local figura como a regra na ordem constitucional de 1988.¹

Com efeito, o constituinte declara no artigo 144 da Constituição Federal de 1988 que a Segurança Pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, objetivando a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Ao dispor a Segurança Pública como dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, surge a possibilidade de uma ressignificação das competências elencadas no aludido capítulo para incluir com maior ênfase a participação municipal nessa empreitada.

É de grande importância verificar que o termo empregado pelo constituinte, isto é, “Estado” em hipótese alguma exclui a participação municipal de implantar, promover, e desenvolver políticas públicas a exemplo do que ocorre com a educação. Nesse entendimento COSTA aponta que:

Encontramos na Constituição Federal de 1988 o termo “Estado” relacionado a outras Políticas Públicas, como é o caso da Educação, conforme o Art. 205 “A educação, direito de todos e **dever do Estado** e da família, [...] visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (grifo nosso) (BRASIL, CFRB, 1988). Nessa definição há um compartilhamento da Política de Educação entre os entes federados, ou seja, há a municipalização da Educação, assim como nas políticas de saúde e assistência social. (COSTA, 2019, p.36).

1 MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 25.ed. São Paulo: Atlas, 2010. p. 303-304

Assim como no exemplo da Educação, a Segurança Pública é dever do município, especialmente considerando que este é verdadeiro ente federativo.

Entender que a vida cotidiana acontece no município, enseja em vincular maior participação local num aspecto social que tem ganhado, cada vez mais, relevância para a população, isto é, a segurança pública. Poder ir e vir sem ser molestado, sem ser tolhido de seus bens ou de sua própria vida é interesse de todos, bem como dever do Estado (no sentido geral), direito e responsabilidade de todos.

Nesse aspecto, não se pode limitar apenas às esferas federal e principalmente estadual uma tarefa de primeira importância. Os municípios estão incluídos na Constituição como entes federados e nesse prisma afigura-se como o Estado e que, portanto, também tem o dever de prover a Segurança Pública.

2.2 competências das guardas municipais conforme a Lei 13.022/2014

A participação municipal em segurança pública pode se dar por muitas formas, desde a manutenção da iluminação pública, conservação de espaços públicos, instalação de câmeras de monitoramento dentre outros, entretanto o principal pilar dessa atividade acontece através da atuação das Guardas Municipais, as quais exercem um papel eminentemente vinculado à Segurança Pública, contudo ainda nos dias atuais enfrentam, de certo modo, dificuldades e até resistências para ter reconhecida sua legitimidade operacional.

O poder público municipal encontra respaldo constitucional para a criação das Guardas Municipais no artigo 144, o qual trata da Segurança Pública, no §8º o qual preconiza: “Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.” (BRASIL, 1988).

Com o passar do tempo, inúmeros municípios constituíram suas respectivas Guardas Municipais, entretanto a lei que regulamenta as Guardas Municipais só veio em 2014 com o advento da lei federal 13.022 de 08 de agosto de 2014, que dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais.

O referido texto legal, encerra qualquer discussão acerca da legitimidade municipal para a atuação municipal na segurança de seus cidadãos por meio das Guardas Municipais, especialmente porque ao definir sua esfera de atuação e suas competências o texto legal é deveras abrangente, senão vejamos:

Art. 4º É competência geral das guardas municipais a proteção de bens, serviços, logradouros públicos municipais e instalações do Município.

Parágrafo único. Os bens mencionados no caput abrangem os de uso comum, os de uso especial e os dominiais.

Art. 5º São competências específicas das guardas municipais, respeitadas as competências dos órgãos federais e estaduais:

I - Zelar pelos bens, equipamentos e prédios públicos do Município;

II - Prevenir e inibir, pela presença e vigilância, bem como coibir, infrações penais ou administrativas e atos infracionais que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais;

III - atuar, preventiva e permanentemente, no território do Município, para a proteção sistêmica da população que utiliza os bens, serviços e instalações municipais;

IV - Colaborar, de forma integrada com os órgãos de segurança pública, em ações conjuntas que contribuam com a paz social;

- V - Colaborar com a pacificação de conflitos que seus integrantes presenciarem, atentando para o respeito aos direitos fundamentais das pessoas;
- VI - Exercer as competências de trânsito que lhes forem conferidas, nas vias e logradouros municipais, nos termos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), ou de forma concorrente, mediante convênio celebrado com órgão de trânsito estadual ou municipal;
- VII - proteger o patrimônio ecológico, histórico, cultural, arquitetônico e ambiental do Município, inclusive adotando medidas educativas e preventivas;
- VIII - cooperar com os demais órgãos de defesa civil em suas atividades;
- IX - Interagir com a sociedade civil para discussão de soluções de problemas e projetos locais voltados à melhoria das condições de segurança das comunidades;
- X - Estabelecer parcerias com os órgãos estaduais e da União, ou de Municípios vizinhos, por meio da celebração de convênios ou consórcios, com vistas ao desenvolvimento de ações preventivas integradas;
- XI - articular-se com os órgãos municipais de políticas sociais, visando à adoção de ações interdisciplinares de segurança no Município;
- XII - integrar-se com os demais órgãos de poder de polícia administrativa, visando a contribuir para a normatização e a fiscalização das posturas e ordenamento urbano municipal;
- XIII - garantir o atendimento de ocorrências emergenciais, ou prestá-lo direta e imediatamente quando deparar-se com elas;
- XIV - encaminhar ao delegado de polícia, diante de flagrante delito, o autor da infração, preservando o local do crime, quando possível e sempre que necessário;
- XV - Contribuir no estudo de impacto na segurança local, conforme plano diretor municipal, por ocasião da construção de empreendimentos de grande porte;
- XVI - desenvolver ações de prevenção primária à violência, isoladamente ou em conjunto com os demais órgãos da própria municipalidade, de outros Municípios ou das esferas estadual e federal;
- XVII - auxiliar na segurança de grandes eventos e na proteção de autoridades e dignitários; e
- XVIII - atuar mediante ações preventivas na segurança escolar, zelando pelo entorno e participando de ações educativas com o corpo discente e docente das unidades de ensino municipal, de forma a colaborar com a implantação da cultura de paz na comunidade local. (BRASIL, 2014).

Nota-se que ao estabelecer a proteção de logradouros públicos, o legislador, por óbvio, não se refere às vias em si, mas sim aos cidadãos que fazem uso do espaço público. Assim como também, o legislador menciona o atuar, preventiva e permanentemente, para a proteção sistêmica da população. O que não deixa dúvidas quanto ao caráter de proteção não apenas de bens inanimados, mas verdadeiramente das pessoas.

2.3 Ação Direta de Inconstitucionalidade 5156

Em recente decisão de Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5156, cujo relator fora o Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes, a FEDERAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES DE OFICIAIS MILITARES ESTADUAIS – FENEME questionou a legitimidade para a atuação das Guardas Municipais. Tal questionamento tem como base diversos dispositivos da lei federal 13022/2014 – que dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais.

No pedido a autora arrazoa que:

A legislação impugnada alterou a natureza das guardas municipais, invadindo as competências das polícias militares, civis e federais, dentre elas a proteção preventiva dos municípios, a repressão de infrações penais e administrativas e a pacificação dos conflitos sociais.

Argumenta que com o advento da lei a guarda municipal deixa de ser um serviço de vigilância patrimonial e passa a exercer, concomitantemente, as funções das polícias militares e do corpo de bombeiros, bem como de gestora da segurança pública. (BRASIL, 2020).

Em Síntese os dispositivos questionados, dentre outros, vão do artigo 2º ao 5º e também o artigo 12 do referido diploma legal. Entende que a CF/88 adotou o modelo de federação e que além de violação a dispositivos constitucionais, o estatuto padece de vício de iniciativa, porquanto não compete a União legislar sobre Guardas Municipais.

Na decisão, o relator entende que na verdade carece de vício de iniciativa a ação da FENEME, uma vez que ela representa apenas parcela dos militares, a saber os oficiais, e que dessa maneira não poderia propor tal ação.

O relator, indeferiu o pedido sem entrar no mérito, porém quanto esse convém mencionar o parecer do Congresso Nacional quanto às sustentações e pedidos formulados pela parte autora:

O Congresso Nacional, por sua vez, manifestou-se pela improcedência da ação e pela constitucionalidade integral do dispositivo impugnado, uma vez que fora observado com rigor o disposto no art. 144, §8º, da Constituição Federal. (BRASIL, 2020).

Através dos diversos órgãos consultados e, em especial, ao Congresso Federal não resta dúvidas de que o Brasil vivencia uma transformação de pensamento concernente ao pensar em Segurança Pública.

2.4 Sistema Único de Segurança Pública

No dia 11 de junho de 2018 entrou em vigor a lei federal 13.675 o qual dentre outras coisas Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal, bem como cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); ainda institui o Sistema Único de Segurança Pública.

O advento da referida lei reforça a urgência de ações que não só organize a Segurança Pública, mas também traga efetividade e eficiência na prestação do serviço público. Mostra também que a população, de modo geral, visualiza a Segurança Pública como uma área sensível e importante que carece de reformulações que garantam sua eficácia.

No que concerne às Guardas Municipais a lei 13.675/2018 estabelece em específico que:

Art. 9º É instituído o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), que tem como órgão central o Ministério Extraordinário da Segurança Pública e é integrado pelos órgãos de que trata o art. 144 da Constituição Federal, pelos agentes penitenciários, pelas guardas municipais e pelos demais integrantes estratégicos e operacionais, que atuarão nos limites de suas competências, de forma cooperativa, sistêmica e harmônica. (BRASIL, 2018)

Fica estabelecida a Guarda Municipal como órgão estratégico integrante do SUSP e que deve trabalhar em conjunto com os demais integrantes para a redução da criminalidade. Inclusive, com a promoção de ações que efetivem o intercâmbio de experiências técnicas e operacionais entre os órgãos policiais

federais, estaduais, distrital e as guardas municipais, promovidas pelo Ministério da Segurança Pública. (BRASIL, 2018)

O parágrafo 4º da referida lei, estabelece que, além dos entes federativos, os municípios serão responsáveis pelos respectivos programas, ações e projetos de segurança pública com liberdade de organização e funcionamento. Desse modo, não resta dúvidas quanto a inteira necessidade de serem os municípios responsáveis por promover a Segurança Pública no âmbito de suas respectivas circunscrições.

A partir da lei 13.675/18 torna-se aparente a elevação das Guardas Municipais a um novo status, que fortalece a sua legitimidade para sua atuação, bem como destaca a responsabilidade dos municípios para com a segurança de sua população. Uma incumbência que deixa cada vez menos de ser facultativa a partir de uma decisão política para se tornar uma demonstração de real comprometimento do ente federado para com os cidadãos.

3 METODOLOGIA

Para desenvolver esse trabalho foi utilizada como metodologia a pesquisa bibliográfica, a consulta na legislação pertinente, bem como uma análise de jurisprudência relacionada ao caso.

A pesquisa bibliográfica consubstancia-se na busca de informações, sobre um determinado problema de pesquisa, na literatura existente. Significa promover uma varredura para encontrar o que já existe publicado sobre o respectivo tema problema. (MACEDO, 1994, p.13).

Pode ser entendida em dois conceitos: sentido amplo e sentido restrito. Num sentido amplo entende-se como um planejamento global-inicial para a identificação, localização e obtenção de documentos pertinentes ao tema, somando-se a isso a elaboração de temas e subtemas. (MACEDO, 1994, p.13).

Já num sentido restrito, Macedo (1994, p.13), entende que a busca e a seleção de documentos relativos ao tema e o seu fichamento para posterior utilização como na utilização do material referenciado para identificação ou mesmo na bibliografia final.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da fundamentação realizada, evidenciou-se que o dever de salvaguardar o cidadão também é dever da municipalidade, especialmente a partir da premissa de que todos moram, em primeiro lugar, no município e desse modo o primeiro contato do indivíduo com a figura estatal ocorre a nível local.

Ainda, consoante a análise do texto constitucional, pode-se verificar que, mesmo que para alguns o termo “Estado” não se aplique aos municípios, não se pode negar, no entanto, que ao tratar a Segurança Pública como direito e responsabilidade de todos, inegavelmente engloba-se o município.

O autor Costa (2019, p.36) defende que o termo Estado, no que diz respeito à Segurança Pública, é compartilhado entre todos os entes federados, a exemplo do que ocorre com a saúde. Nesse sentido, apresentando um prisma diferente do que comumente se entende quanto à atribuição de promoção da Segurança Pública, em especial no que concerne às Guardas Municipais.

Corroborando com o pensamento de Reginaldo Nascimento da Costa, verifica-se o posicionamento de Corralo (2006, p.15) ao destacar que o município é o ente federativo que está mais próximo do cidadão. Da mesma maneira entende Alexandre de Moraes (2010, p. 283) quando afirma a superioridade do interesse local, ao interesse geral, visto que o interesse local é a regra e o interesse geral é a exceção.

A partir da entrada em vigor da lei 13.022/2014 (Estatuto Geral das Guardas Municipais) e da lei 13.675/2018 (Sistema Único de Segurança Pública – SUSP), pode-se perceber uma mudança de paradigma, já que a primeira legislação aponta como atribuição das Guardas Municipais o policiamento *latu sensu* (sentido amplo) corroborando para tal pensamento as atribuições previstas no artigo 5º do referido diploma legal, especialmente os incisos III e XIII. No que diz respeito à lei que institui o SUSP, o artigo 9º é incisivo ao estabelecer as Guardas Municipais como integrantes operacionais do SUSP.

5 CONCLUSÃO

Embora a criação de Guardas Municipais pelos governos locais seja facultativa, não se pode dizer o mesmo do ponto de vista da responsabilidade dos municípios pela Segurança Pública em Geral, pois cuidar da segurança não se resume apenas em criar Guardas Municipais, uma vez que ao garantir iluminação, conservação de espaços públicos, etc. também são medidas que influenciam na qualidade de vida, bem como na Segurança Pública.

Se por um lado a Segurança Pública não está adstrita a criação de Guardas Municipais, por outro ela tem tudo a ver com a referida criação, pois é na Guarda Municipal que as prefeituras exercem mais ativamente intervenção no meio social a fim de proporcionar segurança.

As Guardas Municipais são estruturas que ao longo do tempo tem demonstrado cuidado e zelo pelo trato com o cidadão, e quanto ao desempenho de suas funções tem alcançado cada vez mais legitimidade para atuar preventivamente no combate à criminalidade e a violência.

A partir do Estatuto Geral das Guardas Municipais, uma nova ótica foi lançada quanto às suas funções e competências. Embora não esteja expressamente no Caput do artigo 144 da Constituição da República de 1988, ao ser enquadrada no Sistema Único de Segurança Pública como integrantes operacionais seu posicionamento como órgão de Segurança Pública alcançou considerável robustez, assim como sólida segurança jurídica para sua atuação.

Desse modo, é incontestável que os municípios detenham considerável parcela de responsabilidade na condução da Segurança Pública, e que neste sentido, não devem eximir-se de assumi-la plenamente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 03 ago. 2020.

BRASIL. Lei 13.022, de 08 de agosto de 2014. **Estatuto Geral das Guardas Municipais**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13022.htm. Acesso em 03 ago. 2020.

BRASIL. Lei 13.675, de 11 jun. 2018. Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012. **Portal da Legislação do Governo Federal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13022.htm. Acesso em 03 ago. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5156**. Requerente: Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais – FENEME. Requerido: Presidente da República. Relator: Gilmar Mendes, Brasília. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4618655>. Acesso em 03 ago. 2020.

CORRALO, Giovani da Silva. **Município:** Autonomia na Federação Brasileira. Curitiba: Juruá, 2006. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=TL7zgW5ZQnMC&printsec=frontcover&dq=munic%C3%Adpio&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwiOkYz88_jrAhU_HbkGHbURCOgQ6AEwAXoECAMQA#v=onepage&q=munic%C3%Adpio&f=false. Acesso em: 21 set. 2020.

COSTA, Reginaldo Nascimento da. **Guarda Municipal:** Uma Questão de Segurança Pública. Rio de Janeiro: Bonecker, 2019. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=XYG_DwAAQBAJ&printsec=frontcover&dq=guardas+municipais+seguran%C3%A7a+p%C3%Bablica&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwjeisWdsvnrAhUGJrkGHR1ZCEsQ6wEwAXoECAUQAQ#v=onepage&q=guardas%20municipais%20seguran%C3%A7a%20p%C3%Bablica&f=true. Acesso em: 21 set. 2020.

MACEDO, Neusa Dias de. **Iniciação à Pesquisa Bibliográfica:** Guia do Estudante para a fundamentação do trabalho de Pesquisa. 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1994. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=2z0A3cc6oUEC&pg=PA13&dq=pesquisa&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKE-wiqlYbV4fbrAhV3E7kGHcloCu8Q6AEwA3oECAQAQ#v=onepage&q&f=true>. Acesso em: 20 set. 2020.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional.** 25.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Artigos

A psicopedagogia e os contos de fadas na educação infantil

Caroline Cândido Soares¹, Edivânia da Silva Ferreira Carvalho², Isabella Guanini Fagundes³,
Claudineia Conationi Silva Franco⁴

¹Graduado em Pedagogia, Faculdade UbiBF

²Graduado em Pedagogia, Faculdade UbiBF

³Graduado em Pedagogia, Faculdade UbiBF

⁴Professora de curso superior, Faculdade UniBF, Doutora em Biologia Celular e Molecular- PBC – UEM

✉ carol2051soares@hotmail.com, carvalhoedivania5@gmail.com, isabellaguanini@gmail.com, clauconationi@gmail.com

Palavras-chave:

Contos Infantis.
Psicopedagogia.
Crianças.
Fases do Desenvolvimento.
Práticas de Intervenção.

Resumo

Quando se trabalha com crianças deve-se levar em conta o seu universo, que pode ser imaginário ou real, mas é necessário que os educadores consigam fazer uma ponte entre esses mundos, para que assim a criança possa evoluir e fechar cada ciclo do seu desenvolvimento. Os contos de fadas auxiliam e dão suporte ao educador nesse processo, não se esquecendo que as estruturas lógicas e simbólicas do ser humano são formadas de maneira inconsciente. O presente estudo aborda a importância dos contos de fadas na educação infantil para a formação da personalidade da criança, bem como estes podem servir de auxílio para as práticas de intervenções nas dificuldades do ensino-aprendizagem, além de trabalhar a autoestima, o afetivo o cognitivo e social do educando, visando as fases do desenvolvimento pueril. Para a realização deste estudo foi utilizado pesquisa de campo com base bibliográfica e exploratória, que serviram de apoio para os resultados alcançados, firmando-se assim a necessidade da narrativa de histórias como ferramenta auxiliadora na didática pedagógica, abordada em sala de aula, proporcionando mais prazer ao educando, condizente com as necessidades apresentadas.

1 INTRODUÇÃO

Os contos de fadas não devem ser apenas vistos de uma forma tradicional, mas sim com uma nova perspectiva, pois cada vez que se lê uma história, a mesma deve ser salientada com o foco para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional.

As estratégias que cada educador assume faz toda a diferença na vida acadêmica dos educandos. Ao fazer uso de recursos, o narrador não só da vida a história como também auxilia no avanço do imaginário de cada educando, ajudando assim na dificuldade de ensino e aprendizagem de uma forma lúdica e divertida.

Dessa forma a realização deste projeto no ensino de educação infantil busca mostrar para os alunos, e toda a equipe pedagógica, a importância da contação de histórias no ensino aprendizagem, principalmente nos anos iniciais do desenvolvimento da criança.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 A origem dos contos de fadas

Os contos de fadas tiveram origem folclórica com intuito de amedrontar e orientar o público ouvinte acerca dos perigos e conflitos entre homem e natureza daquela época. As histórias eram difundidas como mitos, alimentado pela magia sobrenatural, pelo mistério de vida e crenças daquela época (CORSO & CORSO, 2006).

2.2 Contos infantis

O começo dos contos de fadas (era uma vez), aguça a imaginação da criança a navegar em um período que não condiz com o atual, fazendo com que ela entre em um mundo de fantasias onde tudo pode acontecer e há sempre um final feliz (BETTELHEIM, 2019).

No momento da contação, deve-se considerar a interpretação e a visão individual de cada um, seja de conflitos internos ou de aceitação da realidade. A magia dos contos de fada é a técnica oral que incentiva o poder imaginativo do ouvinte, segundo Corso e Corso (2006, p. 17): “todos os tipos de expressões auxiliam a criança a compor seu repertório imaginário, para abordar os enigmas do mundo e desejo”.

Contar uma história é um modo de amparar as crianças na angústia, ampliar o espaço da fantasia e do pensamento, além de validar suas experiências interiores, sejam elas conscientes ou inconscientes (BETTELHEIM, 2019).

2.3 Contos infantis e a psicopedagogia

Os contos infantis tem sido um grande aliado no processo de desenvolvimento cognitivo, auxiliando na formação de valores éticos e morais. No fim do século XIX, Freud (1905) destacou em suas obras, as variadas fases das crianças em seu processo de formação, sendo elas:

1 - Fase Oral (período de 0 a 1 ano aproximadamente): Nessa fase o prazer da criança está totalmente ligado a boca, experimentando o mundo através desta. Seu principal objeto de desejo é o seio da mãe que a alimenta.

2 - Fase Anal (período de 1 a 3 anos aproximadamente): Neste período, a zona de maior satisfação da criança caracteriza-se pela região do ânus, descobrindo que pode controlar sua evacuação. Além disso, é nessa fase que o indivíduo tem o sentimento de realização e independência, começando assim a ter noção de higiene, oferecendo suas fezes para a mãe seja como um presente ou como punição.

3 - Fase Fálica (período de 3 a 6 anos aproximadamente): Nesta etapa, a criança não diferencia a anatomia entre os sexos, acreditando assim que tanto os meninos como as meninas possuem um pênis, voltando assim sua atenção para a região genital. Nessa fase também ocorre o complexo de Édipo, onde o menino fica fascinado pela mãe e apresenta uma rivalidade com o pai e a menina o inverso.

4 - Fase de Latência (período: de 6 a 11 anos aproximadamente): É neste período que a criança se volta para o mundo exterior, deslocando sua libido para atividades sociais e escolares.

5 - Fase Genital (período a partir de 11 anos de idade): É quando tem início a adolescência, onde o indivíduo busca um objeto de amor e prazer fora do círculo familiar. É o período de maior mudança de

identidade, pois há a perda da infância para que aos poucos este assuma a sua identidade adulta (BETTELHEIM, 2019).

2.4. Diagnóstico psicopedagógico

Para que o profissional consiga realizar o diagnóstico de um problema de aprendizagem, segundo Paín (1985) os seguintes fatores devem ser considerados:

1- Fatores Orgânicos: aqueles ligados ao organismo, sendo eles saúde física, problemas cognitivos e até mesmo má alimentação.

2- Fatores Específicos: se qualificam pela a área da adequação perceptivo-motora.

3- Fatores Psicógenos: fatores ligados a problemas emocionais, tais como depressão infantil, inibição, ansiedade, sentimento de rejeição, traumas e etc.

4- Fatores Ambientais: estão ligados a quantidade e qualidade de estímulos e a disponibilidade de acesso de lazer e aprendizado, além do meio em que a criança está inserida, seja esse validante ou invalidante.

O psicopedagogo, o professor e o psicólogo devem realizar um trabalho cooperativo para que possam notar a evolução do sujeito, elaborando hipóteses e teorias em busca da resposta no tratamento de cada indivíduo, sendo estas usadas para base e suporte teórico (CHAMAT, 2004).

2.5 Práticas e intervenções para as dificuldades e problemas de aprendizagens

As intervenções acerca de cada diagnóstico serão únicas, diferenciando-se de acordo com o caso. Os profissionais do meio necessitam ter experiência com o sujeito, reconhecendo suas dificuldades de aprendizagem. Conhecer o sujeito que está na sala de aula é primordial. Cada profissional deve estar atento junto dos pais acompanhando a evolução de cada sujeito, buscando sempre a melhora do aluno e práticas que facilitem o processo de ensino aprendizagem (CHAMAT, 2008).

Segundo Chamat (2004), as práticas necessárias que podem contribuir no processo de ensino aprendizagem são:

- Planejamento das Atividades: estas devem ser cuidadosamente desenvolvidas com o enfoque no pedagógico e no cognitivo da criança;
- Cronograma Pedagógico: estipular momentos para coleta de dados e acerca destes trabalhar de forma informal e lúdica;
- Pontuação, Assinalamento e Interpretação operacional: observar em quais pontos há menos desenvolvimento e buscar novas formas para melhorá-los.
- Intervenção em Sala de Aula: trabalhar de forma individual, observando sempre a heterogeneidade de seus educandos.
- Professor Auxiliar: em alguns casos, há a necessidade de um profissional qualificado para o apoio e suporte da criança no desenvolver das atividades em sala de aula;
- Sala de Apoio Pedagógico: onde profissionais especializados trabalharão de forma diferenciada os pontos em quais o aluno apresenta dificuldade.
- Contação de Histórias: prática para que as crianças desenvolvam seu cognitivo, além de trabalhar problemas internos, tais como a baixa autoestima, a aceitação do eu, entre outros.

2.6 Psicopedagogia clínica: diagnóstico e tratamento de problemas de aprendizagem

Todo diagnóstico psicopedagógico é uma análise do que não está indo bem no indivíduo, onde busca-se obter uma compreensão no seu modo de aprender e quais os desvios que estão acontecendo durante

esse processo. No diagnóstico psicopedagógico deve-se considerar os aspectos social, escolar e a vida pessoal do aluno, identificando os obstáculos que impedem o educando de evoluir no meio educacional (WEISS, 2016).

Os atos praticados pelo educador em sala de aula de alguma forma afetam o aluno em seu cognitivo e emocional, acarretando em diversos problemas de aprendizagem. A cobrança, a linguagem e o modo de explicar são os responsáveis, muitas vezes, pelo fracasso dos alunos. No seio familiar outros fatores afetam o desenvolvimento da criança, tais como a ausência afetiva, família desestruturada, e outros (WEISS, 2016).

2.7 Atuação dos contos de fadas no desenvolvimento psíquico da criança

Através dos contos de fadas, a criança aprenderá de forma inconsciente a lidar com alguns de seus problemas internos, recebendo as respostas corretas para enfrentá-los e a passar por estes (BETTELHEIM, 2019).

Diante dos assuntos abordados nota-se que vários dos fatores psicógenos podem ser tratados por meio dos contos de fadas, pois ouvir histórias infantis é como desenhar um mapa imaginário que indica seu lugar na família e no mundo. Afinal, o conto de fadas é uma bússola para a criança, pois é através deste que ela irá perceber que passará por momentos que irão de um estágio para o outro. Caso esse ciclo não seja fechado, a criança, futuramente, apresentará problemas de insegurança, aceitação e muitas vezes de personalidade, sendo estes muitas vezes relacionados a alguns problemas de aprendizagem (BETTELHEIM, 2019).

A psicopedagogia mantém relação entre o brincar e o aprender tornando o ato deste algo prazeroso, além disso ela é responsável por melhorar as condições no desenvolvimento cognitivo de crianças que enfrentam dificuldades aprendizagem (CHAMAT, 2008).

A contação de histórias é uma prática que proporciona melhorias na aquisição do conhecimento, muitas vezes a mesma vêm cheia de significações, além de auxiliar no desenvolvimento do imaginário. No entanto, ao ser feita com uma boa dramatização e sequência didática promove a transmissão de conhecimentos, incentiva a criatividade e a interação com o meio, amplia o vocabulário, possibilita associações a sua própria vivência, fazendo com que o educando concretize conceitos e regras, estimulando neste o desejo de leitura e melhora de sua atenção, concentração e memorização (CHAMAT, 2008).

3 METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa de campo com caráter exploratório, contendo questões abertas e fechadas com os educadores da entidade Escola Municipal 27 de Novembro E.I.E.F. de Paraíso do Norte, e uma pesquisa de caráter objetivo com os educandos da mesma instituição, as atividades foram realizadas em sala de aula com alunos do nível V.

O método de pesquisa utilizado é o de abordagem qualitativa. Segundo Neves (1996) a pesquisa qualitativa não busca enumerar ou medir eventos. Ela serve para obter dados descritivos que expressam os sentidos dos fenômenos.

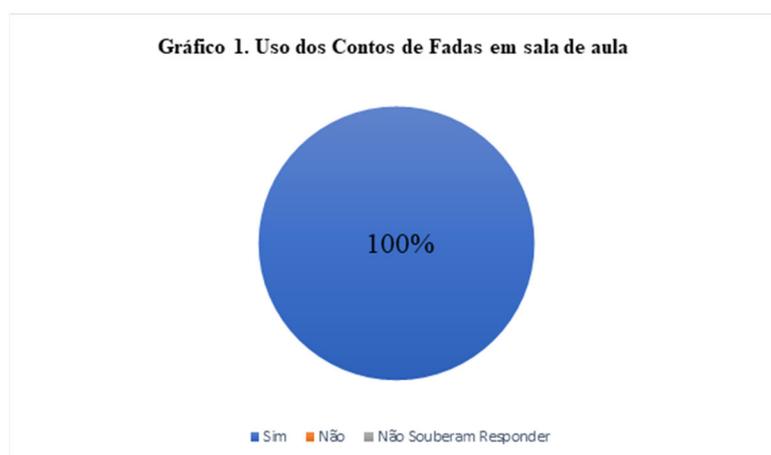
“[...] não busca enumerar ou medir eventos e, realmente, não emprega instrumental estatístico para análise dos dados; seu foco de interesse é amplo e parte de uma perspectiva diferenciada da adotada pelos métodos quantitativos.” (NEVES, 1996, p. 01).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a realização do projeto foi levado em conta a necessidade de discussão do tema em salas de educação infantil, tendo em vista que este é de suma importância para o desenvolvimento da criança. Sendo assim, o tema “Contos de Fadas” foi abordado com conteúdo e atividades diversificadas que auxiliaram para a execução da presente pesquisa.

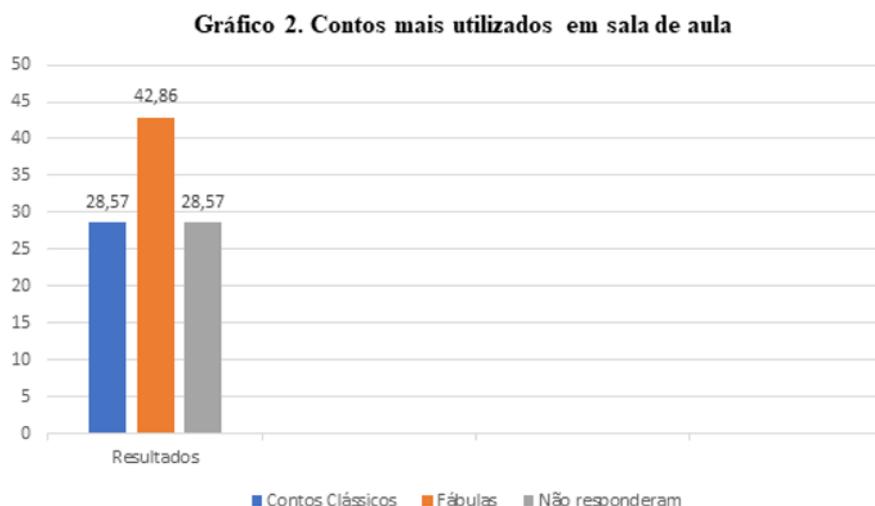
Em um primeiro momento, antes da elaboração do projeto teórico, realizou-se uma visita à instituição, apresentando o tema proposto para pedagoga e a diretora, onde estas se colocaram à disposição para auxiliar no esclarecimento de dúvidas. Com o consentimento destas, foi realizada uma pesquisa exploratória com as docentes dos níveis IV, com o intuito de coletar dados acerca da utilização dos contos infantis em sala de aula, apontando os mais utilizados no meio escolar, quais os métodos que as educadoras utilizam no momento da narração da história e se há alguma mudança no processo de ensino aprendizagem de seus alunos.

Com base nas respostas da pesquisa foi constatado que todas as professoras entrevistadas fazem uso dos Contos de Fadas.



Fonte: As Autoras (2019).

Ao serem questionadas sobre quais os contos mais utilizados em sala de aula constataram-se que:



Fonte: As Autoras (2019).

Indagadas sobre as mudanças no processo de ensino aprendizagem todas afirmaram que sentem a diferença no processo de ensino e aprendizagem.



Fonte: As Autoras (2019).

Quanto aos métodos de narrações, observou-se que mais de 50% utilizam uma forma emotiva de envolver de narrar de acordo com o gráfico:



Fonte: As Autoras (2019).

O desenvolvimento do projeto realizou-se no turno vespertino, iniciado com a discussão a respeito de sentimentos, tendo como ferramenta de auxílio a distribuição de emoticons de um aplicativo que eles já fazem uso, possibilitando maior interação com a dinâmica proposta, levantando o questionamento para os alunos sobre como eles estavam se sentindo no momento da dinâmica. Os sentimentos apresentados pelos educandos a partir da atividade proposta foram: feliz, triste, indiferente, espantado, amando e pensativo. Durante a realização da atividade, constatou-se que 1 alunos definiu se sentir assustado, outro aluno se sentiu indiferente, 5 alunos definiram seus sentimentos como amando/gostando, e os outros 13 educandos expuseram seus sentimos como estando felizes.

Dando continuação na sequência didática, houve a contação de história: “O MÁGICO DE OZ”, para sua narração foi utilizado a dramatização, com intuito de entretenimento dos mesmos; em seguida foi elaborada uma roda de conversa e uma análise crítica da história sancionando algumas dúvidas a respeito desta.

Logo após foi disponibilizado folhas para que eles desenhassem suas cenas favoritas relacionadas a história. Analisando detalhadamente cada desenho percebeu-se que a maioria dos desenhos eram bastante coloridos e cheios de detalhes.

Corroborando com Perondi (2001, citado por Possa e Vargas 2019, online):

[...] os desenhos podem ser inspirados por circunstâncias não previsíveis, porém, frequentemente eles se relacionam por acontecimentos próximos ou por circunstâncias similares às experiências já vividas. Reforçando o autor acima, muitas crianças desenharam no dia-a-dia o que lhes chama a atenção por apresentar aspectos relevantes na sua vivência familiar, escolar ou social.

Com base em Campos (ANO) antes contação de história de “O MÁGICO DE OZ” foi analisado cinco desenhos escolhidos aleatoriamente, constatando através da localização no papel, a pressão ao desenhar, a caracterização do traço, a simetria do desenho e os detalhes, que:

Caso 1: Sentimento de perda afetiva, insegurança emocional e retraimento; (Anexo A)

Caso 2: Mostrou-se autocentrado, autodirigido e desejo de ordem; (Anexo B)

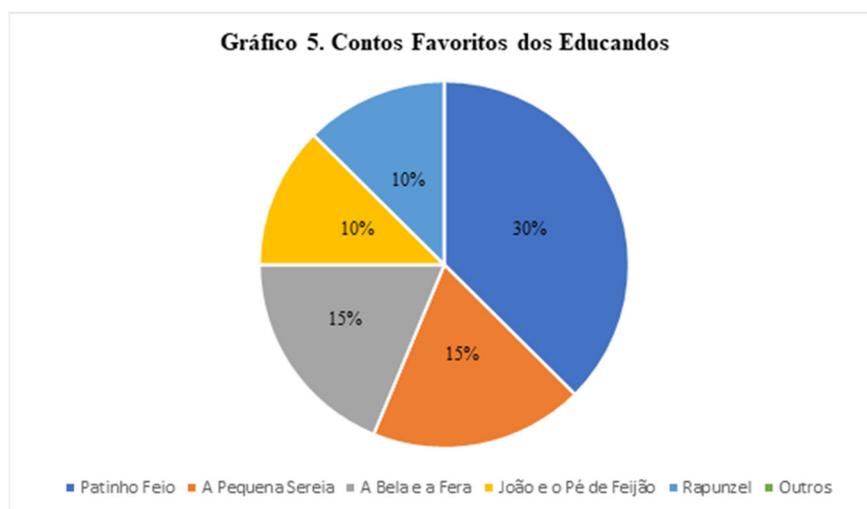
Caso 3: Comportamento impulsivo, insegurança emocional, introversão e agressividade; (Anexo C)

Caso 4: Insegurança, sentimento de vazio e busca de satisfação na fantasia; (Anexo D)

Caso 5: Baixo nível de energia, repreensão e insegurança; (Anexo E)

Feito isso, foi solicitado para exporem novamente seus sentimentos após a história ouvida do “Mágico de OZ”, neste momento observou-se que 2 alunos expressaram sentimento de medo (um do mesmo aluno citado acima permaneceu com a imagem que representava sentimento de medo), 13 se sentiram felizes, e 6 amaram a historinha. Já os demais exibiram seus sentimentos a partir de imagem que representavam amei e feliz. (De acordo com o anexo F).

Em seguida, realizou-se uma pesquisa para coleta de dados referente aos contos de fadas preferidos de cada criança, o qual foi possível observar que o conto mais ouvido e apreciado pelos alunos é o do “Patinho Feio” como mostra o gráfico 5 a seguir:



Fonte: As Autoras (2019).

Para a finalização do projeto, agradecemos a atenção e participação dos alunos, e ao apoio da professora regente e estagiária da sala, sendo assim foi distribuído para cada aluno, uma lembrança referente ao tema abordado com intuito de despertar a alegria e incentivar a prática da leitura.

5 CONCLUSÃO

Em virtude do que foi explícito no presente estudo, concluiu-se que quando utilizados em sala de aula, os contos de fadas são de grande valia, pois tornam-se um instrumento facilitador e auxiliador na prática do educador, salientando o uso destes principalmente em casos onde o educando apresenta dificuldades na aprendizagem.

A pesquisa com os docentes contribuiu para a consolidação e esclarecimento dos métodos que os mesmos utilizam no momento da contação de história e qual o posicionamento da classe em relação a essa prática manuseada.

Na realização da apuração dos fatos com a turma constatou-se que os alunos demonstram seus sentimentos a partir de desenhos e com base neles o mediador pode analisar e identificar as divergências de cada indivíduo, além de determinar onde encontram-se os fatores responsáveis pelo impedimento na aquisição do conhecimento.

Admite-se que os estudos das fases do desenvolvimento psicosssexual de Freud são reais e estas podem ser confirmadas por intermédio da contação de histórias, pois é através desta que a criança recebe respostas para seus conflitos internos causadores dos problemas de aprendizagem, que muitas vezes estão ligados ao inconsciente.

REFERÊNCIAS

25 Clássicos Da Literatura Infantil Brasileira. Disponível em: <http://notaterapia.com.br/2016/10/10/25-classicos-da-literatura-infantil-brasileira/>. Acesso dia 14 outubro 2019.

BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fadas.** Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

CAMPOS, Clara Alice Itto de; DUARTE Márcia Regina; LIMA Taís. **Os contos de fadas e a psicopedagogia:** buscando soluções para os problemas da escrita. São Paulo: Vetor, 2011.

CHAMAT, Leila Sara José. **Técnicas de diagnóstico psicopedagógico:** o diagnóstico clínico na abordagem internacionalista. São Paulo: Vetor, 2004.

CHAMAT, Leila Sara José. **Técnicas de intervenção psicopedagógica:** para dificuldades e problemas de aprendizagem. São Paulo: Vetor, 2008.

COELHO, Nelly Novaes. **O conto de fadas:** símbolos e arquétipos. São Paulo: DCL, 2003.

CORSO, Diana L.; CORSO, Mário. **Fadas no Divã:** Psicanálise nas histórias infantis. Porto Alegre: Artmed, 2006. **Desenvolvimento Psicosssexual.** Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/idiomas/desenvolvimento-psicosssexual/39697>. Acesso em 02 outubro 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus Professor, Adeus Professora?** novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez, 2006.

NEVES, J. L. **Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades.** Cadernos de Pesquisas em Administração. v. 1, n.3, 2º sem., 1996.

O desenho na Educação Infantil. Linguagem e expressão da subjetividade. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd193/desenho-na-educacao-infantil.htm>. Acesso em 15 outubro 2019.

CAMPOS, Dinah Martins de Souza. **O teste do desenho como instrumento de diagnóstico da personalidade:** validade, técnica de aplicação e normas de intervenção. Petrópolis: Vozes, 1995.

PAÍN, Sara. **Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem.** Porto Alegre: Artmed, 1985.

WEISS, Maria Lúcia Lemme. **Psicopedagogia clínica**: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.

Artigos

A violência contra a mulher: os registros de ocorrências frente ao número de inquéritos e processos judiciais em determinada Comarca do Noroeste Paranaense

Daniel Malheros Vitto¹

¹Acadêmico do Curso de Direito - UNESPAR – Campus de Paranavaí

✉ danielvitto@gmail.com

Palavras-chave:

Violência doméstica.
Boletins de ocorrência.
Lei Maria da Penha.

Resumo

O presente trabalho se propôs em traçar uma linha lógica entre o quantitativo de boletins de ocorrência confeccionados numa unidade policial, no triênio 2017-2019, acerca da violência contra a mulher, e, por conseguinte destacar os procedimentos que foram adotados. O quantitativo das prisões em flagrante, dos pedidos de medidas protetivas de urgência, dos inquéritos policiais, das denúncias e dos processos criminais. Por fim, identificar o resultado das decisões judiciais: o entendimento dado pelo Judiciário em percentual de condenação ou absolvição dos réus nos processos envolvendo o tema abordado, bem como, de deferimento de eventuais pedidos de medidas protetivas. Sendo assim, tornou-se possível compreender o alto grau de preocupação dado pelas autoridades policial, ministerial e judicial, destacando-se a prioridade e a celeridade de tramitação envolvendo as referidas demandas.

1 INTRODUÇÃO

A Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006, foi uma resposta dos legisladores brasileiros para uma demanda recorrente, e, até então, não prevista nos textos legais: a violência contra a mulher em função de seu gênero feminino. Surgiu diante de um apelo de um consórcio de ONGs feministas para a criação de uma lei de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. Sendo tal projeto de Lei aprovado por unanimidade nas duas casas do Congresso Nacional.

Considerou-se nos debates o absurdo caso da Sra. Maria da Penha Maia Fernandes, que sofreu durante vários anos violência e tortura doméstica por parte de seu então marido, o colombiano Marco Antônio Heredia Viveros, que tentou matá-la em 1983 com um tiro, deixando-a paraplégica e depois tentando eletrocutá-la. Finalmente quando criou coragem para denunciá-lo, sofreu por parte da Justiça brasileira, que num primeiro momento duvidou de suas versões, e num segundo momento demorou demasiadamente para processar e julgar o agressor. Maria da Penha só teve seu caso solucionado depois de 19 anos e 06 meses de dor e sofrimento, mais precisamente no ano de 2002, quando a Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o Estado brasileiro por omissão e negligência.

Assim, Maria da Penha recebeu do Estado do Ceará uma indenização e o Governo Federal batizou a Lei 11.340 com o seu nome: “LEI MARIA DA PENHA”, dando reconhecimento de sua luta contra as violações

dos direitos humanos das mulheres, sendo a sua figura e história verdadeiros símbolos da luta contra a violência doméstica.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contextualização da Lei Maria da Penha

Para Guimarães, Silva e Maciel (2007), o risco de uma mulher sofrer violência doméstica está diretamente ligado a forma com que ela se posiciona e se entende, devendo compreender-se como sujeito de direito e não como um objeto de submissão. Embora pareça ser uma afirmação de cunho machista, vai de encontro com o pensamento de movimentos feministas que defendem esta justa causa social.

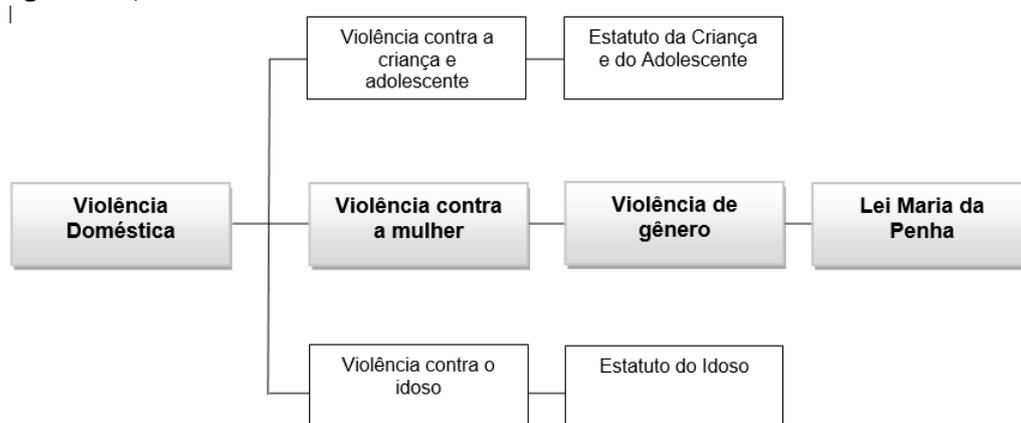
Segundo Bianchini (2014), a violência contra a mulher decorre de condições concretas, podendo ser física, psicológica, social e econômica, sendo, então, a mulher submetida por conta de um papel que a sociedade lhe impõe.

Destes conceitos, podemos destacar algumas características gritantes no que tange a chamada violência de gênero:

- Decorre de uma relação de poder e dominação do homem em relação à mulher;
- Esta relação é oriunda dos papéis impostos pela sociedade, reforçados por uma ideologia patriarcal de séculos;
- A violência, por vezes, extrapola as relações de homem/mulher, podendo ser encontradas também nas relações sociais;
- A relação afetiva (conjugal), a intimidade e proximidade existente entre vítima e agressor (relação doméstica, familiar ou íntima de afeto) e a convivência habitual tornam as mulheres ainda mais suscetíveis quando comparados com outros dados de desigualdade, como por exemplo classe social, etnia, faixa etária.

Necessário desambiguar alguns correntes termos, para tanto, podemos observar o esquema que segue:

Figura 1 – Tipos de Violência Doméstica



Portanto, há uma limitação para a aplicação da Lei Maria da Penha, se referindo ao contexto em que a violência doméstica tenha ocorrido. Não basta ser uma violência contra a mulher (por questão de gênero), exige ainda que seja no contexto de ambiente doméstico ou familiar da ação ou da existência de uma relação íntima de afeto, conforme consta no artigo 5º da citada lei:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - No âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - No âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006

Segundo Dias (2010), o conceito de unidade familiar contido na Lei é amplo e estão por ela abarcados maridos, companheiros, namorados, amantes, filhos, pais, padrastos, irmão, cunhados, tios e avós com vínculos consanguíneos e/ou de afinidade, ou ainda por vontade expressa.

A doutrina majoritária se posiciona no sentido de aplicação da Lei Maria da Penha também quando houver violência em face de empregada doméstica, desde que exista relação da empregada na vida familiar, não seja, portanto, diarista, e eventualmente possa dormir no emprego, etc.

O STJ reconheceu (Resp. 1.239.850-DF, Rel. Mi Laurita Vaz, julgado em 16-02-2012) a competência do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher para processar e julgar o cometimento de crime de ameaça de um irmão contra sua irmã. Entendendo que, para praticar o crime, o agressor se valeu da autoridade de irmão, causando a vítima sofrimento psicológico.

Ressalta Biachini (2014) que, para a aplicação da Lei Maria da Penha, não necessariamente precisa existir a coabitação entre os irmãos, mas sim verificar-se a existência da violência por questão de gênero.

2.2 Do boletim de ocorrência

A Lei Maria da Penha, em seu art. 12, estabelece todos os procedimentos a serem adotados pela autoridade policial, merecendo ênfase:

- a) ouvir a ofendida, lavrar o boletim de ocorrência e tomar a representação a termo, se apresentada;
- b) colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e de suas circunstâncias;
- c) remeter, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, expediente apartado ao juiz com o pedido da ofendida, para a concessão de medidas protetivas de urgência;

Sem prejuízo de outras diligências dispostas no referido artigo, estas, com toda a certeza, são as que possibilitam maior agilidade na apreciação judicial e na aplicação das medidas restritivas ao agressor, ora notificado.

2.3 Das medidas protetivas de urgência

Uma vez encaminhado o pedido de medidas protetivas ao Poder Judiciário, cabe ao Magistrado a quem este for distribuído, para decisão em regime de urgência, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas:

- a) conhecer do expediente e do pedido e decidir sobre as medidas protetivas de urgência;
- b) determinar o encaminhamento da ofendida ao órgão de assistência judiciária, quando for o caso, inclusive para o ajuizamento da ação de separação judicial, de divórcio, de anulação de casamento ou de dissolução de união estável perante o juízo competente;
- c) comunicar ao Ministério Público para que adote as providências cabíveis.
- d) determinar a apreensão imediata de arma de fogo sob a posse do agressor.

Sendo que, as medidas protetivas de urgência também poderão ser concedidas pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida imediatamente, independentemente de audiência das partes e de manifestação do *parquet*, devendo este ser prontamente comunicado.

De toda a sorte, sendo, então, deferidas as medidas protetivas em favor da vítima, o juiz ordenará que se expeça o competente Mandado de Notificação e Fiscalização do agressor, a ser cumprido, em regime de plantão, por Oficial de Justiça.

2.4 Das medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor

O art. 22 da Lei Maria da Penha é basilar no que consiste o rol das medidas protetivas que o Juiz poderá aplicar ao agressor em favor da vítima, sendo tais medidas passíveis de aplicação em conjunto ou isoladamente, conforme o caso concreto, a seguir relacionadas:

- I. suspensão da posse ou restrição do porte de armas, caso possua;
- II. afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;
- III. proibição de determinadas condutas, entre as quais:
 - a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;
 - b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;
 - c) frequentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;
- IV. restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;
- V. prestação de alimentos provisionais ou provisórios (pensão).
- VI. comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação;
- VII. acompanhamento psicossocial do agressor, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio.

2.5 Do inquérito policial

No Código de Processo Penal em seu artigo 12 temos que: "o inquérito policial acompanhará a denúncia ou queixa, sempre que servir de base a uma ou outra". Compreende-se que, portanto, que o inquérito não é indispensável para o oferecimento da denúncia ou da queixa.

O inquérito policial trata da parte investigativa e não punitiva, haja vista que não se confunde com a instrução processual, justificando-se, portanto, a ausência de diversos princípios do direito penal, entre eles o do contraditório.

Ademais, o artigo 39, § 5º e 46, § 1º, do mesmo *codex*, acrescentam que o *parquet* pode dispensar o inquérito.

Assim, a doutrina majoritária estabeleceu que, tendo o Ministério Público os elementos necessários para o oferecimento da denúncia, o inquérito poderá ser dispensável. Por essas razões, podemos ter um número de boletins de ocorrência, e até mesmo de denúncias, que não correspondam exatamente ao número de inquéritos.

2.6 Tramitação das medidas protetivas de urgência

As mulheres em situação de violência têm direito a prevalência de atendimento, assim, possuem direito as primeiras providências, como bem tipificado pelos artigos 11 e 12 da Lei Maria da Penha.

A Lei Maria da Penha não prevê rito específico para o trâmite das medidas protetivas, não havendo entendimento pacífico quanto à forma de seu processamento.

Assim, fica a critério do magistrado aplicar o rito da ação cautelar previsto no Código de Processo Civil ou de Incidente Criminal vinculado ao processo Criminal (Inquérito Policial ou Ação Penal). Ressalta-se que, independentemente do rito a ser seguido pelo magistrado, não haverá alteração na competência e nem na classe que serão cadastradas as medidas protetivas.

2.6.1 Rito de incidente criminal

Observando o que consta no Código de Normas do TJPR, se o magistrado entender que o caso se trata de um Incidente Criminal, após a devida autuação, os autos serão encaminhados para a Secretaria competente onde será processado. Em seguida, o escrivão verificará se já existe processo criminal em andamento (Inquérito Policial ou Ação Penal) e promoverá o apensamento. Após, fará a conclusão para análise do Juiz.

2.6.2 Rito de ação cautelar

Caso o magistrado entenda que as medidas protetivas possuem natureza de ação cautelar, com rito previsto no Código de Processo Civil, após o deferimento das medidas o servidor deverá expedir mandado para a citação do requerido para oferecer resposta no prazo de 5 dias (art. 306 CPC), bem como o mandado de intimação acerca do deferimento das medidas protetivas e ainda o mandado de notificação da vítima.

Se restar indeferido o pedido de medidas protetivas, a Secretaria Criminal deverá aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para eventual recurso, e somente após o decurso de prazo, arquivará o pedido de medida de urgência.

2.7 Do crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência

Com o advento da Lei nº 13.641/2018, que alterou a Lei Maria da Penha (11.340/2006), o descumprimento de medidas protetivas de urgência foi tipificado como crime.

Desta forma, caso haja o descumprimento da medida protetiva de urgência, o indiciado/réu poderá responder pelo crime previsto no art. 24-A da Lei nº 11.340/2006:

Do Crime de Descumprimento de Medidas Protetivas de Urgência.

Art. 24-A. Descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas nesta Lei:

Lei:

Pena – detenção, de 3 (três) meses a 2 (dois) anos.

§ 1º A configuração do crime independe da competência civil ou criminal do juiz que deferiu as medidas.

§ 2º Na hipótese de prisão em flagrante, apenas a autoridade judicial poderá conceder fiança.

§ 3º O disposto neste artigo não exclui a aplicação de outras sanções cabíveis.

2.8 Da ação penal

Os processos criminais oriundos de crimes praticados contra as mulheres podem ter diferentes caminhos de tramitação, isso porque podem englobar renúncia de representação por parte da vítima ou não, conforme destaca o artigo 16 da Lei Maria da Penha.

O desejo da vítima é ouvido numa audiência chamada de “audiência preliminar”, que objetiva a continuação ou não da persecução penal.

Importante restar claro que, as medidas protetivas não são dependentes do processo de ação penal contra o agressor, podendo a vítima que assim se manifestar, obter o deferimento das medidas protetivas de urgência e não processar criminalmente o agressor, desde que não se trate de Ação Pública Incondicionada, pois, neste caso, cabe ao Ministério Público a decisão de processar e não mais à vítima.

Dentre os crimes mais comuns praticados contra as mulheres no ambiente doméstico e familiar e que necessitam da manifestação expressa da vítima é o crime de ameaça de que trata o artigo 147 do Código Penal:

“Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave:
Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.
Parágrafo único - Somente se procede mediante representação.”

Já sobre os crimes em que o Ministério Público age por seus próprios impulsos, sem necessitar de representação ou requisição, podemos destacar o mais grave, o crime de homicídio, que com o advento da Lei nº 13.104, de 2015, expandiu o rol taxativo do art. 121 do Código Penal e qualificou como “Feminicídio” o crime de homicídio praticado contra a mulher por questões e condições de seu gênero feminino:

“Pena - reclusão, de doze a trinta anos.
§ 2o-A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve
I - Violência doméstica e familiar;
II - Menosprezo ou discriminação à condição de mulher”

3 METODOLOGIA

3.1 Definição de tipo de pesquisa

Para realização deste trabalho utilizou-se a princípio da técnica de pesquisa bibliográfica, que para Gil (2002) é a utilização de material já publicado (impresso ou digital), tendo como objetivo fornecer a fundamentação necessária e identificar o estágio inicial de conhecimento do autor sobre o tema proposto. Esta pesquisa tem natureza exploratória e utilizou-se também da pesquisa documental, que conforme bem explica Lakatos e Marconi (2002), compreendem levantamentos em fontes secundárias como: relatórios, boletins, peças jurídicas, entre outras.

A partir dos documentos colecionados, realizou-se uma pesquisa quantitativa, que para Lakatos e Marconi (2002) é uma forma de testar as hipóteses levantadas na pesquisa, fornecendo índices que podem ser comparados com outros, e, ainda, se necessário, realizar projeções.

3.2 Método de coleta de dados

Com relação os instrumentos de coletas de dados, foi utilizado a geração de relatórios de sistemas computadorizados da Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP/PR e do Processo Judicial Eletrônico – PROJUDI, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Em seguida, separou-se os boletins de ocorrência, inquéritos e processos judiciais, considerando para este estudo apenas os que possuíam relação com o Assunto: 5560 - Decorrente de Violência Doméstica, bem como, com as com as Classes Processuais: 283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário; 10943 - Ação Penal - Procedimento Sumário; 282 - Ação Penal de Competência do Júri; 355 - Carta Precatória Criminal; 335 - Carta De Ordem Criminal; 279 - Inquérito Policial; 1268 - Medidas Protetivas De Urgência (Lei Maria Da Penha) e 313 - Pedido de Prisão Preventiva.

Feito isto, os dados foram entabulados de acordo com o seu respectivo ano, possibilitando assim uma melhor leitura e compreensão, como se pode verificar a seguir.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Quadro 1 – Quantitativo de Providências

Ano	2017	2018	2019	2020 (até setembro)	Total
Boletim de Ocorrência Lavrados	14	15	35	54	118
Prisões em Flagrante	0	1	15	10	26
Inquéritos	18	7	3	13	41
Pedidos de Medidas Protetivas (Deferidos)	14	6	16	7	43

Fonte: Elaboração própria.

Percebe-se que houve um aumento significativo na quantidade de boletins de ocorrência, em especial no ano de 2020, que, mesmo sendo contabilizado somente até o mês de setembro, majorou em 60% se comparado ao ano anterior inteiro.

Outro dado que merece destaque é o de prisões em flagrante, saltam aos olhos os números de 2019 e 2020, não sendo possível apenas com estas informações cruas apontar o que levou a esse aumento, mas fazendo um paralelo com estatísticas nacionais, se consegue chegar a uma ideia. Não só na Comarca em baila, mas em todo o Brasil, os números de violência doméstica aumentaram no período de pandemia do Covid-19, chegando a um índice nacional de 40%. É o que demonstra, por exemplo, uma excelente reportagem da Revista IstoÉ Dinheiro, publicada no mês de junho do corrente ano, a qual retrata a realidade de quando as medidas de isolamento social estavam mais rígidas do que o presente momento, apontando diretamente para uma lógica: as mulheres isoladas do convívio social acabam ficando reféns de seus agressores no ambiente doméstico e o atrito entre os casais se torna mais corriqueiro.

Já com relação aos números de inquéritos, como já abordado neste estudo, nem todo o boletim de ocorrência segue a mesma linha processual, seja por critérios técnicos/objetivos, seja por própria vontade de seu noticiante (vítima ou não), portanto, são números que sozinhos não refletem se as providências cabíveis estão sendo tomadas, evidenciam apenas números parciais de procedimentos típicos de polícia judiciária e/ou ministerial.

Sobre os pedidos de medidas protetivas, a prática tem mostrado que mais de 90% dos pedidos realizados são deferidos pela Justiça, o que ocorre muitas vezes é que as mulheres, principalmente as casadas e com filhos, por mais que registrem boletins de ocorrências reportando agressões e ameaças por parte de seus maridos/conviventes, não requerem as tais medidas, pois estas, uma vez deferidas, acabam por afastar o agressor do lar, bem como obrigam que o mesmo mantenha distância da vítima, contudo, nem sempre esta é a vontade absoluta da mulher, algumas ao buscarem a delegacia esperam que o marido seja notificado sobre o registro da ocorrência e que com isto ele mude o seu comportamento dentro do lar.

Quadro 2 - Processos com Decisão Judicial Transitada em Julgado

2018		2019		2020	
Julgados	09	Julgados	12	Julgados	08
Condenação	09	Condenação	10	Condenação	06
Absolvição	00	Absolvição	02	Absolvição	02

Fonte: Elaboração própria.

O que se observa a partir destes dados é que a tutela jurisdicional do Estado tem sido dura com os réus em ações criminais decorrentes de violência doméstica. Nesta Comarca o índice de condenação é alto,

sendo que no triênio em tela corresponde a 86%. E não poderia ser de outra forma, mesmo sabendo que é princípio constitucional a presunção de inocência, devemos nos fazer algumas perguntas: Será que realmente uma mulher busca se beneficiar com finalidades escusas do registro de boletim de ocorrência e concessão de medidas protetivas? Será que as absolvições tem maior relação com não haver como provar a culpabilidade ou com a comprovada inocência dos agressores?

Uma coisa é certa, as mulheres são vulneráveis no ambiente doméstico, e por mais que existam alguns poucos casos de denúncia caluniosa, a mulher não ganha nada fazendo isso, aliás só perde, pois tem seus direitos morais, patrimoniais, conjugais, etc., afetados diretamente, principalmente em cidades menores, onde os casos chegam a conhecimento da comunidade rapidamente.

A presunção de inocência, ao menos no primeiro momento de concessão de medidas protetivas, não é levada em consideração devido a urgência na concessão dos pedidos, contudo, todos os princípios constitucionais são garantidos ao réu durante o curso do processo, como o contraditório e a ampla defesa, por exemplo.

Portanto, se ao final do processo o réu é condenado pela Justiça -sabendo desde já que existe um percentual alto de condenação - há de se concordar que isso só corrobora com a tese de que as mulheres infelizmente sofrem muito nas mãos destes agressores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei Maria da Penha, com certeza trouxe um marco para as Polícias Judiciárias, Ministério Público e, por conseguinte, para os Tribunais de Justiça de todo o país, seja no que consistem as suas estruturas físicas e até mesmo suas boas práticas. Desde 2006 foram criadas, alteradas/melhoradas várias delegacias, promotorias, varas, juizados de competência exclusiva para apurar e julgar os crimes previstos na supracitada Lei. Como exemplo podemos destacar as tão necessárias Delegacias da Mulher espalhadas por todo o Brasil.

Todavia, a Lei foi muito mais importante para o tratamento dado para estas vítimas, para que não pasassem pelas situações em que passou a sofrida Sra. Maria da Penha Maia Fernandes.

Ainda que uma parcela suave de juristas aponte para algumas desproporcionalidades na referida lei, em especial no que consiste a sua aplicabilidade de maneira urgente contra os “supostos agressores”, se referindo a uma possível inobservância do famigerado “princípio da presunção de inocência”, é preciso deixar claro que a Lei Maria da Penha tem por objeto a mulher, e objetivo a sua tutela e proteção no que tange a sua vulnerabilidade de gênero. Neste sentido, temos que a própria Constituição garante o princípio da equidade – que permite o tratamento desigual aos desiguais – sendo, portanto, justo e sobretudo constitucional as medidas protetivas de urgência da Lei 11.340/2006.

Analisando a bibliografia que trata do tema, bem como, os dados obtidos por meio de pesquisa documental, observou-se que os números de violência doméstica no Brasil têm aumentado nos últimos anos, o que demonstra não só o percentual de aumento de casos, mas também uma conscientização das mulheres sobre os seus direitos e garantias, fruto de diversas campanhas e palestras realizadas por entidades estatais e não governamentais por todo o país.

No que tange as providências tomadas pelas autoridades envolvidas, pode-se observar com clareza a seriedade em que os casos são tratados, destacando-se a prioridade em que tramitam e a celeridade na aplicação de suas medidas de urgência, cumprindo assim com o Poder/Dever Constitucional do

Estado de garantir à população Segurança e Justiça, devolvendo de maneira geral e em especial para as vítimas de violência doméstica a tranquilidade e a tão buscada paz social.

REFERÊNCIAS

BIANCHINI, Alice. **Lei Maria da Penha: Lei 11.340/2006**: aspectos assistenciais, protetivos e criminais da violência de gênero (Coleção Saberes Monográficos). 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

DECRETO-LEI n. 2.848, de 07 de dezembro de 1940: **Código Penal Brasileiro**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 18-10-2020.

DECRETO-LEI n. 3.689, de 03 de outubro de 1941: **Código de Processo Penal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689compilado.htm. Data de acesso: 15-10-2020.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na Justiça**: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. 2. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, Fabricio; SILVA, Eduardo Chaves da; MACIEL, Sérgio Alberto Bitencourt. **Resenha: “mas ele diz que me ama...”: cegueira relacional e violência conjugal**. Psic.: Teor. e Pesq., Brasília, v.23, n.4, dez. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722007000400015. Acesso em: 03-10-2020.

LEI nº 11.340, de 7 de dezembro de 2006: **Lei Maria da Penha**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 25-09-2020.

LEI nº 13.104, de 9 de março de 2015: **Lei do Feminicídio**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm#art1
Data de Acesso: 15-11-2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PROVIMENTO nº 282/2018. **Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná – Foro Judicial**. Disponível em: <https://www.tjpr.jus.br/documents/13302/25865062/C%C3%B3digo+de+Normas+do+Foro+Judicial+-+Texto+Compilado.pdf/66a1bd3d-6010-3ef3-ed1-60be55d1e73e>. Acesso em: 14-11-2020.

REVISTA ISTOÉ DINHEIRO. **Violência contra a mulher aumenta em meio à pandemia**. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/violencia-contra-a-mulher-aumenta-em-meio-a-pandemia-denuncias-ao-180-sobem-40/>. Acesso em 25-11-2020.

Artigos

Análise da personalidade de adolescentes em situação de acolhimento da região metropolitana de São Paulo, que completarão maioria

Analysis of the personality of adolescents in a welcome situation in the metropolitan region of São Paulo, that will complete majority

Débora Machado Mengalli¹; Kássia Senhorini Da Silva²; Armando Rocha Junior³

Artigo orientado pelo Núcleo de Pesquisa em Violência e Psicologia Jurídica da Universidade Guarulhos.

¹Graduada do Curso de Psicologia Univeritas – UnG. Integrante do Núcleo de Pesquisa em Violência e Psicologia Jurídica – NUPEV.

²Discente de Graduação do Curso de Psicologia Univeritas – UnG. Integrante do Núcleo de Pesquisa em Violência e Psicologia Jurídica – NUPEV.

³Professor do Departamento de Psicologia da Univeritas – UnG. Doutor em Ciências da Religião/Psicologia e religião – Universidade Metodista de São Paulo – UMESP.

✉ deborammengalli@gmail.com; kassia.senhorini@gmail.com

Palavras-chave:

Adolescentes.
Personalidade.
Acolhimento.

Keywords:

Adolescents.
Personality.
Welcome.

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar aspectos da personalidade de adolescentes em situação de acolhimento, onde apresenta dados empíricos tanto para os profissionais das áreas de psicologia e afins, quanto também beneficiar e melhorar as condições de desligamento institucional destes adolescentes. A análise foi realizada a partir das respostas do questionário e teste projetivo que fazem parte dos instrumentos utilizados para melhor compreensão do fenômeno em tela. Para se obter os resultados desta pesquisa a metodologia utilizada foi, a delimitação da amostra, tendo 21 adolescentes que possuem 16 a 17 anos, sendo 9 que se desenvolveram em abrigos e 12 que se desenvolveram no seio familiar, a pesquisa foi desenvolvida em 4 casas de acolhimento e 1 escola estadual, ambas da região metropolitana de São Paulo. A análise dos resultados apresenta informações quantitativas e qualitativas, como: gênero, cor, idade, orientação sexual, pessoa com deficiência, atraso escolar, medos, conflitos, necessidades, ambiente e sua pressão e como estão se preparando para deixar as instituições.

Abstract

This article aims to analyze aspects of the personality of adolescents in the host situation, where it presents empirical data for professionals in the psychology and related fields, as well as to benefit and improve the conditions of institutional detachment of these adolescents. The analysis was carried out from the answers of the questionnaire and projective test that are part of the instruments used to better understand the phenomena on canvas. In order to obtain the results of this research, the methodology used was the delimitation of the sample, with 21 adolescents aged 16 to 17 years, 9 of which were developed in shelters and 12 that were developed in the family, the research was carried out in 4 houses and one state school, both in the metropolitan area of São Paulo. The analysis of the results presents quantitative and qualitative information, such as: gender, color, age, sexual orientation, person with disability, school delay, fears, conflicts, needs, environment and their pressure and how they are preparing to leave institutions.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Herbert (1987) adolescência é definida por um período transitório do desenvolvimento psicológico, caracterizado pelo termo puberdade onde ocorrem as mudanças físicas, começando na biologia e terminando na cultura. Para Silva (2010) o termo mais adequado a ser utilizado é adolescências, pois a adolescência é uma constituição sócio histórica e a maneira de se manifestar vai depender do contexto que ele se situa.

O presente artigo apresenta um apanhado teórico acerca dos aspectos psicológicos, como: história, personalidade, sentimentos e os mecanismos de enfrentamento de forma individual dos adolescentes que se desenvolveram junto a família e vão deixar a escola e adolescentes em situação de acolhimento, que completaram maioridade e convivem com as angústias de ter que deixar o abrigo, o que ocasiona em mais um vínculo rompido em sua vida.

Segundo Schultz (2010) a personalidade é constituída por aspectos psicológicos de um indivíduo que influencia o seu comportamento em diversas situações.

Os adolescentes passam por diferentes tipos de sentimentos, Hopson 1986 (citado por Herbert 1987. p.76) destaca sete estágios que são previsíveis na adolescência, que são eles: imobilização, minimização, depressão, largar, testar, busca de significado e internalização. Estes estágios fazem parte do processo de desenvolvimento, do adolescente que está deixando a infância e não consegue fazer planos. Isto faz com que tenham sentimento de tristeza, um certo tumulto interior e termina por achar novos significados, interiorizando tudo o que passou durante essa fase do desenvolvimento.

Para Herbert (1987) os mecanismos de enfrentamento existem para amenizar a ansiedade que por sua vez se dá, quando pode existir críticas, podendo ser entendida pelo adolescente como uma ameaça existente.

1.1 Justificativa

Se a lei fosse cumprida sobre regra, possivelmente qualquer adolescente que tivesse acesso a lazer, educação, cultura, alimentação, saúde, convivência familiar, profissionalização, livre de sofrer abusos, exploração e discriminação, estaria mais próximo de uma saúde mental plena e um desenvolvimento saudável.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL. ECA - Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010, s/p)

A escolha do tema do presente artigo foi motivada a partir da discussão da necessidade de se pesquisar se o adolescente em situação de acolhimento está exposto há algum tipo de violência, aspectos psicológicos que nortearam seu desenvolvimento, suas perspectivas futuras a partir das oportunidades que as políticas públicas de acolhimento oferecem aos indivíduos.

A partir disso, buscar a passagem deste adolescente pela instituição, sua história, personalidade e vínculos sociais, além de saber como é executado o desligamento deste indivíduo em relação a política de acolhimento, passaram a ser foco destas pesquisadoras.

O presente artigo torna-se relevante para a psicologia e para a ciência por pesquisar os adolescentes, seus potenciais para convivência e responsabilidades em sociedade e se seus processos de desenvolvimento ocorreram de forma adequada, possibilitando assim sua formação como indivíduo.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Tipos de violências a que os adolescentes estão expostos

Um dos maiores avanços da luta em defesa da criança e do adolescente foi a homologação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990), que atende pessoas de 0 a 18 anos de idade, salvo em casos expressos na lei que atende a pessoa até os 21 anos de idade.

Segundo o art. 19 do ECA (1990 s/p) “é direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral”.

Para Koller e Antoni (2002), o individualismo desta sociedade moderna é um dos principais fatores geradores de conflito, pois acomete transformações culturais e econômicas que potencializa a cultura do consumo e as atividades ilícitas, um fenômeno presente entre os adolescentes, principalmente os que são acometidos pela desigualdade social.

Conforme Koller e Antoni (2002) o ambiente doméstico é ponto de partida para uma experiência caótica das relações comunitárias e sociais, pois o padrão destas relações primárias tende a ser repassados e que acontecendo o contrário, este indivíduo tende a voltar ao seu lar mais frustrado, vulnerável e agressivo.

A violência compromete o desenvolvimento emocional. O adolescente pode apresentar determinados comportamentos como consequência, tais como: timidez, agressividade, sexualidade exacerbada, ansiedade, depressão, distúrbio de personalidade, uso de drogas, risco de suicídio, falta de apetite, isolamento, comportamentos hostis, fadiga crônica, medo, insônia, baixa autoestima, somatização de doenças, falta de expectativas no futuro, entre outros. (KOLLER e ANTONI, 2002. p. 89)

Os adolescentes que estão em vulnerabilidade social sofrem o tipo de violência mais intensa do nosso país e inevitavelmente vivem as consequências das desigualdades sociais, da pobreza, da exclusão social, da falta de direitos como educação, lazer, alimentação, cultura, trabalho, a falta de perspectiva de projetos futuros e principalmente a oferta ao consumo de drogas, uso de armas e ao tráfico de drogas.

2.2 Tipos de violências que os adolescentes em situação de acolhimento estão expostos

Uma das primeiras violências sociais que o indivíduo pode sofrer é ter que ser excluído pela família, pelo fato da mesma não ter tido amparo e condições de cuidar de seus membros e o estado não conseguir garantir que a família tenha os direitos básicos orgânicos e psicossociais que poderia evitar vários outros tipos de violência decorrentes desta.

Adolescentes negligenciados, por exemplo, tendem a apresentar sentimento de rejeição e de abandono acentuados e pobreza afetiva, evidenciada por falta de empatia, de relações de amizade e trocas de carinho. (KOLLER e ANTONI, 2002. p. 89)

Outro tipo de violência que este público está acometido é a sua história e escuta negada, pois toda sua vida é decidida por outros, sendo a única decisão possível de ser tomado por ele é a da adoção, pois o mesmo não é obrigado a aceitar a família destinada para sua adoção, e com intuito de evitar sofrimento ao mesmo, negam seu passado, a constituição de identidade de qualquer indivíduo passa por sua

história e a negação da mesma traz prejuízos psicológicos ao indivíduo, assim os autores pontuam que um dos maiores desafios da instituição é trabalhar com o individual em um ambiente que se atua de forma generalizada. Afirmam ainda que essas ações são a, re- violação dos direitos dos adolescentes, que foram para o sistema de acolhimento partindo do princípio que seus direitos foram violados. (FERREIRA et al. 2012)

Conforme Sawaia (2008) não se pode falar da exclusão sem associá-la a inclusão. O que nos faz refletir acerca da política de acolhimento para adolescentes que se tornaram maiores de idade, uma política inclusiva ou excludente?

Por fim, a violência que o adolescente abrigado tem que aprender a lidar desde o instante que entra no sistema, são os rótulos que a sociedade os coloca, esse é um grande desafio após seu desligamento. Sawaia (2008) expõe que os estereótipos são formas de excluir moralmente membros de um grupo, através da desumanização apresentada pela violência.

2.3 A subjetividade do desenvolvimento do adolescente

Os adolescentes não constituem um grupo homogêneo; a realidade é que eles crescem em diferentes culturas, o que torna necessário considerarmos formas variadas de alcançá-los. Jovens que lidam com diferentes situações têm diferentes necessidades. (BARROS, 2002. p.46)

Para Ozella e Liebesny (2002) a constituição de individualização do adolescente vai depender da sua relação com várias pessoas, pois a partir disso ele passa a se constituir como individual e como pertencente ao grupo, vai construindo sua própria maneira de ver o mundo.

Segundo Berger (2013) umas das principais etapas no processo de identidade é estabelecer a integridade da personalidade, emoção, comportamento e pensamento para que mantenham uma possível consistência.

Para Aberastury (1981) podemos observar que toda adolescência tem características do meio cultural social e histórico, o qual se manifesta a subjetividade de cada adolescente e sinaliza que o adolescente passa por desequilíbrios emocionais e instabilidade intrínseca.

Para Figueiró (2012) o adolescente se caracteriza por sua condição de pertencer a natureza, sua condição de ser social é definida por conjunto dessas relações sociais no qual foi inserido e sua concepção de adolescência deve ser entendida como uma construção histórica e não apenas como uma fase natural do desenvolvimento. A autora ainda afirma que um processo importante na fase da subjetividade é o processo de modificações corporais incontroláveis, ambos sexos passam por mudanças sexuais secundárias. Os adolescentes têm habilidades variadas e a tomada de decisões, fatores cognitivos também são características importante que auxiliam a fazer julgamentos criteriosos, raciocínio hipotético e dedutivo. Assim outros processos inerentes a adolescência, é a cognição, a empatia, a culpa, o sofrimento e a internalização de normas sociais.

O meio de comunicação é, portanto, fator determinante no papel da veiculação na formação da identidade que se desenvolve nesta passagem transitória para o início da fase adulta.

Quando estes adolescentes estão para obter sua maioridade e não possuem uma perspectiva para onde ir ou o que irá acontecer ao sair do abrigo, começam a perceber que crescer é um processo iminente. Para Winnicott (1975), “Na fantasia inconsciente, crescer é, inerentemente, um ato agressivo”.

Conforme Aberastury (1981) chegar no mundo adulto, significa para o adolescente um momento de transição no processo de desprendimento que se iniciou com seu nascimento.

Moldar uma identidade e aceita-la são tarefas difíceis, geralmente realizadas com ansiedade. Os adolescentes fazem experiências com vários papéis e ideologias na tentativa de determinar os mais compatíveis com eles. (SCHULTZ, 2010 p. 183)

“É na adolescência, sabemos, o momento de romper, decididamente, com o ideal narcísico dos pais, constituindo, para além de suas determinações, a possibilidade de um ideal de Eu”. (MARIM, 2002. p. 05)

2.3.1 Personalidade e as vicissitudes do adolescente em situação de acolhimento

A personalidade de um indivíduo pode ser definida pelas características complexas que determina sua formação biopsicossocial. No contexto social que o adolescente em situação de acolhimento se encontra, buscar elementos no ambiente, nas relações, na cultura, no inconsciente, nas pulsões e nos desafios da transição da vida infantil para a adulta será fundamental para compreender se há prejuízo na constituição da personalidade dos mesmos e se é influenciada pelas condições de perda.

Para Bowlby (2001) é importante considerar distúrbios psiconeuróticos e da personalidade nos indivíduos que tiveram falha no desenvolvimento ou transtorno na infância, sendo reflexo da incapacidade de estabelecer vínculos. Aponta que é frequente distúrbio como sociopatia em indivíduos que tiveram suas infâncias perturbadas através de morte, divórcios ou separações.

É comprovadamente útil o postulado de que, em cada tipo de caso o comportamento perturbado do adulto representa uma persistência, ao longo dos anos, dos padrões desviantes dos padrões do comportamento de ligação que se estabelecem em consequência do rompimento dos vínculos afetivos durante sua infância. (BOWLBY, p. 109, 2001)

Segundo Bowlby (2001) um indivíduo que tem uma figura de ligação, ou seja, uma ou mais pessoas que irão ao seu encontro quando tiver alguma dificuldade, são mais felizes e tem maior capacidade de se desenvolver. Afirma ainda que num quadro de personalidade existem dois principais conjuntos de influenciadores, o primeiro que diz respeito a presença-ausência, parcial ou total, da figura de ligação que estará apta para fornecer o tipo de base necessária, o segundo é sobre a capacidade-incapacidade de reconhecer uma pessoa como digna de confiança e disposta a estabelecer esta base.

Ter confiança para estes adolescentes se torna logo um processo mais demorado e difícil, no decorrer de cada história existe um abandono ou um afastamento do lar, ao passarem a não se tornar o centro das atenções de um lar, passam a invisibilidade, a inibição do Eu, que a partir disso, se tornam “párias” do ponto de vista social.

Para Erikson (citado por Schultz et al. 2010. p.180) o adolescente passa por crise, onde torna possível um desenvolvimento em cada fase para a formação de sua personalidade, a crise sendo “o momento decisivo enfrentado em cada fase do desenvolvimento”. A confiança sendo a melhor maneira de lidar com cada crise. A “confiança, a forma mais bem adaptada e desejável de lidar com o problema, é obviamente uma atitude psicológica mais saudável”.

3 MÉTODO

3.1 Amostra e sua caracterização

Para fins de realização de estudo de campo, foi definido como amostra 20 adolescentes em situação de acolhimento, divididos igualmente entre ambos os sexos e que possuem 16 a 17 anos completos, que

estudem, independentemente da escolaridade, profissionalização, situação jurídica, entre outras características. Além desses 20 adolescentes que residam com familiares e estudem em escola pública, independentemente do nível escolar e demais características citadas para os adolescentes em situação de acolhimento. Os adolescentes que residem em convívio familiar também foram divididos igualmente entre os sexos masculino e feminino. Daqui para frente os menores em acolhimento foram chamados de grupo A e os de não acolhimento de grupo E.

3.2 Procedimentos gerais

Foram contatadas as instituições: Associação Beneficente de Renovação e Assistência à Criança - ABRAC, Carrapicho 3, Casa da Criança Zenaide de Souza Lima, Lar Batista e a Escola Estadual Padre Augustus Johannes Fernandes Stauder, para as quais apresentaremos o esboço da presente pesquisa verbalmente. A seguir, solicitamos autorização para que esta seja realizada nas mesmas. Sendo explicado detalhadamente o TCLE (termo de consentimento livre e esclarecido), onde ficou claro que os pais dos menores do grupo E deveriam assinar o referido termo autorizando a participação de seus filhos na pesquisa e o responsável pela instituição onde os menores do grupo A estão deveriam assinar autorizando também como responsável pelos menores. Os menores dos grupos A e E também assinaram um termo, assentindo em participar. Para melhor clareza o termo TCLE encontra-se no anexo A e o Termo de Assentimento no anexo B.

Foi solicitado tanto da instituição, quanto da escola, uma sala para as atividades com os participantes da pesquisa. Esta sala era arejada, tinha pelo menos 6m², protegida de sons excessivos e não permitiu que conversas em tom normal fossem ouvidas no seu exterior. Possuía iluminação adequada para leitura e escrita.

A seleção e inclusão dos participantes da amostra do grupo A, foi através de uma lista de inscrição, que foi preenchida a partir do contato e assentimento dos adolescentes acolhidos, tendo em vista que cada instituição possuía poucos acolhidos na faixa etária proposta neste artigo, com isso não houve necessidade de sorteio para exclusão. A seleção e inclusão dos participantes da amostra, do grupo E, caso ultrapassasse o número necessário para a pesquisa, seria feita a exclusão por sorteio.

3.3 Plano de análise de dados

Para melhor compreensão, a análise dos resultados utilizou todas as informações colhidas através do questionário e da interpretação do teste. Os resultados estão expostos por meio de tabelas, que apontam dados, informações, tanto quantitativas, quanto qualitativas, que foram utilizadas como comparativo dos grupos A e E.

Ao participar do artigo, o adolescente poderia estar entrando em contato com questões conscientes e inconscientes que poderia trazer angústias e possíveis transtornos. O participante foi orientado, caso sentisse qualquer desconforto, que deveria avisar as pesquisadoras. Tendo em vista, que o pesquisador responsável é psicólogo o mesmo é capaz de prestar assistência caso ocorresse alguma das interferências citadas acima.

A participação do adolescente neste artigo contribuiu para estudos referentes ao tema, direcionando as ações voltadas para um entendimento mais profundo dos aspectos da personalidade de adolescentes. A tabulação dos dados foi feita de forma manual e eletrônica, utilizando-se o programa Excel. Para apresentação dos resultados recorreremos a gráficos, tabelas e quadros.

Por fim, foram feitas análises e discussões dos resultados apresentados. De posse de todo esse material, conclusões são indicadas.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

Neste capítulo apresentamos e discutimos os resultados da análise agregados aos dados obtidos por meio da pesquisa de campo.

4.1 Amostra

A amostra pré-estipulada não foi atingida, pois o público alvo (grupo A) desta pesquisa se encontra no sistema de acolhimento, sua estadia nos abrigos contratados e previamente autorizados para o desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. Devido a duração da pesquisa ter 1 ano desde o início até as visitas para aplicação dos testes e questionários, ocorreram o desacolhimento ou evasão de 05 adolescentes, outros 3 adolescentes completaram 18 anos e deixaram de pertencer ao critério da pesquisa e 3 adolescentes desistiram durante o processo de participar. Com isso nossa amostra válida é de 9 adolescente de 16 a 17 anos no grupo A, assim como mostra a tabela a seguir:

Tabela 1: Amostra (Grupo A)

Instituição	Participantes	Desacolhidos/Evasão	Desistentes	Completaram 18 Anos	Total
Abrac	4	2	1	2	9
Lar batista	3		1		4
Casa da criança	2	1		1	4
Carrapicho	0	1	1	1	3
Total	9	4	3	4	20

Fonte: MENGALLI E SILVA (2019).

Já a amostra do público alvo não acolhido (grupo E), também não foi atingida, pois a escola, previamente contatada desistiu de participar da pesquisa devido a troca de direção, sendo necessário a busca por outra escola. Foi feito novo contato e autorizado o desenvolvimento da pesquisa na escola E.E Edir do Couto Rosa, localizada na cidade de Ferraz de Vasconcelos, região metropolitana de São Paulo, sendo seguidos todos os critérios previamente estabelecidos no método. Conseguimos uma listagem com 25 adolescentes interessados em participar da pesquisa, foi entregue os termos de compromisso e agendado dia e horário para aplicação do teste e questionário. Houve retorno de 12 adolescentes de 16 a 17 anos do grupo E, estabelecendo assim, uma amostra válida, como mostra a tabela a seguir:

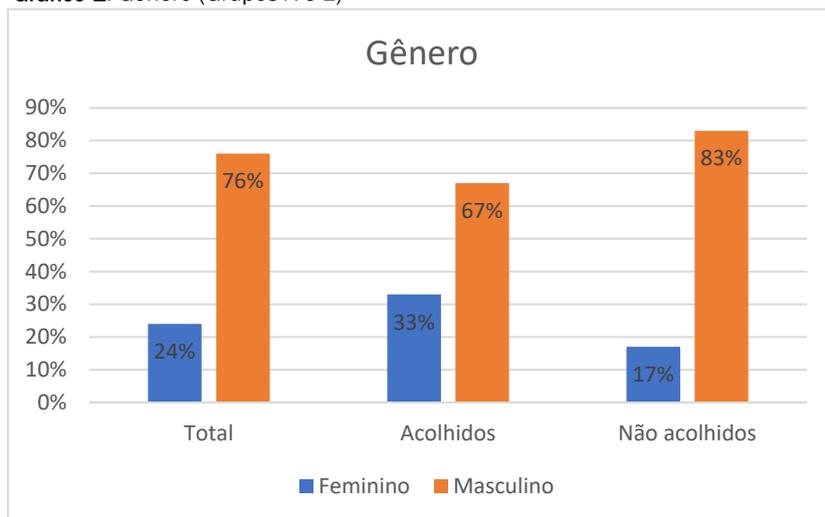
Tabela 2: Amostra (Grupo E)

Participantes	Desistentes	Total
12	13	25

Fonte: MENGALLI E SILVA (2019).

O gráfico a seguir apresenta a amostragem geral do artigo (grupo A e E)

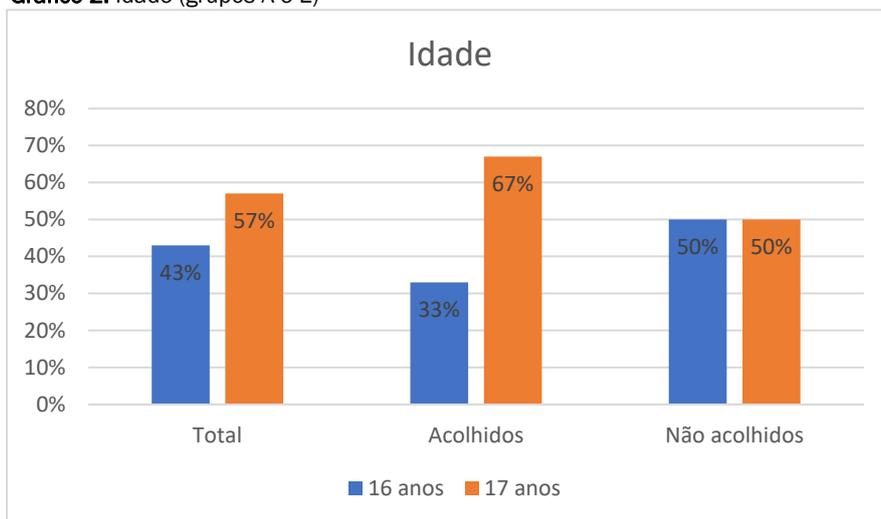
Gráfico 1: Gênero (Grupos A e E)



Fonte: MENGALLI E SILVA (2019).

Foram entrevistados 16 meninos e 5 meninas, sendo 3 meninas e 6 meninos no grupo A (acolhidos) e 10 meninos e 2 meninas no grupo E (não acolhidos).

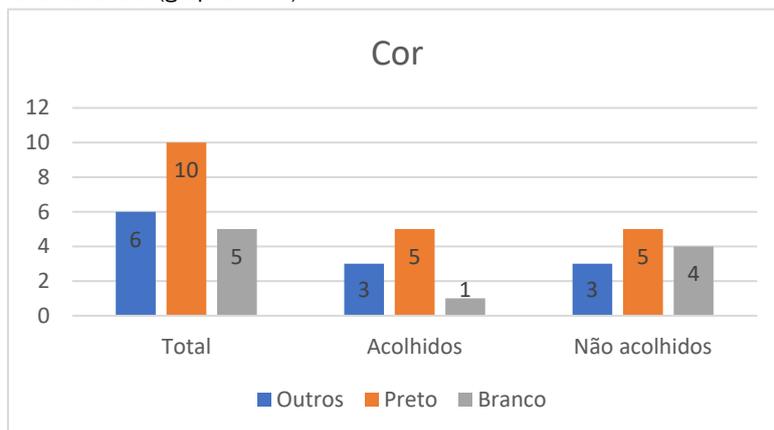
Gráfico 2: Idade (grupos A e E)



Fonte: MENGALLI E SILVA (2019).

Foram entrevistados, 9 adolescentes com 16 anos e 12 adolescentes com 17 anos, sendo, 3 com 16 anos e 6 com 17 anos no grupo A, já no grupo E são 6 adolescentes com 16 anos e 6 com 17 anos.

Gráfico 3: Cor (grupos A e E)

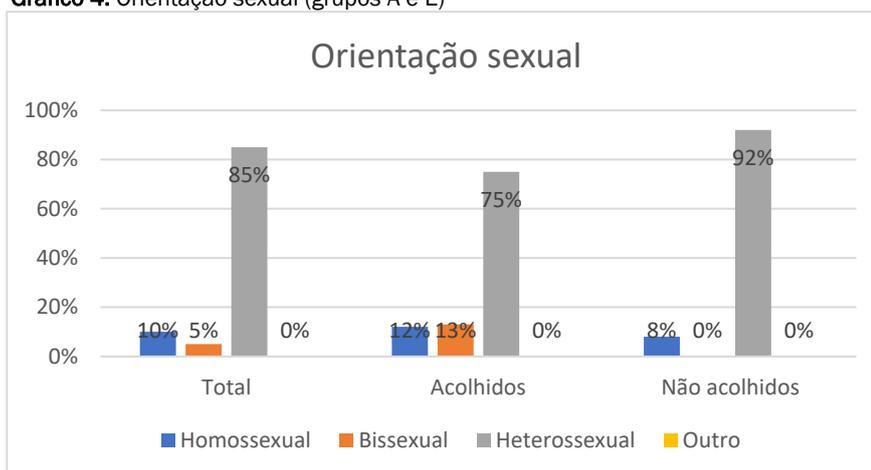


Fonte: MENGALLI E SILVA (2019).

Nos grupos A e E os adolescentes se autodenominaram pretos (10), brancos (5) e pardos (6). Nos gráficos a seguir, constatou-se que no grupo A (acolhidos) a concentração de pretos é maior que a de brancos e pardos juntos. Já no grupo E (não acolhidos), embora a maioria tenha se declarado preto, a soma de pardos e brancos superam a de pretos. Ou seja, no sistema de acolhimento, identificamos mais pretos do que brancos e pardos. Compreendemos assim que as pessoas da raça negra estão mais suscetíveis a ser incluso na política de acolhimento, provavelmente devido a condição de vulnerabilidade social.

Dando sequência aos dados colhidos, 17 adolescentes se declararam heterossexuais, 2 homossexuais e 1 bissexual, como mostra os gráficos a seguir:

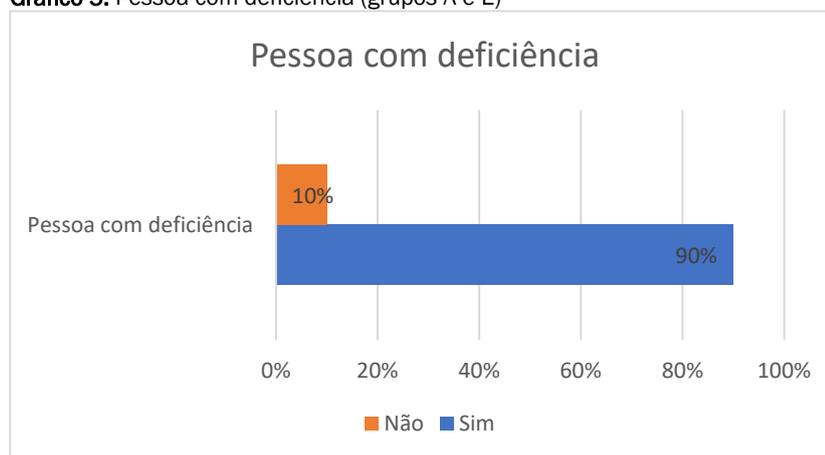
Gráfico 4: Orientação sexual (grupos A e E)



Fonte: MENGALLI E SILVA (2019).

Continuando, 2 adolescentes com deficiência intelectual pertencentes ao grupo A (acolhidos), não há pessoas com deficiência no grupo E (não acolhidos).

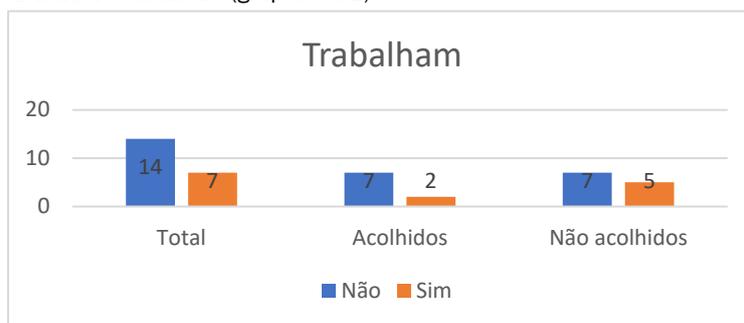
Gráfico 5: Pessoa com deficiência (grupos A e E)



Fonte: MENGALLI E SILVA (2019).

Dos 21 adolescentes entrevistados, 14 não trabalham e 7 trabalham, entre as atividades desenvolvidas estão: jovem aprendiz, garçom, freelancer, auxiliar administrativo e técnico eletrônico.

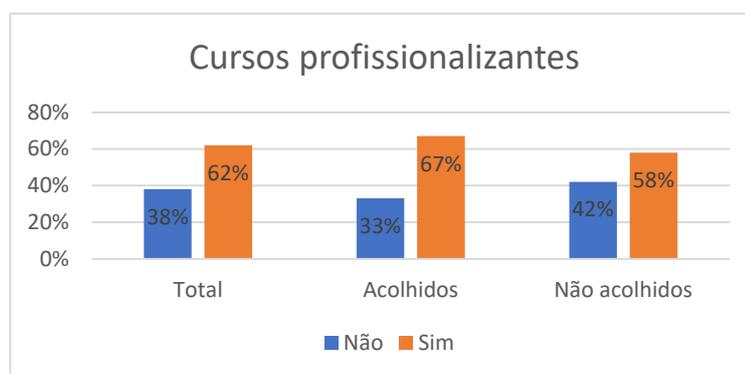
Gráfico 6: Trabalham (grupos A e E)



Fonte: MENGALLI E SILVA (2019).

Continuando, 13 adolescentes fazem ou já fizeram cursos profissionalizantes, 8 nunca fizeram cursos profissionalizantes. Como veremos nos gráficos a seguir, grande parte dos adolescentes que fazem curso profissionalizantes são do grupo A. Podemos constatar que os abrigos tem uma política de parcerias para capacitar esses adolescentes que completam 16 anos, uma rede de apoio é acionada em busca de inserir este adolescente no mercado de trabalho.

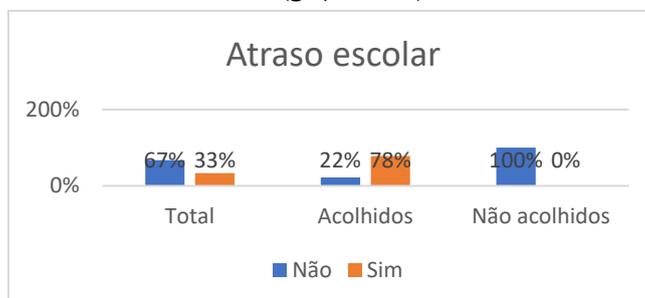
Gráfico 7: Cursos Profissionalizantes (grupos A e E)



Fonte: MENGALLI E SILVA (2019).

Como podemos observar nos gráficos a seguir, há uma defasagem escolar significativa no grupo A, onde 07 dos 09 adolescentes entrevistados que se desenvolveram em abrigos já repetiram de ano ou pararam de estudar em algum momento. Já os adolescentes que se desenvolveram no seio familiar, não possuem nenhuma defasagem referente a atraso de série.

GRÁFICO 8: Atraso escolar (grupos A e E)



Fonte: MENGALLI E SILVA (2019).

Os gráficos abaixo demonstram que 10 adolescentes declararam estar preparados para deixar a instituição, entre os motivos estão: a prévia capacitação, não querer mais ficar na instituição, tem expectativas futuras que não se relacionam com a instituição. Já 09 adolescentes declararam não estar preparados para sair da instituição, entre os motivos estão: insegurança com o futuro, falta de capacitação, não ter

amparo, não ter para onde ir e não estar empregado. Por fim 2 não souberam responder. Observou-se que nas respostas, houve ambivalência de sentimentos em relação a estar preparado ou não sair da instituição.

Gráfico 9: Preparado para deixar a instituição (grupos A e E)

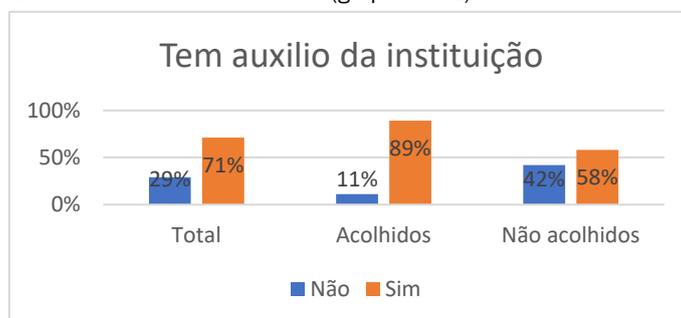


Fonte: MENGALLI E SILVA (2019).

Dos 21 adolescentes participantes da pesquisa, 15 alegaram que a instituição tem auxiliado nesse processo de desligamento. No grupo A os argumentos são de que as instituições buscam parcerias, conseguem cursos, entrevistas e fazem um processo interno de capacitação das tarefas do dia-a-dia. Já no grupo E, os que alegam ter auxílio da instituição se baseiam em aspectos educacionais, pois a escola os prepara para o mercado de trabalho.

Os 6 adolescentes que alegam que as instituições não os auxiliam, declararam que poderia ter mais parcerias, moradias, cursos e bolsas de estudos.

Gráfico 10: Auxílio institucional (grupos A e E)



Fonte: MENGALLI E SILVA (2019).

12 adolescentes alegaram que já fizeram ou fazem uso de drogas, como mostram os gráficos a seguir. 7 são do grupo E (não acolhidos) e 5 do grupo A (acolhidos). Já 9 adolescentes alegaram nunca terem experimentado drogas.

Gráfico 11: Uso de drogas (grupos A e E)



Fonte: MENGALLI E SILVA (2019).

Dos 21 adolescentes entrevistados apenas 03 (três) já tiveram conflitos com a lei, sendo pertencentes ao grupo A (acolhidos). Entre os delitos estão: Fuga do abrigo, tráfico, furto e tentativa de agressão. As consequências foram, desde advertência verbal à detenção na fundação casa por 45 dias, no caso de tráfico.

Gráfico 12: Conflito com a lei (grupos A e E)



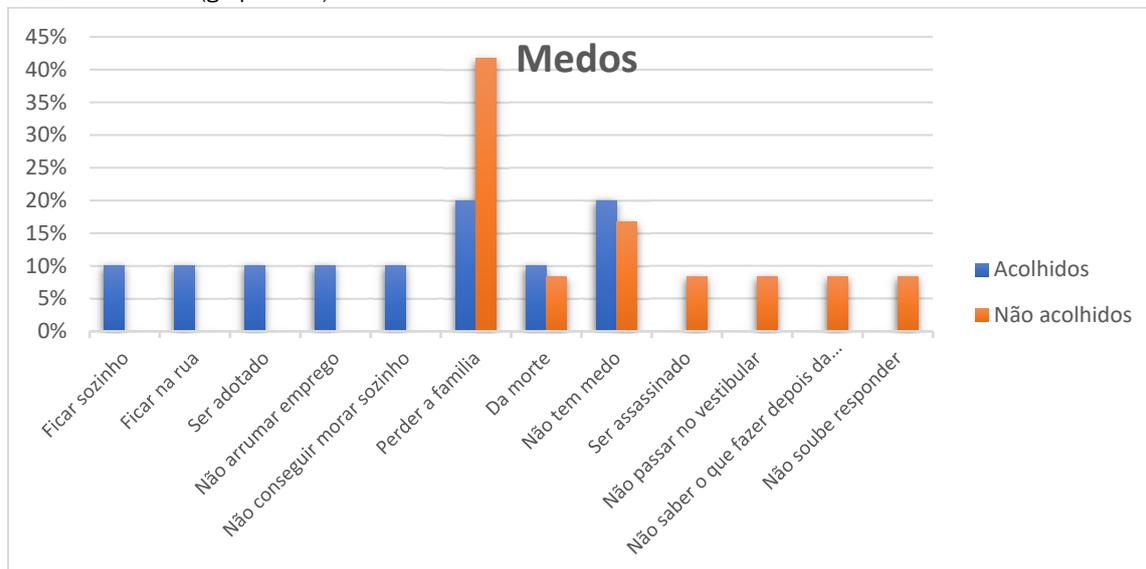
Fonte: MENGALLI E SILVA (2019).

4.2 Medos

Segundo Batista e Oliveira (2005) a adolescência é uma fase que torna o indivíduo mais vulnerável de ser acometido por ansiedade e medos em decorrência de constantes desafios. O adolescente vive com conflitos em relação a situações imaginárias ou reais, que sem monitoramento ou acompanhamento pode tornar-se grave.

Na tabela a seguir, podemos observar os medos que apareceram durante as entrevistas.

Gráfico 13: Medos (grupo A e E)

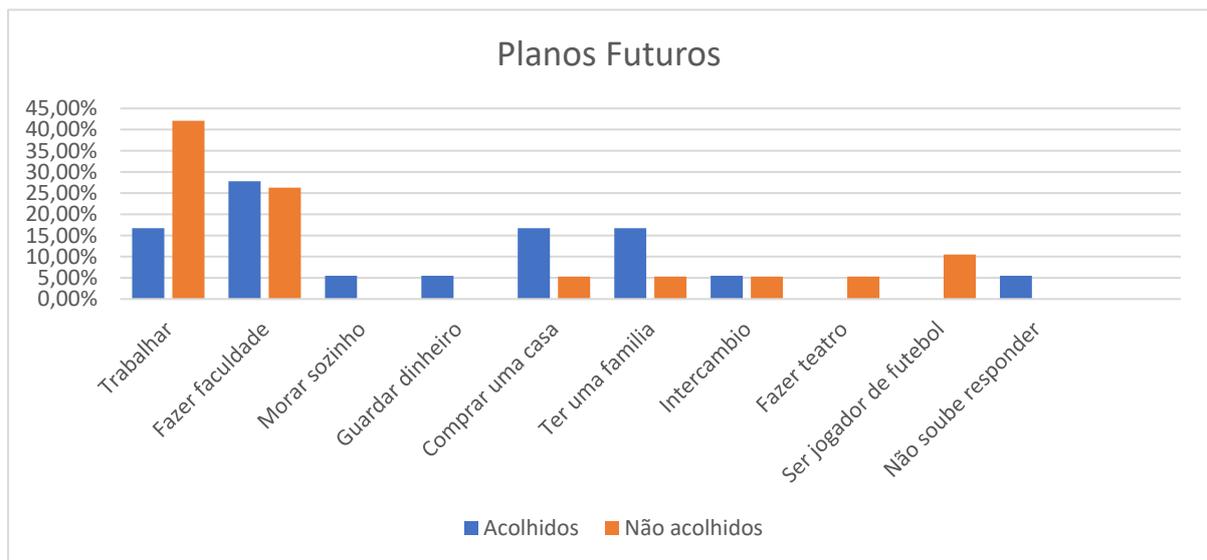


Fonte: MENGALLI E SILVA (2019).

4.3 Planos futuros

Para Winnicott (1975), “Na fantasia inconsciente, crescer é, inerentemente, um ato agressivo”. Se crescer é um processo iminente, a maioria é um ciclo transitório da vida infantil para vida adulta. Ter planos futuros e perspectivas futuras, pode trazer mais segurança e autoconfiança, assim como a sua ausência pode desenvolver mais transtornos psicológicos como a ansiedade entre outros. Veremos nas tabelas a seguir alguns planos futuros mencionados pelos adolescentes.

Gráfico 14: Planos futuros (grupo A e E)



Fonte: MENGALLI E SILVA (2019).

4.4 Análise da personalidade dos adolescentes: Intepretação do teste (TAT)

Para se obter os comparativos dos dois grupos, foi realizado a aplicação de um questionário e um teste psicológico – Teste de Apercepção Temática (TAT), para isso, por ser tratar de uma população menor de idade (16 e 17 anos), os responsáveis legais assinaram um termo autorizando a participação do menor na pesquisa, assim como o próprio adolescente assinou um termo de assentimento, ou seja, dando o seu consentimento. A aplicação do questionário e do teste nos dois grupos seguiram a mesma metodologia, para garantir a confiabilidade nos resultados apresentados.

Na análise do TAT foi possível observar as principais necessidades dos dois grupos, assim como o ambiente e sua pressão, os conflitos e de que maneira esses adolescentes conseguiam solucionar os conflitos existentes. As necessidades consistem em motivações ou forças que a pessoa tem e que impulsionam as suas ações. As necessidades motivam os pensamentos, os sentimentos e as ações do indivíduo.

Na tabela a seguir será possível observar as principais necessidades que surgiram conforme as aplicações do TAT. No grupo A, dos 9 adolescentes que participaram da pesquisa, a interpretação do TAT foi possível com 8 adolescentes, devido um ser uma pessoa com deficiência intelectual e não conseguir desenvolver um conteúdo que possibilitasse a análise. No grupo E, dos 12 adolescentes entrevistados, 2 optaram por não participar do teste, ficando para a análise 10 adolescentes. As principais necessidades que surgiram no grupo E, são: degradação e passividade, aonde de 10 adolescentes pesquisados, 6 apresentaram em ambas as mesmas necessidades.

Tabela 3: Necessidades (Grupo A)

Necessidades	Quantidade	Porcentagem
Afiliação Associativa	4	50%
Contra-reação	4	50%
Degradação	7	87,5%
Passividade	5	62,5%
Realização	4	50%
Reconhecimento	4	50%

Fonte: Teste TAT

Tabela 4: Necessidades (Grupo E)

Necessidades	Quantidade	Porcentagem
Afiliação Emocional	5	50%
Agressão	5	50%
Contra-Reação	4	40%
Degradação	6	60%
Passividade	6	60%
Realização	4	40%
Reconhecimento	4	40%

Fonte: Teste TAT

Continuando, as forças do ambiente e a pressão descritas nas histórias, representam uma maneira na qual o indivíduo poderá resolver seus conflitos, comportamentos e necessidades. Dependendo do contexto, o ambiente pode interferir para gerar mais conflitos, ou permanecer inerte.

Tabela 5: Forças do Ambiente (Grupo A)

Ambiente	Quantidade	Porcentagem
Favorável	3	37,5%
Desfavorável	8	100%
Neutro	6	75%

Fonte: Teste TAT

Tabela 6: Forças do Ambiente (Grupo E)

Ambiente	Quantidade	Porcentagem
Neutro	8	80%
Desfavorável	10	100%
Favorável	2	20%

Fonte: Teste TAT

Foi possível observar que tanto no Grupo A como no grupo E, na força do ambiente, todos os adolescentes relataram um ambiente desfavorável. Enquanto, destes, no grupo A foi possível a observação de que 3 entre 8 adolescentes conseguiram relatar situações favoráveis, no grupo E 2 de 10 adolescentes relataram situações em ambientes favoráveis simultaneamente.

Tabela 7: Pressão do Ambiente (Grupo A)

Pressão do Ambiente	Quantidade	Porcentagem
Falta de apoio – Discordância familiar	2	25%
Perigo Físico – Desproteção física	3	37,5%
Falta de Recursos	2	25%
Falta de Companhia	4	50%
Afiliação Associativa	3	37,5%
Afiliação Emocional	2	25%
Agressão (emocional, física e social)	2	25%

Fonte: Teste TAT

Tabela 8: Pressão do Ambiente (Grupo E)

Pressão do Ambiente	Quantidade	Porcentagem
Falta de apoio – discordância familiar	5	50%
Perigo Físico – Desproteção Física	5	50%
Falta de Companhia	4	40%
Afiliação Emocional	4	40%
Agressão - Social	4	40%
Apoio	4	40%

Fonte: Teste Tat

Os conflitos surgem quando o indivíduo tem duas situações incompatíveis, existe a necessidade de escolha e pode se caracterizar por uma incerteza.

A solução de conflitos, é uma forma de desfecho da história, aonde a pessoa demonstra capacidade de solucionar-los, ou media situações que resultam na solução destes. Há pessoas que quando não se encontram em condições, mesmo que momentaneamente, não conseguem solucionar os conflitos existentes. Assim, é possível entender que os recursos egoicos podem ser desenvolvidos para solução de conflitos, com isso, entender como cada adolescente soluciona ou não os seus conflitos por meio de tais recursos.

Tabela 9: Conflitos (Grupo A)

Conflitos	Quantidade	Porcentagem
Medo	4	50%
Tristeza X Alegria	3	37,5%
Angustia	7	87,5%
Passividade X Atividade	6	75%
Realidade X Prazer	5	62,5

Fonte: Teste TAT

Tabela 10: Conflitos (Grupo E)

Conflitos	Quantidade	Porcentagem
Angústia	9	90%
Passividade x Atividade	8	80%
Realidade x Prazer	10	100%
Medo	4	40%
Dependência x Independência	4	40%

Fonte: Teste TAT

Tabela 11: Solução de Conflitos (Grupo A)

Solução de Conflitos	Quantidade	Porcentagem
Depende do Próprio Herói	5	62,5%
Depende de Ajuda Externa	5	62,5%
Não há Solução de Conflitos	7	87,5%

Fonte: Teste TAT

Tabela 12: Solução de Conflitos (Grupo E)

Solução de Conflitos	Quantidade	Porcentagem
Depende do Próprio Herói	6	60%
Depende de Ajuda Externa	4	40%
Não há Solução de Conflitos	7	70%

Fonte: Teste TAT

5 CONCLUSÃO

O desenvolvimento do presente artigo possibilitou a compreensão acerca das diferenças existentes entre a personalidade de adolescentes que se desenvolveram em abrigos, em relação aos que se desenvolveram no seio familiar. Também, como sua saída da instituição/escola, medos, planos futuros e a ansiedade causada por causa do desligamento.

Diante das pesquisas desenvolvidas, os resultados foram evidentemente alcançados, obteve-se a compreensão dos objetivos e hipóteses propostos. Pudemos constatar que os adolescentes em situação de acolhimento têm um amparo institucional mais presente comparativamente com os adolescentes que se desenvolveram no seio familiar, haja visto que a maioria faz cursos profissionalizantes, são inclusos em projetos de primeiro emprego, o que gera um ambiente mais favorável para o desenvolvimento.

Em contrapartida, foi possível observar que os adolescentes que se desenvolveram no seio familiar não possuem a mesma angústia de deixar a instituição, pois tem o amparo familiar, mas a ansiedade equivalente aos adolescentes dos abrigos se apresentam em forma de medo de perder a família, logo é a fantasia de perder o amparo que eles possuem, comparativamente com os adolescente em situação de acolhimento, que já vive este medo, mas em forma de realidade, pois sabem que ao completarem a maioridade deixarão de ter o amparo que possuem.

Sobre o relacionamento das pesquisadoras com os participantes da pesquisa, apesar de ser dois grupos de adolescente com características diferentes, ambos foram de respeito, cuidado e empatia.

Dada a importância do tema, torna-se necessário o desenvolvimento de artigos científicos que visem dar continuidade a pesquisa, a fim de garantir que a ciência contribua de forma efetiva, para que os adolescentes que se desenvolvem nos abrigos ao saírem da instituição se sintam mais seguros e amparados, assim como o Estado ter maior embasamento para fomentar políticas públicas pós acolhimento.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, A. **Adolescência normal**. Porto Alegre. Editora: Artes Médicas. 1981.

BARROS, S. M. N. **Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas**. Coordenação Maria de Lourdes Jeffery Contini; organização Sílvia Helena Koller. - Rio de Janeiro. Conselho Federal de Psicologia. 2002. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/01/adolescencia1.pdf>. Acesso em: 09 de Outubro de 2020.

BATISTA, M. A; OLIVEIRA, S. M. S. S. Sintomas de ansiedade mais comuns em adolescentes. PSIC - **Revista de Psicologia da Vetor Editora**, v. 6, nº 2, p. 43-50, Jul./Dez. 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsa-lud.org/pdf/psic/v6n2/v6n2a06.pdf>. Acesso em: 09 de Outubro de 2020.

BERGER, S. K. **O desenvolvimento da pessoa; do nascimento á terceira idade**. Editora: LTC. Rio de Janeiro. 2013.
BOWLBY, J. **Formação e rompimento dos laços afetivos**. Tradução: Álvaro Cabral (2001). 3ª ed. Editora: Martins Fontes. São Paulo. 1997.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Estatuto da criança e do adolescente**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 09 de Outubro de 2020.

BRASIL. Constituição da república federativa do Brasil de 1988. **Emenda Constitucional nº 65 de 2010**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 09 de Outubro de 2020.

ERIKSON, H. E. **Identity: Youth and crisis** In. SCHULTZ, D.P. et al. (2010). **Teorias da Personalidade**. Tradução da 9ª edição norte-americana. 1ª Edição Cengage do Brasil. 1968.

FIGUEIRÓ, S.S.E.M. **Acolhimento institucional: A maioridade e o desligamento**. Paco editorial. Jundiaí – SP. 2012.

FORMIGA, S. N; MELLO, I. **Testes psicológicos e técnicas projetivas**: uma integração para um desenvolvimento da interação interpretativa indivíduo-psicólogo. vl. 20. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-9893200000200004. Acesso em: 09 de Outubro de 2020.

HEBERT, M. **Convivendo com Adolescente**. VI. 1. Editora: Bertrand Brasil. 1987.

KOLLER, S. H; ANTONI, C. **Adolescência e psicologia**: concepções, práticas e reflexões críticas. Coordenação Maria de Lourdes Jeffery Contini; organização Sílvia Helena Koller. - Rio de Janeiro. Conselho Federal de Psicologia. 2002. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/01/adolescencia1.pdf>. Acesso em: 09 de Outubro de 2020.

MARIN, I. K. S. **Violência e transgressão interrogando a adolescência**. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v6n3/1415-4714-rlpf-6-3-0094.pdf>. Acesso em: 09 de Outubro de 2020.

OZELLA, S; LIEBESNY, B. **Adolescência e psicologia**: concepções, práticas e reflexões críticas. Coordenação Maria de Lourdes Jeffery Contini; organização Sílvia Helena Koller. - Rio de Janeiro. Conselho Federal de Psicologia. 2002. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/01/adolescencia1.pdf>. Acesso em: 09 de Outubro de 2020.

ROSSETI-FERREIRA, C. M., et al. **Acolhimento de Crianças e Adolescentes em Situações de Abandono, Violência e Rupturas**. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25 (2), 390-399. 2012. Disponível em: www.scielo.br/prc. Acesso em: 09 de Outubro de 2020.

SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão**: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. 8ª ed. Editora: Vozes. Petrópolis – RJ. 2008.

SCHULTZ, P. D; SCHULTZ, E. S. **Teorias Psicanalíticas**. Tradução da 9ª edição norte-americana. 1ª Edição Cengage do Brasil. 2010.

SILVA, M. S. E. **Acolhimento Institucional**: A maioria e o desligamento. Natal – RN. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humana, Letras e Artes. 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/17469/1/MarthaESS DISSERT.pdf>. Acesso em: 09 de Outubro de 2020.

WINNICOTT, W. D. **O Brincar e a Realidade**. 1ª Edição Rio de Janeiro: Imago Editora LTDA. 1975

Artigos

Comportamento informacional do agente decisor na escolha do curso superior na Faculdade de Paraíso do Norte – PR

Informational behavior of the decision agent in choosing the course of higher course at the Faculty of Paraíso do Norte – PR

Eric Duarte Campos¹; Sirlene Siqueira Alves²; Ilemar Christina Lansoní Wey Bertí³

¹Especialista em Finanças e Controladoria.

²Mestre em Desenvolvimento de Tecnologia.

³Doutora em Ciência da Informação.

✉ ericduartecampos@yahoo.com.br; sirlene.rh@gmail.com; ilemar.berti@gmail.com

Palavras-chave:

Comportamento Informacional.
Tecnologia.
Agente decisor.
Informação.

Keywords:

Informational Behavior.
Technology.
Decision-making agent.
Information.

Resumo

Com o desenvolvimento das tecnologias, o cenário político e econômico atual mudou, bem como as alternativas de educação superior, como é o caso do ensino à distância. Apesar disso, na região noroeste do Paraná observou-se que muitos alunos optam por se deslocar para uma cidade mais distante de onde moram para estudar, o que levou a seguinte questão: Por que estes estudantes se deslocam para outra cidade para estudar? A escolha feita pelos alunos da União Brasileira de Faculdades – UniBF, de Paraíso do Norte, no estado do Paraná, em cursar o ensino superior em uma cidade de aproximadamente 11.781 habitantes, conforme dados do IBGE no ano de 2010, chamou a atenção e neste sentido buscou-se, através do presente estudo, compreender o comportamento destes alunos na tomada dessa decisão. A pesquisa teve como objetivo compreender a busca e o uso da informação, por estes estudantes, para a tomada de decisão com base nas abordagens dos Estudos de Usuários de Informação. Trata-se de um estudo exploratório realizado por meio de survey, analisado com base na literatura da área da Ciência da Informação.

Resumo

With the development of technologies, the current political and economic scenario has changed, as have the alternatives of higher education, such as distance learning. Despite this, in the northwestern region of Paraná it was observed that many students choose to move to a more distant city from where they live to study, which led to the following question: Why do these students move to another city to study? The choice made by students of the Brazilian Union of Colleges - UniBF, from Paraíso do Norte, in the state of Paraná, to pursue higher education in a city of approximately 11,781 inhabitants according to IBGE data in 2010 drew attention and in this In this sense, it was sought through this study, to understand the behavior of these students in making this decision. The research aimed to understand the search and use of information by these students for decision making based on the approaches of the Studies of Information Users. This is an exploratory study carried out through a survey, analyzed based on the literature in the area of Information Science

1 INTRODUÇÃO

A ciência da informação tem como parte de suas várias vertentes o foco nos dados, nas fontes de informação e nos aspectos relacionados à sua busca, relevância e interveniência dessas fontes nos resultados apresentados. Compreender completamente o fluxo do início ao fim de uma informação pode ser uma tarefa complexa pois existem fontes classificadas como diretas, indiretas e pessoais, identificadas como intervenientes na tomada de decisão do usuário.

A informação é a principal fonte de subsídios para a tomada de decisão, (COHEN, 2002) quem não as possui para auxiliar suas decisões estará em desvantagem em relação às outras pessoas que possuem. A análise das alternativas de decisão, quando acompanhadas, parece ter um maior nível de incertezas, por não reproduzir como esperado o resultado decorrente da decisão tomada.

Desta forma, para este estudo, propôs-se identificar no processo de tomada de decisão os intervenientes, que segundo Choo (2006), é uma das “arenas estratégicas” de uso da informação menos estudadas no campo da ciência da informação, em comparação com as outras duas citadas pelo autor, “formação de sentido” (*sensemaking*) e “criação de conhecimento”.

Utilizou-se como modelo norteador o modelo processual, que foi desenvolvido, inicialmente, por Mintzberg, Raisinghani e Théorêt (1976), e que conforme Choo (2006), está entre os 4 (quatro) principais modelos de tomada de decisão do ponto de vista do fluxo e comportamento informacional dos decisores.

Beuren (2000) avalia as vantagens de se utilizar os modelos aplicados ao processo decisório, pois a visualização é simplificada, sendo assim possível de forma geral compreender as variáveis sem alterar a essência, além de auxiliar na identificação de possíveis relações entre os elementos. Embora o autor ressalte a necessidade de se ter certo cuidado no processo de simplificação, mencionada anteriormente, por poder gerar limitações na identificação de algumas variáveis em determinadas situações, serve como base para estabelecer parâmetros.

Por esta perspectiva, este artigo centrou-se em apenas um dos quatro modelos apresentados por Choo (2003), e desenvolvido primitivamente por Mintzberg, buscando verificar sua relação com a tomada de decisão na escolha dos alunos da União Brasileira de Faculdades – UniBF do local para sua graduação.

2 A TOMADA DE DECISÃO

No âmbito da Ciência da Informação, quem tem a prerrogativa da decisão é um usuário da informação, pois a comunicação e a apropriação da informação são os meios utilizados para a distribuição e transferência de dados, que são empregados pelos indivíduos conseguirem atingir seus objetivos, sejam eles tácitos ou práticos.

Segundo Gomes (2007), decisão é o processo que leva direta ou indiretamente à escolha de, ao menos, uma dentre diferentes alternativas, todas estas candidatas a resolver determinado problema. Já Mintzberg (1976) define decisão como comprometer-se para a ação, tornando o processo decisório um conjunto de ações e fatores dinâmicos.

Choo (2006) complementa este conceito, afirmando que as decisões são providas por uma necessidade de escolha, que resultará em determinado curso de ação. Portanto o processo de tomada de decisão pode ser entendido como um conjunto de ações e fatores, que têm início a partir da identificação de um estímulo (problema ou necessidade) para definir quem terminará com o compromisso ou execução da ação.

Herbert Simon (1976) afirma que os homens são racionalmente limitados: quando tentam ser racionais, o seu comportamento racional é limitado por suas capacidades cognitivas e por restrições que os envolvem. Consequentemente, ao tomarem suas decisões que podem envolver um alto nível de complexidade, adotam opções que trarão uma solução satisfatória a uma solução ótima.

Para se analisar este processo de tomada de decisão e compreendê-lo, é indicado aplicar alguns dos diferentes modelos existentes do processo decisório, cada um deles pertinente a uma determinada situação. Dentre os quais podemos elencar os quatro principais (Figura 1), baseado em Choo (2003): o modelo racional, o modelo processual, o modelo anárquico e modelo político.

Figura 1: Modelos de Tomada de Decisão: ambiguidade X incerteza

		AMBIGUIDADE/CONFLITO SOBRE OBJETIVOS	
		Baixa	Alta
INCERTEZA TÉCNICA	Baixa	<p>Modelo Racional</p> <ul style="list-style-type: none"> • Orientado para objetivos • Guiado por regras, rotinas e programas de desempenho 	<p>Modelo Político</p> <ul style="list-style-type: none"> • Objetivos e interesses conflitantes • Certeza sobre abordagens e resultados preferidos
	Alta	<p>Modelo Processual</p> <ul style="list-style-type: none"> • Orientado por objetivos • Múltiplas opções e soluções alternativas 	<p>Modelo Anárquico</p> <ul style="list-style-type: none"> • Objetivos são ambiguos • Processo para atingir os objetivos são obscuros

Fonte: Pereira (2011, p.44)

2.1 Modelo processual

Neste modelo são elucidadas as fases e os ciclos que subsidiam as atividades decisórias, aparentemente complexas e dinâmicas. Aparece inicialmente nos trabalhos de Mintzberg, Raisinghani e Théorêt (1976), que conseguiram discernir fases e rotinas que indicam uma estrutura subjacente aos processos decisórios. As questões-chave deste modelo, segundo Lousada e Valentim (2011), são: quais são as organizações que atuam nesse tipo de circunstância? Quais são as rotinas e procedimentos utilizados usualmente? Quais são as informações disponíveis? E quais são os procedimentos padrões utilizados nesses casos?

O modelo processual possui três principais fases decisórias: a identificação, o desenvolvimento e a seleção.

Na Identificação é possível reconhecer a necessidade de se tomar uma decisão, e assim também se reconhece a necessidade de uma informação. Em seguida, há a rotina de diagnóstico, que tenta compreender os estímulos que desencadeiam a decisão e as relações causais relevantes para a situação problema.

No desenvolvimento ocorre a busca e a criação de uma ou mais soluções plausíveis para a situação problema diagnosticada, que pode ser uma crise ou oportunidade.

Na seleção avaliam-se as alternativas e uma delas é escolhida (CHOO, 2003).

Como afirma Choo (2006), boa parte das decisões demandam uma fase de desenvolvimento, que consiste em rotinas de busca e rotinas de criação, sendo que nessa fase costuma-se consumir maior tempo

disponível, além de recursos econômicos e financeiros, pois na primeira rotina há busca por soluções já utilizadas, o indivíduo, e na outra rotina há uma procura por uma solução singular, que se adeque a própria realidade do indivíduo e assim possa tomar a decisão.

De modo geral o processo de desenvolvimento que se desdobra nas rotinas de busca e rotinas de criação tem o seu início no reconhecimento e diagnóstico do problema, pois a constatação leva ao desenvolvimento (figura 2), que permite encontrar uma ou mais soluções, que podem já ser conhecidas e testadas ou criar soluções customizadas, terminando com a avaliação e escolha de uma das alternativas aprovadas (CHOO, 2003, p. 367-368), ou seja, a tomada de decisão.

Figura 2: Processo de desenvolvimento



Fonte: Adaptado de Pereira (2011, p.37)

Diante do exposto, escolhemos este modelo para a realização da pesquisa, para verificar os motivos mais relevantes para os alunos em cursar uma faculdade após a conclusão do ensino médio, incluindo os processos para a escolha da instituição em questão, e dos cursos oferecidos pela mesma.

3 METODOLOGIA

Este artigo é resultado de uma pesquisa exploratória, cujo objetivo foi identificar os motivos pelo qual os alunos escolhem a UNIBF- União Brasileira de Faculdades em Paraíso do Norte-PR como local para realizar seus estudos, questão ainda não abordada sob a perspectiva informacional.

Para Gil (1999), a pesquisa exploratória tem como objetivo principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.

Segundo Zikmund (2000), os estudos exploratórios, geralmente, são úteis para diagnosticar situações, explorar alternativas ou descobrir novas ideias.

A abordagem deste artigo pode ser delineada como qualitativa. Para Triviños (1987), a abordagem de cunho qualitativo trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto, e nesse sentido, a pesquisa pôde ser classificada como levantamento de campo feito através de um *survey* eletrônico, disparado por *email*, usando a base de dados da coordenação dos Cursos de Ciências Contábeis, Administração e Processos Gerenciais.

Segundo Babbie (1999), a pesquisa por *survey* pode ser utilizada pelo pesquisador para identificar opiniões, valores, atitudes e percepções, e em tal caso, a tomada de decisão. A pesquisa empregou amostras não probabilísticas, por conveniência em seu artigo, em função das limitações de tempo e recursos, os quais foram selecionando sujeitos julgados como semelhantes e que estavam disponíveis. Perante o exposto, e levando-se em conta a seleção da amostragem não probabilística como estratégia de contato com os alunos, foram enviados 50 convites por *e-mail* para a realização da pesquisa. Posteriormente, decorrido o prazo destinado à coleta de dados, obtivemos 33 respostas.

4 APRESENTAÇÃO DE DADOS

A coleta de dados foi realizada entre os dias 29 e 31 de outubro de 2019. Na ocasião, foi desenvolvido um questionário, com perguntas fechadas para traçar o perfil dos participantes e para identificar o que motivou-os a escolher uma faculdade do interior para investir no curso superior.

Foram entrevistados alguns alunos da União Brasileira de Faculdades - UniBF, instituição localizada na cidade de Paraíso do Norte, interior do Paraná. Participaram da pesquisa 33 alunos dos cursos de Ciências Contábeis, Administração e Processos gerenciais (Tabela 1).

Tabela1 (Continua): Informações demográficas dos participantes

Curso que está cursando atualmente	Administração: 21,2% Ciências Contábeis: 75,8% Processos gerenciais: 3%
Gênero:	Feminino: 51,5% Masculino: 48,5%
Faixa etária:	17 a 21 anos: 48,5% 22 a 26 anos: 39,4% 27 a 31 anos: 9,1% 32 a 36 anos: 3,0% 37 a 41 anos: 0,0% Acima de 42 anos: 0,0%
Estado Civil:	Solteiro (a): 81,8% Casado (a): 15,2% Separado (a): 0,0% Divorciado judicialmente (a): 0,0% Viúvo (a): 3% União Estável: 0,0%
Possui filhos:	Não: 87,88% Possuo um: 6,06% Possuo dois: 6,06% Possuo três: 0,0% Possuo quatro ou mais: 0,0%
Quantas pessoas moram com você:	Sozinho: 0,0% 2 pessoas: 36,4% 3-4 pessoas: 54,5% 5-6 pessoas: 9,1% Mais de 7: 0,0%
Possui computador em casa:	Não: 12,1% Possuo um: 60,7% Possuo dois: 24,2% Possuo três: 3% Possuo mais que três: 0,0%
Possui acesso a internet no local onde reside:	Não: 0,0% Somente pelo celular: 12,1% Pelo celular e pelo computador: 87,9%
Possui Carro, moto em sua residência?	Não: 9,1% Possuo um: 42,4% Possuo dois: 30,3% Possuo três: 9,1% Possuo quatro ou mais: 9,1%

Tabela2 (continuação): Informações demográficas dos participantes

Você exerce alguma atividade remunerada:	Não: 15,2% Sim, em tempo parcial (até vinte horas semanais): 9,1% Sim, em tempo integral (mais de trinta horas semanais): 72,7% Sim, mas se trata de trabalho eventual: 3%
Qual sua renda familiar:	Até 2 salários mínimos: 24,24% De 2 a 4 salários mínimos: 63,64% De 5 a 6 salários mínimos: 9,09% Acima de 7 salários mínimos: 3,03%
Como você realizou seus estudos de Ensino médio ou equivalente:	Escola pública Municipal: 24,2% Escola pública Estadual: 60,6 % Escola pública Federal: 0,0 % Escola particular: 3,0% Parte em escola pública e parte em escola particular: 9,1% Supletivo ou Telecurso: 3%
É o seu primeiro curso superior?	Sim: 93,9 % Não: 6,1%
Se já possui curso superior, especifique:	Gestão empresarial, Sistema de Informação e Matemática.
Cidade onde reside:	Paraíso do Norte: 50,0% Cidade Gaúcha: 6,3% Rondon: 12,5% Querência do Norte: 3,1% Outras: 28,1%
Qual a sua procedência:	Zona Rural: 3,0 % Zona Urbana: 97,0 %

Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Neste contexto (Tabela 1) é observado que os testes foram realizados em turmas com faixas etárias variadas, sendo a maior parte 48,5% composta por alunos com menos de 21 anos, cursando a primeira faculdade. O público está dividido entre homens e mulheres, que cursam atualmente os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Processos Gerenciais, concentrando a maior parte da pesquisa com alunos do curso de Ciências Contábeis, totalizando 75,8% dos participantes. Destes, apenas uma baixa porcentagem, 6,1%, já possuía ensino superior nas áreas de Gestão Empresarial, Sistemas de Informação e Matemática.

Os alunos envolvidos são, em sua maior parte, solteiros, sem filhos, dividem a residência com 3 ou 4 pessoas, possuem algum tipo de veículo, exercem atividade remunerada e residem em Paraíso do Norte – PR (tabela1).

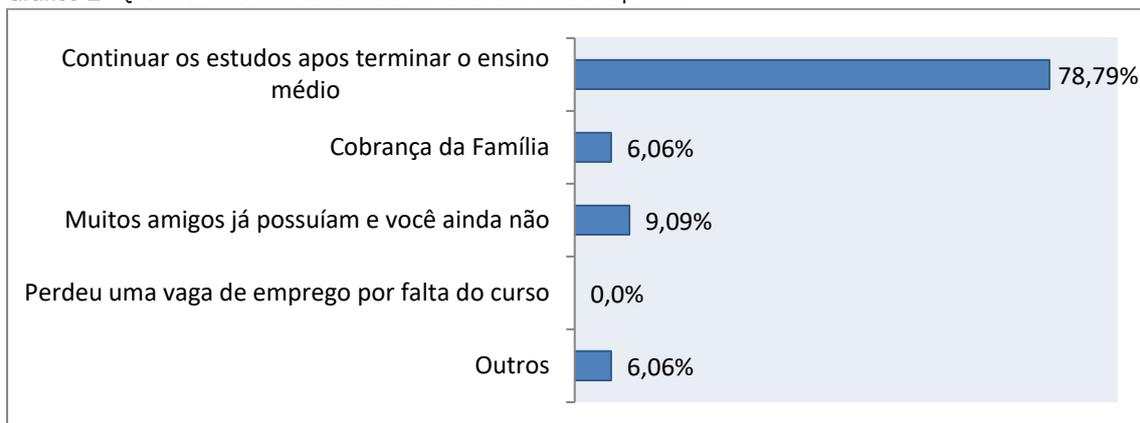
Todos os participantes possuem acesso a *internet*, seja pelo celular ou pelo computador, sendo que 87,9% possuem um ou mais computadores em casa, destacando que temos uma porcentagem de 12,1% que ainda não possui computador em sua residência (tabela 1).

A pesquisa ressalta que a maior parte dos alunos, um total de 90,8%, efetuaram o ensino fundamental e médio em escolas públicas municipais, estaduais e federais, sendo 9,1% em escolas particulares (tabela1).

Os participantes responderam questões que expressam a sua decisão na escolha do curso superior e, posteriormente, da faculdade de escolha para realização do mesmo.

O Gráfico 1 apresenta o que motivou o aluno a continuar seus estudos.

Gráfico 1 - Quando sentiu necessidade de fazer um curso superior?



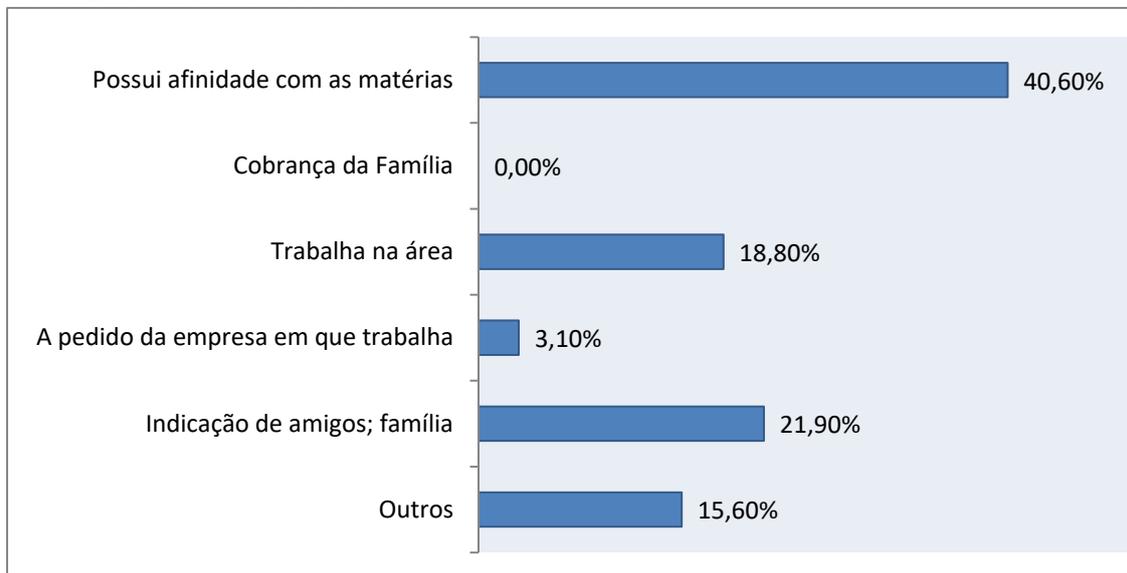
Fonte: elaborado pelos autores (2019).

A alternativa assertiva “outros” (Gráfico 1) foi acrescentada pelos participantes da pesquisa, como sendo como necessidade de fazer um curso superior por solicitação da empresa onde trabalha e para ter uma situação financeira melhor.

O resultado apresentado no Gráfico 1 destaca que maioria foi motivada a dar continuidade aos estudos após o término de ensino médio.

O Gráfico 2 apresenta a motivação que levou o aluno na escolha do curso.

Gráfico 2: Como escolheu seu curso?



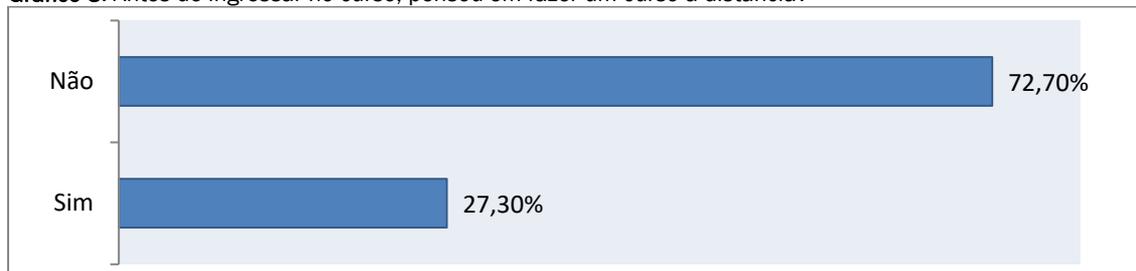
Fonte: elaborado pelos autores (2019)

Na opção “outros” (Gráfico 2) os participantes destacaram ter escolhido o curso superior porque já tinham feito um curso técnico na área e resolveram dar continuidade, e por sentirem vontade de trabalhar na área administrativa, escolhendo assim o curso de Administração, além de terem conseguido uma bolsa de estudo integral, identificando-se com o curso.

O Gráfico 2 mostra que ocorreu uma grande variação em relação à motivação dos alunos na escolha do curso, destacando-se a afinidade com as disciplinas, área de atuação e indicação de amigos e familiares.

Os participantes foram questionados sobre a opção de cursar à distância um curso superior, os Gráficos 3, 4, 5 e 6 mostram o interesse e motivação que possam ter despertado a vontade de realizar um curso a distância.

Gráfico 3: Antes de ingressar no curso, pensou em fazer um curso a distância?

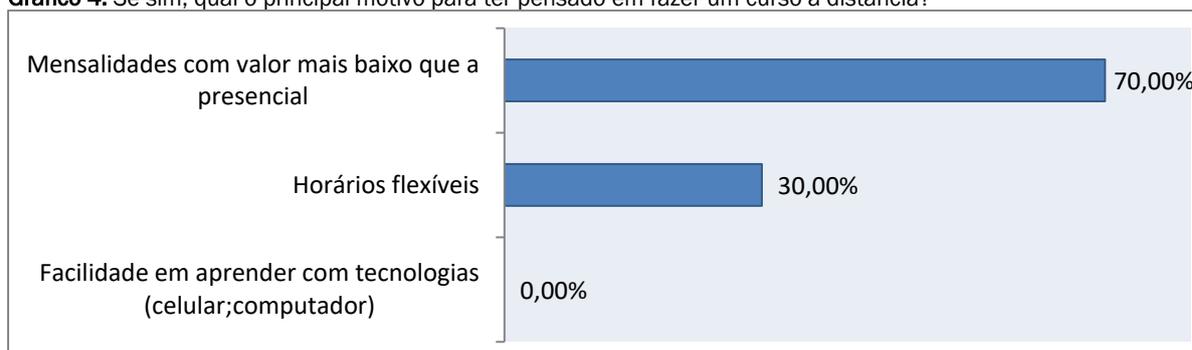


Fonte: elaborado pelos autores (2019)

Os resultados do Gráfico 3 apontam que pouco mais de $\frac{1}{4}$ dos alunos tiveram interesse em cursos a distância.

Ao responder as assertivas sim e não, os alunos complementaram com os motivos que fizeram pensar nessas hipóteses.

Gráfico 4: Se sim, qual o principal motivo para ter pensado em fazer um curso a distância?

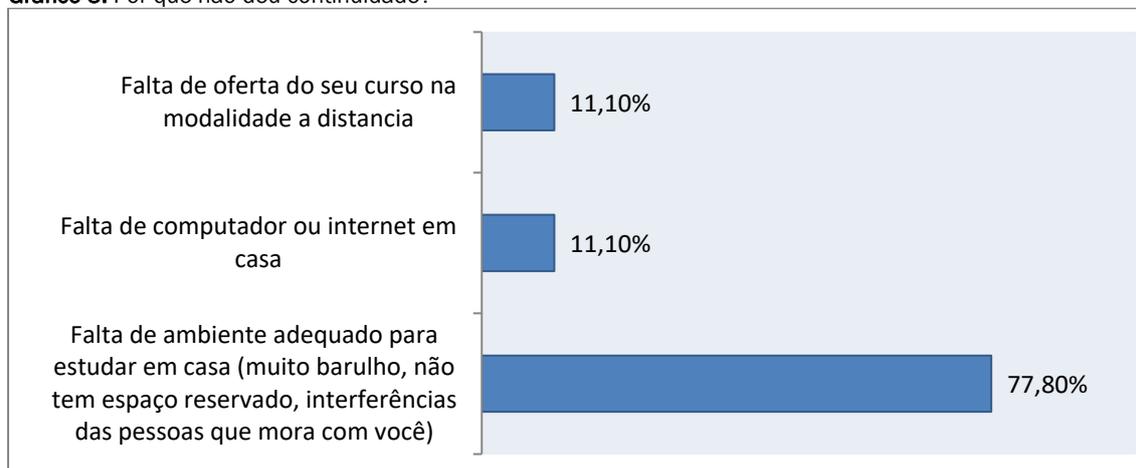


Fonte: Os autores (2019)

De acordo com os resultados obtidos, ao pensarem em ingressar em um curso superior à distância, 70% destacaram o valor baixo das mensalidades e 30% os horários flexíveis.

Destacando essas vantagens do Gráfico 4, os mesmos complementaram através do Gráfico 5 informando o motivo pelo qual não deram continuidade ao curso superior a distância.

Gráfico 5: Por que não deu continuidade?

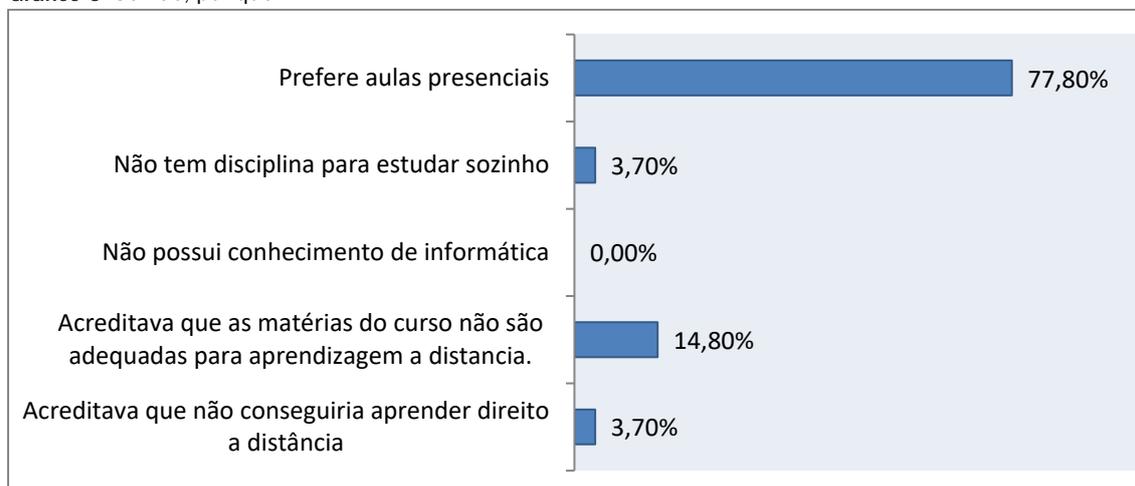


Fonte: elaborado pelos autores (2019)

Destacamos através dos resultados que as vantagens do baixo custo e dos horários flexíveis (Gráfico 4) não foram suficientes a todos, e o resultado do Gráfico 5 apresenta 77,8% dos alunos que participaram da pesquisa não deram continuidade ao estudo a distância pela falta de ambiente adequado para estudar em casa.

O Gráfico 6 apresenta os motivos pelos quais os alunos não escolheriam um curso a distância.

Gráfico 6: Se não, por quê?

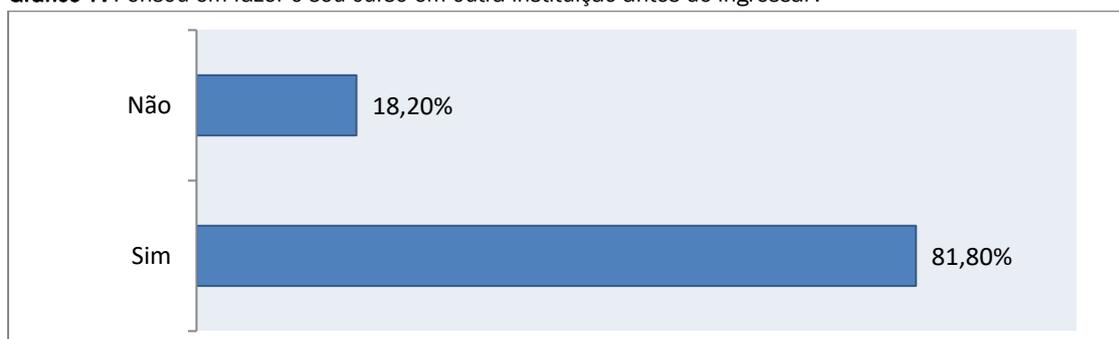


Fonte: elaborado pelos autores (2019)

Os resultados destacam-se pela preferência em aulas presenciais, motivando os alunos a não pensarem na possibilidade de um curso a distância.

O Gráfico 7 apresenta a análise dos alunos que pensaram ou em outras possibilidades de instituições de ensino antes de ingressar na faculdade.

Gráfico 7: Pensou em fazer o seu curso em outra instituição antes de ingressar?

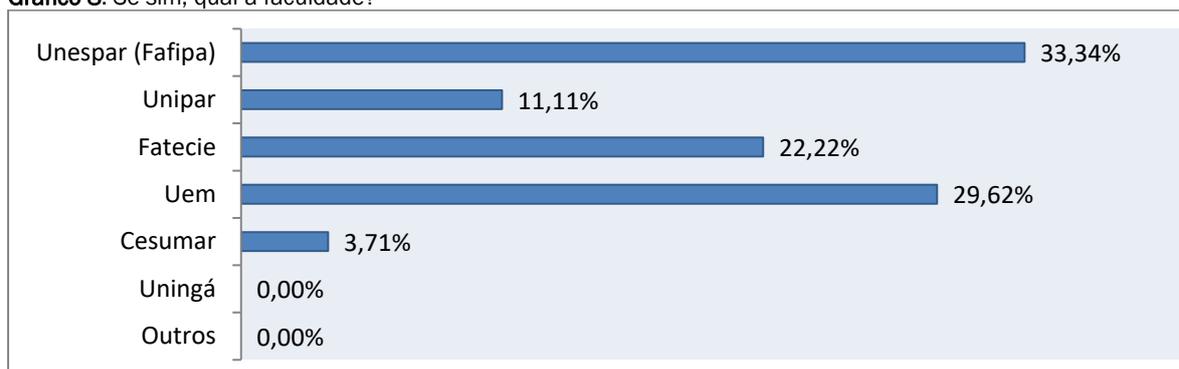


Fonte: elaborado pelos autores (2019)

Os resultados apresentam que 81,8% pensaram em realizar o curso em outra instituição.

O Gráfico 8 destaca as faculdades que os alunos cogitaram antes de decidir pela faculdade de Paraíso do Norte – PR.

Gráfico 8: Se sim, qual a faculdade?

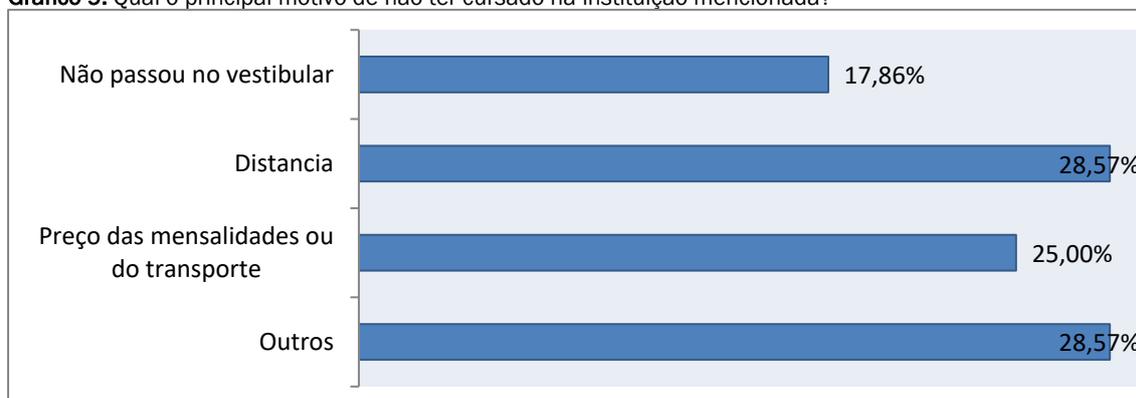


Fonte: elaborado pelos autores (2019)

Os resultados apontam que 62,96% dos alunos pensaram em cursar Unespar (Fafipa) e Uem, faculdades públicas da região, enquanto 37,04% já pensavam na possibilidade de ingressar em uma faculdade particular, entre elas Unipar, Fatecie e UniCesumar.

O Gráfico 9 apresentou os motivos que não levaram a cursar nas instituições mencionadas no Gráfico 8.

Gráfico 9: Qual o principal motivo de não ter cursado na instituição mencionada?

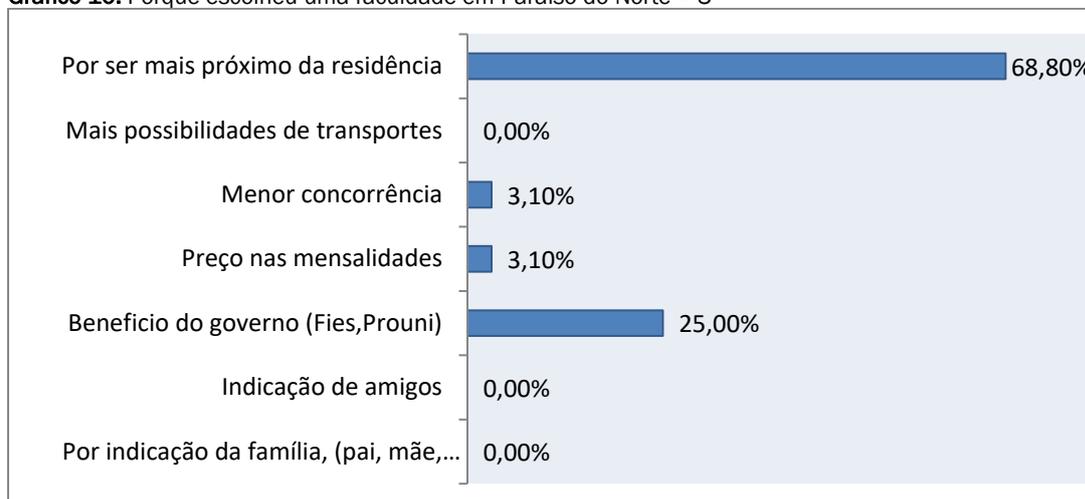


Fonte: elaborado pelos autores (2019)

Os motivos pelos quais não levaram os alunos a ingressarem nas faculdades pensadas anteriormente são diversos, e entre eles, a não aprovação no vestibular, a distância e o preço das mensalidades.

O Gráfico 10 destaca o ponto de escolha do nosso objetivo e a motivação que o aluno teve ao escolher a faculdade de Paraíso do Norte- PR.

Gráfico 10: Porque escolheu uma faculdade em Paraíso do Norte - 3

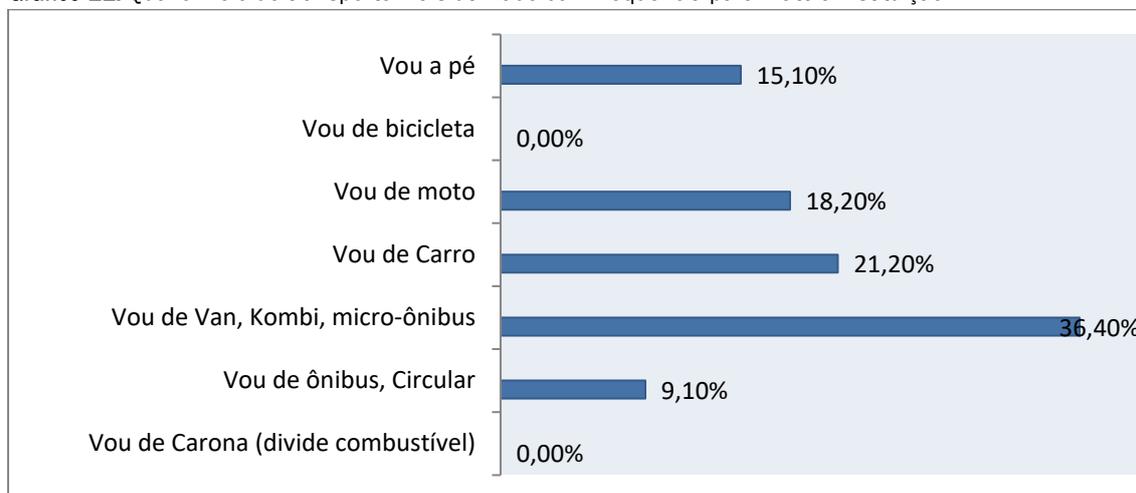


Fonte: elaborado pelos autores (2019)

O ponto forte da escolha destacou-se por ser uma faculdade próxima da residência e pelos benefícios oferecidos pelo governo federal, Fies e Prouni.

O gráfico 11 destaca os meios de transporte utilizados pelos alunos.

Gráfico 11: Qual o meio de transporte mais utilizado com frequência para ir até a instituição?

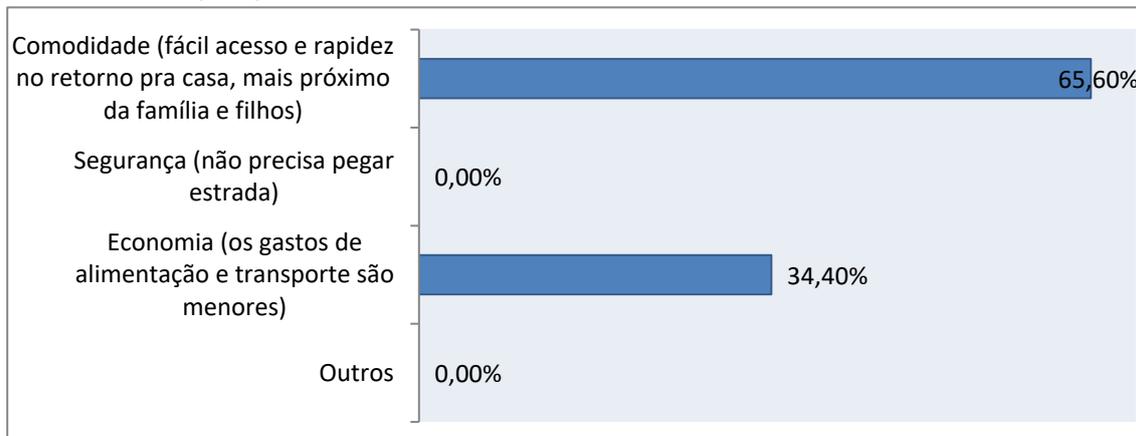


Fonte: elaborado pelos autores (2019)

Os resultados destacam as diversas opções que os alunos possuem para irem à faculdade.

O Gráfico 12 demonstra que o principal benefício em cursar faculdade em Paraíso do Norte é:

Gráfico 12: Qual o principal benefício em fazer a faculdade em Paraíso do Norte - PR?



Fonte: Os autores (2019)

Os resultados prevaleceram entre a comodidade e a economia de se chegar até a faculdade, o gráfico demonstrou a variedade de transportes que os alunos têm até o local de destino.

5 CONCLUSÃO

O objetivo do estudo, em compreender o comportamento dos alunos em sua busca pelo curso superior, foi realizada através da pesquisa respondida pelos alunos da União Brasileira de Faculdades – UniBF, faculdade localizada na cidade de Paraíso do Norte – PR, com atendimento para toda a região, e a faculdade conta com aproximadamente 170 alunos ativos entre os cursos: Bacharelado em Ciências Contábeis, Administração, licenciatura em Pedagogia e os Tecnólogos em Gestão Pública, Logística, Processos Gerenciais e Serviços Jurídicos.

Nota-se através dos resultados que a fase de identificação nos alunos pesquisados com a instituição ocorre entre a necessidade de fazer uma faculdade, e a consideração de alguns fatores, tais como a proximidade a sua residência, preço das mensalidades e a possibilidade de fazer uso de benefícios governamentais como Prouni e Fies. A faculdade para esses alunos, ao avaliar essas variáveis seria o caminho mais viável e natural a trilhar.

O que se segue após esta constatação é a fase de desenvolvimento, pois os discentes, mesmo pensando em outras modalidades de estudos, como o ensino a distância, e nenhum dos questionados dizendo que não possuía conhecimento de informática, 77% não optaram por esta modalidade por preferirem o modelo de ensino presencial, 14% deles acreditavam que as matérias ministradas não eram adequadas ao modelo EAD, 3,7% disseram não ter disciplina para estudarem sozinhos e outros 3,7% acreditavam que não aprenderiam direito no ensino a distância.

Como parte dos resultados da pesquisa, os respondentes avaliaram também a possibilidade de estudarem em outras instituições de ensino, e entre as faculdades públicas mais citadas estão a Universidade Estadual do Paraná UNESPAR localizada na cidade de Paranaíba-PR, distante 34 (trinta e quatro) quilômetros, a Universidade Estadual de Maringá, distante 100 (cem) quilômetros da atual cidade em que estudam, e outras opções de faculdades particulares mais distantes como a Universidade Paranaense Unipar, com campus em Paranaíba (34km), Cianorte (63km) e Umuarama(119Km). Por último, na fase de seleção, acabaram optando pela Faculdade em Paraíso do Norte – PR, pela proximidade da sua residência, visto que 50% dos alunos são locais, podendo chegar a 128km de distância para os alunos moradores de Querência do Norte, e também pelos benefícios gerados pelos programas do governo, como Fies e Prouni.

Com a aplicação metodológica foi possível a compreensão das fases de identificação, desenvolvimento e seleção para compreender como se deu a tomada de decisão na escolha do local e da instituição de ensino para cursar uma faculdade. A característica predominante dos alunos para determinar a escolha pela faculdade é a estrutura e a família, e em termos de transporte, 45,5% dependem de transporte pago como vans e circulares, 15% vão caminhando para a faculdade, e os demais 65,6% citam a proximidade da família e da residência, como fator preponderante para a tomada de decisão.

REFERÊNCIAS

- BABBIE, Earl. **Métodos de Pesquisas de Survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001,
- BEUREN, I. M. **Gerenciamento da informação: um recurso estratégico no processo de gestão empresarial**. São Paulo: Atlas, 2000.
- CHOO, C. W. **A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado construir conhecimento e tomar decisões**. São Paulo: SENAC, 2003.
- CHOO, C. W. **The knowing organization: how organizations use information to construct meaning, create knowledge, and make decisions**. 2ª Ed. New York: Oxford University Press, 2006.
- COHEN, M. F. **Alguns aspectos do uso da informação na economia da informação**. Ci. Inf., Brasília, v. 31, nº 3.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GOMES, L. F. A. M. **Teoria da Decisão**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.
- LOUSADA, M.; VALENTIM, M. L. P. **Informação orgânica como insumo do processo decisório empresarial**. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.) **Gestão da informação e do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação**. São Paulo: Polis: Cultura Acadêmica, 2008. 268p. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362011000100009. Acesso em: 30 novembro 2019.

MINTZBERG, H.; RAISINGHANI, D.; THÉORÊT, A. **The structure of "unstructured" decision processes.** Administrative Science Quarterly, Ithaca (NY), v. 21, n. 2, 1976.

PEREIRA, F. C. M. **Comportamento Informacional na Tomada de Decisão: Proposta De Modelo Integrativo.** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 2011.

SIMON, H. A. **Administrative Behavior: a Study of Decision-Making Processes in Administrative Organization.** 3ª Ed. Nova York: Free Press, 1976.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

ZIKMUND, W. G. **Business research methods.** 5ª Ed. Fort Worth, TX: Dryden, 2000.

Artigos

A realidade da inclusão de autistas no ensino regular

Reality of the inclusion of autism in regular education

Graziela Aparecida Pizolli¹; Noemia Aparecida Maidl²; Claudinéia Conationi da Silva Franco³

¹Graduada em Pedagogia, Faculdade UniBF

²Graduada em Pedagogia, Faculdade UniBF

³Professora de curso superior, Faculdade UniBF, Doutora em Biologia Celular e Molecular- PBC – UEM

✉ graziescritora@hotmail.com; noemiamaidl@outlook.com; clauconationi@gmail.com

Palavras-chave:

Desafios.
Inclusão.
Autismo.
Família.
Ensino Fundamental.

Resumo

A inclusão, a falta de espaço físico adaptado, professores e equipe pedagógica não atualizados estão presentes nas escolas de ensino regular, e geram desafios diários no processo ensino aprendizagem. O presente artigo tem como objetivo mostrar a importância de pensar na inclusão e buscar informações para que haja maior conscientização por parte da família, do aluno e da escola. Como recurso metodológico foi utilizado a pesquisa de campo, de natureza descritiva, em que relata algumas considerações sobre o dia-a-dia da inclusão escolar discutidos na revisão de literatura. A pesquisa foi desenvolvida a partir de questionários respondidos pela Secretária de educação Professora Marcilene Orlando Vandal, diretores (as) e coordenadores (as) de quatro instituições, sendo duas escolas de Educação Infantil e duas do Ensino Fundamental. Através dessa pesquisa entende-se que as escolas não estão totalmente preparadas e que há um longo caminho a percorrer para que o aluno com autismo ou outra deficiência seja atendido, tenha seus direitos respeitados nas instituições de ensino regular e se desenvolvam de forma satisfatória.

Abstract

Inclusion, lack of adapted physical space, teachers and pedagogical staff that are not updated are present in regular schools and generate daily challenges in the teaching-learning process. This article aims to show the importance of thinking about inclusion and seeking information so that there is greater awareness on the part of the family, the student and the school. As a methodological resource, field research, of a descriptive nature, was used, in which it reports some considerations about the day-to-day of school inclusion discussed in the literature review. The research was developed from questionnaires answered by the Education Secretary Professor Marcilene Orlando Vandal, principals and coordinators of four institutions, two of which are Early Childhood Education and two elementary schools. Through this research it is understood that schools are not fully prepared and that there is a long way to go for students with autism or other disabilities to be served, to have their rights respected in regular education institutions and to develop satisfactorily.

Keywords:

Challenges.
Inclusion.
Autism.
Family.
Elementary School.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente inclusão nas escolas é uma realidade que está em evidência. Existem vários tipos de deficiências e necessidades especiais. Nesse artigo descreve-se sobre o Autismo, pelo fato de haver poucos professores capacitados para atender as necessidades de alunos autistas e conseqüentemente há

marginalização, quando se refere ao processo de ensino aprendizagem e limitação na convivência com os demais alunos em sala.

A escolha do tema abordado deu-se por conhecer o processo da inclusão do aluno autista na escola regular da rede pública e suas contribuições, pois, o ensino inclusivo é um direito conquistado e dever da sociedade aceitar e cumprir as leis que o garantem.

O problema em estudo é como saber se as escolas de ensino regular e seus professores estão preparados para receber alunos autistas? Se os professores reconhecem a importância do seu papel no desenvolvimento de seu aluno autista? E se a comunidade escolar consegue identificar as necessidades do aluno autista?

Até então as escolas têm realizado inclusão através de medidas facilitadoras, tais como, professoras de reforço, salas de aceleração e ainda se percebe a necessidade da atuação dos profissionais qualificados. Na inclusão, não é a criança que se adapta à escola, mas a escola que para recebê-la e deve-se transformar a cada dia de acordo com as necessidades de seus alunos.

Diante dessa perspectiva os profissionais de educação precisam estar atentos às características de seus alunos, suas limitações e buscar entender suas deficiências para contribuir com seu aprendizado.

A educação nas escolas inclusivas deve ser vivenciada individualmente na sala de recursos e de forma coletiva na sala de ensino comum.

Sendo assim, o processo educacional reduz a marginalização do aluno na escola por suas diferenças e necessidades, como também pela sociedade. Uma contribuição na vida acadêmica e social.

Portanto, o objetivo desse trabalho é descrever o que é autismo, identificar suas características e necessidades para ajudar o aluno portador dessa deficiência em seu desenvolvimento e fazer uma análise sobre a inclusão, através de pesquisa, no Município de Paraíso do Norte-Pr, para obter informações sobre a quantidade de alunos com o diagnóstico de Autismo na rede pública de ensino infantil e fundamental, bem como, qual a proposta pedagógica é utilizada nesse processo de ensino e aprendizagem.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Breve Histórico sobre o autismo

O autismo tem evidência nas discussões sobre inclusão no nosso país. É uma das deficiências mais presentes na escola de ensino regular e, portanto, merece uma atenção específica. A palavra *autismo* deriva do grego *autos*, que significa *voltar-se para si mesmo*. A primeira pessoa a utilizá-la foi o psiquiatra austríaco Eugen Bleuler para se referir a um dos critérios adotados em sua época para a realização em um diagnóstico de Esquizofrenia. Estes critérios, os quais ficaram conhecidos como “os quatro ‘A’s de Bleuler, são: alucinações, afeto desorganizado, incongruência e autismo. A palavra referi-se à tendência do esquizofrênico de *ensimesmar-se*, tornando-se alheio ao mundo social – fechando-se em seu mundo, como até hoje se acredita sobre o comportamento autista. (COMPORTE-SE, 2010).

Segundo Cavalcante e Rocha (2007):

Na década de quarenta, em plena Segunda Guerra Mundial, Leo Kanner, psiquiatra naturalizado americano, propôs uma nova síndrome na psiquiatria infantil que denominou a princípio de “distúrbio autístico do contato afetivo” e depois de “autismo” [...]. A criação desse novo quadro nosográfico deveu-se, segundo Kanner, à sua observação clínica de algumas crianças que não se enquadravam em nenhuma das classificações psiquiátricas existentes na psiquiatria infantil: a demência precoce, a esquizofrenia infantil e a oligofrenia. (CAVALCANTE; ROCHA, 2007, p. 23)

O dia 2 de abril foi instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2008 como o Dia Mundial de Conscientização do Autismo. O autismo é uma síndrome que afeta vários aspectos da comunicação, além de influenciar também no comportamento do indivíduo, o que torna o diagnóstico impreciso, pois o comportamento dos pacientes varia de indivíduo para indivíduo. Dessa forma, estima-se que o Brasil, com seus 200 milhões de habitantes, possua cerca de dois milhões de autistas. Contudo, apesar de numerosos, os milhões de brasileiros autistas ainda sofrem para encontrar tratamento adequado, o que retarda o diagnóstico e um possível tratamento. Apesar de o autismo ter um número relativamente grande de incidência, foi apenas em 1993 que a síndrome foi adicionada à Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial da Saúde. (OLIVEIRA, 2018).

Apesar dessas informações o número de pessoas autistas no Brasil é desconhecido, pois a base é relacionada aos números de outro país. O Brasil adota números do autismo dos Estados Unidos, onde a doença atinge uma em cada 110 crianças. (QUEBRANDO TABU, 2018).

No fim dos anos 1980, uma a cada 500 crianças era diagnosticada com autismo. Hoje, a taxa é uma a cada 68. O significativo aumento chamou atenção até da ONU, que classificou o distúrbio como uma questão de saúde pública mundial. Até meados dos anos 1990, para ser considerada autista, a criança precisava não interagir socialmente nem se comunicar. Depois foi considerado que ela precisava ter alguma alteração na qualidade da comunicação e da interação social em comparação com outras da mesma idade. Com isso, houve uma expansão no diagnóstico. Um dos principais problemas é o diagnóstico do transtorno. Como ainda não há marcadores biológicos e exames específicos para o autismo, o diagnóstico é clínico feito por meio de observação direta de comportamentos e uma entrevista com pais ou responsáveis. (QUEBRANDO TABU, 2018).

2.2 Conhecer e identificar o autismo

Segundo Cavalcante e Rocha (2007):

Metáforas terríveis que circunscreveram o imaginário teórico e clínico e que acompanha tanto os familiares quanto aqueles que trabalham com essas crianças: “tomadas desligadas”, “conchas”, “fortalezas vazias”, “carapaças”, “ovo”, “buraco negro”, são as metáforas que geralmente definem o autismo. Definições pelo déficit, pela ausência de desejo, de fantasia, de relação com o mundo e com a vida, quase como um ser subjetividade, ou pelo menos sem semelhança de subjetividade que permita um mínimo de positividade. (CAVALCANTE; ROCHA, 2007, p. 12).

Por mais que haja diversas pesquisas sobre o tema, uma diverge da outra, há em meio à literatura várias classificações sobre o autismo, dentre elas a de Cavalcante e Rocha que deposita alguns atributos como: “[...] seres sem desejo, incapazes de fantasiar, que não estabelecem relações com o meio [...]”. (CAVALCANTE; ROCHA, 2007, p.14). Devido essa dificuldade de aproximação faz com que entender o autismo seja algo tão complexo e varia de indivíduo para indivíduo, pois cada um tem suas particularidades e seu desenvolvimento afetivo e cognitivo é diferente de um para o outro de acordo com o meio e o estímulo recebido durante seus primeiros anos de vida. (CAVALCANTE; ROCHA, 2007).

O autismo surge normalmente nos primeiros anos de vida e atinge a comunicação, a interação social, a imaginação e o comportamento, além de ter dificuldades em entender o outro e os sentimentos alheios. Essa condição vai até a adolescência e a vida adulta do indivíduo. São muito complexos os comportamentos dos indivíduos autistas e isso faz com que o diagnóstico seja dificultado e até atrasado. Dentre as diversas classificações e pesquisas, a mais divulgada no meio científico e que traz maior clareza é a do livro do MEC - Tendências e Desafios da Educação Especial:

Autismo é a síndrome presente desde o nascimento e se manifesta invariavelmente antes dos 30 meses de idade. Caracteriza-se por respostas anormais a estímulos ou visuais, e por problemas graves quanto à compreensão da linguagem falada. A fala custa a aparecer, e quando isto

acontece, notam-se ecolalia, uso inadequado dos pronomes, estrutura gramatical imatura, incapacidade de usar termos abstratos. Há também, em geral, uma incapacidade na utilização social, tanto na linguagem verbal como da corpórea. Ocorrem problemas muito graves de relacionamento social antes dos cinco anos de idade, como incapacidade de desenvolver contato olho a olho, ligação social e jogos em grupos. O comportamento é usualmente ritualístico e pode incluir rotinas anormais, resistência a mudanças, ligação a objetos estranhos e um padrão de brincar estereotipado. A capacidade para pensamento abstrato simbólico ou para jogos imaginativos fica diminuída. A performance é com frequência melhor em tarefas que requerem memória simples ou habilidade viso espacial, comparando-se com aquelas que requerem capacidade simbólica ou linguística. (SEESP, 1994, p. 16).

A pessoa com autismo, como outras deficiências, tem seus direitos assegurados na lei de nº 12,764/12. Conforme Cunha (2014):

A Lei nº 12.764/12 caracteriza a síndrome como uma deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação social, manifestada por dificuldade de comunicação verbal e não verbal, reciprocidade social e dificuldades para se desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento. Além disso, o texto da lei ressalta os padrões restritivos e repetitivos de comportamentos da pessoa com autismo, manifestados por atividades motoras ou verbais estereotipadas ou por comportamentos sensoriais incomuns, apego a rotinas e interesses restritos e fixos. (CUNHA, 2014, p. 20).

O autismo pode ser classificado como leve, moderado ou severo, sendo a última a forma a mais grave do transtorno. Com base na revisão de literatura foram constatados quatro quadros de autismo sendo eles: Síndrome de Asperger, Autismo Atípico, Transtorno de Rett e Transtorno Desintegrativo da Infância.

2.2.1 Síndrome de Asperger

Síndrome de Asperger é um transtorno neurobiológico enquadrado dentro da categoria Transtornos do neuro desenvolvimento, de acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V). Afeta a forma como as pessoas percebem o mundo e interagem com outras pessoas. Pessoas com Síndrome de Asperger veem, ouvem e sentem o mundo de forma diferente de outras pessoas, possuem inteligência média ou acima da média, geralmente não têm dificuldades de aprendizagem que muitas pessoas autistas têm, mas podem ter dificuldades específicas de aprendizagem em relação a fala eles têm menos problemas, mas ainda podem ter dificuldades em entender e processar a linguagem, ou seja dificuldade em interpretar linguagem verbal e não verbal como gestos ou tom de voz. Outro ponto importante é que a Síndrome de Asperger pode ser diagnosticada tardiamente em crianças, quando comparado a outros espectros do autismo. Algumas dificuldades podem não ser reconhecidas e diagnosticadas até a idade adulta. (VITUDE BLOG, 2018).

2.2.2 Autismo Atípico

O Autismo Atípico também conhecido como Transtorno Invasivo do Desenvolvimento, sem outra especificação (PDD-NOS) é outro transtorno do espectro do autismo, que não mais realiza um diagnóstico oficial separado no DSM-V. Em vez disso, profissionais de saúde mental irão diagnosticar esses indivíduos com autismo de alto funcionamento ou de baixo. O autismo atípico envolve algumas, mas não todas as características clássicas de autismo. As pessoas diagnosticadas com PDD-NOS podem lidar com a linguagem ou as habilidades sociais e comportamentos repetitivos, mas eles não podem encontrar desafios em todas as três áreas. Esta desordem difere de Síndrome de Asperger por causa das habilidades linguísticas. Além disso, algumas pessoas com PDD-NOS podem ter atrasos de linguagem. (ATEC, 2018). Esta categoria deve ser usada quando existe um comprometimento grave e global do desenvolvimento da interação social, da comunicação verbal e não verbal e a presença de estereotípias de comportamentos, interesses e atividades. Enquanto algumas das características podem ser mais leves, outros podem ser mais graves. (CUNHA, 2014).

2.2.3 Transtorno de Rett

É proveniente de causas desconhecidas e com severa deficiência mental. O Transtorno de Rett é relatado até o momento apenas em crianças do sexo feminino. Ocorre pelo desenvolvimento progressivo de múltiplos específicos, após um período de funcionamento normal durante os primeiros meses de vida. Possui severo prejuízo no desenvolvimento da linguagem, expressiva e receptiva, aliado a uma grave deficiência mental e psicomotora, além da probabilidade da incidência de convulsões. (CUNHA, 2014).

2.2.4 Transtorno Desintegrativo da Infância

É mais raro que o autismo, com sintomas semelhantes ao de Rett, mas incidindo predominantemente em meninos e geralmente acompanhado de deficiência mental. No período em que antecede ao quadro, a criança pode se tornar irrequieta, irritável, ansiosa e hiperativa. Ocorre o empobrecimento e perda da fala e da linguagem, acompanhado por desintegração do comportamento. (CUNHA, 2014).

Dentro do comportamento autista há uma variação intensa, dependendo do desenvolvimento e da idade cronológica do indivíduo. Assim o autista pode apresentar uma capacidade impressionante em algumas atividades específicas e dificuldades em outras. (CUNHA, 2014).

2.3 Escolas, o professor, a família e a inclusão

2.3.1 A escola

O Transtorno do Espectro Autista por apresentar diversas dificuldades do desenvolvimento humano, necessita do trabalho comprometido de todos os profissionais envolvidos com a educação e principalmente da dedicação e empenho dos seus familiares. A escola inclusiva é um importante fator para o relacionamento social e desenvolvimento das habilidades de todos os educandos que necessitam da mesma. Quanto às necessidades educativas especiais apresentadas pelo autismo, também é considerado deficiência por lei e tem direito de fazer uso de todos os benefícios que a inclusão oferece na rede regular de ensino. (CUNHA, 2014).

Segundo Cunha (2014):

A atuação dos profissionais da escola é muito importante, sendo que muitos casos de autismo foram percebidos primeiramente no ambiente escolar. Na escola, devem-se utilizar o afeto e os estímulos peculiares do aluno para conduzi-lo ao aprendizado, porque, na educação, quem mostra o caminho é quem aprende e não quem ensina. (CUNHA, 2014, p. 29).

Em nossa constituição, os direitos da pessoa com deficiência estão espalhados ao longo de todo o seu texto, desde o preâmbulo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), ora tutelando a pessoa com deficiência como ser humano (nisto em igualdade com as demais pessoas) ora especificando sua condição como pessoa com deficiência. Além da Constituição, os direitos da pessoa com deficiência também são referidos por leis e decretos federais, estaduais e municipais. (ARNS, 2008).

A LEI N° 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (LDB) dispõe no Art. 58, sobre a educação especial que para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

No Estatuto da Pessoa com Deficiência do Direito à Educação, Lei N° 06/2003 de 06 de dezembro de 2006 Art. 36, dispõe que a educação é direito fundamental da pessoa com deficiência e será prestada visando o desenvolvimento pessoal, a qualificação para o trabalho e o preparo para o exercício da cidadania. No Art. 37 afirma que é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade

assegurar a educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão escolar. (BRASÍLIA, 2008).

De acordo com SEESP (1994, p.26) “Antes de chegar à sala de aula, o aluno é avaliado pela supervisão técnica, e o seu caso discutido com a coordenação pedagógica, com vistas a inseri-lo num grupo adequado, considerando sua idade cronológica, sua idade de desenvolvimento e nível de comportamento”.

Quando se fala em inclusão, logo vem à memória o aluno com deficiência, porém há outros personagens nesse contexto que precisam ser pensados e trabalhados. São os colegas de classe desse aluno. A interação das diversidades é importante, mas se faz necessário conscientizar os alunos e acompanhar esse processo com todos os envolvidos na da instituição. “Por funcionarem em escolas de ensino regular, é dada atenção especial à sensibilização dos alunos, funcionários e comunidade escolar, fornecendo informações básicas sobre quem são e como se comportam esses alunos [...]”. (SEESP, 1994, p. 26).

Um dos papéis da escola é firmar uma relação de diálogo e troca de informações sobre o aluno que está sendo incluso. Para tanto se faz necessário mudanças de postura tanto da escola como da família. “Quando a escola assumir a competência de orientar e apoiar a família do aluno, poderá almejar um trabalho conjunto, que poderá surgir através da mudança de postura do próprio aluno e da aproximação da família”. (PICCHI, 2002, p. 95).

2.3.2 O professor

Professores capacitados para trabalharem com crianças autistas e/ou portadores de necessidades educacionais especiais, desempenham papel decisivo no processo de inclusão do aluno que apresenta esta síndrome. Mais uma vez, faz-se necessário a participação dos pais na escola, pois juntos, esses dois espaços sociais, de convívio frequente do aluno autista, conseguem estabelecer diálogo e encontrar medidas para uma educação positiva do aluno autista. Ou seja, os pais precisam e devem cobrar das escolas, onde os seus filhos autistas estão inseridos, por professores capacitados que possam atender e contribuir com o desenvolvimento da criança autista. (SEESP, 1994).

Na concepção da SEESP (1994):

Educar uma criança autista é uma experiência que leva o professor a rever e questionar suas ideias sobre o desenvolvimento, educação, normalidade e competência profissional. Torna-se um desafio descrever o impacto dos primeiros contatos entre este professor e estas crianças tão desconhecidas e, na maioria das vezes, imprevisíveis. (SEESP, 1994, p. 22).

Diante disso é importante ressaltar a importância da interação entre o professor, o aluno e a família, pois é através de um diálogo entre os meios que o professor começa a conhecer, elaborar estratégias para atender o aluno especial e atender suas necessidades. Isso facilita o convívio do aluno no meio em que está inserido. (CANZINI, 1985).

“O resultado do relacionamento do professor com o aluno e sua família é permitir que o mesmo saiba que na vida sempre há um lugar para todos e fazer com que cada criança com deficiência encontre seu lugar”. (CANZINI, 1985, p. 67).

Essa relação do professor com o aluno autista é conquistada aos poucos, através da paciência, da observação e do amor envolvido. É um processo lento, mas rico em experiências tanto para o professor como para o aluno. (CUNHA, 2014).

2.3.3 A família

É importante ressaltar que a inclusão é muito difícil para a família. Uma mistura de medo e insegurança que rodeiam a mente dos pais, que na verdade só gostaria de colocá-la em um casulo e cuidar. Mas é necessário que a criança autista tenha contato com o mundo e vença seus próprios limites. (PASSOS, 2009).

Passos (2009) afirma que:

Estamos passando pela problemática do “estigma” e da discriminação em pleno século XXI. As crianças e jovens especiais vêm acumulando uma carga psicológica para si juntamente com seus familiares, que passam a ter “necessidades especiais”, eles necessitam de orientações e principalmente do acesso a grupos de apoio. Na verdade, são eles que intermediarão a integração ou inclusão de seus filhos junto à comunidade. A proposta é encorajar instituições a se debruçar sobre a questão e usar meios de inserção e não de exclusão. (PASSOS, 2009, p. 67).

A família tem um papel fundamental na inclusão de seus filhos e por isso precisa de uma atenção especial, para que haja uma interação entre família/escola. As duas precisam estar juntas nesse processo, ou seja, uma dando suporte a outra. “Escolas regulares, que possuem tal orientação inclusiva, constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos [...]”. (PASSOS, 2009, p. 30).

O que na prática é bem diferente, o que os alunos autistas vivem nas escolas regulares é um quadro bem diferente. Os alunos normalmente ocupam cadeiras em sala de aula, os professores acabam por eles mesmos excluindo seus alunos das atividades e não oferecendo uma opção relativa à sua necessidade, tudo porque os professores não receberam formação específica, onde são levantados e discutidos temas sobre as diversidades humanas valores e princípios dentro do aspecto de sistemas educacionais inclusivos. (PASSOS, 2009).

Passos (2009) afirma ainda ser:

[...] importante que os professores tomem ciência do diagnóstico e do prognóstico do aluno com necessidades educacionais especiais, entrevistem pais ou responsáveis para conhecer todo o histórico de vida desse aluno. A fim de traçar estratégias conjuntas de estimulação família e escola, peçam orientações e procurem profissionais como psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, que estejam ou que já atenderam estes alunos, solicitando relatórios e avaliações, e pesquise várias técnicas, métodos e estratégias de ensino, em que variáveis como o desenvolvimento físico, sobretudo as experiências sociais estejam presentes. (PASSOS, 2009, p. 79).

Cada segmento da sociedade tem um papel importante no desenvolvimento do aluno e precisam ser esclarecidas algumas dúvidas em relação a esse papel. Uma relação de respeito precisa ser construída entre os envolvidos. É o que afirma Picchi (2002):

Consideradas e respeitadas às necessidades educacionais especiais de um aluno, seus pais e demais familiares devem assumir seus papéis como corresponsáveis do programa a ser desenvolvido. Necessário se faz sensibilizá-los, fortalecê-los para serem inseridos no programa educativo, pois além de serem elementos facilitadores para o bom desenvolvimento do aluno, são os que o conhecem melhor e serão, com certeza, os primeiros beneficiados quando de sua independência e melhoria no convívio familiar e social. (PICCHI, 2002, p. 95).

O tema inclusão precisa primeiro ser discutido e repensado na família, pois antes de ser aceito pela sociedade é a escola que o receberá. Ele precisa ser aceito por sua própria família que ajudará a escola a cumprir seus objetivos.

2.3.4 A inclusão

Educação inclusiva trata-se de um trabalho em que a escola se adapta ao indivíduo que se busca incluir e não o contrário. Isso deve ficar bem claro para a sociedade em que a escola esteja inserida. (BRASÍLIA, 1994).

Quanto ao conceito de integração escolar o livro do MEC- Política Nacional de Educação Especial declara ser um:

Processo gradual e dinâmico que pode tomar distintas formas de acordo com as necessidades e habilidades dos alunos. A integração educativa escolar refere-se ao processo de educar ensinar, no mesmo grupo, a crianças com e sem necessidades educativas especiais, durante uma parte ou na totalidade do tempo de permanência na escola. (BRASÍLIA, 1994, p. 18).

A sociedade em sua maioria ainda tenta *camuflar* o preconceito do convívio, tentando de todas as formas comprovarem que os deficientes devem viver em *bolhas*, isolados do convívio social. No entanto, com o avanço da divulgação sobre a inclusão e o papel da sociedade frente à mesma, essa visão de discriminação e pensamento de incapacidade é deixada de lado. (PASSOS, 2009).

Ao falar sobre a educação inclusiva com enfoque no *Transtorno do Espectro Autista*, não está abordando-se apenas um mero desejo, pois a mesma é um direito do autista e de seus familiares e um dever da escola, a qual a família busca usufruir (PASSOS, 2009).

Passos (2009) relata:

Movimentos nacionais e internacionais têm buscado o consenso para a formação de uma política de integração e de educação inclusiva, sendo que seu ápice foi a Conferência Mundial de Educação Especial, que contou com a participação de 88 países e 25 organizações internacionais em assembleia geral, na cidade de Salamanca, na Espanha, em junho de 1994. (PASSOS, 2009, p. 29).

Que a escola de ensino regular não pode recusar a matrícula de aluno portador de algum tipo de deficiência, isso todos já sabem, mas o que fazer quando a escola para não recusar, acaba deixando de lado a qualidade por não ter suporte profissional para atender tal especificidade? É um fator que precisa ser analisado e é confirmado por Passos (2009, p. 68) quando descreve que “Segundo a UNESCO os esforços para conceder acesso à educação a todas as crianças deixaram de lado a qualidade de ensino provida nas escolas. [...] e o acentuado despreparo dos professores para trabalharem com estas populações, especialmente as economicamente desfavorecidas”.

Dentro da Coletânea da Legislação Referente aos Direitos da Pessoa portadora de deficiência ressalta: “A lei, por si só, não tem o condão de alterar a realidade social. O que pode modificá-la, isto sim, é o exercício dos direitos nela previsto”. (CURITIBA, 1997, p. 03). Ou seja, cada cidadão deve fazer-se da lei para exigir seus direitos. Ela por si só não tem poder algum. A realidade social e inclusiva depende de cada indivíduo e suas atitudes perante os desafios que enfrentam. Ainda pela Coletânea:

Uma sociedade inclusiva tem, em seus alicerces, a crença de que todas as pessoas têm direito à participação ativa nas relações sociais contribuindo de alguma forma para o seu desenvolvimento. No processo de inclusão, busca-se dissipar barreiras e estigmas consolidados em relação a grupos marginalizados socialmente, do qual fazem parte os portadores de deficiência. (CURITIBA, 1997, p. 7).

São as leis, com necessidades de serem conhecidas, que têm a garantia do desenvolvimento de um deficiente, pois se o conhecimento é construído socialmente, então nenhum ser humano deve ficar isolado, mesmo que precise de um tempo maior para aprender.

3 METODOLOGIA

Diversas são as modalidades de pesquisa que se pode aplicar para mostrar de forma clara o caminho metodológico utilizado para a realização da pesquisa. De acordo com Vergara (2006) uma pesquisa pode ser dividida quanto aos meios e quanto aos fins.

A coleta de dados foi realizada através de uma entrevista em forma de questionário para obtenção das informações pertinentes a discussão do tema.

Segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 139) “pesquisa é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”.

Para tanto foram realizadas entrevistas com profissionais na área da educação do município de Paraíso do Norte: secretária de Educação Marcilene Orlando Vandal em um primeiro momento e logo após com diretoras e coordenadoras da rede municipal infantil, sendo duas Escolas de Educação Infantil e duas do Fundamental.

Na entrevista foi questionada a opinião de cada profissional sobre o tema inclusão, além de perguntas relacionadas ao desenvolvimento da escola quanto ao aluno com deficiência desde a matrícula até ao direcionamento pedagógico do mesmo, além de informações como a quantidade de alunos dentro do processo de inclusão e qual as deficiências mais comuns detectadas nas escolas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da pesquisa realizada com a Secretária de Educação do município de Paraíso do Norte, Marcilene Orlando Vandal percebe-se que o tema inclusão é pensado e dado atenção no Ensino Fundamental de Paraíso do Norte, pois quando se perguntou sobre a opinião da mesma referente à inclusão é relatado que a preocupação maior é atender esses alunos com deficiência, promovendo a inclusão de forma responsável, onde se valorize as diferenças. Ao questionar como se dá o atendimento dos alunos com deficiência dentro das instituições de ensino foi relatado que as deficiências intelectuais são atendidas na modalidade de educação especial e que ao ingressarem no ensino regular há um acompanhamento de uma psicóloga e a criança é atendida no contra turno e se for o caso de uma necessidade de atendimento mais especializado o caso é levado para a secretaria de saúde que passa também a fazer um acompanhamento.

Por fim a entrevistada informa que o maior desafio dentro do processo de inclusão é não ter avançado de forma satisfatória no atendimento especializado, bem como, currículo adaptado e formação continuada direcionada a esse tipo de atendimento, sendo a formação de professores pouco eficaz.

O papel da secretária de educação do município de Paraíso do Norte é importante no processo de inclusão de alunos com deficiência, pois a partir dela o trabalho é direcionado e fiscalizado. Assim através dessa pesquisa foi constatado que o município de Paraíso do Norte tem como premissa o processo de inclusão e como relatado ainda sofre com a falta de capacitação e mecanismos que facilitem e qualifiquem o ensino e aprendizagem. Para averiguar como o processo da inclusão ocorre nas instituições, na prática do dia a dia e para sanar dúvidas foi pedido à secretaria de educação uma autorização para realizar várias entrevistas com diretores (as) e ou coordenadores (as) das instituições de ensino, seja educação infantil e/ou ensino fundamental.

Com base na pesquisa foi constatado que todos os entrevistados têm entre quatro e dez anos de atuação na área de direção e coordenação escolar. Ao perguntar aos entrevistados se ao matricular o aluno autista ou com algum tipo de deficiência se é disponibilizado o diagnóstico do mesmo, todos os entrevistados declararam que sim e quando questionado o porquê, foi relatado por todos que o diagnóstico serve como um ponto de partida para que se possa realizar um acompanhamento e atendimento desse aluno segundo suas necessidades e ao mesmo tempo acompanhar sua evolução. Ao perguntar se a escola considera importante o acesso ao diagnóstico, todos responderam que o diagnóstico facilita o trabalho da equipe pedagógica, permitindo que seja direcionado de forma específica ao aluno e também facilita na conscientização dos professores frente ao desafio da inclusão do aluno.

Ao indagar sobre a realidade da escola pública e tendo base na Lei N° 06/2003 de 06 de dezembro de 2006, foram perguntados quais as maiores dificuldades da escola em cumprir o seu papel, assim sendo, à falta de adequações no ambiente, quantidade de aluno em sala, conscientização por parte dos professores e capacitação foram as dificuldades mais citadas pelos entrevistados.

Na entrevista também foi questionado sobre os tipos de deficiência que atualmente se tem nas escolas e quais as práticas pedagógicas utilizadas para atender esses alunos. Como resposta percebe-se que a maior parte das deficiências são: Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Autismo e deficiência auditiva, sendo que em apenas uma instituição se encontra a maior parte de alunos com deficiência e é a única que possui sala especial. Percebe-se, que o autismo está entre as três deficiências mais encontradas na rede regular de ensino de acordo com a pesquisa realizada na cidade de Paraíso do Norte. Portanto é uma realidade que precisa sim ser discutida e analisada. Também se faz necessário analisar que dentre as deficiências citadas não foi citada a deficiência visual e motora, indicação de que a inclusão no município pesquisado, não abrange todas as deficiências, apenas as consideradas mais leves, visto que inclusive o autismo em destaque foi considerado em grau leve.

Entre as práticas pedagógicas citadas pelos entrevistados estão o atendimento com a equipe pedagógica e profissionais especializados como: psicólogos, fonoaudiólogos e psicopedagogos, além de recursos como sala especial, de apoio e recurso e em uma única instituição foi citado atendimento ao Centro de Atendimento aos Surdos (CAS). Outro ponto citado que deve ser destacado foi à adaptação curricular entre o professor de sala comum e o da sala de recursos, que é um fator muito importante dentro do processo de inclusão, afinal não é só a inclusão social, mas incluir o aluno como um todo através de aprendizagem satisfatória para o mesmo.

Quando é questionado se a escola possui recursos tecnológicos que facilitem o desenvolvimento do aluno com deficiência apenas uma instituição citou ter computadores e notebook, porém não especificou se estes equipamentos são adaptados para tais deficiências atendidas na instituição. As demais afirmaram não ter equipamentos tecnológicos específicos e que os alunos fazem uso de equipamentos comuns a todos, indicação de aprendizagem comprometida. Questão esse preocupante, pois há informações científicas que afirmam ser os recursos tecnológicos importantes no processo de inclusão e que ajuda o aluno a se desenvolver tanto socialmente como fisicamente, pois facilita o diálogo, a movimentação e a interação com os demais alunos.

Para concluir a pesquisa, foi perguntado se a escola fornece aos professores capacitação profissional, se a família tem um atendimento especial e como é a relação família/escola. A resposta foi unânime, a secretaria de educação do município oferece formação continuada, porém não específica na área e que o professor é que tem que buscar a sua formação. A escola oferece materiais. Em relação aos pais são feitas reuniões com a equipe pedagógica e quando necessário com a equipe de profissionais de apoio, como relatado, psicólogos, fonoaudiólogos e psicopedagogos. Na relação família/escola, citada por todos

os entrevistados uma boa relação e que há troca de informações e auxílio para que a família faça parte do processo de inclusão.

5 CONCLUSÃO

A realização dessa pesquisa possibilitou concluir que os desafios da inclusão vão além do que muitos imaginam. Ao considerar as respectivas leis que tratam do assunto parece ser bem claro, mas na prática é bem diferente. Há falta de informação e os desafios da inclusão estão presentes na escola. Os pais, os alunos e o ensino regular não estão preparados para receber os alunos com autismo e outras deficiências também.

A pesquisa de campo realizada para obtenção de dados consistentes exemplifica o que foi discutido na revisão literatura, em que os desafios são vários, as soluções ainda são utopia e ainda há um caminho longo a ser percorrido.

Através das informações coletadas é possível constatar que a inclusão dentro do município em estudo não está eficaz. Conforme relatado nas entrevistas, o atendimento não é satisfatório e precisa ser melhorado e adaptado de forma que o aluno possa ser atendido com respeito, qualidade e se desenvolva dentro do seu aspecto físico e intelectual que permitam oportunidades na sociedade competitiva e individualista.

Dessa forma, a inclusão é uma luta diária que a família e os alunos sofrem devido o descaso por parte do ensino regular em função da ausência de profissionais especializados. Os desafios da inclusão de alunos com autismo no ensino regular estão presentes em todos os segmentos da sociedade e para entender é preciso aceitar a inclusão como algo real e importante.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Thamires. QUEBRANDO TABU. Disponível em: <https://quebrandotabuadocao.com.br/2017/07/24/casos-de-autismo-sobem-para-um-a-cada-68-criancas-especialistas-explicam/>. Acesso em: 21 março 2018.

ARNS, Flávio. **Direitos da pessoa com deficiência: conhecer para exigir**. (Organização Elizabety Aparecida Pereira e Ivanilde Maria Tibola). Brasília: Senado Federal, Gabinete do Senador Flávio Arns, 2008.

ATEAC. Disponível em: <http://ateac.org.br/tipos-de-autismo/>. Acesso em: 09 abril 2018.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **Tendências e Desafios da Educação Especial**. Organizadora Eunice M.L. Soriano de Alencar. Brasília: SEESP, 1994. 263 p.

_____. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial: livro 1/MEC/SEESP**. Brasília: a Secretaria, 1994. 66 f.

CANZINI, Maria de Lourdes B. **Educação Especial: visão de um processo dinâmico e integrado**. Curitiba. EDUCA - Editora Universitária Champagnat da Universidade Católica do Paraná, 1985. 108 p.

CAVALCANTE, Ana Elizabety; ROCHA, Paulina Schmidtbauer. **Autismo: construções e desconstruções**. 3. ed. rev. São Paulo: Casa do psicólogo, 2007. (Coleção Clínica psicanalítica/ dirigida por Flávio Carvalho Ferraz).

COMPORTE-SE. Disponível em: <https://www.comportese.com/2010/09/autismo-um-breve-historico>. Acesso em: 27 fevereiro 2018.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e Inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família**. 5.ed. Rio de Janeiro: Wak, 2014.

ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. **Projeto de Lei do Senado Federal- PLS n.º 06/2003**. Aprovado no Senado Federal, dia 06/12/2006. Em tramitação na Câmara dos deputados - Projeto de Lei- PL n.º 7,699/2006. Brasília. DF. 2008.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Carolina. QUEBRANDO TABU. Disponível em: <http://www.usp.br/espacoaberto/?materia=um-retrato-do-autismo-no-brasil>. Acesso em: 21 março 2018.

PICCHI, Magali Bussab. **Parceiros da Inclusão Escolar**. São Paulo: Arte e Ciência, 2002. 115 p.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2006.

VITUDE BLOG. Disponível em: <https://www.vittude.com/blog/sindrome-de-asperger/2017>. Acesso em 20 março 2018.

Artigos

Os direitos e deveres das crianças: Contribuição da ação formativa, política e consciente

Gilmara Belmiro da Silva¹, Ercília Maria Angeli Teixeira de Paula², Verônica Regina Müller³

¹Aluna não-regular do Programa de Pós-graduação em Educação da UEM. Trabalho escrito da disciplina Infância e Educação Social, do curso Doutorado em Educação.

²Professora doutora e membra do Programa de Pós-graduação em Educação da UEM – Maringá.

³Professora doutora e membra do Programa de Pós-graduação em Educação da UEM - Maringá.

✉ gilmarabel@yahoo.com.br

Palavras-chave:

Direitos.
Deveres.
Crianças.
Adolescentes.
Família.
ECA.

Resumo

Os direitos e deveres das crianças e adolescentes no Brasil é amparado pelo Estatuto da Criança e Adolescente (BRASIL, 1990) e tem suscitado o interesse de trabalhar e discutir essa lei na sociedade, nas instituições que atendem a crianças e adolescentes, no contexto familiar e ambientes de educação e socialização das crianças. Essa ação de formação foi solicitada como avaliação final de uma disciplina ministrada no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM) no ano de 2020. O objetivo deste artigo é fazer um descritivo de como os direitos sociais das crianças podem ser abordados, junto as crianças, de maneira simples e prática, com vistas a oportunizarem as mesmas o entendimento de direitos da infância. O trabalho desenvolvido foi composto de duas partes: uma de fundamentação teórica e outra de descritivo da intervenção prática que foi realizada. A intervenção prática foi realizada em 3 atividades semanais durante três semanas. Os encontros eram relativos à temática os direitos e deveres das crianças, no qual participaram duas crianças com idades de 8 e 9 anos. As atividades estavam voltadas a promoção de músicas, brincadeiras e artes visuais e muitas rodas de conversas. Foi possível perceber que as crianças demonstraram o espírito crítico e curioso, bem como criatividade e habilidade nas atividades realizadas, reafirmando o pressuposto de que as crianças são ávidas por conhecimentos e repletas de possibilidade, e que conseguem, se bem planejado, entenderem-se como sujeitos de direitos.

1 INTRODUÇÃO

Uma das grandes demandas no campo do atendimento as crianças e adolescentes hoje, por muitos pesquisadores, professores e defensores dos direitos humanos, diz respeito a assegurar seus direitos e deveres. Uma sociedade em que os direitos são poucos respeitados, muitas vezes, as crianças e adolescentes não conseguem ter suas identidades e a autonomia necessária para que conheçam e exijam seus direitos. Quem já não ouviu a frase “criança tem que obedecer”, exatamente por que ainda é considerada um ninguém por muitos olhares. Estudos realizados durante a disciplina “Tópicos Especiais: Infância e Educação Social” do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM/PR) demonstram a carência de estudos e ações no sentido de problematizar e potencializar as crianças sobre o conhecimento de seus direitos e deveres.

A humanidade caminha a passos, ora largos, ora curtos, rumo ao moderno, e nesse processo procura suprir suas necessidades intelectuais, culturais, econômicas, políticas e religiosas. Com a educação não

acontece um processo diferenciado. A educação enquanto um *locus social* também apresenta suas demandas e não é diferente na Educação Social, descrita por Natali (2016) que apresentou em sua pesquisa o surgimento, formação e da Educação Social no Brasil e destacou que as demandas para a educação ocorrem nas necessidades e emergências do contexto e realidade das pessoas. É necessário que o educador social proponha uma prática educativa que o humanize e instrumentalize para a transformação de suas necessidades reais.

Durante essa caminhada a humanidade vai criando e reelaborando necessidades, as quais são resultados da vida em sociedade e das relações sociais que os homens estabelecem entre si e com a natureza. Segundo Vàsquez (1968, p. 142) “[...] o homem, portanto, não é apenas um ser de necessidades, mas sim o ser que inventa ou cria suas próprias necessidades”.

Uma dessas necessidades, diz respeito a formação, a apropriação de conhecimentos, pelo cidadão para saiba e consiga viver um pouco mais dignamente em sociedade.

O entendimento que uma sociedade tem sobre alguns conceitos, como o de infância e de criança, é uma dessas necessidades, pois o modo como as pessoas enxergam seus cidadãos, inclusive a criança, é fundamental para isso. Reafirmamos a postura de Bego (2015), ao afirmar que a infância e a criança não são mais consideradas como uno, e sim em suas variabilidades e heterogeneidade.

Ainda corroboramos com Frota (2007, p151) quando esta afirma que:

As diferentes concepções existentes sobre a criança na contemporaneidade ocidental, portanto, são peças imprescindíveis para comporem um quadro geral sobre a infância atual e necessitam serem conhecidas e compreendidas dentro do contexto no qual foram produzidas. Tais saberes, de diferentes disciplinas e origens teóricas, devem ser convidados ao diálogo, produzindo frutos que podem ser ricos e oferecerem novos e variados elementos para ajudarem na compreensão da infância na pós-modernidade.

Desta maneira, é fundamental, principalmente nos espaços sociais e escolares, dialogar com crianças e adolescentes e promover ações que oportunizem as mesmas, o entendimento do que se configura como direitos e deveres, de como elas podem ser protegidas legalmente, de como uma lei pode ajudá-la a crescer como cidadã de direitos e deveres.

No entanto, ainda há muito o que ser feito, principalmente no plano da conscientização e execução de trabalhos nos espaços escolares e não escolares, junto as crianças e adolescentes no sentido de conhecimento sobre as políticas públicas para a infância, principalmente sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) a função do Conselho Tutelar, bem como das Redes de proteção e outros serviços criados e disponibilizados para crianças e adolescentes, haja visto, que por falta de conhecimento ou receio de posicionamento político, muitos professores e educadores, preferem a inercia a discutir e apresentar tal proposta às crianças. Para Bego (2015, p.79)

No entanto, mesmo com esses acordos de liberdade e participação social, os números acentuam que há enorme disparidade de violação de direitos na categoria infância, e também é preocupante e necessário reflexões acerca do que vem desumanizando o contexto de nossas crianças e adolescentes.

Como atividade de formação, orientada durante a disciplina da pós graduação, dentro da temática de direitos e deveres das crianças, de como elas se posicionam diante de questões relacionadas aos direitos, foi solicitada a realização de atividades de intervenção junto a crianças e ou adolescentes, cuja problemática fosse a discussão e apresentação sobre os direitos das crianças e o documento Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990)

Como intervenção, foram realizadas atividades sobre os direitos das crianças, com os dois filhos da aluna¹ da disciplina. As atividades foram realizadas na casa da aluna pois o Brasil estava em tempo de pandemia de Coronavírus e isolamento social. Portanto, as atividades práticas da disciplina com as crianças foram realizadas em contextos que os alunos tivessem acesso e que não prejudicassem a vida das pessoas. Neste trabalho, foram realizadas, portanto, atividades com duas crianças- uma de gênero masculino e outra, feminino, de 8 e 9 anos, que serão identificados como um gatinho A e uma gatinha B, em virtude de estarmos em distanciamento social, tudo desenvolvido e planejado a partir do olhar delas. Foram realizados 3 encontros onde a temática foi abordada e aplicada. Os resultados serão descritos nos capítulos posteriores.

2 AS INFÂNCIAS E AS SOCIEDADES: POSSIBILIDADES E LIMITES SOCIAIS

Pensar a sociedade nos permite refletir em suas várias vertentes, no entanto faremos aqui um recorte no campo educacional, mais especificamente, no âmbito das políticas públicas educacionais para as infâncias. Nas concepções de infâncias que temos hoje, as crianças ocupam um lugar no espaço das discussões que diz respeito a elas, mas nem sempre são ditas a elas. Políticas educacionais² são elaboradas para assegurar a essa criança pequena ser tratada como sujeito de direitos e partem dos adultos que a circundam, não escutando as crianças sobre o que pensam e suas opiniões a respeito dos seus direitos e deveres.

No campo de compreensão da infância estaremos nos reportando aos estudos iconográficos de Ariès (2006) para subsidiar a temática. Os estudos desse teórico chegaram ao Brasil traduzidos na década de 1970 e ele se tornou ícone de pesquisa para todos que se propõem a estudar a infância. Nesse campo de discussão não é possível não abordarmos tal perspectiva pois para compreendermos as ações educacionais hoje, temos que nos reportar ao passado para embasar nossas atuais conjunturas.

Para Ariès (2006), o conceito infância é histórico e fruto da modernidade, assim, o modo como entendemos a infância hoje, deve ser analisada no contexto atual, de modo que seja também problematizadora, pois visualizamos no cotidiano cruel das ruas e das vivências que muitas de nossas crianças não tem infância, deixam de serem crianças e não sabem que são sujeitos de direitos.

A história da infância e das políticas se articula ao percebermos que a criança não é mais um infante e sim um sujeito de direito.

De acordo com Ariès (2006, p.17), “até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. [...] é mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo”. Por características como essa a discussão sobre quem era a criança tardou a ser foco das pesquisas e discussões no mundo dos adultos, uma vez que a criança era percebida como um adulto em miniatura, muitas vezes representada, nas gravuras, com deformidades e descaracterização.

O conceito de infância somente começou a ser sistematizado pelos homens a partir do século XIII, por meio das artes e da iconografia se estendendo até o século XVII. Os principais vestígios e registros, porém dessa temática, são mais significativos no final do século XVI e durante o século XVIII.

¹ Gilmara Belmiro da Silva

² Dentre as Políticas Educacionais podemos citar o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 (Lei n. 8069 de 1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (Lei n. 9.394 de 1996), Ensino Fundamental de Nove Anos (Lei n. 11.214 de 2006 e Lei n. 11.114 de 2005), e a Lei da obrigatoriedade da matrícula na Educação Básica aos 4 anos (Lei n. 12.796 de 2013)

Várias políticas, diretrizes e reformas educacionais para as infâncias no Brasil são resultados diretos ou indiretos de grandes debates e mobilizações intelectuais, que mesmo tendo um discurso neoliberal, se efetivaram no cenário brasileiro.

De acordo com Molina e Lara (2005, p. 15) transformaram “as perspectivas dos direitos das crianças, garantidos pela legislação, em perspectivas de necessidades”. Muitas vezes, direitos básicos da criança recebem uma conjuntura política local de cunho e viés assistencial, como por exemplo, o direito que a criança tem de estar inserida na instituição escolar na faixa etária de primeiros meses a 4 anos de idade. Muitas vezes, um direito que é dela, está atrelado a condições de trabalho da mãe, ou seja, prioriza-se, às vezes, o direito de acesso e permanência na instituição escolar, somente se a progenitora ou responsável, comprovar vínculo empregatício, mas desconsidera que o direito é dela e não do adulto. Outra situação, muito comum entre alguns professores e educadores infantis de redes municipais, que não compreendem a educação da criança como um direito da criança e não da mãe - mulher trabalhadora, é a indagação de que a progenitora deixa a criança na instituição e fica ociosa o dia todo. Portanto, no Brasil, ainda existe a falta de conhecimento e de compreensão de que o direito é da criança.

As crianças devem ser amadas, cuidadas e protegidas dentro das famílias, nas instituições que cuidam delas, nas escolas em diferentes contextos. O cuidado com as crianças é uma corresponsabilidade entre família sociedade e Estado. Além de ser uma questão de afetividade e respeito, também é legal, pois segundo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL. 1990, art. 5º, p.1)

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

A instituição escolar, professores e equipe gestora e administrativa, devem ter o entendimento da lei e garantir o cumprimento efetivo dos direitos.

As possibilidades já estão dadas, estão materializadas em forma de leis e políticas públicas para a infância e para a criança, pois foram historicamente produzidas e duramente conquistadas por aqueles que lutam em prol das crianças e adolescentes neste país. Os limites ainda são muitos, como descumprimento da própria lei, falta de conhecimento por parte de pais, responsáveis, professores e sociedade como um todo, mas o mais relevante limite a ser transposto, é o do não conhecimento dos direitos pela própria criança e adolescente, ainda há que se romper esta parede que insiste em se colocar entre a criança e o direito.

2.1 Direitos e conquistas das infâncias, crianças e adolescentes no Brasil

No avanço da caminhada houve um momento em que o mundo parou para pensar nas crianças como serem privados de políticas que assegurassem as mesmas condições de segurança, de educação, de identidade e de proteção tais como a Declaração Universal dos Direitos da Criança de 1959 e a Convenção Mundial dos Direitos da Criança de 1989 tendo como argumento principal o acesso à educação nos primeiros anos de vida, uma vez que a educação é um direito social.

Por meio da Declaração Universal dos Direitos da Criança, promulgada pela Organização das Nações, de 1959, preconizou-se que a criança passaria a ser considerado um sujeito de direitos, um cidadão. O princípio 1 do documento assegura que “[...] A criança gozará todos os direitos enunciados nesta Declaração. Todas as crianças, absolutamente sem qualquer exceção, serão credoras destes direitos, sem distinção ou discriminação por motivo de raça, cor, sexo, língua[...].

Diante desse novo quadro mundial, o Brasil, que também participou desse evento, iniciou um processo de elaboração de leis que assegurassem esse direito, ou seja, passou-se, a sociedade brasileira, a

considerar as crianças sujeitos de direitos específicos, tais como Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990 (BRASIL, 1990), a Convenção sobre os Direitos da Criança (BRASIL, 1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996 (BRASIL, 1996), o Plano Nacional de Educação de 2001 (BRASIL, 2001) e o Plano Nacional de Educação de 2014 (BRASIL, 2014).

Como a temática é ampla, foi realizado neste artigo um breve resgate da legislação que asseguram os direitos das infâncias no Brasil a partir da década de 1980 até a política mais recente de reestruturação da educação nacional que se consolida no documento Plano Nacional de Educação – Lei 13.005, de 2014 (BRASIL, 2014). Com exceção das universidades, professores da educação básica, conselheiros e militantes que defendem as políticas dos direitos das crianças e adolescentes, a sociedade ainda tem pouco conhecimento dos documentos que regem a educação dentro de um tempo cronológico de dez anos de vigência e que subsidiam as políticas educacionais do nosso país. Essas discussões são necessárias para que se consolidem cada vez mais tais ações políticas, principalmente em âmbito municipal, espaço onde se realizam as políticas públicas para a educação das infâncias.

As políticas públicas que asseguram os direitos sociais dos cidadãos brasileiros postulam assegurar direitos que são próprios de uma nação. Ao tratarmos das infâncias e das crianças brasileiras, percebemos que as políticas que asseguram seus direitos são sempre alvo e campo de atuações políticas e institucionais. Garantir que os direitos das crianças sejam assegurados é uma necessidade urgente e necessária, visto que mesmo que legalmente possuem vez e voz, nem sempre são ouvidas por si só. Ainda são necessárias muitas pessoas militando para defender a infância e seus direitos e promover diferentes espaços de escuta e participação das crianças e adolescentes,

A Humanidade levou muitos séculos para compreender que as crianças pequenas não eram adultos em miniatura, versões pequenas dos adultos, e sim humanos com características únicas que as classificavam como crianças que dependiam dos adultos para sobreviverem. Neste sentido Heywood (2004, p. 10)

Não se tem notícia de camponeses ou artesãos registrando suas histórias de vida durante a Idade Média, e mesmo os relatos dos nobres de nascimento ou dos devotos não costumavam demonstrar muito interesse pelos primeiros anos de vida (...). De forma semelhante, durante o período moderno na Inglaterra, as crianças estiveram bastante ausentes na literatura, fossem o drama elizabetano ou os grandes romances do século XVIII. A criança era, no máximo, uma figura marginal em um mundo adulto.

A história nos revela que as condições precárias de higiene e saúde desencadeavam a morte prematura das crianças frágeis, mas que não causava alarde por parte de muitos adultos.

Os bebês abaixo de 2 anos, em particular, sofriam de descaso assustador, com os pais considerando pouco aconselhável investir muito tempo ou esforço em um “pobre animal suspirante”, que tinha tantas probabilidades de morrer com pouca idade. (HEYWOOD, 2004, p.87).

Salienta-se mais uma vez que mesmo que a sociedade brasileira, ainda não tenha se desprendido totalmente da associação entre direito e assistência, reforçamos que as políticas de direito das crianças e dos adolescentes se configuram como um direito pátrio, independente de idade e condições sociais. De acordo com Kramer (1988, p. 199), ao estudar as políticas da educação infantil, na década de 1980, considerava que as políticas de atendimento à infância eram:

[...] voltadas, quando muito, para a liberação das mulheres para o mercado de trabalho ou direcionar a uma suposta melhoria do rendimento escolar posterior, essas ações partem também de uma concepção de infância que desconsiderava a sua cidadania e desprezava os direitos sociais fundamentais capazes de proporcionar às crianças brasileiras condições mais dignas de vida.

Em 20 de novembro de 1989, aconteceu em Portugal um grande evento no que diz respeito aos direitos das crianças. Foi realizada a Convenção Sobre os Direitos da Criança, promovida pela ONU- Organização das Nações Unidas. Com este documento novos horizontes se abriram na caminhada de luta pelos direitos das crianças menores de 18 anos, como preconiza o documento.

O Brasil, a partir deste documento, regulamentou e elaborou um documento muito importante nesta luta, fruto dos movimentos sociais em defesa da criança e dos adolescentes, de pesquisadores, políticos e profissionais que defendem os direitos das crianças e adolescentes. Em 1990, foi elaborada a lei n. 8.069 que estabeleceu o Estatuto da Criança e do Adolescente. Um documento fundamental para assegurar o direito destes cidadãos pequenos. (BRASIL, 1990)

O artigo 2º (BRASIL, 1999, p.1) desta lei, estabelece o padrão de idade, para legitimar o entendimento sobre criança e adolescente. No Brasil, assim, de acordo com o artigo, “considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”. A partir deste marco histórico, a militância em prol dos direitos e deveres das crianças se fortaleceu, mas ainda são necessárias muitas discussões para avançar nas conquistas dos direitos desses cidadãos.

Neste cenário nos cabe indagar: Todas as crianças têm direito a vivência das suas infâncias? Todas as crianças sabem que têm direitos e deveres? Todas as infâncias são iguais? Na tentativa de responder a esses questionamentos, apresentamos a seguir a proposta de ação formativa que ocorreu durante os estudos da disciplina, como uma possibilidade de contribuir para que um grupo de crianças e adolescentes tivessem acesso ao conhecimento e ação de seus direitos e assim, se firmar como uma ação plausível de ser executada dentro das instituições de ensino.

2.2 Discussões e análises dos encontros formativos com as crianças

Parte-se do pressuposto de que todas as crianças gostam de brincar, de promover jogos simbólicos e de representação, ou seja, de acordo com o seu desenvolvimento psíquico, de seu lugar de atuação, e de sua atividade principal, as crianças vão se apropriando do mundo adulto (Leontiev, 1978). Portanto, as crianças precisam ser livres e ativas explorarem, opinarem, observarem, atuarem, escolherem, questionarem, a partir do seu campo de visão e compreensão.

Assim, como trabalho de intervenção da disciplina da pós graduação, foram realizados os encontros com as duas crianças anteriormente mencionadas – A de 8 anos e B de 9 anos, ambos filhos da aluna e foram organizados e sistematizados em 3 encontros na cidade de Paiçandu.

Na abordagem inicial, no primeiro encontro, foi apresentado a eles a música Direitos e Deveres (Toquinho), com o objetivo de ser a mobilização. Elas ouviram atentamente e no final, ao serem questionadas sobre o que entenderam, mencionaram que a música era sobre crianças, direitos e deveres. Em seguida indagadas sobre o que entendiam por direitos e deveres foram prontas em responder:

Direito é a criança brincar e ter uma família e dever é eu arrumar a minha cama e guardar os brinquedos. (CRIANÇA A). Nenhuma criança deve trabalhar, isso é direito. (CRIANÇA, B)

Após essas narrativas, as crianças pediram para brincar de jogo do equilíbrio, onde deveriam andar com livros na cabeça sem deixar cair.

O brincar faz parte do universo infantil assim, pode-se utilizar desta metodologia para levar crianças a internalizarem conceitos, como por exemplo, direito. Segundo Friedmann (2003, p. 18)

As vivências lúdicas, respaldadas por uma reflexão posterior a partir das mesmas, mostraram-se como um caminho desafiador e muito rico para o desenvolvimento das nossas potencialidades. A partir de experiências práticas, podemos reviver situações que nos levem a resgatar nossas verdadeiras "possibilidades" individuais; que nos levem a recriar, a sentir novamente, a perceber, a ouvir todas as outras vozes que ficaram caladas dentro de nós. Assim, podemos refletir a respeito das nossas necessidades e potencialidades e, conseqüentemente, a respeito das necessidades e potencialidades latentes nas crianças e adultos com quem trabalhamos.

Ainda no primeiro encontro, foi explicado as crianças para desenvolverem umas atividades sobre os direitos das crianças e se elas aceitariam participar. Prontamente aceitaram. Foi realizada uma roda de conversa e explicados os direitos das crianças, e o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990). Elas tiveram um tempo para pensarem os direitos e escolherem para que brincar nos dois próximos encontros. Elas escolheram: liberdade (direito ao brincar); direito a ter uma família e direito de não trabalhar.

No segundo encontro, pediram para ouvir novamente a música do Toquinho. Em seguida escolheram os direitos de liberdade para brincar e direito de não trabalhar, perguntadas sobre como desejam representar, optaram pelo desenho. Neste encontro foi interessante a visão da criança A sobre a liberdade de brincar. Ele mencionou que a menina estava com os cabelos para cima porque a cama elástica deixava as meninas com os cabelos levantados. A criança B desejou representar a ação de não trabalhar das crianças, e enfatizar a importância da brincadeira.

A atividade lúdica, mostra-se, pois, um riquíssimo instrumento de trabalho para o desenvolvimento de seres humanos íntegros, que pensam, sentem, criam, trocam experiências, falam com seus corpos e fazem parte de um todo, em comunhão com a natureza e com o cosmos (FRIEDMANN, 2003, p.18)

No último encontro, as crianças desejaram conversar sobre a importância da família, de como era bom brincar, e neste contexto algumas frases foram ditas como: "Mãe, arte faz parte da cultura...A gente pode pagar para as crianças que não tem dinheiro pra ir no cinema né." (CRIANÇA A); Será que ajudar a mãe a fazer uma comida ou guardar seus brinquedos ou lavar o seu chinelo é trabalho!?(aluna) ... "Não, isso é ajuda e não trabalho, igual aquelas crianças no carvão né mãe. (Criança B sobre o documentário A invenção da infância que tínhamos assistido); "Mãe toda criança deveria ser feliz né" (Criança A).

Após as colocações, foi dado a elas tinta guache e pincel para que representassem os direitos em uma parede (previamente solicitada e consentida pelo vovô W). Foi uma festa só. Quando terminaram ficaram felizes com o resultado e disseram que todos que chegassem elas iriam mostrar a pintura.

A execução das atividades formadoras mostrou-se eficaz e importante para estas crianças, pois afirmaram o que sabiam sobre os direitos e reforçou a internalização de que, mesmo sendo crianças elas possuem direitos e deveres e que os adultos deveriam respeitar esses direitos.

Finalizou-se as atividades com a sensação de que algo mudou, de que um passo foi dado no sentido de legitimar o conhecimento sobre os direitos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O entendimento de que o direito legal existe é legítimo. Acreditar que o direito precisa ser conhecido e exercido por todos ainda está em fase inicial de caminhada. Durante os encontros de formação da disciplina, as inquietações foram muitas, mas ao mesmo tempo, foi gratificante perceber que muito há para ser feito e que tem possibilidade de ser feito. A criança em muitos aspectos e lugar que ocupa nas relações sociais, ainda reforçam a sua condição infante, no entanto, a partir do momento que as

possibilidades de intervenções e atuações foram apresentadas por todos os demais colegas da disciplina, compreende-se que há esperança, há caminhos, há transformações em andamento.

Ao iniciar os estudos da disciplina Educação Social, algumas expectativas tinham sido estabelecidas, como por exemplo, entender um pouco mais sobre a atuação e desmembramento da Educação Social no Brasil, no entanto, a expectativa foram superadas pela gama de novas possibilidades desdobradas. Uma dessas possibilidade foi compreender que os a educação em diferentes contextos e a formação dos educadores sociais ainda precisam ser muito defendidos e implantados. A efetivação das leis no cenário brasileiro ainda é muito desafiadora.

A análise de que, por exemplo, as crianças são sujeitas de direito, ainda precisam ter adultos que tenham uma visão mais específica sobre esses direitos. Ao fazer a aplicação da atividade de intervenção junta as crianças, percebe-se que as crianças são muito fáceis de serem tratadas, que elas possuem imensas possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento. Que elas conseguem, numa linguagem própria, enxergarem-se como cidadãs de direitos. Por isso, devem ser ouvidas urgentemente.

Ao assumir o compromisso de desenvolver a atividade com eles, já sabendo que possuem uma criticidade em formação, foi possível reafirmar a esperança de uma educação humanizada, consciente e libertadora. Que para além de qualquer preconceito ou desafio que eles enfrentem na vida, estarão munidos do conhecimento e da crítica. Acreditamos, estarmos contribuído para um mundo mais igualitário, fraterno, e aspiro ardentemente que, por meio deste gesto, que muitas crianças que estejam tenham as mesmas oportunidades de igualdade e equidade, e nós realizamos ao saber mais outras tantas tiveram a mesma oportunidade com o trabalho desenvolvido pelos demais participantes da disciplina.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. Ed. Trad. Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2006.

BEGO, Zilda. **Formação política: indicadores de princípios de práticas e mediações pedagógicas com participação infantojuvenil**. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/dissertacoes.htm>. 2016. Acesso em 16.09.2020.

Convenção Mundial dos Direitos da Criança. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 02.30.2021.

Declaração dos direitos da criança - 1959. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Crian%C3%A7a/declaracao-dos-direitos-da-crianca.html>. Acesso em 16.09.2020.

FRIEDMANN, Adriana. **Segredos do mundo lúdico** – Cadernos NEPSIDI 1 - Núcleo de Estudos e Pesquisas em simbolismo, infância e desenvolvimento. 2003.

BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 16.09.2020.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 16.09.2020.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 16.09.2020.

_____. **Plano Nacional de Educação - 2001-2010**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em 16.09.2020.

_____. **Plano Nacional de Educação - 2014-2024**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso em 16.09.2020.

FROTA, Ana Maria Monte Coelho. Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. ESTUDOS E PESQUISAS EM PSICOLOGIA, UERJ, RJ, ANO 7, N. 1, 1º SEMESTRE DE 2007.

HEYWOOD, C. **Uma história da infância: da Idade Média à época contemporânea no ocidente**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

KRAMER, Sonia. **As crianças de 0 a 6 anos nas políticas Educacionais no Brasil: educação infantil E/é fundamental**. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 797-818, out. 2006 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 05 de out. 2015.

LEONTIEV, Alexis. **O desenvolvimento do psiquismo**. - 2. Ed. São Paulo: Centauro, 2004.

MOLINA, Adão Aparecido; LARA, Angela Mara de Barros. **As políticas públicas para a infância brasileira no final do século XX**. In: Política educacional brasileira/Mario Luiz Neves de Azevedo, organizador – Maringá: EDUEM, 2005.

NATALI, Paula. **Formação profissional na educação social**: subsídios a partir de experiências de educadores sociais latino-americanos. 2016. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/teses/2016/2016%20-%20Paula%20Natali.pdf>. Acesso em: 15/09/2020.

TOQUINHO. **Direitos e deveres**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4237S8FP3Jc>. Acesso em: 05 de out. 2019

Artigos

Igualdade de gênero, objetivos de desenvolvimento sustentável e a guarda familiar

Gender equality, sustainable development goals and a guardian family

Yazmin Matienzo dos Santos¹

¹Mestranda, em Direitos Fundamentais e Democracia no Centro Universitário Integrado do Brasil

✉ yazmatienzo@gmail.com

Palavras-chave:

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
Agenda 2030.
Direito de Família.
Empoderamento Feminino.
Guarda Compartilhada.

Keywords:

Sustainable Development Goals.
Agenda 2030.
Family right.
Female empowerment.
Shared custody.

Resumo

Este artigo busca relacionar as modalidades de guarda no âmbito da família com o 5º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Portanto, verificar nos casos concretos se o judiciário ajuda ou não a implementar, por meio de julgados, essa ODS. Ainda a pesquisa trata da divergência entre as interpretações da “Lei Nº 11.698/14 – Guarda Compartilhada” após entrar em vigor e as mudanças que aconteceram. O objetivo é apresentar diagnósticos e no que a desigualdade de gênero pode afetar nas relações familiares, no empoderamento feminino, na participação de tomadas de decisões na política e na economia, na eliminação de todas as formas de violência e todas e qualquer prática nociva contra as mulheres.

Abstract

This article seeks to relate the modalities of custody within the family with the 5th Sustainable Development Goal - Achieve gender equality and empower all women and girls. Therefore, verify in specific cases whether the judiciary helps or not to implement, through judgments, this SDG. The research also deals with the divergence between the interpretations of “Law No. 11.698 / 14 - Shared Guard” after it came into force and the changes that happened. The goal is to present diagnoses and what gender inequality can affect in family relationships, women's empowerment, participation in decision-making in politics and economics, in the elimination of all forms of violence and any and all harmful practices against women.

1 INTRODUÇÃO

Tem-se como principal objetivo da presente pesquisa a possibilidade de considerar a fixação da Guarda Compartilhada pelo Judiciário, com base na Lei 13.058/2014, um esforço no sentido de Agregar a Agenda 2030, no tocante o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n. 5 - Igualdade de Gêneros.

A influência que a Lei da Guarda Compartilhada tem no momento da fixação da guarda na prática e se a desigualdade ainda está presente mesmo após a determinação legislativa para dispor da mesma para ambos os pais.

Com este estudo é possível avaliar os aspectos que circundam o momento da fixação da guarda, quais são os principais desafios, dificuldades de avaliar cada caso para entender o que se passa nos núcleos familiares, antes de aplicar no movimento das ODS's.

Com a referida lei, a guarda compartilhada passou a ser reconhecida como a mais benéfica para os menores, porque fortalece o vínculo com ambos os pais e toda a família, conservando as referências maternas e paternas na sua evolução e educação. Além da obrigação parental é papel do Estado e da Justiça auxiliar e estruturar a família para alcançar uma resolução nos conflitos que beneficiem os menores envolvidos, os próprios genitores e os núcleos familiares em geral.

Na prática, ainda há a grande aplicação da Guarda Unilateral nos casos de separação marital. Sendo assim, a pesquisa trará os motivos de ainda existir essa fixação contrária a lei, se os juízes que seguem afincos a regra geral estão, de certa forma, lutando pela igualdade de gênero. Por fim, o artigo trará algumas hipóteses: há um benefício para algum dos genitores? Ainda existe essa desigualdade na instituição da guarda? O que poderia o judiciário fazer para ajudar a implementar a ODS 5º na esfera do Direito de Família? Essas indagações e outras serão analisadas a seguir.

2 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A IGUALDADE DE GÊNERO

Para entender melhor toda a pesquisa é necessária elucidar o surgimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n. 5. Em outubro de 1945, a Organização das Nações Unidas foi oficialmente criada em período de pós-guerra com os principais objetivos de garantir a paz e segurança internacionais, e promover o progresso social e econômico de todos os povos. Naquela época, cinquenta países, inclusive o Brasil, se comprometeram com todos princípios e propósitos apresentados, assinando assim a Carta das Nações Unidas.¹

A partir dos anos 70 as discussões a respeito do desenvolvimento econômico e socioambiental começaram a crescer gradativamente. Entretanto, década após década, as agendas ficavam restritas a convenções e documentos internacionais que quase não possuíam metas e objetivos bem demarcados. Além disso, poucas soluções eram apresentadas para tratar especificamente de problemas como pobreza, desigualdade de gênero e desigualdade social.²

Somente em setembro de 2000, contando com a união de mais de 190 países membros na Organização, foi possível observar uma mudança crucial na agenda de discussões da ONU. A criação de 8 metas específicas a serem cumpridas pelos Estados dentro de um período de 15 anos, conhecidas como Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), representou um marco na luta pelo desenvolvimento sustentável mundial.³

Nesses quinze anos foram notórios os avanços conquistados no que cerne cada um desses objetivos. Referente à igualdade de gênero, tivemos como resultado nacional que as mulheres em 2015 ocupavam 41% dos postos de trabalho fora do setor da agricultura, um número 35% maior que em 1990. As meninas começaram a frequentar mais as escolas e as mulheres aumentaram a participação no poder público (como por exemplo em parlamentos).⁴

Entretanto, mesmo após os resultados satisfatórios, muitas lacunas ainda permaneciam. Conforme relatório da ONU, os principais problemas que ainda preocupavam em 2015 eram a persistência da desigualdade de gênero, a desigualdade econômica, as alterações climáticas e a degradação ambiental. E essas mazelas eram potencializadas nas regiões mais pobres do planeta, mais especificamente África

¹ GARCIA, Denise Schimitt Siqueira; GARCIA, Heloíse Siqueira. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e as novas perspectivas do desenvolvimento sustentável pela Organização das Nações Unidas**. Revista da Faculdade de Direito da UFRGS. Porto Alegre, n. 35, p. 192-206, vol. Esp., dez. 2016.

² Idem.

³ AZEVEDO, Márcia R. S. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Desafios à Participação do Brasil da Governança Global**. Disponível em: < <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/05/95b77016c8e9c025ead845cc633f3da5.pdf> > Acesso em: 2018.

⁴ GARCIA, Denise Schimitt Siqueira; GARCIA, Heloíse Siqueira. Op. Cit.

Subsaariana, Oriente Médio e América Latina onde muitas pessoas vivem de forma vulnerável, em extrema pobreza, fome e sem acesso aos serviços básicos.⁵

Finalizando o prazo para implantação dos ODM propostos, os países voltaram a se reunir em setembro de 2015 e definiram 17 novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), englobando 169 metas, para cumprimento no prazo de 15 anos. Foram apresentados através da “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” e passaram a ser tratados pelo Secretário Geral da ONU como uma Declaração Global de Interdependência.⁶

No preambulo do documento já pode-se observar a busca infindável pela igualdade de gênero, inclusive em um dos objetivos, n. 5 – “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” está firmemente atrelada aos demais 16 objetivos da Agenda 2030 e possui efeitos multiplicadores no desenvolvimento sustentável. Os países comprometeram-se com a missão de intensificar o empoderamento feminino e o combate às discriminações e violências sofridas pelas mulheres.⁷

As principais metas do ODS 5 visam a igualdade de gênero, acabar com todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres, incluindo tráfico e exploração sexual, eliminar práticas nocivas e abusivas, como uniões forçadas e prematuras, e garantir as oportunidades e participação na liderança em todos os âmbitos da vida política, econômica e pública.⁸

Uma das principais vias para se alcançar a igualdade e o empoderamento é pelo acesso à educação, desde o ensino básico até a entrada no mercado de trabalho. A partir do momento que o aprendizado para a menina é o mesmo que para o menino, a igualdade de gênero começa a ser promovida.⁹

Além dos problemas de igualdade na educação, existe também a exclusão social praticada contra a mulher no Brasil e no mundo. A vulnerabilidade psicológica muitas vezes gera situações de depreciação com a aparência e a saúde da mulher, tanto em seu lar como no trabalho. Essa exclusão é nociva e silenciosa. Muitas mulheres são inteiramente responsáveis pela educação dos filhos e o sustento da família e acabam sofrendo de abandono moral. Deixam suas próprias vidas em segundo plano, apesar do fato de que os papéis e as responsabilidades do lar deveriam ser divididos com os seus parceiros. O desgaste físico e moral, somados a uma vida sem grandes perspectivas, propicia no surgimento de diversas doenças, como depressão, síndrome do pânico e muitas vezes até suicídio.¹⁰

Por outro lado, as políticas públicas auxiliam cada vez mais no cumprimento do ODS 5, pois alertam a respeito da importância da igualdade de gênero e do empoderamento feminino. No Brasil, há uma crescente conscientização da população referente a uma sociedade livre, justa e solidária. O empoderamento de mulheres e meninas está essencialmente vinculado também a busca pela conscientização da população e ao resgate da saúde psicológica feminina.¹¹

⁵ ARAÚJO, Rogério Luiz Silveira; LOZADA, Cláudia de Oliveira. **Agenda ODS de 2030 da ONU: Avanços e Retrocessos no Brasil – ODS 2**. Disponível em: < <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/05/4469b07a67b04efa34544ac66b2b44fa.pdf> >. Acesso em: 2018.

⁶ Idem.

⁷ COLUCCI, Maria da Glória. **Empoderamento de Mulheres e Meninas (ODS 5)**. Disponível em: <http://www.aberje.com.br/blogs/post/empoderamento-de-mulheres-e-meninas-ods-5/>. Acesso em: 2018.

⁸ Agenda 2030. **Igualdade de Gênero: Alcançar a igualdade de gênero empoderar todas as mulheres e meninas**. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/ods/5/>. Acesso em: 2016.

⁹ COLUCCI, Maria da Glória. Op. Cit.

¹⁰ Idem.

¹¹ Idem.

3 REFLEXÃO SOBRE A IGUALDADE DE GÊNERO E AS MODALIDADES DE GUARDA

O poder e dever subordinado a um regime jurídico determinando um indivíduo maior e capaz ao exercício da proteção e amparo daquele que for considerado para tal é a definição de Guarda. Ainda, é um conjunto de direitos e obrigações determinado entre um menor ou incapaz ao seu guardião garantindo o seu desenvolvimento pessoal e a sua integração social.¹²

A principal ideia é atender as prerrogativas do filho menor ou incapaz por meio do respeito ao princípio constitucional do melhor interesse e este quando não atendido poderá modificar a guarda a qualquer tempo, sendo provisória ou definitiva.¹³

“A guarda dos filhos, via de regra, é estabelecida na dissolução da sociedade conjugal, seja por acordo ou sentença”¹⁴, mas sempre judicial com vistas ao *parquet*. Neste momento os critérios norteadores da decisão serão avaliados e servirão de diretivas ao magistrado.

Tanto o pai quanto a mãe possuem uma paridade de direitos e deveres destinados a proporcionar os cuidados necessários aos filhos para que estes possam desenvolver a sua formação moral e profissional. No entanto há duas possibilidades de guarda no que concerne aos genitores, a unilateral, podendo ser paterna ou materna, e a compartilhada. A guarda unilateral ou exclusiva é atribuída a um dos pais quando o juiz motivado concluir que o outro genitor não conseguirá efetivar todos os seus deveres e direitos interessantes à criança, sozinho ou em conjunto.¹⁵

No antigo sistema jurídico a guarda exclusiva era a consequência do resultado de quem tinha culpa pela separação. O cônjuge que conseguisse comprovar inocência no divórcio tinha privilégios, dentre um deles era a guarda unilateral da prole, mesmo que este não fosse o genitor que tivesse melhores condições para exercê-la.¹⁶

O Código Civil de 2002 extinguiu a análise da culpa nos casos de dissolução e divórcio, bastando comprovar a mera vontade para tal, conseqüentemente a guarda passou a ser analisada através do princípio do melhor interesse e a avaliação das melhores condições.¹⁷

Alguns dos fatores ponderados pelo magistrado na hora de escolher a guarda são: o afeto nas relações do genitor com o grupo familiar, saúde, segurança, educação; que serão analisados por equipes multidisciplinares, provas, entre outros. O genitor que não tiver a guarda do infante porque não atingiu todos os fatores necessários para exercê-la, não perde o poder familiar, diferente da alteração da tutela, curatela e adoção. Sendo assim, não afasta o dever material, moral e educacional de assistência deste genitor perante seu filho.¹⁸

A guarda não é a estrutura do poder familiar, é um elemento do mesmo, podendo ser exercidos separadamente e de forma pacífica, quando um não exclui o outro. Mas é evidente que quem detém a guarda possui maior autonomia sobre o menor.¹⁹

¹² CASABONA, Marcial Barreto. **Guarda Compartilhada**. São Paulo: Quartier Latin. 2006. p. 56.

¹³ Idem.

¹⁴ DIAS, Maria Berenice. **Direito de família e o novo Código Civil**. 4 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2005. p. 123.

¹⁵ Ibidem, p. 124.

¹⁶ CASABONA, Marcial Barreto. Op.Cit., p. 67.

¹⁷ LOBO, Paulo. **Direito Civil: Famílias**. 5. ed. São Paulo: Saraiva. 2019. p. 181.

¹⁸ WALDYR, Grisard Filho. **Guarda Compartilhada: um novo modelo de responsabilidade parental**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000. p. 54.

¹⁹ Idem.

A outra modalidade de guarda é a compartilhada, quando os pais separados ou divorciados de filhos menores ou incapazes permanecem com as obrigações e os deveres na educação e nos cuidados necessários para o desenvolvimento dos mesmos nas áreas emocional, educacional, estrutural, psicológica, etc.²⁰

Inicialmente, a guarda compartilhada era uma opção para os ex-cônjuges apenas na separação consensual, onde havia mútuo consentimento sobre a posse e gestão dos filhos. Quando o divórcio era litigioso e verificava-se a culpa, via de regra, a guarda era unilateral para aquele que não motivou tal dissolução.²¹

Ocorre que os legisladores começaram a verificar que a guarda unilateral não era a melhor escolha para garantir o melhor interesse dos menores, posto que quem não detivesse a guarda se afastava e se eximia de qualquer dever perante sua filiação.²²

Ainda, a guarda unilateral regularmente gera uma sobrecarga de obrigações para o genitor que a detiver, enquanto que o outro possuía apenas o mero papel de expectador ou fiscalizador da criação da sua prole.²³

Portanto, entendeu-se que a mera existência de conflito entre os pais no momento do divórcio não mais ensejaria necessariamente a guarda unilateral, em vista de que a maioria das rupturas está seguida de incompatibilidade. A evolução do direito nesta senda resultou na alteração do preceito da guarda. Com a Lei 11.698/08 a guarda Compartilhada passou a ser uma opção vista como mais favorável e em casos de conflito, sempre que possível, deveria ser instituída este molde de guarda.²⁴

Em 2014, entrou em vigor nova Lei sobre a Guarda Compartilhada, Lei 13.058/2014, trazendo novas alterações para o antigo regime. Com este novo ditame a compartilhada passou a ser a regra e não mais a exceção fazendo com que os juízes dessem prioridade para a guarda bilateral e apenas em casos muito excepcionais, instituíssem nas famílias a unilateral. Este regime de guarda somente poderá ser descartado quando um dos genitores não quiser a guarda ou não esteja apto para fazê-lo, gerando algum perigo para a criança ou adolescente, pelo menos é o que diz a lei.²⁵

Esta Lei foi promulgada com o objetivo de que a resolução sobre a guarda fosse mais harmoniosa, uma vez que se torna a regra e mesmo que um dos pais não queira que o outro tenha contato com o menor, impõe um convívio igualitário mesmo quando as partes estão em litígio. Esta modalidade de guarda passou a ser vista como a “mais evoluída e equilibrada de manter os vínculos parentais com os filhos após o rompimento conjugal. Requer uma corresponsabilização de ambos os genitores acerca de todas as decisões e eventos referentes aos filhos.”²⁶

Assim, ambos os pais decidem, conversam e participam das decisões, escolhas e rumo da vida de seus filhos, de forma que nenhum dos genitores teria um papel secundário na criação, resultando em uma primeira Igualdade entre os pais e o gênero de cada.²⁷

²⁰ SILVA, Denise Maria Perissini da. **Guarda compartilhada e síndrome de alienação parental: o que é isso?** 2. ed. CAMPINAS: Armazém do Ipê, 2011. p. 1.

²¹ WALDYR, Grisard Filho. Op. cit., p. 134.

²² Idem.

²³ Ibidem. p. 136.

²⁴ SILVA, Denise Maria Perissini da. In:_____. **Mediação e Guarda Compartilhada: conquistas para a família.** Curitiba: Juruá, 2011. p. 97.

²⁵ Idem.

²⁶ Ibidem, p. 101.

²⁷ AMARAL, Paulo André. **Guarda compartilhada, Igualdade de Gênero e Justiça no Brasil.** Disponível em: <https://www.pailegal.net/guarda-compartilhada/mais-a-fundo/monografias/816-guarda-compartilhada-igualdade-de-genero-e-justica-no-brasil>. Acesso em: 2018.

Nada obstante, quando há conflito entre os pais, muitos juízes decidem pela guarda unilateral com o intuito de afastar a criança das divergências dos genitores, partindo do entendimento errado que seria o seu melhor interesse e que se livraria das hostilidades.²⁸

Acontece que ao fazer isso o juízo não percebe que está fomentando o litígio e perpetuando o ressentimento entre os genitores, privando um deles de se fazer mais presente na vida do menor, resultando em decisões desiguais, com a ideia de beneficiar um genitor ou outro, fazendo mal para os pais e os filhos.²⁹

Vejamos no entendimento do Waldyr Grisard Filho:

“A guarda compartilhada busca reorganizar as relações entre os pais e os filhos no interior da família desunida, conferindo àquelas maiores responsabilidades e garantindo a ambos um melhor relacionamento, que a guarda uniparental não atendia. (...) tem como o objetivo a continuidade do exercício comum da autoridade parental. Dito de outra forma, a guarda compartilhada tem como premissa a continuidade da relação da criança com os dois genitores.”³⁰

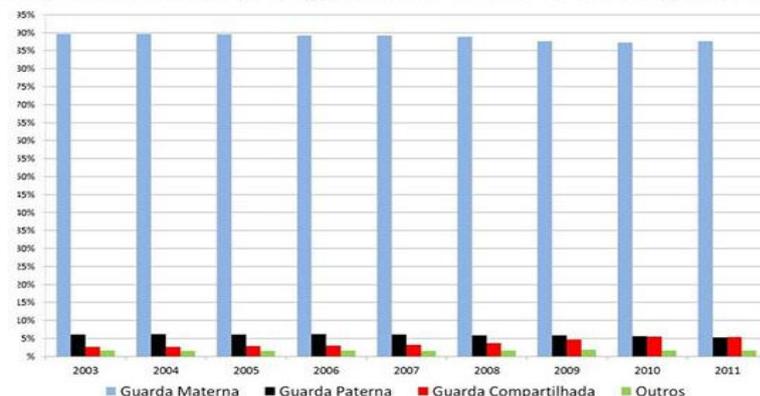
Constata-se então que não só é possível a guarda compartilhada nos casos de discórdia entre os genitores. Esta tem o intuito de induzir à pacificação porque os pais, em certo momento, percebem que não tem o porquê de confrontar o outro, considerando a igualdade de poderes. E no oposto, a unilateral oferece mais poder a um dos pais e acaba por afasta-lo do convívio e cotidiano dos filhos. Os menores e incapazes precisam da presença do pai e da mãe para ter uma melhor saúde mental e física no seu desenvolvimento.³¹

4 A EFETIVIDADE DA GUARDA COMPARTILHADA APÓS A LEI 13.058/14

Conforme já demonstrados em tópicos supracitados a Guarda passou por mudanças radicais na lei e no modelo de convivência entre pais divorciados ou sem qualquer afetividade. A Lei 11.698/08 havia instituído certa “preferência” na escolha da Guarda compartilhada pelos pais, em caso de acordo e em litígio, pela justiça. Acontece que os profissionais do direito e a própria doutrina mostrou resistência a esse modelo, acreditando ser possível a aplicação da referida apenas nos casos em que havia, entre os pais, um amadurecimento sentimental, superação de divergências e firme propósito de considerar o melhor interesse para os filhos. Por essa razão, por muitos anos ela passou a ser residual e excepcional nas decisões.³² Conforme vemos em gráfico do IBGE:



Responsabilidade pela guarda do filhos no Brasil (2003-2011)



²⁸ Idem.

²⁹ Idem.

³⁰ WALDYR, Grisard Filho. Op. cit., p. 144 – 145.

³¹ SILVA, Denise Maria Perissini da. Guarda ..., p. 6.

³² LOBO, Paulo. Op. Cit., p. 194.

De acordo com os dados do IBGE registrados desde 2003 até 2011, vemos que a guarda compartilhada era estabelecida em situações raras, apesar de ter ocorrido um avanço após a Lei de 2008 onde a guarda compartilhada se igualou e ultrapassou a guarda unilateral paterna.³³

Vemos então que mesmo sabendo desses obstáculos citados a nova legislação ignorou-os e determinou a obrigatoriedade da guarda compartilhada, portanto, quando não houver acordo entre os genitores deverá ser instituída pelo juiz. Essa seria a Lei n. 13.058 de 2014, em sua redação tendo como guarda compartilhada “a responsabilização conjunta e os exercícios de direitos e deveres do pai e da mãe que não vivam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns” inspirada e orientada pelo superior interesse da criança ou adolescente.³⁴

Após a segunda Lei, o número de registros de guarda compartilhada quase triplicou no período de 2014 e 2017, passando de 7,5% dos casos de divórcio de casais com filhos menores para 20,9%, de acordo com as Estatísticas do Registro Civil, do IBGE. Ainda, os estados com os maiores índices no ano de 2017 com casos de guarda compartilhada foram Espírito Santo (32,7%), Bahia (29,4%) e Amazonas (28,7%). Considerando que estes números podem ser maiores, considerando que as informações utilizadas pelo IBGE consideraram apenas casos registrados em cartórios, tabelionatos e varas de família. Segue gráfico:



Fica evidente, portanto, a intenção dos legisladores de promover a paridade entre mães e pais nas questões de guarda, abandonando o paradigma anterior, onde os papéis sociais de homens e mulheres eram desiguais, trazendo a igualdade de gênero no exercício da parentalidade e a diferenciação nas suas funções.³⁵

Contudo, apesar de se tornar regra, a guarda compartilhada ainda é muito menos instituída que a guarda unilateral materna, como pode ser analisado nos gráficos apresentados, porque isso acontece?³⁶

Para entender melhor, apresenta-se então duas partes da Lei que esclareceria o porquê que o judiciário ainda aplica, em sua grande maioria, a guarda unilateral materna, vejamos:

“Artigo 1584 (...) § 2º Quando não houver acordo entre a mãe e o pai quanto à guarda do filho, encontrando-se ambos os genitores aptos a exercer o poder familiar, será aplicada a guarda compartilhada, salvo se um dos genitores declarar ao magistrado que não deseja a guarda do menor. (...)

³³ Idem.

³⁴ LOBO, Paulo. Op. Cit., p. 195.

³⁵ AMARAL, Paulo André. Op. Cit.

³⁶ Idem.

§ 5º Se o juiz verificar que o filho não deve permanecer sob a guarda do pai ou da mãe, deferirá a guarda a pessoa que revele compatibilidade com a natureza da medida, considerados, de preferência, o grau de parentesco e as relações de afinidade e afetividade. (...)” (grifo meu)³⁷

Acredita-se que o legislador não quis trazer a ausência de acordo como um motivo para a impossibilidade da aplicação da guarda compartilhada, porque o próprio texto da referida Lei justamente diz que ela deve ser aplicada especificamente nesses casos. No entanto, quando a Lei enuncia “se o juiz verificar”, “encontrando-se ambos os genitores aptos a exercer”, se torna, então, uma lacuna jurídica para que os magistrados, presos à visão antiga, possam continuar aplicando a guarda unilateral por considerarem inapropriada a guarda compartilhada na maioria dos casos concretos.³⁸

Seja com a justificativa de instituir a guarda para quem melhor possa exercer ou por ainda existirem muitos pensamentos pretéritos nos olhos do judiciário, esses magistrados acabam por condenar as crianças e adolescentes, bem como seus pais, a perderem o convívio e cuidado cotidiano, muitas vezes causando afastamento no dia a dia.³⁹

Por fim, ainda sobrecarregando as genitoras com seus deveres e obrigações, cansaço emocional, perpetuando e reforçando a desigualdade de gênero, situação que vai de encontro com toda busca mundial para dirimir toda e qualquer discriminação contra as mulheres.

5 O ODS 5º E SUA POSSIVEL RELAÇÃO COM A GUARDA COMPARTILHADA NA PRÁTICA

A Constituição Federal de 1988 é considerada um “divisor de águas no direito privado” como um grande marco normativo para a igualdade de gênero, pois positivou a equiparação entre homens e mulheres (art. 5º, caput e I, c/c 226, § 5º, da CF). Foi o primeiro grande passo do nosso país na busca da supressão da desigualdade.

Em 2000, de acordo com já citado, o Brasil participou da aprovação do compromisso político da Declaração do Milênio com oito grandes objetivos, os ODM´s, e entre eles o Objetivo 3 “Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres”. Outro grande passo que modificou pensamentos e incitou os legisladores a produzir e atualizar Leis que seguissem essa diretriz.⁴⁰

Dentre elas as campanhas ao repúdio aos crimes de violência praticados contra a mulher (Lei 8.324/2007), vedação a qualquer forma de discriminação à mulher (Lei 7.515/2003), instituição do programa Mulher na Política (Lei 10.180/2013), a criação da Frente Parlamentar pela Mulher (RE 669/2000) e ainda em 2011 tivemos a primeira mulher eleita presidente do Brasil.⁴¹

No âmbito familiar, temos no Código Civil de 2002 (“CC/02”), o art. 1.631 ratifica a ideia de que o exercício do poder familiar cabe aos “pais”, sendo estes responsáveis pela criação dos filhos; o art. 1.565, § 2º estabelece que o planejamento familiar é de “livre decisão do casal”, ainda assinala que o domicílio do casal será escolhido em comum acordo pelo art. 1.569. E, como já exposto, em 2008 que se efetivou a guarda compartilhada no Código Civil nos arts. 1583 e 1584, os pais continuam com os mesmos direitos e deveres em relação aos filhos.⁴²

Conforme percorrido, foi avaliado que apesar dos avanços na igualdade de gênero ao longo dos anos, ainda existia uma discrepância nos direitos das mulheres, bem como na prática, que ainda se via profundas discriminações. Por esses motivos, em 2015 a ONU não só manteve o propósito de expandir a

³⁷ Lei n. 13058/2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13058.htm>. Acessado em: 2015.

³⁸ AMARAL, Paulo André. Op. Cit., p. 2.

³⁹ Idem.

igualdade de gênero, como tornou o Objetivo 5 mais “agressivo” em sua proposição na nova proposta dos ODS’s.⁴³

Ademais, em 2014 fomos contemplados com a obrigatoriedade da implicação da guarda compartilhada, que reforça a igualdade dos genitores nos direitos e principalmente nos deveres com as crianças e adolescentes.⁴⁴

Desse modo, é impossível ignorar a proximidade da referida Lei da Guarda Compartilhada de 2014 e o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n. 5 de 2015, ao menos deve ser reconhecida a aspiração e dedicação Mundial e Nacional com a busca incansável da igualdade entre gêneros.

Ainda, que inicialmente a guarda unilateral materna pareça ser uma “vitória” da mãe e genitora, a verdade é que esta instituição exige o homem e genitor de toda e qualquer obrigação e responsabilidade perante seus filhos, sobrepesando a mulher contemporânea que além de ter as mesmas obrigações pessoais que o homem, ainda deve ter suas incumbências dobradas, triplicadas, etc. com sua prole.⁴⁵

Assim, a humanidade em geral e a sociedade brasileira em particular caminham para um novo tempo de igualdade entre homens e mulheres em todos os campos da vida social, inclusive na esfera familiar.⁴⁶ Os juristas, à vista disso, deveriam considerar não somente a mudança da Lei referente a Guarda, mas também o compromisso nacional das ações na agenda 2030, ODS – 5 e se valer dessas definições para decidir perante o judiciário, contribuindo em cada decisão para o alcance da Igualdade de Gênero e o Empoderamento Feminino.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nova Lei, engendrada no contexto de um movimento mundial pela igualdade entre homens e mulheres, o que inclui e igualdade parental, foi concebida atendendo a anseios da sociedade, para sanar o problema da discriminação de gênero e permitir que pais e filhos possam ter uma convivência saudável, cotidiana, mesmo após a separação do casal.

Pode-se dizer então que esta lei, bem como a sua aplicabilidade está relacionada com o plano de desenvolvimento sustentável proposto pela ONU em 2015, ainda que de uma forma aparentemente inversa, ela busca pelo empoderamento feminino e a igualdade de gêneros. Esse estudo, portanto, considera que a fixação da Guarda Compartilhada pelo Judiciário com base na Lei 13.058/2014, deve ser um esforço no sentido de Agregar a Agenda 2030, no tocante a ODS n. 5.

Em relação ao instituto da guarda compartilhada a conclusão que se obtém com a pesquisa é que este está efetivamente crescendo no âmbito brasileiro e a guarda unilateral materna está diminuindo, porém ainda há um caminho muito extenso para alcançar a maioria dos casos. Sendo assim, o Judiciário poderia atuar nessa esfera para melhorar os índices de fixação dessa guarda e melhorando a sua influência nos núcleos familiares e, inclusive, com a divisão de tarefas dos pais com os filhos, ajudaria a mulher a alcançar participações plenas e na igualdade de oportunidades de liderança na sua vida pública, econômica e política.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Paulo André. **Guarda Compartilhada, igualdade de Gênero e Justiça no Brasil. Uma interpretação da lei.** Disponível em:

<http://www.ibdfam.org.br/artigos/911/Guarda+Compartilhada%2C+igualdade+da+G>. Acessado em: 20 de setembro de 2013.

AGENDA 2030. **Igualdade de Gênero: Alcançar a igualdade de gênero empoderar todas as mulheres e meninas.** Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/ods/5/>. Acesso em: 2016.

ARAÚJO, Rogério Luiz Silveira; LOZADA, Cláudia de Oliveira. **Agenda ODS de 2030 da ONU: Avanços e Retrocessos no Brasil – ODS 2.** Disponível em: <https://www.cni.jus.br/wp-content/uploads/2019/05/4469b07a67b04efa34544ac66b2b44fa.pdf> Acesso em: 2018.

AZEVEDO, Márcia R. S. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Desafios à Participação do Brasil da Governança Global.** Disponível em: <https://www.cni.jus.br/wp-content/uploads/2019/05/95b77016c8e9c025ead845cc633f3da5.pdf> Acesso em: 2018.

CASABONA, Marcial Barreto. **Guarda Compartilhada.** São Paulo: Quartier Latin. 2006.

COLUCCI, Maria da Glória. **Empoderamento de Mulheres e Meninas (ODS 5).** Disponível em: <http://www.aberje.com.br/blogs/post/empoderamento-de-mulheres-e-meninas-ods-5/>. Acesso em: 2018.

DIAS, Maria Berenice. **Direito de família e o novo Código Civil.** 4 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2005. p. 62.

GARCIA, Denise Schimitt Siqueira; GARCIA, Heloíse Siqueira. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e as novas perspectivas do desenvolvimento sustentável pela Organização das Nações Unidas.** Revista da Faculdade de Direito da UFRGS. Porto Alegre, n. 35, p. 192-206, vol. Esp., dez. 2016.

LOBO, Paulo. **Direito Civil: Famílias.** 5. ed. São Paulo: Saraiva. 2019. p. 136.

MARGRAF, Alencar Frederico; SVISTUN, Meg Francieli. **Guarda compartilhada.** Revista de direito privado. São Paulo, v.16, n.61, p. 249 – 272, jan./março. / 2015.

NUNES, Angélica. **Apenas 0,3% das Leis estaduais em vigor na Paraíba são voltadas às mulheres.** Disponível em: <http://www.jornaldaparaiba.com.br/politica/leis-que-beneficiam-mulheres-sao-03-da-legislacao-estadual-vigente-na-pb.html>. Acessado em 08 de março de 2018.

SILVA, Denise Maria Perissini da. In: _____. **Mediação e Guarda Compartilhada: conquistas para a família.** Curitiba: Juruá, 2011. p. 97.

SILVA, Denise Maria Perissini da. In: _____. **Guarda compartilhada e síndrome de alienação parental: o que é isso?** 2. ed. CAMPINAS: Armazém do Ipê, 2011. p. 1.

WALDYR, Grisard Filho. **Guarda Compartilhada: um novo modelo de responsabilidade parental.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.